

O Observatório de Inovação Social do Turismo, concebido pela Ebape/FGV, em conjunto com o Ministério do Turismo e a Childhood Brasil, desenvolveu as pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo que compõem os capítulos deste livro.

Boa leitura!

Luiz Barretto
Ministro do Turismo

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma grande preocupação de organismos governamentais e da sociedade civil no Brasil e no mundo. Para o setor de turismo, enfrentar este grave problema é uma prioridade.

Este livro traz o resultado de pesquisa realizada pelo Observatório de Inovação Social do Turismo da Fundação Getúlio Vargas, numa parceria com o Ministério do Turismo e a Childhood Brasil. Nele, é apresentado um diagnóstico da situação em Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e na região Centro-Oeste, e analisados programas de prevenção e combate à exploração sexual desenvolvidos por empresas e instituições da sociedade civil.

Ministério
do Turismo



CHILDHOOD
INSTITUTO WCF-BRASIL
www.wcf.org.br

FERNANDO G. TENÓRIO é professor titular na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

LUIZ GUSTAVO MEDEIROS BARBOSA é doutorando em administração pela Nottingham University Business School, mestre em gestão empresarial pela Ebape/FGV e em planejamento e projetos turísticos pela Bournemouth University, e economista pela Universidade Federal Fluminense. É coordenador do Núcleo de Turismo e coordenador e professor do MBA em Turismo, Hotelaria e Entretenimento, ambos da Ebape/FGV.



O SETOR TURÍSTICO **VERSUS** A EXPLORAÇÃO SEXUAL
NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

ORGANIZADORES
Fernando G. Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa



Fernando G. Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa
ORGANIZADORES

O SETOR TURÍSTICO **VERSUS** A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA



EBAPE
• núcleo de turismo



A defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes é um compromisso assumido pelo governo brasileiro, sob a responsabilidade de uma equipe de ministérios coordenada pelo Ministério da Justiça. Um de seus objetivos é implementar ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A criação da Comissão Intersetorial para Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, com a missão de propor a formulação de políticas públicas integradas para a erradicação do abuso e do comércio de exploração sexual de crianças e adolescentes, consolidou essa responsabilidade.

O Ministério do Turismo (MTur) implementou diversas ações de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. A partir de discussões com representantes de organizações do setor, organizações não-governamentais nacionais e internacionais e representantes do governo, o MTur criou o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) para materializar o conjunto de ações com enfoque no desenvolvimento sustentável do turismo.

Com base na necessidade de realização de pesquisas sobre o tema, o MTur convidou o Núcleo de Turismo da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e a Childhood Brasil para elaborar um projeto que contemplasse o desenvolvimento e a implementação de um observatório responsável pela produção de conhecimentos relevantes sobre turismo e seu impacto social. Nesse sentido, o Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs) da Ebape/FGV integrou-se ao projeto.

O SETOR TURÍSTICO

VERSUS

A EXPLORAÇÃO SEXUAL

NA INFÂNCIA E
NA ADOLESCÊNCIA

Fernando G. Tenório

Luiz Gustavo
Medeiros Barbosa

ORGANIZADORES

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma grande preocupação de organismos governamentais e da sociedade civil no Brasil e no mundo. Para o setor de turismo, enfrentar este grave problema é uma prioridade. Este livro apresenta um diagnóstico da situação em Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e na região Centro-Oeste, e analisa programas de prevenção e combate à exploração sexual desenvolvidos por empresas e instituições da sociedade civil.



Rua Jornalista Orlando Dantas, 37
CEP: 22231-010 - Rio de Janeiro, RJ
Tels.: 0800 21 7777/21 2559 4427
Fax: 21 2559 4430
E-mail: editora@fgv.br
Web site: www.editora.fgv.br

Livraria FGV

Tel.: 21 2559 5535
Tel./Fax: 21 2559 5537
E-mail: livraria@fgv.br

O SETOR TURÍSTICO
VERSUS
A EXPLORAÇÃO SEXUAL
NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

COORDENADORA DO PROGRAMA TURISMO
SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA
Elisabeth Bahia

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PRESIDENTE
Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR DA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (EBAPE)
Bianor Scelza Cavalcanti

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE TURISMO
Luiz Gustavo Barbosa
Deborah Moraes Zouain

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTUDOS EM GESTÃO SOCIAL
Fernando Guilherme Tenório

CHILDHOOD BRASIL

PRESIDENTE DO CONSELHO
Rosana Camargo de Arruda Botelho

DIRETORA EXECUTIVA
Ana Maria Drummond

COORDENADOR DE PROGRAMAS
Itamar Batista Gonçalves

EQUIPE MINISTÉRIO DO TURISMO

COORDENAÇÃO GERAL
Elisabeth Bahia

ASSESSORIA TÉCNICA
Maria Aurélia de Sá Pinto

EQUIPE FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa
Fernando Guilherme Tenório

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Cristiane Rezende

COORDENADORES LOCAIS
Analia Soria Batista
José Antônio Gomes de Pinho
José Luís Abreu Dutra
Marco Antonio Carvalho Teixeira
Valdenei de Melo Parente

PESQUISADORES
Aniele Marquez
Bernardo Vaz
Cristina Marins
Eliane Maria Reis Neves
Flavio Lenz
Glauco da Costa Knopp
Ilza Valéria Moreira Jorge
Ivã Coelho
Júlia Barbosa Brandão
Marina Farkas Bitelman
Michelle de Oliveira Mafra Souza
Mônica Santana
Romilda Cumarú
Thais Alves Moreira
Thaís Restani Veras
Valéria Martins da Silva Pinho

COLABORAÇÃO TÉCNICA
Paulo Cesar Stilpen

EQUIPE CHILDHOOD BRASIL

DIRETORA EXECUTIVA
Ana Maria Drummond

COORDENAÇÃO GERAL
Itamar Batista Gonçalves

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Tatiana Larizzatti

Fernando G. Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa
ORGANIZADORES

O SETOR TURÍSTICO
VERSUS
A EXPLORAÇÃO SEXUAL
NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA



EBAPE
• núcleo de turismo



ISBN — 978-85-225-0704-7

Copyright © Fernando G. Tenório e Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-4427

Fax: 21-2559-4430

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição — 2008

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS: Mariflor Rocha

EDITORACÃO ELETRÔNICA: FA Editoração Eletrônica

REVISÃO: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni e Mauro Pinto de Faria

CAPA: Isabel Lippi

**Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen / FGV**

O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência / Fernando G. Tenório, Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (orgs.). — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.
424 p.

Inclui bibliografia.

1. Crime sexual contra as crianças — Brasil. 2. Prostituição de crianças — Brasil. 3. Prostituição de adolescentes — Brasil. 4. Turismo sexual — Brasil. 5. Direitos das crianças — Brasil. 6. Direitos dos adolescentes — Brasil I. Tenório, Fernando Guilherme. II. Barbosa, Luiz Gustavo Medeiros. III. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 353.0076

Sumário



Prefácio 9

Parte I — A exploração sexual na infância e adolescência: uma leitura em cinco localidades 11

Introdução 13

Fernando Guilherme Tenório

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Turismo social e proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual em Manaus: situação recente 17

Valdenei de Melo Parente

Michelle de Oliveira Mafra Souza

Romilda Araújo Cumaru

Valéria Martins da Silva Pinho

O estado-da-arte: situação, ações, distorções e omissões na relação entre turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro 61

José Luís Abreu Dutra

Bernardo Vaz

Cristina Marins

Flavio Lenz

Tháisa Restani Veras

Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Salvador 123

José Antônio Gomes de Pinho

Aniele Marquez

Ivã Coelho

Mônica Santana

Exploração sexual de crianças e adolescentes em São Paulo 185

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Ilza Valéria Jorge

Júlia Brandão

Marina Farkas Bitelman

Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste: características da rede social de proteção 201

Analía Soria Batista

Eliane Maria Reis Neves

Thais Alves Moreira

Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux: Programa Turismo Sustentável & Infância 245

Glauco da Costa Knopp

Conclusão 255

Fernando Guilherme Tenório

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Parte II — O enfrentamento da exploração sexual na infância e adolescência: quatro casos 259

Introdução 261

Fernando Guilherme Tenório

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Atuação das ONGs em Manaus no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: um estudo de caso 263

Valdenei de Melo Parente

Michelle de Oliveira Mafra Souza

Romilda Araújo Cumaru

Valéria Martins da Silva Pinho

Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes: o caso da
Atlantica Hotels International 291

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites,
restrições e possibilidades de ação do Cedeca-BA 309

José Antônio Gomes de Pinho

Aniele Marquez

Ivã Coelho

Mônica Santana

Estudo de caso da Freeway Brasil 383

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Ilza Valéria Jorge

Júlia Brandão

Marina Farkas Bitelman

Conclusão 415

Fernando Guilherme Tenório

Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Sobre os autores 419

Prefácio



A questão da exploração sexual de crianças e adolescentes vem sendo tratada com rigor por organismos internacionais. O Brasil, seguindo essa mesma trajetória, deu um grande passo ao elaborar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Na área do turismo, algumas ações que possam contribuir com a prevenção e enfrentamento à exploração sexual já vêm sendo feitas em nível internacional. No Brasil, a criação do Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) é uma delas. Lançado em 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o TSI realizou campanhas de comunicação e trabalhos de qualificação profissional, como a sensibilização de trabalhadores e empresários que compõem a cadeia produtiva do turismo.

A partir de 2007, a atuação do TSI foi ampliada, com a criação do Observatório de Inovação Social do Turismo e do Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo, realizados em parceria com o Núcleo de Turismo, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e a Childhood Brasil, braço brasileiro da World Childhood Foundation, que também possui escritórios na Alemanha, Estados Unidos e Suécia.

Este livro apresenta os primeiros resultados do Observatório de Inovação Social do Turismo. O Observatório foi criado com o objetivo de avançar na

base teórica, identificando a situação da exploração sexual no turismo e as experiências efetivas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Participaram desta iniciativa professores e pesquisadores de cinco cidades brasileiras: Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Além dos resultados dos estudos apresentados neste livro, vale ressaltar a importância da parceria estabelecida entre governo, academia e organização não-governamental, reforçando as bases para a continuidade do trabalho desenvolvido pelas instituições.

Espera-se que a contribuição desta publicação vá além da disseminação do conhecimento, alcançando a sensibilização ao tema e o permanente exercício de reflexão difundido na academia, a concretização de ações práticas de organizações não-governamentais e a continuação de políticas públicas que tenham como valor máximo assegurar respeito a nossas crianças e adolescentes.

*Ministério do Turismo
Fundação Getúlio Vargas
Childhood Brasil*

Parte I



A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA LEITURA EM CINCO LOCALIDADES

Introdução



Fernando Guilherme Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Tem sido recorrente, nos últimos anos, o tema da exploração sexual na infância e adolescência, embora o problema não seja recente. Recentes são as políticas públicas avocadas ao fenômeno, bem como a preocupação de instituições universitárias no desenvolvimento de estudos que apontem não só as questões estruturais que estimulam o problema, como a fome e o analfabetismo, mas, também, aquelas de ordem conjuntural, qual seja, a identificação de organizações da sociedade civil que procuram solucionar esse embaraço na sociedade brasileira. E é nesse quadro contextual que surgem, neste livro, os resultados do projeto de pesquisa implementado na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), por meio de dois de seus programas de estudo: o Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs) e o Núcleo de Turismo.

No entanto, tal iniciativa acadêmica não teria resultados que se aproximassem da realidade do problema, sem que contasse com uma proposta não só de pesquisa, mas de um arranjo institucional que desse impulso e segmento a futuros estudos na relação do turismo e seus impactos sobre a sociedade. Para tanto, foi criado o Observatório de Inovação Social do Turismo entre o Pegs e o Núcleo de Turismo com apoio financeiro, inicial, do Ministério do Turismo (MTur) e da Childhood Brasil. Assim, em dezembro de 2006 foi elaborada a proposta de convênio que deu início em março de 2007 às ativida-

des do Observatório que, preliminarmente, atenderiam ao seguinte objetivo: promover a discussão, sistematização conceitual e divulgação de experiências efetivas, voltadas para o turismo articulado com a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Para a execução desse objetivo, a Ebape/FGV, por meio do Pegs e do Núcleo de Turismo, realizaria as seguintes atividades:

- ⊗ selecionar áreas temáticas de pesquisa que cotejem os interesses institucionais da FGV e da Childhood Brasil, alinhadas com as atividades desenvolvidas pelo Programa Turismo Sustentável & Infância;
- ⊗ selecionar os docentes e pesquisadores que comporiam grupos de trabalho, de modo a auxiliar na constituição de um corpo permanente de pesquisadores de turismo no Brasil;
- ⊗ construir e disseminar base teórica para o desenvolvimento sustentável do turismo, no sentido de oferecer consistência acadêmica para a discussão;
- ⊗ selecionar e premiar as melhores práticas de responsabilidade social no turismo relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- ⊗ divulgar as iniciativas premiadas através da publicação de artigos que disserem sobre as experiências de responsabilidade social em empresas turísticas, dentro da temática da proposta;
- ⊗ elaborar propostas de ação dentro da temática abordada.

Destacamos, além dos resultados alcançados com os estudos processados a partir das cinco capitais acordadas para o desenvolvimento da pesquisa: Brasília (DF), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), o método de trabalho adotado. Tal procedimento consistiu na formação de cinco grupos de trabalho, todos alinhados com instituições universitárias que, além da coordenação geral da pesquisa instalada na Ebape/FGV, composta por um professor, um assistente de coordenação de pesquisa e um assistente executivo, desenvolveriam suas atividades nas respectivas cidades. Os grupos tinham a seguinte formação: um professor, um mestrando, um graduando e um membro de organização da sociedade civil afinada com o tema de estudo.

Os grupos de trabalho foram constituídos nas seguintes instituições universitárias: Brasília (DF) — Universidade de Brasília; Manaus (AM) — Universidade Federal do Amazonas; Rio de Janeiro (RJ) — Fundação Getúlio Vargas;

Salvador (BA) — Universidade Federal da Bahia; e São Paulo — Fundação Getúlio Vargas. Ainda com respeito ao método da pesquisa, cada grupo de trabalho produziria um estudo que identificasse na sua cidade-capital qual a situação do fenômeno analisado, assim como casos exemplares no combate à exploração sexual da infância e adolescência, acrescidos das análises para premiação das melhores práticas de responsabilidade social no turismo relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Também deve ser ressaltado que os componentes desses grupos de pesquisa, mestrandos e graduandos, deveriam, ao término de seus cursos, defender dissertações (mestrandos) e monografias (graduandos) relacionadas ao tema em questão. Assim mesmo, os professores coordenadores e membros das organizações da sociedade civil poderiam apoiar-se no material da pesquisa para elaborar textos que servissem de estímulo acadêmico e de práticas de extensão e/ou assessoramento do problema pesquisado.

Cabe ainda, como destaque, o compromisso na divulgação dos resultados alcançados. Para tanto, este livro, composto de duas partes: “A exploração sexual na infância e adolescência: uma leitura em cinco localidades” e “O enfrentamento da exploração sexual na infância e adolescência: quatro casos”, tem este propósito. A primeira parte do livro procura resenhar a situação estrutural e conjuntural do fenômeno estudado em quatro capitais objeto da pesquisa, além da região Centro-Oeste. Já a segunda parte buscou identificar quais instituições da sociedade civil organizada confrontam o problema e como o fazem.

Não caberão dúvidas de que o panorama descrito na primeira parte é desalentador. Nem por isso deveremos nos render aos fatos descritos, até porque a questão que permeia a exploração sexual na infância e adolescência advém, principalmente, das carências sociais estruturais em que vive boa parte da sociedade brasileira. E, na sua relação com um dos setores mais visíveis e que mostra a “cara” do Brasil, o turismo, o fenômeno fica mais acentuado dada a imagem que projeta. A solução parece estar na projeção de políticas públicas que atendam às carências estruturais e na conscientização da sociedade brasileira quanto ao problema e, para isso, o ambiente universitário, junto com a sociedade civil organizada, pode ser um dos formadores dessa consciência.

Uma das experiências que visam o enfrentamento dessa problemática é descrita na primeira parte do livro. A Federação Brasileira de Convention &

Visitors Bureaux (FBCVB), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), desenvolve um projeto visando à sensibilização dos agentes que integram a cadeia produtiva do turismo do Brasil no sentido de contribuir para a proteção da infância contra a exploração sexual no turismo.

A segunda parte do livro parece demonstrar que já existem práticas originadas não só no espaço das organizações da sociedade civil, mas, também, de ações implementadas pelo ambiente empresarial privado. Contudo, tais práticas precisam ser disseminadas, reproduzidas e/ou atuarem como referência a outras organizações do segundo e terceiro setores, tanto no aprimoramento quanto na ampliação do combate à exploração sexual na infância e adolescência. Portanto, ficamos na expectativa de que este livro, apesar das suas limitações conceituais, metodológicas e de conteúdo, sirva como base a todos aqueles que têm a justiça social como a sua referência máxima para o bem-estar da sociedade brasileira.

Vale salientar ainda nesta Introdução a experiência alcançada com este projeto de pesquisa. De um lado, cabe apontar a interação, substantiva e adjetiva, das três instituições (MTur/Childhood/FGV) que conveniaram a criação do Observatório de Inovação Social do Turismo e do projeto de pesquisa. O processo de interação (coordenação) ocorreu de forma democrática, contribuindo, assim, para os resultados alcançados. De outro, destacamos a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Tal experiência metodológica, já praticada pelo Pegs e Núcleo de Turismo, confirma que o processo ensino-aprendizagem deve ser fundado em atividades que estimulem não só a relação teoria-prática, mas que, principalmente, aproximem os níveis de ensino dentro do espaço universitário — nesse caso professor, mestrando e graduando em aliança com organizações da sociedade civil que tenham como seu cotidiano práticas que procuram solucionar as carências da sociedade.

Turismo social e proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual em Manaus: situação recente



Valdenei de Melo Parente
Michelle de Oliveira Mafra Souza
Romilda Araújo Cumaru
Valéria Martins da Silva Pinho

Este capítulo descreve a situação recente da exploração sexual no turismo em Manaus, Amazonas, através do resgate das ações implementadas e em implementação por organismos governamentais, não-governamentais e setor privado.

Por ser uma área onde o turismo vem crescendo significativamente nos últimos anos, principalmente o turismo ecológico, Manaus tem sido alvo de atenção sobre o aumento da exploração sexual comercial infanto-juvenil ligada aos turistas que visitam o estado. Não só os estrangeiros, mas também os nacionais. De fato, segundo a Embratur, o número de turistas estrangeiros passou de 27.338, em 2001, para 32.744, em 2006, um incremento de 20%; e o turismo interno de 450.366, em 2001, para 775.090, em 2005, um aumento de 72%. Ao mesmo tempo, Manaus foi incluída como o sétimo município brasileiro no *ranking* dos 10 primeiros municípios em número de denúncias de abuso e exploração sexual (Abrapia, 2006).

Esse fato mostra que, ao lado do dinamismo econômico¹ que o turismo proporciona, surgem também problemas diversos ligados às questões sociais

¹ O turismo gera receitas turísticas diretas com os dispêndios dos turistas. Mas gera, também, receitas indiretas com as compras realizadas pelas empresas do setor turístico aos seus fornecedores, e receitas induzidas geradas pelo efeito multiplicador das receitas diretas e indiretas sobre o resto da economia. Portanto, o conjunto das atividades vinculadas à cadeia do turismo tem um elevado poder de alavancagem sobre o desenvolvimento econômico (Rua, 2006).

e ecológicas que precisam ser tratadas de forma responsável por toda a sociedade brasileira.

A questão da exploração sexual de crianças e adolescentes tem sido uma preocupação de segmentos importantes da sociedade. Isso porque a exploração e a violência sexual contra crianças e adolescentes, juntamente com a exploração sexual no turismo, um fenômeno até a pouco tempo “invisível”, passaram a aparecer no contexto sociopolítico. Não existe nenhuma estatística comprovada que dimensione o número de crianças e adolescentes que são exploradas sexualmente no Brasil, entretanto, pode-se afirmar que uma só criança depõe contra qualquer pretensão do Brasil de, um dia, autodenominar-se um país civilizado.

Nos últimos anos, algumas iniciativas foram tomadas, a exemplo da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada à apuração de Responsabilidades pela Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil, em 1993, pelo Congresso Nacional. Essa iniciativa, de primeira grandeza, trouxe pela primeira vez a temática para dentro do Estado, que é o principal responsável pela erradicação do problema.

Em outubro de 1994, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca) realizou a Conferência Metropolitana sobre a Prostituição Infanto-Juvenil Feminina e Políticas Públicas, em Salvador. Essa conferência, como exercício democrático e participativo, permitiu uma ampla discussão dos direitos e garantias individuais e coletivos, visando ações transformadoras que se materializaram nas propostas aprovadas.

Em março de 1995, o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes do Distrito Federal (Cecria) promoveu o Seminário sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil, em Brasília, que resultou em propostas, tais como: trabalhar a questão da exploração sexual não centrada somente na violência, mas enfatizando a questão dos direitos humanos; e aprofundar a discussão não só da exploração sexual de alcance internacional, mas principalmente em nível nacional.

Sabe-se que esse problema não se restringe apenas ao Brasil, a exemplo da realidade do continente asiático e da América Latina. A luta contra esse tipo de exploração já se manifestou também em movimentos organizados em forma de campanhas, como da End Child Prostitution in Asian Tourism, em Bangcoc, Tailândia, implantada em 1991, e que já envolve 34 países com o

nome de End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes (EPCAT). Nesse contexto, o Brasil se apresenta como um dos países em que a exploração sexual de crianças e adolescentes toma uma grande dimensão, com repercussão internacional.

No Brasil, país com larga extensão geográfica e realidades regionais distintas, as ações propostas para minimizar tal problemática surgem a partir do conhecimento dessas realidades. Entidades que trabalham na defesa e promoção dos direitos da criança se articulam em torno da idéia de implementar campanhas em nível nacional, buscando mobilizar a sociedade contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e do turismo sexual.

É certo que essas campanhas devem focalizar diretamente o objeto que pretendem trabalhar: a exploração e a violência sexual, pois esses crimes oprimem e comprometem o desenvolvimento psíquico, físico e mental de suas vítimas. Assim está definida a prostituição infanto-juvenil de acordo com os arts. 28 e 34 da Convenção Universal dos Direitos da Criança e o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Toda campanha deve envidar esforços na luta pelo fim da exploração sexual do turismo envolvendo crianças e adolescentes; deve reivindicar retaguardas de atendimento àqueles que já estão sendo vítimas; e sensibilizar a imprensa para o fim do enfoque errôneo dado ao crime: ele é cometido pelo explorador; os meninos ou meninas são vítimas e não devem fazer parte das páginas policiais.

Dessa forma, este capítulo pretende oferecer subsídios para sugestão de políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, vítimas do turismo em Manaus, que vem se expandindo de forma real, mas da qual não se dispõe ainda nem mesmo de registro estatístico organizado.

Para evidenciar o problema de uma forma sistematizada, este capítulo está estruturado em nove seções. Na primeira seção descrevem-se a metodologia e a base conceitual do trabalho; na segunda, expõem-se as ações e projetos realizados ou em implementação no estado, subdivididos em ações do governo municipal e do governo estadual; na terceira, quarta e quinta, as ações do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público, respectivamente; na sexta seção destaca-se o papel das organizações não-governamentais no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, especificamente, das duas ONGs que trabalham com essa questão, que são a Agência Uga-Uga de Comunicação e a Casa Mamãe Margarida; na sétima são feitas considerações

sobre a responsabilidade social das empresas de turismo e do setor hoteleiro local; na oitava é demonstrada a rede de serviços desenvolvidos pelas instituições locais que trabalham com a temática em foco, enfatizando o papel de cada uma no contexto, bem como as lacunas detectadas para o alcance de um melhor resultado, e finalmente, na nona, são tecidas as considerações finais.

Aspectos metodológicos e base conceitual

A pesquisa é do tipo exploratória e foi dividida em duas etapas. Teve como base, na primeira etapa, as informações coletadas através de pesquisa bibliográfica cujas fontes foram a internet e as publicações de instituições locais e nacionais que trabalham no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Também na primeira etapa foi feita uma sondagem junto às agências de viagem e ao setor hoteleiro para averiguar se havia alguma empresa que desenvolvesse ação ou projeto de responsabilidade social voltado para o combate ao turismo sexual. A sondagem se deu através de contatos telefônicos com 50% das agências de turismo (cerca de 33 empresas) que foram selecionadas de forma aleatória. Com relação ao setor hoteleiro, foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-AM) com o mesmo objetivo.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo com as agências de viagem e com o setor hoteleiro, por meio de entrevistas com os gerentes dessas empresas, além da continuação de pesquisa bibliográfica em bibliotecas de universidades e institutos de pesquisa. A pesquisa de campo foi aplicada a todas as agências de viagem cadastradas na Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav-AM), porém das 66 cadastradas apenas 37 responderam ao formulário, algumas por se negarem a participar da pesquisa, outras por não terem sido encontradas. Quanto ao setor hoteleiro, o universo da pesquisa foi obtido por meio do catálogo telefônico, totalizando 27 hotéis das principais redes do setor. Também pelos mesmos motivos ocorridos com as agências de viagens só nove hotéis responderam ao questionário. O instrumento de coleta utilizado foi o formulário estruturado com perguntas de ordem qualitativa com o objetivo de averiguar se esses empresários desenvolvem alguma atividade/projeto de responsabilidade social versando sobre a temática turismo sexual. Os resultados estão na sétima seção.

Dada a complexidade que envolve a questão, há necessidade de se esclarecer conceitos sobre a terminologia que é utilizada neste trabalho de forma recorrente.

O ponto de partida é o entendimento sobre o conceito de turismo sustentável. Segundo especialistas no assunto como Carner (2001), o conceito de turismo sustentável é uma resposta às externalidades negativas econômicas, sociais e ambientais geradas pelo desenvolvimento do setor por meio de medidas preventivas e de reparação aos danos causados à sociedade local.

O Código de Ética Mundial para o Turismo também defende o turismo como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo (art. 2º); como um fator de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais ao lado de um crescimento econômico que seja capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras (art. 3º); como fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade (art. 4º), e de benefício para as populações e comunidades locais que terão uma participação equitativa nas vantagens econômicas, sociais e culturais (art. 5º).

O turismo sexual é uma das “externalidades negativas” do turismo sustentável, para utilizar as palavras de Carner, que precisa ser reparada e uma das modalidades de exploração sexual,² combatida com muita veemência pelo Código de Ética do Turismo, em seu art. 2º, item 3.

A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual, e em particular quando afeta as crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência. Portanto, conforme o direito internacional deve-se combatê-la sem reserva, com a colaboração de todos os Estados interessados, e penalizar os autores destes atos com o rigor das legislações nacionais dos países visitados e dos próprios países destes, mesmo quando cometidos no exterior.

² Segundo a Agenda de Ação de Estocolmo, exploração sexual pode ser compreendida como todo tipo de atividade em que as redes, os aliciadores e os clientes usam o corpo de meninos ou meninas para tirar proveito de caráter sexual com base numa exploração comercial e no poder (apud Leal, 1999).

A definição operacional de turismo sexual utilizada pelo Cecria (Leal, 1999) é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país. Envolve uma rede de agentes intermediários que agem de forma direta, com a cumplicidade ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes, barracas de praias, garçons, porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros, taxistas, prostíbulos, casas de massagem e da cafetinagem. Essas redes funcionam com a participação de diversos atores que desempenham várias funções (aliciadores, proprietários, empregados e outros tipos de intermediários). Acrescente-se a essa rede de agentes o transporte fluvial de luxo, que também é utilizado para essa prática na região amazônica.³

Também é importante fazer a distinção entre as categorias da violência sexual, que são o abuso sexual e a exploração sexual — “porque a causa, a abordagem e o tipo de atendimento se diferenciam nos dois casos”, declara a socióloga Marlene Vaz (apud Andi, WCF e Unicef, 2003:27) que assim define:

Abuso sexual — situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes. De acordo com dados contidos em denúncias ocorre na maioria das vezes dentro da própria família. Quando se trata de um caso extrafamiliar, acontece, em geral, na vizinhança e em instituições de atendimento e prestação de serviços.

Exploração sexual — ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição.

³ “A Polícia Civil do Amazonas está investigando uma nova rota de prostituição infantil para o turismo sexual no município de Barcelos, 450 km a oeste de Manaus, um dos principais destinos de pesca esportiva na região amazônica. As investigações apontam que meninas de 14 a 17 anos são aliciadas em casas de shows da capital para programas com turistas — brasileiros e estrangeiros. Uma menina de 16 anos ouvida pela Agência Folha [de São Paulo] contou como a rede de aliciadores do turismo sexual age em Barcelos (AM). A menina contou que foi com 16 garotas para Barcelos em um iate. ‘Tinha mais ou menos uns 10 homens dentro. Tinha vários camarotes.’ A viagem começou no dia 16 e terminaria dia 19. ‘Os homens iam continuar no iate porque iam pescar no alto rio Negro.’” (*Folha de S. Paulo*, 29 set. 2004).

Por fim, o turismo social, um conceito ainda em evolução, é importante porque destaca questões de equidade e solidariedade com as comunidades anfitriãs, ampliando a noção de turismo social para um conceito de “turismo para todos”. “O acesso ao turismo não está mais restrito ao visitante (...), mas também aos anfitriões, que devem ter tanto acesso aos recursos turísticos como aos benefícios do turismo (...)” (Falcão, 2006:133). Para melhor entender o turismo social, o autor mostra a diferença entre o turismo tradicional e o turismo para todos (turismo social) da seguinte forma:

Turismo tradicional	Turismo social
O turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo do desenvolvimento macroeconômico	Objetivo do desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem-estar

Em resumo, a proposta de turismo social é que a ação do turismo respeite as diferenças, incorpore a igualdade de oportunidades e estimule uma nova ética no processo de consumo, oferta, produção e distribuição dos benefícios da atividade turística.

O setor hoteleiro e as agências de viagem são as categorias empresariais que trabalham diretamente com essa atividade econômica. Dadas as “externalidades negativas” oriundas da atividade turística e traduzidas em turismo sexual, como esses empresários têm contribuído para minimizar esta questão social? Aí entra uma extensa discussão envolvendo muitos autores sobre a participação do setor privado em ações sociais.

Martinelli (1997)⁴ defende a premissa de que as empresas, para sobreviver, têm que se adequar à nova realidade, deixando de ser apenas geradoras de emprego, ampliando seu papel na sociedade através de implementação de

⁴ O autor trata as empresas como organismos vivos.

ações sociais não só por motivos de obrigação social, mas como estratégia de sobrevivência no mercado. Nesse sentido, “a aproximação de algumas empresas junto a suas comunidades sinaliza ou evidencia uma sugestão de natureza estratégica, ainda que não necessariamente seja a única razão para a adoção de um programa de atuação comunitária” (Lieberman, 2004:26).

Os autores Machado e Lage (2002) e Peliano (2001) apresentam três enfoques distintos de atuação do setor empresarial na implementação de ações sociais junto à comunidade beneficiária: clientelista, emancipatório e transformador.

O enfoque clientelista preconiza que a empresa realiza ação social de forma esporádica, sem um planejamento sistematizado e sem monitoramento das atividades desenvolvidas na comunidade. Isto é, não se preocupa em implantar um projeto sustentável para que a comunidade possa se tornar independente. Muito pelo contrário, a comunidade fica dependente dos recursos da empresa para a manutenção das atividades.

No enfoque emancipatório, a empresa investe na emancipação e autonomia da comunidade, ou seja, há uma preocupação em ver as causas e a superação dos problemas vivenciados pelos comunitários. As doações não são esporádicas e já existe um processo de monitoramento das atividades realizadas pela comunidade.

Quanto ao enfoque transformador, os projetos são implementados continuamente, e a dedicação da empresa não se verifica só através dos recursos disponibilizados, mas também pelo envolvimento dos funcionários na discussão e ajuda das questões de interesse da comunidade. Em outras palavras, os projetos implementados têm uma ação proativa frente às demandas sociais.

Todas as questões já expostas esclarecem os conceitos relacionados à temática em estudo e oferecem subsídios para a análise da situação da rede de instituições que desenvolvem trabalhos de prevenção, sensibilização, atendimento e abrigo para o público vitimizado.

As ações do Estado

Ações do governo municipal

O município de Manaus inicia, ainda que de maneira incipiente, algumas ações de sensibilização no combate a essa problemática. A Prefeitura de Ma-

naus, por intermédio de suas secretarias municipais, promove ações pontuais de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Essas ações fazem parte de projetos desenvolvidos por diversas secretarias, que buscam, conforme suas atribuições, minimizar esse cenário.

A Fundação Municipal de Turismo (Manaustur), responsável por fomentar o turismo e ser um facilitador na atração de turistas, negócios e empreendimentos ligados ao setor, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável do município de Manaus, busca integrar todos os atores econômicos, sociais, políticos e ambientais, envolvidos nesse segmento, nas ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao turismo sexual. Além de atuar como parceira nas atividades de fins comuns executadas por outras instituições.

Os planos, projetos e atividades em elaboração ou implementados pela Prefeitura de Manaus são descritos a seguir.

Plano de política de turismo para Manaus

Atualmente, está em processo de elaboração, onde ressalta como um dos princípios norteadores do plano, o combate ao turismo sexual no município, através de campanhas de educação e sensibilização junto ao *trade* turístico. Visto que identificou-se a existência de 66 agências cadastradas e 61 não-cadastradas, nos dados da Abav-AM, e que não foi registrado nenhum trabalho de combate ao turismo sexual na região.

Portanto, é compromisso da Manaustur instituir, no Plano de Política do Turismo no Município de Manaus, campanhas envolvendo todos os profissionais, serviços e equipamentos desse setor para garantir assim o desenvolvimento do turismo responsável, reconhecedor dos direitos das crianças e adolescentes, e erradicar a utilização inadequada dos equipamentos do turismo para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Além de buscar estimular a formação de uma consciência crítica na sociedade, mediante o uso dos meios de comunicação de massa sobre essa realidade, e desenvolver ações contra a impunidade mobilizando a opinião pública para exigir a aplicação das leis existentes.

Projeto Nova Ponta Negra

A praia da Ponta Negra, localizada a 13 km do centro de Manaus-AM, é um dos principais pontos turísticos da cidade. É dotada de toda infra-estrutura, ainda que necessite de recuperação em suas dependências, tais como: anfiteatro, com capacidade para 15 mil pessoas, onde são realizados shows de música e dança regional, quadras de areia, ciclovia, mirante, *playground*, calçadão, bares, restaurantes, sorveterias, lanchonetes, feira de artesanato e um amplo estacionamento.

Em função da sua relevância turística e pela demanda por seus atrativos, principalmente aos fins de semana, os bares e restaurantes estão sempre lotados. Como consequência, muitos problemas socioambientais são identificados nessa área, tais como: a presença do trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e a prática da exploração sexual no turismo, poluição sonora, hídrica, visual, além da disposição inadequada dos resíduos gerados, entre outros.

Sendo assim, se fez necessário um trabalho de sensibilização dos usuários e permissionários sobre as diversas formas de degradação do ambiente, visando minimizar os impactos negativos das atividades humanas e assim promover melhor qualidade de vida e de serviços oferecidos à população.

Para tanto, a Manaustur elaborou o Projeto Nova Ponta Negra, cuja ação voltou-se para a revitalização do Parque Cultural, Esporte e Lazer Ponta Negra, em parceria com outras secretarias municipais, onde se estabeleceu pontos principais de atuação como: a recuperação estrutural do logradouro, com a redestinação dos espaços; e a contenção da exploração sexual e trabalho infanto-juvenil.

A presença constante de crianças e adolescentes na área agrava o problema e potencializa generalizadamente os riscos, inclusive os de uso e comercialização de substâncias tóxicas, evidenciando o drama do abandono, do desabrigo, da exclusão educacional, da fome e desnutrição, o que, conseqüentemente, acaba induzindo essas crianças à prostituição e/ou a se tornar reféns da ação inescrupulosa de adultos para a exploração da prática sexual.

Portanto, o projeto foi realizado com o objetivo de inibir essas práticas e os shows eróticos promovidos pelos permissionários da praia. Com ações educacionais e sociais desenvolvidas pelas secretarias parceiras que atuavam conforme suas competências, visando esclarecer, sensibilizar e orientar o público

usuário para o combate à exploração sexual no turismo, além das abordagens realizadas pelo Juizado da Infância e da Juventude e da Polícia Militar.

O projeto foi executado em 2005, por um período de um ano, todos os domingos, e as abordagens eram realizadas aos fins de semana em horários estratégicos. Durante sua execução observaram a redução das atividades realizadas pelos permissionários e a diminuição substancial do trabalho infantil.

No entanto, não houve continuidade desse trabalho nos anos seguintes, dadas à necessidade de recursos humanos disponíveis, enfraquecendo as ações do projeto, além da ausência de secretarias parceiras o que dispersou as atividades. Diante do exposto, percebeu-se a importância do compromisso social dos órgãos governamentais, o resultado positivo só será avassalador se houver responsabilidade. Essa responsabilidade deveria ser a meta a cumprir pelos parceiros e não apenas um ato pontual estabelecido pela secretaria executora.

Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (Pair)

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil foi apresentado, deliberado e aprovado na Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 12 de julho de 2003. A partir desse momento, tornou-se a diretriz nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças no âmbito das políticas públicas e sociais.

Participaram da discussão e da elaboração do plano nacional representantes do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, de órgãos do Executivo federal, estadual e municipal, de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais, assim como representantes juvenis e integrantes dos conselhos de direito e dos conselhos tutelares.

O plano nacional tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmando os princípios da proteção integral da criança e do adolescente, bem como sua condição de sujeitos de direito. Reafirma ainda a prioridade absoluta à criança e ao adolescente, em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Atende ainda ao compromisso político do governo brasileiro, firmado na Declaração e Agenda para Ação, aprovada no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, 1996.

O objetivo do plano é estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O plano nacional se estrutura em torno de seis eixos estratégicos e cada um deles define os objetivos, os prazos e as parcerias pertinentes, descritos a seguir.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

- ⊗ Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo país. Identificar as causas, os fatores de vulnerabilidade e modalidades de violência por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas.
- ⊗ Diagnosticar a situação e as condições do enfrentamento da violência sexual.
- ⊗ Levantar orçamentos necessários à execução do plano.
- ⊗ Monitorar e avaliar a efetiva implementação do plano.
- ⊗ Divulgar e socializar as informações sistematizadas sobre a violência através de dados estatísticos.

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

- ⊗ Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate à violência sexual; promover campanhas visando à mudança de concepções, práticas e atitudes que estigmatizam crianças e adolescentes; e elaborar projetos educativos para a formação e valorização da dignidade humana.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

- ⊗ Atualizar a legislação sobre crimes sexuais; combater a impunidade, garantindo a proteção jurídico-social às crianças e aos adolescentes com o fortalecimento de centros de defesa, consolidação dos conselhos de direitos e tutelares e do sistema integrado de delegacias.
- ⊗ Disponibilizar, divulgar e integrar os serviços de notificação; e adotar medidas coercitivas em relação ao tráfico de crianças e adolescentes através de

acordos de cooperação internacional, visando coibir o tráfico e responsabilizar os autores.

ATENDIMENTO

- ⊗ Garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual; e intervir junto a famílias que vivem situações de violência sexual.

PREVENÇÃO

- ⊗ Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando o fortalecimento da sua auto-estima e defesa contra a violência sexual; enfrentar os fatores de risco da violência sexual; promover o fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual; informar, orientar e capacitar os diferentes atores envolvidos a respeito da prevenção à violência sexual; e promover a prevenção à violência sexual na mídia e em espaço cibernético.

PROTAGONISMO JUVENIL

- ⊗ Incrementar a participação de crianças e adolescentes em espaços de garantia de seus direitos; comprometer crianças e adolescentes com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; e promover a mudança de concepção das instituições que trabalham com jovens, no sentido de assegurar o protagonismo infanto-juvenil.

Pacto de Manaus para o Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes

O Plano Operativo/Manaus foi elaborado tendo como base a pesquisa de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual

comercial, as várias denúncias feitas pelo Disque Denúncia da época, pelo Diagnóstico Participativo da cidade de Manaus e as deliberações do Seminário Municipal realizado no período de 7 a 9 de julho de 2003.

O plano tem como orientação as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, organizadas pelos eixos: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, prevenção, atendimento e protagonismo juvenil.

O monitoramento e avaliação das ações propostas e a gestão participativa do processo serão de responsabilidade local e das coordenações municipal, estadual, federal e do Programa de Ações. O pacto foi assinado no dia 17 de setembro de 2003, em Manaus, Amazonas-Brasil, com a sociedade civil organizada, a Prefeitura Municipal de Manaus, o governo estadual, o governo federal, a Agência Americana para o Desenvolvimento, representada pelo Partners of the Americas (Pommar), e os demais organismos que se comprometem, em mútua cooperação, apoiar a implantação e implementação do Plano Operativo Municipal.

A Comissão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair) em Manaus é formada com as instituições: Agência Uga-Uga de Comunicação; Casa Mamãe Margarida; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Pé na Taba; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Conselho Tutelar; Delegacia Regional do Trabalho (DRT-AM); Estação Direito; Fundação Alfredo da Mata; Inspetoria Salesiana/Fedaca; Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc); Secretaria de Justiça do Amazonas (Sejus/Conen); Juizado da Infância e Juventude; Lar Fabiano de Cristo; Delegacia de Proteção; Fundação Municipal de Turismo (Manauatur); Maternidade Moura Tapajós; Movimento Comunitário pela Cidadania (Mococi); Movimento Nacional Meninos de Rua; Pastoral do Menor; PRT-AM; Secretaria Municipal da Infância e Juventude (Seminf); Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas); Secretaria Municipal de Educação (Semed); Secretaria de Saúde do Amazonas (Susam); Secretaria Municipal de Saúde (Semsu); Projeto Sentinela; Sociedade Nosso Lar; Universidade Federal do Amazonas (Ufam); e Empresa Estadual de Turismo (Amazonatur).

Atividades realizadas por eixo no ano de 2005

Durante a realização das atividades nos eixos de atuação, foram enfrentados alguns entraves como: falta de articulação nos eixos, análise de situação, defesa e responsabilização, mobilização e articulação e protagonismo juvenil; rotatividade dos membros e a não-disponibilidade de uma pessoa específica para atuar na Comissão pela Instituição; falta de envio dos relatórios dos eixos para a secretaria da comissão e informações das atividades de cada eixo; falta de condições de atendimento da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; agilidade nos laudos periciais; falta de uma vara especializada da criança e juventude.

ATENDIMENTO

- ⊗ Lançamento da Ficha de Notificação de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes por parte das secretarias estadual e municipal de Saúde.
- ⊗ A Secretaria Municipal de Saúde realizou palestras com a temática “Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes” nas escolas municipais e estaduais em parceria com as secretarias municipal e estadual de Educação.
- ⊗ O Programa Sentinela, além de fazer atendimento psicossocial e jurídico, está fazendo trabalho pedagógico, preventivo nas escolas e comunidades, palestras, oficinas e fantoches, além de participar de fóruns e dar palestras nas universidades, tendo como principais parceiros o Hospital Francisca Mendes e a Fundação Alfredo da Mata.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

- ⊗ O eixo implantou e operacionalizou o Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde da Mulher por meio da Ufam.
- ⊗ Reconhecimento da Ufam como instituição qualificada em treinamento na área de violência.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

- ⊗ Criação da Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente.
- ⊗ Criação da Delegacia Especial da Mulher.

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

- ⊗ Panfletagem interestadual no dia 18 de maio, Dia de Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes, em parceria com a Ufam e Programa Sentinela.

PREVENÇÃO

- ⊗ Criação das subcomissões de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas secretarias municipal e estadual.
- ⊗ Palestras nas escolas da rede estadual e municipal de educação com a temática “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes e planejamento familiar” em parceria com as secretarias de Saúde e Programa Sentinela.
- ⊗ Realização das campanhas “18 de maio: Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, “12 de junho: Combate à Erradicação do Trabalho Infantil” e “Aniversário do ECA”.
- ⊗ Criação da cartilha com informações básicas do ECA para educação.
- ⊗ Foram produzidos e distribuídos 10 mil folderes informativos sobre a violência em vários aspectos, contendo endereços e telefones de serviços essenciais de atendimento às vítimas.
- ⊗ Apresentação e distribuição do Guia Escolar editado como mais um instrumento de proteção à criança e ao adolescente.

PROTAGONISMO JUVENIL

- ⊗ Realização do I Fórum Juvenil de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes com participação de 78 jovens.

- ⊗ Audiência na Assembléia Legislativa e Câmara Municipal no dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com leitura da Carta de Natal.
- ⊗ Capacitação por parte da Agência Uga-Uga de 12 adolescentes sobre a elaboração de projetos na área de violência sexual.

Seminário Eliminando o Tráfico de Criança e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual: o Papel dos Trabalhadores dos Transportes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Federação Internacional de Trabalhadores em Transportes (ITF) e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes promoveram o seminário internacional Eliminando o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual: o Papel dos Trabalhadores dos Transportes. O objetivo foi discutir o papel dos trabalhadores dos transportes de diferentes países da América Latina na prevenção e denúncias do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e fomentar ações articuladas entre esses atores e a rede de proteção de crianças e adolescentes no Brasil.

Esse evento foi realizado nos dias 14 e 15 de março de 2007, em Manaus-AM, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), da Confederação Nacional dos Transportes (Sest/Senat), das ONGs Partners of the Americas e Childhood Brasil e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc) e outras instituições parceiras.

Iniciou-se a discussão apresentando os principais conceitos e marco legal no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao tráfico para os mesmos fins.

Segundo definição de tráfico no Protocolo de Palermo, “tráfico de pessoas” deve significar o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre a outra, para o propósito de exploração.

Exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos.

A prática criminosa que promove a saída ou entrada do território nacional, estadual ou municipal de crianças e adolescentes para inseri-los no mercado do sexo gera a violação dos direitos humanos e uma agressão à dignidade humana; promove a violência sexual, que desrespeita sexualidade, porque as insere em atividades sexuais, impróprias à sua idade e desenvolvimento psicossocial; a violência que articula gênero, raça-etnia e classe atinge mais as crianças e adolescentes pobres, negras e do sexo feminino.

Como conseqüências, essas crianças e adolescentes são vítimas da violação dos princípios da igualdade, liberdade e respeito; da segregação da sexualidade; da violação da identidade; redução do sentido de ser social; da marginalização social e econômica; ainda, não possuem o reconhecimento da cidadania e da condição de igualdade.

No que se refere ao transporte hidroviário, o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA) apresentou, através da Organização e Capacitação dos Trabalhadores Hidroviários para Desenvolver a Integração Aquaviária Sul-americana, o projeto Sistema de Identificação e Controle para Eliminação do Tráfico de Crianças e Adolescentes, campanha “No barco certo”.

Necessidade de solução integrada aquaviária tem sido condicionada, cada vez mais, ao planejamento e gestões participativas, principalmente tripartites e paritárias, isto é, conselhos consultivos e decisórios integrados por participação equivalente de representantes governamentais, classes empresariais e representantes legítimos de trabalhadores profissionais.

O chefe da Divisão de Combate ao Crime da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) apresentou as atribuições e estrutura do DPRF, além de expor sobre a atuação e apreensão nos casos de tráfico de seres humanos (TSH). Segundo o relato, o tráfico de seres humanos é a terceira atividade do crime organizado mais rentável, perdendo apenas para o tráfico de armas e drogas (ONU). A configuração do crime é dificultada pela sutileza da conduta e pelo entendimento da vítima (não se vê como vítima). As principais vítimas do TSH no Brasil são as mulheres, a vítima paga por um transporte sem segurança, motivada por uma falsa expectativa.

No exterior, as vítimas têm documentação retida, impossibilitando o retorno ao país de origem. Internamente a dependência ocorre por endividamento ou por ameaças. No Brasil, as quadrilhas de exploração do TSH utilizam as rodovias federais como meio de consecução. O transporte, inicialmente realizado em ônibus e caminhões fretados, para burlar a fiscalização, passou a utilizar ônibus de linha regular, interestadual e carros de passeio.

O sucesso da atuação policial está na “entrevista” eficiente ao transportador e aos passageiros (olhar atento, sensível e despido de preconceitos). Através da atuação da Polícia Federal pode-se registrar alguns fatores positivos, tais como a crescente aproximação com os órgãos de fiscalização, repressão e inteligência; parceria com a SEDH para recebimento das denúncias encaminhadas através do Disque-Denúncia; aproximação com o ministérios públicos federal e estaduais; atuação da Divisão de Combate ao Crime junto às regionais; convênio com a ANTT para fiscalização de transporte coletivo; capacitação continuada de seus agentes; envolvimento de estados e municípios na repressão ao TSH; e parcerias com organismos e entidades dedicadas ao enfrentamento.

A DPRF não está medindo esforços para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos através da criação da Divisão de Combate ao Crime, da integração com outros órgãos de enfrentamento, da atuação na fiscalização ao transporte de passageiros, participação integrada com a rede de enfrentamento e recebimento de denúncias através da SEDH, adoção da telefonia tridígito (191), reestruturação dos núcleos de operações especiais e capacitação dos agentes.

Os objetivos específicos do projeto participativo seguem as propostas de planejamento estratégico da Childhood Brasil e suas instituições parceiras, propondo novas tecnologias para identificação e controle de tráfico de crianças e adolescentes, com o estabelecimento de quatro grandes objetivos:

- ⊗ articular governos, empresas e organizações de terceiro setor, garantindo que, na busca de soluções para o problema, eles cooperem mais entre si, troquem mais informações e trabalhem em sinergia;
- ⊗ educar os aquaviários que são ou podem vir a ser clientes da exploração sexual de crianças e adolescentes, para que eles se transformem em agentes de proteção e em co-responsáveis pela eliminação do problema;

- ⊗ promover o desenvolvimento das organizações que atendem a crianças e adolescentes e, assim, fortalecer o sistema de proteção de crianças e adolescentes, especialmente, as que se encontram em situação de maior risco;
- ⊗ estabelecer um sistema de identificação e controle do tráfico intermunicipal, interestadual e internacional de crianças e adolescentes, pela participação dos aquaviários e portuários na gestão de tecnologias eletrônicas e digitais seguras e integradas para o controle de banco de dados nacionais e internacionais.

Para alcançar tais objetivos, o projeto busca executar uma metodologia estruturante em disseminar e compartilhar informações para todos os segmentos do sistema de proteção de direitos envolvidos com o fenômeno — comunidades, famílias, escolas, organizações não-governamentais, conselhos tutelares, varas de infância e juventude, polícia federal e outras, alcançando inclusive o setor empresarial, fabricantes de embarcações e acessórios, distribuidoras de combustível, empresas de transporte ou empresas que utilizam o sistema de transporte aquaviário e multimodais no Brasil.

Dessa feita, o referido seminário trouxe uma ampla discussão de vários segmentos de transportes, visando estabelecer de que forma as organizações presentes podem trabalhar conjuntamente e contribuir para a eliminação do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Primeira teleconferência sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

Como representante municipal de turismo, a Manaustur recebeu um convite do Ministério do Turismo para participar da primeira teleconferência sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que foi realizada no dia 25 de abril de 2007, no horário das 14 h às 18 h, no auditório do Senac, Manaus-AM, cujo objetivo foi integrar o Programa Turismo Sustentável & Infância em todo o território para formar multiplicadores que atuam no controle aos problemas na cadeia do turismo.

Entre as palestras apresentadas pode-se destacar: desenvolvimento sustentável do turismo; desenvolvimento sustentável e exploração sexual de

crianças e adolescentes; destinos turísticos e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil; mecanismos de proteção; e responsabilidade social da empresa.

Essa conferência contou com a participação dos acadêmicos de turismo e do órgão municipal de turismo (Manaustur), porém não compareceram os profissionais da área hoteleira, agências de viagens e empresas de eventos. Esse fato é lamentável, visto que os organizadores do evento enviaram fax para a Casa do Turismo e Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-AM) a fim de estender o convite a todos os associados, dada a importância da participação dessa categoria.

Através da conferência foi possível esclarecer assuntos importantes quanto à violação dos direitos humanos, o que as empresas podem fazer para mudar esse cenário e como a sociedade civil poderá contribuir para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Apresentou-se ainda a campanha do Ministério do Turismo sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo através do Ligue 100.

III Caminhada da Zona Leste em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes — ECA 2007

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdih) promoveu em 18 de maio de 2007 das 7 h às 11 h, a III Caminhada da Zona Leste em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes — ECA 2007, que teve como título “Semeando um novo tempo”. Esse evento foi alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, constituído pela Lei Federal nº 9.970, data escolhida em razão do crime que comoveu toda nação brasileira em 1973, o Caso Araceli, uma menina de oito anos que foi cruelmente assassinada após ter sido estuprada, em Vitória, no Espírito Santo.

Conselhos tutelares

O Conselho Tutelar é órgão previsto no art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, que o ins-

tituiu como “órgão autônomo, não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

Tem como função:

- ⊗ o atendimento às crianças e adolescentes, adotando medidas de defesa, proteção e encaminhamento quando aqueles forem desrespeitados em seus direitos;
- ⊗ orientação educativa e aconselhamento aos pais ou responsáveis;
- ⊗ execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumprir suas decisões;
- ⊗ levar ao conhecimento do Ministério Público fatos que o estatuto tenha como infração administrativa ou penal;
- ⊗ encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes;
- ⊗ tomar providências para que sejam cumpridas as medidas socioeducativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores;
- ⊗ expedir notificações em casos de sua competência;
- ⊗ requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário;
- ⊗ assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- ⊗ entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que essas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente;
- ⊗ levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder;
- ⊗ fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executam programas de proteção e socioeducativos.

Existem implantados e em funcionamento nove unidades do Conselho Tutelar em Manaus: Zona Sul I, Zona Sul II, Zona Oeste, Zona Norte, Zona Leste I, Zona Leste II, Zona Centro Sul, Zona Centro-Oeste e Zona Rural. Esses conselhos estão localizados em áreas estratégicas para atendimento ao público-alvo e onde ocorrem com maior frequência os casos de violação aos direitos da criança e do adolescente.

Estudos realizados revelam que os conselhos tutelares locais enfrentam várias dificuldades, entre elas a insuficiência da rede de apoio para atendimento às solicitações feitas pelos conselhos, o que compromete sobremaneira a missão da instituição frente aos desafios e demanda da comunidade e das famílias,⁵ além das precárias condições de trabalho traduzidas pela falta de infra-estrutura adequada dos prédios onde estão instalados.⁶

Ações do governo do estado

As ações de proteção às crianças e adolescentes contra a exploração sexual estão a cargo da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) e a Amazonastur, órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo no estado, em parceria com as demais secretarias estaduais como a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (Seduc), Secretaria de Justiça (Sejus), Secretaria de Saúde do Amazonas (Susam), entre outras. Participa de vários projetos federais como o Pair e o Projeto Sentinela e promove campanhas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes não só na capital, mas em outros municípios do estado. Além disso, presta apoio técnico aos municípios para a implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), onde são desenvolvidos os programas Sentinela e de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) destinados a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social. Também é responsável pela estruturação da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual de Proteção a Pessoa Idosa, Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Proteção à Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual de Direito da Mulher.

Entre os programas/projetos coordenados pela Seas destacam-se os descritos a seguir.

⁵ Pesquisa realizada por uma aluna da Ufam sobre o Conselho Tutelar da Zona Oeste de Manaus teve como resultado que ele “não conta com uma rede de apoio que dê conta do público-alvo. No sentido de ampliação de políticas de atendimento, as poucas solicitações feitas pelos conselheiros não foram respondidas positivamente. A participação da comunidade nas eleições para conselheiro tutelar não é expressiva, entretanto, o conhecimento da existência do conselho e suas atribuições revelam o avanço real desse órgão como defensor de seus interesses. A maior parte das violações contra os direitos de crianças e adolescentes fere o Direito à Convivência Familiar e Comunitária. A articulação do conselho com o CMDCA ainda se revela frágil e distante não permitindo ações que denotem reciprocidade entre esses dois órgãos” (Farias, s.d.).

⁶ *A Crítica*, AM, p. Cidades C5, 13 jul. 2007.

Programa Sentinela

A partir das metas estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o governo brasileiro implantou em 2001 o Programa Sentinela, com objetivo de implementar ações de atendimento às vítimas da exploração sexual, segundo apregoa o art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As ações do programa são desenvolvidas pelo Centro de Referência Serviço de Proteção Social à Criança e Adolescentes Vítimas da Violência, Abuso e Exploração Sexual, que disponibiliza atendimento integral, especializado e multiprofissional às crianças e aos adolescentes vitimizados pela violência. Para a eficácia do programa há necessidade de uma rede articulada de serviços para garantir a proteção integral ao público-alvo, criando condições para a garantia dos direitos fundamentais e o acesso aos serviços públicos existentes no município de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer (Seas, 2007).

O Programa Sentinela está implantado em 19 municípios do estado com apoio das prefeituras,⁷ que executam, através dos centros de referência, ações de abordagem educativa, atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, acompanhamento permanente, abrigamento por 24 horas (quando for o caso) e oferta de retaguarda ao sistema de garantia de direitos (Seas, 2007).

Projeto Cunhatã e Curumim

Entre os projetos realizados pela Seas obteve-se informação sobre o Projeto Cunhatã⁸ e Curumim, realizado no período de setembro de 1997 a junho de 1999, em parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social. A área de abrangência foi de 29 municípios do estado e as ações foram implementadas por meio de uma ampla rede de articulação, envolvendo entidades governamentais e não-governamentais, universidades, rede de hotelaria, conselhos

⁷ Benjamin Constant, Canutama, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Maraã, Manacapuru, Tapauá, Tonantins, Urucará, Barcelos, Coari, Carauari, Maués, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Tabatinga e Parintins.

⁸ Estão corretas as formas *cunhantã* e *cunhatã*, mas o projeto adota esta última.

municipais e estaduais de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente. O objetivo foi realizar ações integradas nas áreas de assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, desporto, cidadania e justiça contemplando os adolescentes em situação de risco social, dando ênfase à prevenção da exploração sexual infanto-juvenil (Leal, 1999).

A Seas está dando continuidade ao projeto por meio de parcerias com as prefeituras municipais de 27 municípios e sete ONGs.⁹ Essa parceria se traduz em cooperação técnica e financeira às prefeituras e às ONGs locais. A Seas orienta e capacita os coordenadores estaduais quanto à operacionalização do programa. Posteriormente, a coordenação estadual capacita os gestores do programa (coordenadores e instrutores municipais). É um programa de atendimento socioassistencial a crianças e adolescentes na prevenção à exploração sexual infanto-juvenil (Seas, 2007).

O público-alvo são os adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, situação de rua, exploração sexual, uso de drogas e violência familiar. E os objetivos são:

- ⊗ desenvolver atividades de proteção integral, voltadas à promoção humana;
- ⊗ reforçar o processo de aprendizagem escolar;
- ⊗ estimular o interesse na preservação e conservação do meio ambiente;
- ⊗ proporcionar acesso a informações sobre temas de interesse do segmento: drogas/DST etc.;
- ⊗ promover a reinserção familiar;
- ⊗ desenvolver habilidades para a vida, facilitando o convívio em família;
- ⊗ legitimar o jovem como ator de mudança social;
- ⊗ possibilitar o desenvolvimento de ações e serviços intersetoriais.

Com relação às atividades desenvolvidas pela Amazonastur, especificamente foram as seguintes:

⁹ Prefeituras de Apuí, Anamá, Autazes, Barcelos, Benjamim Constant, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Jutai, Juruá, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Uarini, Urucará, Urucurituba.

ONGs: Prelazia de Lábrea, Centro Esperança de Pauini (Prelazia de Lábrea), Centro Esperança de Tapauá (Prelazia de Lábrea), Centro Educacional do Puraquequara, Sementinha, Liga Feminina do Estado do Amazonas e Adcam.

- ⊗ realização de Campanha de Sensibilização contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, do Ministério do Turismo no município de Parintins, no 40º Festival Folclórico de Parintins, no período de 22 a 28 de junho de 2005;
- ⊗ realização de Campanha de Sensibilização contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, do Ministério do Turismo, na festa da Ciranda, no período de 25 a 27 de agosto de 2005;
- ⊗ realização de Campanha de Sensibilização contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, do Ministério do Turismo, em Maués, na 24ª Festa do Guaraná em dezembro de 2005;
- ⊗ participação de ação realizada pela Secretaria de Ação Social do Estado (Seas), com o tema: Campanha de Combate à Prostituição no Turismo no período de 30 de junho a 1º de julho, no 41º Festival Folclórico de Parintins, a ação foi realizada no aeroporto, porto e meios de hospedagem;
- ⊗ membro da Comissão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair), no eixo de mobilização e articulação, que tem como objetivo desenvolver ações que buscam fortalecer redes nacionais, regionais, estaduais e municipais, comprometendo poderes públicos e sociedade civil como responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes. No âmbito internacional, fortalecer as redes que atuam com os crimes transnacionais como o sexo no turismo, a pornografia e o tráfico para fins sexuais, bem como divulgar o posicionamento do Brasil sobre esses fenômenos de violência sexual. Nesse eixo, a Amazonastur, como órgão oficial de turismo, atuará diretamente;
- ⊗ participação na apresentação do Plano Operativo Local (POL) Pair/2006 e Oficina: Política Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos;
- ⊗ participação no seminário de discussão sobre a Rede Nacional do Pair, esse encontro teve como objetivo, além do fortalecimento da Rede Pair; a socialização das informações sobre a exploração sexual infanto-juvenil nos outros estados, bem como aperfeiçoar as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus;
- ⊗ participação do seminário, com o tema Eliminando o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual: o Papel dos Trabalhadores dos Transportes, que teve o objetivo de apontar estratégias para diminuição do tráfico nas fronteiras;
- ⊗ participação no dia 26 de abril de 2007 da primeira teleconferência sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;

- ⊗ participação do I Encontro de Executores do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e III Encontro Nacional do Protagonismo Juvenil no Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente em Brasília-DF nos dias 14 a 17 de maio de 2007;
- ⊗ participação da audiência pública na Câmara Municipal de Manaus, sob o tema “Violência sexual contra crianças e adolescentes: esquecer é permitir, lembrar é combater”, ocorrida em 6 de junho de 2007.

Também uma instituição bastante atuante no combate à exploração sexual é a Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente. Fazendo parte da rede de instituição que trabalha de forma integrada no combate à violência sexual, tem como função:

- ⊗ fiscalização dos estabelecimentos, centros e locais de diversão pública, para efeito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ⊗ execução de atividades de proteção, prevenção e vigilância às crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência;
- ⊗ atendimento de requisições formuladas por autoridades judiciárias e membros do Ministério Público;
- ⊗ condução de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, para atendimento técnico e junto aos conselhos tutelares.

Essa delegacia já liderou várias abordagens em hotéis da capital e no aeroporto internacional Eduardo Gomes distribuindo panfletos aos turistas em defesa das crianças e dos adolescentes vítimas do turismo sexual. Esse trabalho de prevenção intensificou-se após o naufrágio de uma embarcação, em 19 de setembro de 2004, quando morreram cinco meninas, sendo duas menores. “A tragédia expôs a rota do turismo sexual para turistas que participam da temporada de pesca. É preciso medidas urgentes para coibir esse crime contra crianças e que fere ainda a imagem do turismo no Amazonas” (depoimento da delegada titular Graça Silva, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, de 29 set. 2004).¹⁰

¹⁰ As investigações da Polícia Civil do Amazonas apontam que meninas de 14 a 17 anos são aliciadas em casas de shows da capital para programas com turistas — brasileiros e estrangeiros — que acontecem dentro de iates de luxo, no percurso da viagem pelo rio Negro, ou nos hotéis da selva.

Ações do Poder Legislativo

Audiência pública sobre o Código de Conduta do Turismo do município de Manaus

O projeto de lei apresentado é uma declaração formal, de livre adesão, destinado a orientar e regular a conduta de empresas, pessoas, agentes públicos, entidades civis e serviços, direta ou indiretamente vinculados à indústria do turismo. A adesão será feita junto ao Comitê Manauara Interinstitucional do Turismo que será criado, conforme o projeto, mediante decreto do Poder Executivo. Segundo o autor do projeto, vereador Gilmar Nascimento,

cabará ao comitê promover campanhas de divulgação e valorização do código. Quem aderir ao código se compromete a informar, sensibilizar e orientar os diversos segmentos da atividade turística sobre os termos pactuados no documento, e também a agir permanentemente contra todo ato que caracterize exploração sexual de crianças e adolescentes, denunciando atos suspeitos.¹¹

A audiência pública estava prevista para acontecer no dia 11 de maio de 2007 às 10 h no auditório da Câmara Municipal de Manaus, porém foi cancelada e a nova data não foi agendada.

Ações do Poder Judiciário

Também o Poder Judiciário, através do Juizado da Infância e da Juventude, participa do sistema de instituições que realizam trabalhos de proteção a crianças e adolescentes. No caso de violação dos direitos da criança e do adolescente, o Juizado da Infância e da Juventude toma medidas cabíveis através de apuração de ato infracional aplicando penalidades aos casos encaminhados pelo Ministério Público ou pelos conselhos tutelares.

Ações do Ministério Público do Estado do Amazonas

O Ministério Público também faz parte da rede de instituições que executa ações dentro das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança

¹¹ Disponível em: <www.cmm.am.gov.br/noticia_simples_2006.asp?ID=2421>.

e do adolescente, conforme preconiza o art. 88 do ECA: “São diretrizes da política de atendimento — integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional”.

Além da interseção judicial, o Ministério Público estadual participa também de programas socioeducativos de forma articulada com as demais instituições que trabalham com a temática proteção à criança e ao adolescente. De fato, em 2003, instituiu, em parceria com a rede municipal de ensino, através do programa Plantão Escolar, e com a rede estadual através dos programas Prae e Procov, o programa social comunitário denominado Escolinha do ECA. O Programa tem por objetivo transmitir de maneira pedagógica o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através de uma leitura temática com destaque para o aspecto construtivo do direito posto. Concomitantemente, deve-se levar em conta o perfil da tarefa executiva judicial das promotorias de Justiça, da tarefa policial da delegacia especializada e da tarefa executiva persuasória dos conselhos tutelares.

A programação consiste, basicamente, em encontros com os alunos, pais, professores e comunidade no auditório da sede do Ministério Público em Manaus, ou, não sendo possível, na própria rede escolar e em outros locais apropriados. O número de participantes é, no máximo, de 60 por vez, conforme prévia seleção promovida pela parte interessada.

A meta é contribuir para a “consciência cidadã” como um todo; muito embora, desde já, se somem os esforços para que seja concretizada a proteção integral à criança e ao adolescente.

As organizações não-governamentais (ONGs)

Existem em Manaus duas organizações não-governamentais em atividade¹² trabalhando dentro da temática em estudo que são a Agência Uga-Uga de Comunicação e a Casa Mamãe Margarida.

¹² Encontra-se desativada, no momento, a ONG Estação Direito, que trabalhava mais diretamente com o turismo sexual de crianças e adolescentes, segundo informações obtidas com uma de suas integrantes. Desenvolvia um projeto nessa linha numa comunidade rural, localizada próxima a um hotel da selva, importante do estado.

Agência Uga-Uga de Comunicação

Iniciou seus trabalhos em torno do universo juvenil em agosto de 1997, mas só foi fundada oficialmente em abril de 2000. Após oficializada sua criação, tornou-se uma referência no trabalho com o público juvenil no Amazonas. Integra a Rede Andi — Rede de Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente, uma parceria que teve início em 2000, a partir da criação do projeto Núcleo de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desenvolve vários projetos em Manaus, entre eles os descritos a seguir.

Projeto Apoená — Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: o combate à violência por meio da educação

Este projeto tem como proposta mobilizar a sociedade civil e órgãos do Poder Executivo a promoverem ações de enfrentamento e políticas públicas voltadas para o combate à violência sexual infanto-juvenil na capital e interior do estado do Amazonas. Fazem parte do projeto os municípios de Parintins e Itacoatiara.

Projeto Escola Cidadã: comunicação gerando cidadania

O projeto foi criado com o objetivo de capacitar, em metodologias de educação, professores e alunos da rede pública de ensino de Manaus para a melhoria do ensino-aprendizagem.

A Agência investe na construção de metodologias que primem pela educação, por entender que a comunicação é uma ferramenta educativa poderosa, definida como um processo compartilhado e mediado pelos meios e não somente determinado por eles.

Projeto *Jornal Uga Uga*

O *Jornal Uga-Uga* originou-se do Projeto Jornal na Escola, uma ação desenvolvida, em 1997, pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) e pelo Fundo das

Nações Unidas para a Infância (Unicef). Tem como objetivo desenvolver uma ferramenta de comunicação gerenciada por jovens e adolescentes da rede pública de ensino de Manaus e voltada para esse mesmo público. A equipe desse projeto realiza oficinas de treinamento e capacitação para que os estudantes possam desempenhar as atividades previstas na elaboração do jornal de forma crítica e criativa, de acordo com as técnicas e linguagens dos meios de comunicação.

Casa Mamãe Margarida

A Casa Mamãe Margarida nasceu com uma proposta educativa e formativa para favorecer a cidadania de meninas em situação de risco pessoal e social através do protagonismo juvenil. É uma instituição de caráter filantrópico, social, educacional e religioso, sem fins lucrativos, dirigida pelas irmãs salesianas e mantida através de convênios e/ou doação de benfeitores.

O público-alvo de atendimento são meninas provenientes de famílias com problemas econômicos e sociais refletidos diretamente em sua formação. De fato, dadas as suas precárias condições de vida no que diz respeito à alimentação básica, educação e falta de orientação familiar, saem às ruas em busca de alternativas de vida, onde, muitas vezes, são induzidas ao vício, à marginalidade e à prostituição.

O principal método utilizado é o sistema preventivo consubstanciado pela ação educativa, que procura incentivar as jovens atendidas a redescobrirem valores humanos e morais como a amizade, a solidariedade, a auto-estima, o compromisso e o valor do trabalho honesto como forma de vida digna.

Dessa forma, a Casa Mamãe Margarida oferece uma educação integral onde a menina possa descobrir e desenvolver suas aptidões cognitivas, culturais, artísticas e manuais, oferecendo oportunidade de atendimento bio-físico-social (médico, odontológico, psicológico e social).

Entre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- ⊗ programas socioeducativos e evangelizadores, alimentação diária, assistência médica, psicológica e social;
- ⊗ abrigo para crianças e adolescentes que correm risco de vida dentro do seio familiar;

- ⊗ ensino profissionalizante — informática, atividades promocionais e de ocupação como corte e costura, crochê, artesanato popular, gesso, bordado, pintura em tecido, inserção de meninas em disfunção de idades e série no ensino fundamental (1ª a 4ª série);
- ⊗ acompanhamento e orientação escolar para as que estudam da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio;
- ⊗ defesa dos direitos das crianças e adolescentes quando estiverem ameaçados, violados ou negligenciados;
- ⊗ organização da comunidade educativa, promovendo a capacitação dos educadores e o protagonismo juvenil;
- ⊗ articulação e parceria com ONGs e órgãos governamentais apoiando e oferecendo retaguarda para as organizações e movimentos comunitários, Juizado da Infância e da Juventude, conselhos tutelares, entre outros;
- ⊗ atividades artísticas (desenho, pintura, canto, dança, teatro, violão e flauta);
- ⊗ atividades físicas, desportivas, de lazer e recreação.

As agências de viagem e o setor hoteleiro

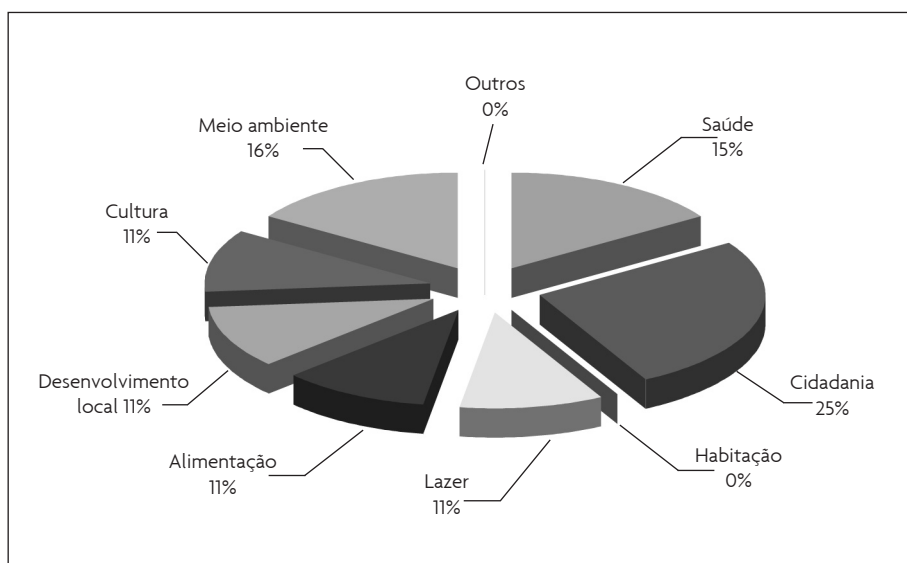
Segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagem do Amazonas (Abavi-AM) existem cadastradas 66 empresas de viagens no estado. Foi feita uma consulta aleatória por telefone a 33 agências e nenhuma delas declarou desenvolver alguma atividade ou projeto na área de prevenção ao turismo sexual. Também o setor hoteleiro local, representado pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Amazonas (ABIH-AM), não desenvolve qualquer trabalho de responsabilidade social nessa área temática.¹³

De fato, a pesquisa de campo comprovou que nenhuma empresa, tanto as agências quanto os hotéis, desenvolveu ou desenvolve qualquer atividade/projeto sobre turismo sexual. Apenas 22% das agências desenvolveram/desen-

¹³ Em que pese a essa constatação no setor hoteleiro e agências de viagens, estudos realizados pelo Ipea (2006) sobre a ação social das empresas do norte, destacam na região o Amazonas como o estado que mais investe em ação social para seus funcionários, familiares e comunidades. De fato, 87% das empresas entrevistadas declararam realizar atividades sociais não-obrigatórias para seus funcionários e familiares, em 2004, e apenas 10% declararam não ter realizado qualquer atividade social, excluídas as atividades de caráter obrigatório, para comunidades e empregados.

volvem algum projeto/atividade de responsabilidade social em outras áreas, como pode ser visualizado na figura 1. As principais áreas de atuação são saúde e alimentação com 25% e 15%, respectivamente. Interessante destacar a preocupação com ações voltadas para a proteção do meio ambiente, pois 16% das agências declararam realizar ações de responsabilidade social nessa área. Pode-se interpretar essa participação significativa como o fato de os recursos naturais da Amazônia serem os produtos oferecidos pelo turismo ecológico, atraindo turistas para a região, os quais constituem a demanda para essa categoria de empresários.

Figura 1
Área de atuação dos projetos/atividades de responsabilidade social desenvolvidos pelas agências de viagem de Manaus



Quanto ao público-alvo das ações realizadas pelas agências de viagens, 67% dessas ações beneficiaram a comunidade, contemplando não só a zona urbana mas também a comunidade ribeirinha do município de Manaus; 22% crianças e adolescentes; e 11% os funcionários das empresas. Quanto às dificuldades citadas para a realização das atividades, 49% das agências indicaram como a principal a falta de incentivos por parte do governo; 17% alegaram

falta de apoio governamental e o mesmo percentual ausência de desconto nos impostos pagos.

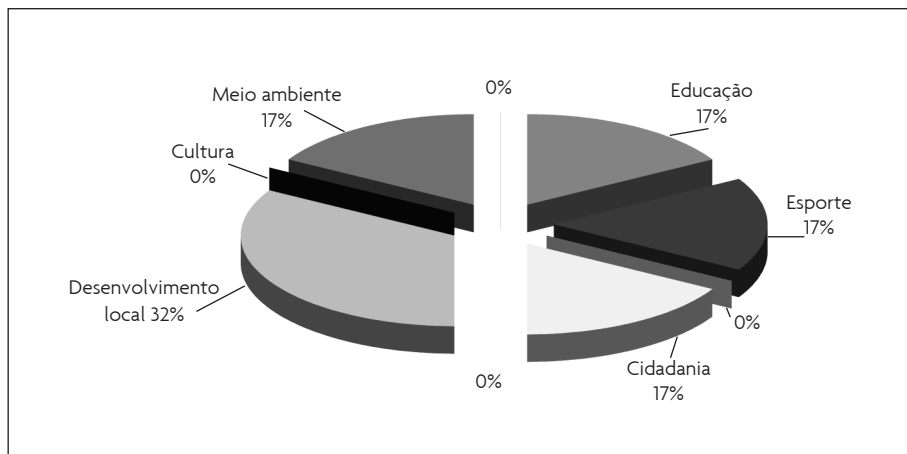
As agências de viagem que não realizam algum tipo de atividade na área social (78% delas) declaram como motivos de sua não-participação os seguintes: falta de tempo (37%); é responsabilidade do governo (25%); não é seu papel (13%); não tem interesse (13%); falta de dinheiro (8%); e apenas 4% declaram falta de oportunidade.

No entanto, apesar desse alto índice atual de não-participação, 69% das agências declaram que estariam dispostas a implementar algum tipo de ação visando ao combate do turismo sexual em proteção às crianças e adolescentes. E ofereceram as seguintes sugestões:

- ⊗ atuação mais eficiente dos órgãos públicos que cuidam da questão;
- ⊗ maior rigor na fiscalização tanto nacional quanto internacional;
- ⊗ investimento na educação das crianças;
- ⊗ punição rigorosa a quem praticar exploração sexual de crianças e adolescentes;
- ⊗ desenvolver campanhas de conscientização sobre o tema;
- ⊗ conscientizar a população a fiscalizar e denunciar o problema;
- ⊗ fiscalização intensa nos hotéis e alertar as empresas sobre o tema;
- ⊗ parceria entre o governo e o setor privado para, em conjunto, agirem no combate ao turismo sexual;
- ⊗ desenvolver estudos sobre o tema para auxiliar a compreensão da questão e poder intervir de forma eficiente e eficaz;
- ⊗ desenvolvimento de projetos de inclusão social para crianças e adolescentes;
- ⊗ mais fiscalização nos pontos turísticos;
- ⊗ criação de lei específica sobre turismo sexual.

No que diz respeito ao setor hoteleiro observou-se uma maior participação nas ações de responsabilidade social, uma vez que 44% deles declararam já ter desenvolvido ou desenvolvem algum tipo de atividade social. Aqui as áreas de atuação (figura 2) são mais concentradas, sendo o desenvolvimento local a mais importante com 32%; as outras são cidadania, meio ambiente, esportes e educação. Os beneficiários principais são as crianças na faixa etária até 12 anos (40%) seguidas dos adolescentes de 13 a 17 anos e os idosos (acima de 50 anos) com 20% cada um e residentes no município de Manaus.

Figura 2
Área de atuação dos projetos/atividades de responsabilidade social desenvolvidos pelos hotéis de Manaus



Fatores como falta de transporte, falta de apoio do governo e de incentivos e falta de pessoal de apoio foram as dificuldades apresentadas pelos hotéis para realização de atividades no campo social.

Quanto aos hotéis que nunca realizaram atividades sociais, 50% alegaram que é responsabilidade do governo, 25% não têm dinheiro e os outros 25% alegaram falta de tempo.

Mas em que pese ao setor hoteleiro não realizar nenhuma ação na área de proteção a crianças e adolescentes contra o turismo social, 50% do setor declararam estar dispostos a implementar atividades nessa área.

Para combater o turismo sexual, os hotéis indicaram as seguintes sugestões:

- ⊗ mais fiscalização e cumprimento intransigente das normas;
- ⊗ punição com mais rigor para os infratores;
- ⊗ investimento na educação;
- ⊗ adoção de medidas para inibir a entrada de hóspedes acompanhados de crianças que não sejam os pais.

O que se pode concluir da pesquisa realizada é que esses empresários ainda se encontram num estágio *clientelista* onde as ações são desenvolvidas

esporadicamente, mais como filantropia do que como empresas cidadãs que assumem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento social da comunidade.

Tal como acontece com o meio ambiente onde já se verifica alguma preocupação por parte das empresas deveria também, ainda que incipiente, haver uma preocupação com o turismo sexual para que essa atividade econômica começasse a reparar os danos causados à sociedade local e ser tratada como uma atividade sustentável. Mesmo porque, além de mitigar os efeitos perversos, serviria também como um fator de competitividade e como marketing para atrair um maior número de consumidores.¹⁴

Rede de serviços de proteção à criança e ao adolescente contra a exploração sexual em Manaus

O movimento social ressalta a importância do trabalho em rede para tratar de assuntos que envolvem um conjunto de instituições e de atores que trabalham com o mesmo foco temático. É importante porque os trabalhos necessitam ser executados de forma integrada, multidisciplinar e articulados para que não haja sobreposição nem de atividades e, nem de recursos financeiros.

O que se pôde observar após a análise dessa rede de serviços existente em Manaus é que ainda são precárias as trocas de informações entre os vários autores envolvidos, as metodologias adotadas e o conhecimento adquirido ainda não são socializados entre eles e, principalmente, com quem quer ter uma “visão de fora” sobre a temática.

A participação do estado (executivo estadual e municipal) é incipiente, restringindo-se a atos de mobilização pontuais realizados por meio de campanhas de conscientização em eventos culturais e datas comemorativas. Praticamente não existe divulgação sobre os trabalhos desenvolvidos no estado e nem uma campanha intensiva de conscientização da sociedade sobre a ques-

¹⁴ Martinelli (1997) defende a existência de três tipos de organizações que atuam no campo da responsabilidade social: as que visualizam nisso oportunidades de negócio; as que se preocupam em manter um relacionamento harmonioso e ético com todos que compõem seus grupos de interesse e as que atuam como empresas cidadãs que assumem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento social da comunidade (apud Liberman, 2004).

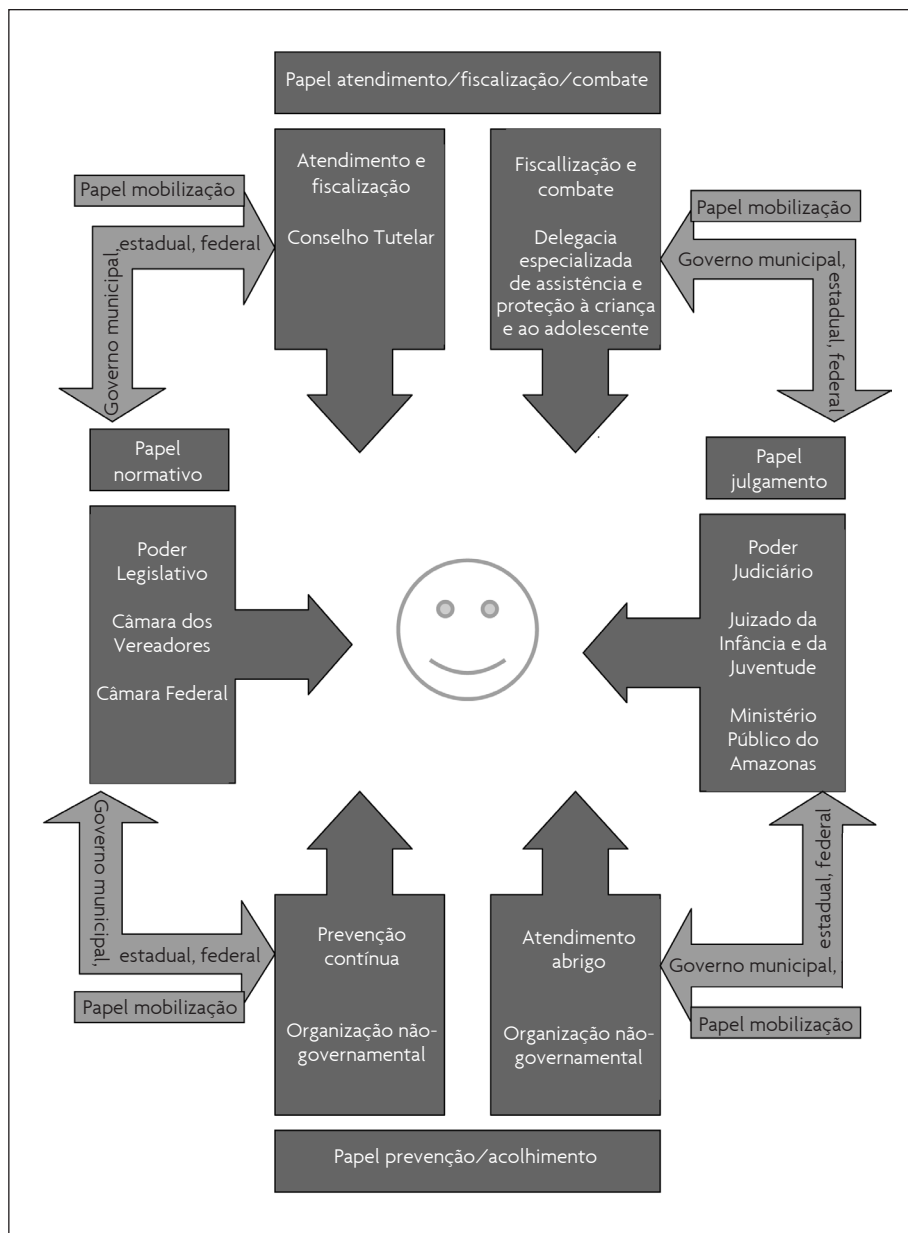
tão para que a população possa ser co-partícipe desse processo de mudança na relação entre turistas e a comunidade local.

Outra observação diz respeito à ausência de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos projetos/atividades executados visando receber os *inputs* sobre a política implementada, a qualidade dos serviços e os resultados obtidos. Com esse monitoramento é possível redirecionar as atividades tornando-as mais eficazes e eficientes, caso os resultados obtidos não tenham sido o esperado. Ademais, praticamente, inexistem registros de informações sobre os resultados dos projetos/atividades, exatamente por não existir um sistema de acompanhamento.

A rede de serviços de proteção à criança e ao adolescente contra a exploração sexual, em Manaus (figura 3), é constituída por organismos do governo do estado e do município e pelas organizações não-governamentais. As instituições públicas desenvolvem atividades de prevenção, fiscalização, combate e atendimento às vítimas da violência sexual, incluindo o turismo sexual. As organizações não-governamentais trabalham de forma preventiva, mas continuamente implementando projetos de sensibilização e conscientização sobre os direitos dos jovens e adolescentes e de realização de diagnóstico para subsidiar os planos de políticas públicas formulados pelos governos municipais. A ONG Mamãe Margarida participa, oferecendo abrigo para as meninas vítimas do abuso sexual que lá residem até os 18 anos. É importante enfatizar que embora essas meninas tenham recebido na casa uma educação integral descobrindo e desenvolvendo suas aptidões cognitivas, culturais, artísticas e manuais, quando completam 18 anos terão que se mudar do abrigo, enfrentando sérias dificuldades por não disporem de moradia e ainda não terem maturidade suficiente para enfrentar os problemas lá fora, de manutenção, alimentação, transporte, emprego etc. Preocupada com essa situação, a direção da casa tem planos de criar uma república para acolher as meninas egressas do abrigo Mamãe Margarida.

Observou-se a ausência do setor empresarial nessa rede institucional. O setor não desenvolve qualquer ação social nessa área, por enquanto. Existem alguns empresários que realizam trabalhos sociais em outras áreas, mas ainda atuam de forma clientelista e não têm consciência da importância desse trabalho de responsabilidade social para os seus negócios.

Figura 3
 Rede de serviços de proteção à criança e adolescentes contra
 a exploração sexual, em Manaus (2007)



Diante das colocações, verifica-se a importância das ONGs nesse contexto. O estado realiza atividades de prevenção, fiscalização, atendimento, sensibilização e mobilização que são importantes, mas que podem ser entendidas como ações de resultados de longo prazo. Já as ONGs, no caso da Uga-Uga, desenvolvem projetos com resultados que podem ser obtidos no médio prazo porque são ações contínuas e, no caso da Mamãe Margarida, desenvolvem ações concretas de apoio e de solução do problema hoje (curto prazo) com reflexos positivos no longo prazo.

Então o caminho para a minimização dos problemas de violência sexual contra crianças e adolescentes parece ser o compartilhamento da responsabilidade do estado com as ONGs e com o setor empresarial para que ações concretas possam ser desenvolvidas com maior eficiência e eficácia, visando alcançar os objetivos de proteção ao público infanto-juvenil em Manaus.

Considerações finais

Além das ações que foram e estão sendo realizadas para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, é fundamental que haja em seu bojo o princípio da democratização das informações, transparência nas ações e pluralidade nas articulações. Sem isso não é possível chegar aos objetivos propostos. Uma campanha, um projeto só se torna realidade se somar todos os esforços. Essa é a atitude necessária para dar um basta aos horrores da exploração sexual de crianças e adolescentes que vivem o drama de terem suas vidas profundamente marcadas e seu futuro comprometido. Finalmente, esse tema entra para a agenda nacional e hoje faz parte das discussões de vários segmentos organizados. Os esforços empreendidos pelas entidades ligadas a esse trabalho, principalmente aquelas que têm no seu dia-a-dia ações voltadas para as populações marginalizadas, hoje são uma realidade.

Com relação à exploração sexual, especificamente, o que tem mais chance de dar certo, segundo Nara Menezes, são soluções intersetoriais. Ou seja, não adianta fazer programa só de atendimento ou só de prevenção. Tudo tem de estar funcionando em conjunto e de forma integrada: prevenção, atendimento, controle social, serviços de abrigamento. “Trata-se de um conjunto muito articulado de setores e políticas, tanto governamentais quanto não-go-

vernamentais e paralelamente a isso duas coisas importantes devem ser implementadas: programas de geração de renda, de inserção e atenção à família” (apud Figueiredo e Boschi, s.d.).

Muitas entidades vinham tentando fazer com que o problema extrapolasse as constatações de seus relatórios para concretizarem-se em debates públicos e elaboração de propostas para possíveis soluções. Assim, diariamente, tem-se gerado informações de seminários e encontros dos mais diversos grupos que estão cara a cara com o problema, articulando ações que deixam clara a posição tomada de assumir a existência do problema e debater com todos os segmentos sociais.

Sabe-se que todo trabalho que envolve ações coletivas defronta-se com dificuldades que precisam e estão sendo trabalhadas: uma delas é garantir repasse de informações, troca de experiências, seminários e produção de material; esta é uma tarefa para quem tem garra e clareza de objetivos. Esses recursos ainda não foram obtidos, mas não impediram a continuidade da proposta.

Espera-se que as ações ora apresentadas possam contribuir para uma melhor visualização de todos os passos dados até o momento na luta contra a violência, exploração sexual infanto-juvenil e o turismo sexual.

O processo vivenciado tem demonstrado que é viável, necessário e seu propósito tem que ser atingido rapidamente, ou seja, a utilização de meninos e meninas e os fatores que levam esses jovens à prostituição têm que acabar no Brasil. Sabe-se que esse trabalho só poderá atingir seu objetivo na medida em que as autoridades brasileiras e o conjunto da sociedade estiverem envolvidos e dispostos, política e economicamente, para assumir tal compromisso.

No entanto, compete a todos os profissionais do turismo iniciar esse processo de sensibilização nacional e internacional, pois só a denúncia não basta. Aos cidadãos, cabe a responsabilidade de procurar saídas para essa triste realidade, promovendo ações de sensibilização e envolvendo concretamente todos aqueles que acreditam nos direitos humanos e na mudança deste país.

As ações empreendidas nos últimos anos tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil brasileira mostram que os esforços de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes ganharam lugar de destaque na agenda pública brasileira. O fortalecimento dessa luta passa necessariamente por um envolvimento cada vez maior da sociedade no tema, pela adoção de políticas

públicas decisivas de prevenção e combate ao problema e pela punição dos envolvidos e responsáveis pelo crime.

Como contribuição à formulação de políticas públicas de proteção ao público infanto-juvenil listam-se a seguir as sugestões obtidas após a análise da situação atual detectada em Manaus.

- ⊗ Mais fiscalização e cumprimento intransigente das normas.
- ⊗ Punição com mais rigor para os infratores.
- ⊗ Investimento na educação.
- ⊗ Adoção de medidas para inibir a entrada de hóspedes acompanhados de crianças que não sejam os pais.
- ⊗ Atuação mais eficiente dos órgãos públicos que cuidam da questão.
- ⊗ Realização de campanhas de conscientização sobre o tema.
- ⊗ Efetivação de parceria entre o governo, ONGs e o setor privado para, em conjunto, agirem no combate ao turismo sexual.
- ⊗ Apoio do governo para desenvolvimento de estudos sobre o tema para auxiliar a compreensão da questão e poder intervir de forma eficiente e eficaz.
- ⊗ Desenvolvimento de projetos de inclusão social para crianças e adolescentes.
- ⊗ Criação de lei específica sobre turismo sexual.
- ⊗ Criação de serviços de abrigo para as crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

Referências bibliográficas

ABRAPIA. Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. *Relatório Amazonas*: denúncias de abusos e exploração sexual, 2002.

_____. _____. _____. 2006.

ANDI; WCF; UNICEF. *O grito dos inocentes*: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003. v. 5. (Série Mídia e Mobilização Social).

BARBOSA, H.; PAIM, I.; KOSHIMA, K.; XAVIER, S. *Programa Sentinela Nacional*. Disponível em: <www.cedeca.org.br/publicacoes/constr_21.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2007.

CARNER, F. *Turismo sostenible en Centroamérica y el Caribe*. Cidade do México: Cepal, 11 oct. de 2001.

CFTUR; MANAUSTUR. *Relatório de participação no seminário: Eliminando o Tráfico de Criança e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual: o Papel dos Trabalhadores dos Transportes*. Manaus, 2007.

DITUR; MANAUSTUR. *Projeto Nova Ponta Negra*. Manaus, 2005.

EMBRATUR. *Anuário estatístico, 1999/2000*. Brasília, 2001.

_____. *Anuário estatístico, 2005*. Brasília, 2006.

_____. *Anuário estatístico, 2005/2006*. Brasília, 2007

FALCÃO, P. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. C. M. (Orgs.). *Discussões e propostas para o turismo no Brasil: Observatório de Inovação do Turismo*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

FARIAS, V. F. *Avaliação do Conselho Tutelar da Zona Oeste de Manaus*. Pibic/CNPq/Ufam. Disponível em: <www.usp.br/siicusp/12osiicusp/ficha3400.htm-7k>. Acesso em: 29 jul. 2007.

FIGUEIREDO, K.; BOCHI, S. B. B. *Violência sexual: um fenômeno complexo*. Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes), s.d. Disponível em: <www.cecria.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2007.

IPEA. Diretoria de Estudos Sociais — Disoc. *A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil*. Brasília, jul. 2006.

_____. *Ação social das empresas do Norte: quem são e onde estão, em 2004?* Brasília, maio 2006.

LEAL, M. L. P. *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe* (Relatório Final – Brasil). Brasília: Cecria, IIN, Ministério da Justiça, Unicef, Cese, 1999. Disponível em: <www.cecria.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2007.

LIBERMAN, V. *Empreendedorismo social: um processo em construção*. Estudo de caso de três empresas gaúchas. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MACHADO, A. L. C. S.; LAGE, A. C. Responsabilidade social — uma abordagem para o desenvolvimento social: o caso da CVRD. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., Salvador, 2002. *Anais...*, Salvador: Anpad, 2002.

MARTINELLI, A. C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS. *ABC do Conselho Tutelar*. Disponível em: <www.mp.am.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2007.

PELIANO, A. M. *Bondade ou interesse?* Como e porque as empresas atuam no social. Ipea, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 7 jul. 2007.

RUA, M. das G. Turismo e políticas públicas de inclusão. In: *Turismo social: diálogos do Turismo uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

SEAS. Coordenação Estadual do Sentinela/Secretaria de Estado da Assistência Social. *Sentinela*. Disponível em: <www.seas.am.gov.br/programas_02.php?cod=1576>. Acesso em: 3 ago. 2007.

Sites consultados

<rec.web.terra.com.br/hoteltur/codigo.htm>.

<www.rebidia.org.br/noticias/direito/camp_nac.html>.

<www.juristas.com.br/a_2595~p_1~Turismo-sexual:-o-problema-que-se-agrava-dia-riamente>.

<www.agenciaaugauga.org.br/>.

<www.casamamaemargarida.org.br/>.

O estado-da-arte: situação, ações, distorções e omissões na relação entre turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro



José Luís Abreu Dutra

Bernardo Vaz

Cristina Marins

Flavio Lenz

Thaísa Restani Veras

Nos últimos anos, a questão do turismo sexual tem sido frequentemente discutida no Brasil. É grande o número de reportagens em jornais de grande circulação, de manchetes estampando as capas das principais revistas nacionais, além das reportagens veiculadas nos noticiários e mesmo em produções da televisão voltadas para o entretenimento que vêm abordando o tema. Entretanto, é ignorada por grande parte dos autores que estudam segmentação de mercado em turismo. Embora citem em alguns trechos seus atrativos, a simples idéia de que esse segmento exista causa sensações desagradáveis em todos os membros do mercado internacional do turismo.

Esse segmento é a parte do mercado turismo que mais cresce em todo o mundo e principalmente no Brasil. Para muitos países em desenvolvimento, o sexo representa importante atração turística e é considerado um fenômeno político e econômico. Como qualquer outro mercado, não poderia existir se não houvesse demanda que legitimasse socialmente transações dessa natureza (Leheny, 1995).

Com o crescente fluxo de turistas estrangeiros no Brasil, torna-se impossível ignorar essa realidade. É fundamental a necessidade de compreensão do mercado de turismo sexual, incluindo o seu dimensionamento e suas principais características. A prostituição, entre adultos, não é crime, mas é preciso estudar, por exemplo, as tênues linhas de ilegalidade que aparentemente rondam esse

mercado. O consumo de drogas ilícitas é uma preocupação, bem como a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, sendo esta última alvo de diversas ações do governo brasileiro para combater essa realidade.

Merece referência a instalação, em 1993, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil na Câmara dos Deputados, que estudou denúncias, recomendou providências e propôs medidas concretas para atacar o problema. Em 1995, formou-se a Frente Parlamentar pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, que objetiva trabalhar no Congresso Nacional para a reformulação do Código Penal Brasileiro, para a aprovação de projetos de leis que venham a beneficiar a vida das crianças e adolescentes e acompanhar e fiscalizar as ações dos governos federais, estaduais e municipais. Nesse mesmo ano foi lançada a campanha pelo fim da exploração, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes, tendo como lema “Exploração sexual: não dá para engolir”, promovida pela Casa Renascer, a Frente Parlamentar e instituições governamentais e da sociedade civil.

Em 1996, com a participação de Renato Aragão e Daniela Mercury, embaixadores do Unicef no Brasil, a campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil ganhou visibilidade em todo o Brasil, tendo sido adotada pelo governo federal. A figura do explorador foi apresentada como a de um criminoso comum. O *slogan* “Quem cala, consente” ganhou o país, incentivando a denúncia de qualquer tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por fim, cabe ressaltar o compromisso firmado pelo atual governo, já no discurso de posse do seu primeiro mandato, de erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes, como uma das suas prioridades.

Embora o fenômeno do abuso e da exploração sexual de crianças e de adolescentes tenha tido maior visibilidade nos últimos anos, por intermédio de denúncias públicas e de campanhas, esse fenômeno ainda é difícil de ser quantificado, pois se manifesta de forma variada, não se restringindo a uma determinada região, estado ou cidade do país. A doutrina da proteção integral de crianças e de adolescentes preconizada na Constituição Federal requer, por parte do Estado, ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis da esfera pública, que garantam às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, à dignidade, ao respeito, enfim, à cidadania.

O amadurecimento institucional brasileiro no trato da questão da infância no Brasil tem sido explicitado pela implementação continuada de políticas

setoriais e de promoção e defesa de direitos e garantias legais. Considerado no contexto mais amplo de resgate da cidadania, o combate à exploração de crianças e adolescentes depende diretamente da articulação de programas concretos em diferentes níveis governamentais e da constituição de parceria com entidades não-governamentais e da iniciativa privada. No plano federal, são reflexos diretos dessa nova fase na história das políticas públicas no país o número de tratados e acordos internacionais firmados e ratificados pelo Brasil nas últimas décadas, sobre temas ligados aos direitos fundamentais; o esforço legislativo realizado no sentido da aprovação de normas como o Estatuto da Criança e do Adolescente; bem como a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos. É reconhecido também o trabalho de organizações não-governamentais, no sentido de interagir com esse segmento vulnerável, implementando ações preventivas e ações de atendimento e reorientação. Porém, são poucas as iniciativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas por empresas que trabalham com o turismo.

Dessa forma, um dos propósitos deste capítulo é suscitar reflexão que possa contribuir para a sensibilização do setor empresarial do turismo, para que este possa assumir sua responsabilidade¹ relativa à proteção dos direitos da criança e do adolescente explorados por meio do turismo sexual. Para tal, abre-se espaço para uma discussão em torno dos principais conceitos utilizados para estudar esse tema, bem como uma tentativa da análise da atividade no país.

Método de ação

Este capítulo é resultado de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando as ações, omissões e posicionamento do poder público, empresas do setor turístico e organizações da sociedade civil que se preocupam com a situação do turismo na cidade e, especificamente, com os mecanismos para evitar a

¹ Um dos conceitos em que este estudo se sustenta é o de responsabilidade social. Segundo Tenório (2004) “vários autores têm focos diferentes para definir responsabilidade social, mas são unânimes no que concerne à prática ativa de ações sociais para desenvolvimento da comunidade. Portanto responsabilidade social corporativa é um compromisso da empresa com a sociedade e sua cadeia produtiva, clientes, fornecedores, comunidades e meio ambiente na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade”.

exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo. Para a elaboração deste estudo, foram seguidas estas etapas:

- ⊗ análise documental — levantamento e análise de documentos jurídicos, políticos e institucionais relativos às questões do turismo e da proteção de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como o levantamento de dados, com o intuito de indicar a importância do turismo para a cidade e a ocorrência de práticas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes;
- ⊗ análise bibliográfica — análise e discussão sobre os conceitos de “turismo sexual”; “exploração sexual”; “criança”; “adolescente”; “prostituição”; “campanhas de sensibilização e de mobilização social”;
- ⊗ pesquisa de campo — realizada por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com representantes de grupos de interesse envolvidos. Foram entrevistados técnicos do executivo municipal, legisladores, empresários do ramo do turismo, prostitutas e representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Base conceitual: conceitos e os discursos brasileiros sobre a interseção entre sexo e turismo

A prevenção e o combate à “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” são objeto de diversas iniciativas e instrumentos globais, regionais e nacionais (inclusive no Brasil). Mais recentemente, passou-se a identificar e a combater, mais especificamente, a “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo”, que é o caso deste capítulo.

A tomada de consciência sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes apresenta uma história relativamente recente no Brasil e no mundo. Diante desse contexto, na elaboração deste capítulo, observou-se a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos, do ponto de vista conceitual e jurídico, para que não se criem estigmas, dentro de um assunto com um apelo moralista muito forte. Dentro dessa perspectiva, é importante esclarecer e definir alguns termos que serão utilizados neste capítulo, a fim de melhor

nortear o entendimento sobre o assunto e buscar superar o distanciamento que se tem no senso comum e o que é definido conceitual e juridicamente.

No entanto, como se trata de um trabalho preliminar, foram eleitos, neste momento, os seguintes termos: “exploração sexual”, “criança”, “adolescente”, “prostituição”, “campanhas de sensibilização e de mobilização social”.

De acordo com o *Glossário de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*,² o termo “exploração” implica a venda de serviços sexuais prestados por crianças ou adolescentes para uma terceira pessoa (lê-se homens ou mulheres). Contudo, nos últimos anos, foram registrados importantes avanços no que diz respeito à consciência profissional e comunitária sobre essas situações. Entretanto, ainda existem crenças e suposições que contribuem a mal interpretar, confundir ou negar essas realidades.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende-se por “criança” a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, sendo tratada, pelas leis brasileiras, como pessoa em condição especial de desenvolvimento, merecedora de atenção prioritária tanto por parte da sociedade, quanto da família e do Estado. Para o mesmo estatuto, “adolescente” é a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos. Cabe salientar que, atualmente, a palavra menor tem sentido negativo, considerando que se refere às crianças e adolescentes de acordo com suas necessidades ou comportamento, por exemplo, menor infrator, menor carente, menor abandonado. As leis nacionais não consideram mais esse termo.

Uma importante ferramenta no combate ao turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes é a utilização de “campanhas de sensibilização e de mobilização social” no sentido de auxiliar na formação de opinião pública favorável às ações. Ademais, essas campanhas estimulam a participação de organizações públicas e privadas, formando e fortalecendo redes que auxiliam na prevenção e coibição da incidência de exploração sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, a proposta de intervenção em rede implica muito mais que a coordenação ou a articulação de diferentes recursos familiares, comunitários e institucionais. Implica tanto a aceitação de diferentes modalidades de aten-

² Esse glossário foi particularmente elaborado para o projeto Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Disponível em: <www.oit.org.pe/ipcc/pagina.php?seccion=63&pagina=284>.

ção, quanto requerer uma construção coletiva de modelos para entender uma problemática, altamente determinada por fatores ideológicos e culturais. Definitivamente, as redes sociais de proteção e atenção à infância e à adolescência e de combate à exploração sexual comercial com participação de organizações públicas e privadas, de associações comunitárias, de empresas, de sindicatos e outros movimentos sociais são a via mais eficaz para lograr uma resposta efetiva ao problema.

Não obstante, por se tratar de um delito, grande parte dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre eles a exploração sexual comercial, está tipificada nos códigos penais. Geralmente, é com base nos códigos penais e nos códigos de processo penal que os operadores responsáveis pela aplicação das normas jurídicas tomam suas decisões para imputar os delinquentes sexuais. É imprescindível que os legisladores levem em conta a necessidade de harmonizar os códigos penais aos instrumentos internacionais pertinentes ao tema e que os operadores do sistema de direito estejam em condição de aplicar a legislação vigente em cada país.

As expressões já destacadas, porém, são exceções e aperfeiçoamentos no universo de termos cunhados para definir — ou confundir — situações em que o sexo comercial está ou pode estar presente. O termo “prostituição”, por exemplo, sofre variados estigmas, sendo corriqueiramente associado à contravenção, tendo habitualmente ações repressivas praticadas visando o combate à prostituição adulta, não ilegal no Brasil. Observa-se, portanto, que entre as referências do estudo sobre o turismo sexual é comum encontrar divergências entre a definição no campo legal e a aceção popular do fenômeno, conforme descrito a seguir.

Nos discursos produzidos por órgãos do governo brasileiro sobre o fenômeno, é comum observar o uso do conceito de turismo sexual como se fosse sinônimo de abuso de menores e intimamente vinculado à extração de mulheres para trabalhos forçados como prostitutas. Essa visão aparece quase como uma definição oficial do fenômeno — aquela que é a mais comumente usada por agentes políticos para justificar novos dispositivos legais.

Todavia, o turismo sexual parece ser definido no campo legal-jurídico brasileiro de forma diferente, como algo muito mais específico: a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente as

leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres.

É mister salientar que a simples contratação dos serviços de uma prostituta maior de idade não configura, por si só, um crime e, portanto, não deve ser entendida como turismo sexual nessa acepção do fenômeno.

No plano do senso comum, porém, o turismo sexual é sinônimo do comportamento normativo dos turistas estrangeiros que freqüentam as metrópoles costeiras brasileiras. De acordo com essa noção, turista sexual é aquele estrangeiro que busca parceiras nas praias do Brasil, seja qual for a qualificação legal e/ou social de tal busca. É mister salientar que a definição popular é preferencialmente aplicada àqueles estrangeiros que alugam os serviços de prostitutas. (...)

Uma última visão do turismo sexual é oferecida pela Organização Mundial de Trabalho, que o descreve como viagens organizadas que utilizam as estruturas da indústria de turismo com os fins principais de facilitarem o comércio sexual entre turistas e nativos. Note-se que essa acepção — que poderíamos rotular de uma definição pragmática — ignora a questão da legalidade das atividades promulgadas e se concentra nas práticas e nos objetivos dos turistas, presumindo que estes podem ser distinguidos, com certa clareza, dos turistas “normais”.

(Silva e Blanchette, 2005)

A partir disso, observa-se que existe uma falsa noção, alardeada quando em vez, de que turismo sexual — compreendido como o atendimento de estrangeiros, principalmente, por prostitutas — é crime, o que não é fato, pela legislação brasileira. Trata-se de uma premissa moralizante e de uma ação (contra o chamado turismo sexual) não apoiada em legislação. Crime é a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, no turismo ou fora dele, por brasileiro ou estrangeiro.

Dessa forma, cabe reforçar a noção de que este capítulo será conduzido a partir da preocupação de estabelecer uma radical diferenciação entre “prostituição” e “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes”, antes denominada “prostituição infantil”.³ Entre definições da expressão “prostituição

³ “Nos instrumentos internacionais utiliza-se a expressão prostituição infantil. No Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, à prostituição e pornografia infantil registra-se “por prostituição infantil entende-se a utilização de crianças em atividades sexuais em troca

infantil”, destaca-se o estudo de Safiotti (1995) que propõe duas abordagens: a primeira que se entrecruza com o conceito de exploração econômica e a segunda se refere à obtenção de prazer, com prejuízo de saúde mental de quem está sendo explorado. Tal expressão não se limita apenas à exploração de crianças, mas inclui também adolescentes que “mesmo não tendo ainda uma consciência sobre a sexualidade e sobre seu corpo, são levados a se prostituírem por diferentes motivos”.

Características da cidade do Rio de Janeiro

A vocação turística da cidade do Rio de Janeiro

Capital da Colônia, capital do Império, capital da República durante quase dois séculos (1763 a 1960), o Rio de Janeiro não foi apenas o centro político, cultural, econômico, financeiro e social, tem sido até hoje a síntese do Brasil. Com a transferência da capital do país para Brasília, a cidade perdeu o “status” político, mas conservou intacta sua vocação de centro cultural e turístico.

O turismo no Rio de Janeiro é o retrato do turismo no Brasil. Considerada pela Embratur o principal portão brasileiro de entrada dos turistas estrangeiros, a cidade não deixa de ser uma das capitais mais visitadas do mundo, sendo um referencial para a atividade turística nacional e internacional.

O Rio de Janeiro é considerado uma cidade com vocação para o turismo por possuir todos os requisitos necessários a um grande destino turístico: natureza exuberante, patrimônio cultural, receptividade dos cariocas. O produto turístico Rio de Janeiro difundido pela Riotur nacional e internacionalmente é a cidade do Rio, com seus recursos naturais e culturais trabalhados de forma a poderem ser visitados, sua infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes,

de remuneração ou de qualquer retribuição”. Não obstante, grande parte das organizações que atuam no enfrentamento do problema preferem utilizar a expressão exploração sexual comercial infantil, por compreender que o termo abrange todas as modalidades de exploração sexual comercial cometidas contra meninas(os) e adolescentes (à semelhança prostituição adulta, pornografia, turismo sexual, tráfico para o comércio sexual); a utilização do termo prostituição infantil aumenta a discriminação às vítimas sem enfatizar o papel dos adultos responsáveis pelo delito. Isso provoca o olhar (de pena ou censura) da sociedade apenas para as crianças e adolescentes como se por trás delas não houvesse uma cadeia de exploradores (Glossário, 2007).

centros de convenções, meios de transporte...) e os serviços especializados prestados pelos profissionais do setor. A estratégia de comunicação de imagem do Rio pela Riotur é a diversidade (vida ao ar livre, esportes, gastronomia, vida noturna, Carnaval, Réveillon e outros). De acordo com o site da Riotur,

O Rio foi escolhido, depois de pesquisas realizadas pelas universidades de Michigan e da Califórnia, como a cidade com o povo mais cordial do mundo. Esse é o maior segredo da cidade maravilhosa, o espírito carioca, que torna todos os espaços urbanos um mosaico de diferentes atrações. O Rio é das praias, da montanha, das áreas verdes, dos esportes ao ar livre, dos eventos como o Réveillon, o Carnaval e tantos outros. O Rio é histórico, é cultural, é diurno, é noturno. Possui muitos sabores. É para todas as idades. O Rio é como um dos seus símbolos, o Cristo Redentor, de braços abertos, para receber bem os visitantes.

Com tais atributos, a cidade do Rio de Janeiro figura como o principal atrativo turístico do Brasil, ou seja, a cidade é o “cartão de visita” do país. Os dados a seguir indicam tal importância.

Tabela 1
**Proporção de turistas estrangeiros que vêm à cidade do
 Rio de Janeiro ao visitar o Brasil**

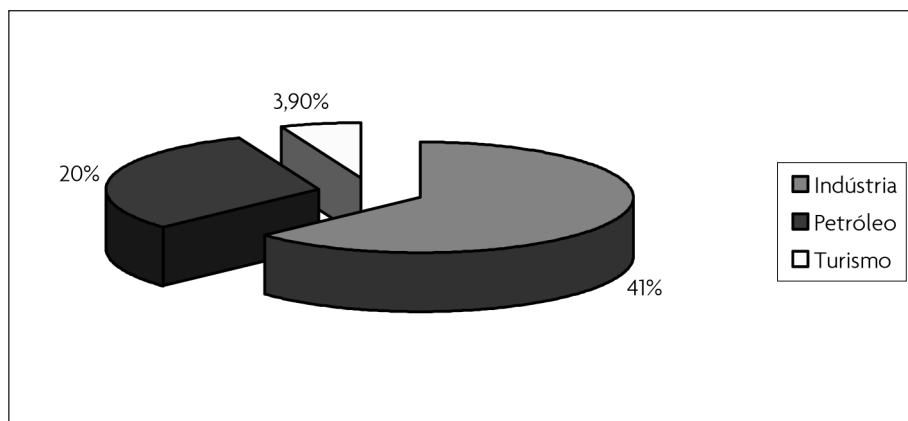
	Brasil	Rio de Janeiro	%
1990	1.091.067	557.535	51,1
1991	1.228.178	617.774	50,3
1992	1.692.078	692.060	40,9
1993	1.641.138	745.077	45,4
1994	1.853.301	732.054	39,5
1995	1.991.416	832.412	41,8
1996	2.665.508	812.980	30,5
1997	2.849.750	1.065.807	37,4
1998	4.818.084	1.455.061	30,2
1999	5.107.169	1.659.830	32,5
2000	5.313.463	1.811.891	34,1
2001	4.772.575	1.374.502	28,8
2002	3.783.400	1.459.636	38,6
2003	4.090.590	1.509.427	36,9

Fonte: Embratur — Armazém de Dados Prefeitura.

Constata-se na tabela 1 que na cidade do Rio de Janeiro o número de visitantes estrangeiros elevou-se consideravelmente na última década: 558 mil em 1990, atingindo o ápice em 1999 (1,660 milhão de turistas) e 1,509 milhão em 2003. Entretanto, apesar do número de turistas internacionais ter praticamente triplicado de 1990 para 2003, a participação relativa da cidade do Rio de Janeiro decresceu de 51,1% para 36,9%, considerados esses dois anos. Após ter alcançado elevados percentuais nos anos de 1990 e 1991 (pouco mais de 50%) como cidade mais visitada pelos turistas estrangeiros, a participação do Rio de Janeiro começou a declinar em anos posteriores, chegando a um mínimo de 28,8% em 2001. Nos dois anos seguintes, porém, a cidade iniciou um processo de retomada, atingindo 38,6%, em 2002, e 36,9%, em 2003.

Na composição do PIB do Rio, segundo dados da Turisrio (2004), a indústria em geral comparece com 41%, o petróleo com 20%, e o turismo com 3,9%, como demonstra a figura 1. No PIB brasileiro, da ordem de R\$1,330 trilhão, o turismo representa cerca de 6,5% do total. Ou seja, embora o Rio de Janeiro seja a grande referência turística para o país, observa-se que, do ponto de vista econômico, a sua importância ainda é pouco explorada pelos governos locais.

Figura 1
Composição do PIB no estado do Rio de Janeiro (2004)



Fonte: Turisrio.

Esses dados revelam que o Rio de Janeiro vem perdendo uma excelente oportunidade de investimento. Esse fato indica a dificuldade da cidade de ter uma visão exata das suas transições: foi capital, e com a criação de Brasília perdeu boa parte das suas atividades econômicas ligadas à função administrativa; foi um grande centro industrial, mas naturalmente a indústria foi migrando para o vale do Paraíba e outras regiões, pois grandes cidades já não constituem uma base adequada para as atividades industriais; com a perda do papel da capital e a redução da base industrial, o porto também perdeu parte de sua importância. Assim, o “tripé” econômico que sustentava o Rio de Janeiro murchou, deixando suspenso um cogumelo demográfico de mais de 8 milhões de pessoas. Dessa forma, o Rio de Janeiro, num modelo menos preocupado em atrair fábricas de automóveis e mais preocupado em articular os espaços do seu desenvolvimento, teria claramente um imenso papel a exercer como centro turístico internacional, em particular de turismo de convenções e turismo de negócios em geral, combinando o turismo cultural com os serviços comerciais internacionais hoje em franca expansão.

Elementos específicos do turismo na cidade do Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Riotur em 2007, a temporada 2006/07 recebeu um total de aproximadamente 2,469 mil turistas, entre nacionais e internacionais, gerando uma renda aproximada de US\$1,8 bilhão. Esses dados podem ser visualizados na tabela 2.

Tabela 2
Número de turistas e renda gerada no Rio de Janeiro, segundo o período (2007)

Período	Número de turistas	Renda gerada (em milhões US\$)	Média de renda gerada por turista (em US\$)
Carnaval	694.000	500	720,5
Verão	2.469.000	1.775	718,9

Fonte: Riotur.

Como demonstra a tabela 2, o Carnaval, festa mais popular do Brasil e um dos principais expoentes turísticos da cidade do Rio de Janeiro, é conhecido mundialmente e, além de atrair grande quantidade de turistas de vários lugares do mundo, tem um peso importante para a economia da cidade. Introduzido no país pelos portugueses como Entrudo, palavra de origem latina que significa “entrada”, se modificou muito até ser o que é hoje. Apesar da sua importância econômica, o Carnaval brasileiro se tornou sinônimo de mulher nua, ajudando em muito a divulgação do país como um dos melhores paraísos sexuais do mundo.

Escolas do Grupo Especial levarão para a avenida um time de gatas que promete fazer a alegria da galera masculina. Nada de plumas, paetês ou fantasias muito trabalhadas. O lema para elas é quanto menos roupa melhor. Afinal, todo desfile de Carnaval que se preze é mais do que um bom motivo para que as musas da estação mostrem o resultado de seus implantes de silicone ou lipoaspirações mais recentes.

(Martins, 2001)

Essa festa já está enraizada em nossa cultura e tem sua representação em todas as regiões do Brasil. O destino carnavalesco mais conhecido no mundo é o Rio de Janeiro, onde o atrativo principal é o desfile das escolas de samba. Elas se apresentam durante os dias de Carnaval no Sambódromo Professor Darcy Ribeiro, mais conhecido como Marquês de Sapucaí, onde, além da beleza dos enredos das escolas, se destacam as mulheres, desde anônimas até as famosas artistas de TV e personalidades da alta sociedade nacional. Funciona como um palco, onde elas conseguem se projetar como símbolos sexuais e musas do Carnaval.

Em diversas cidades do Brasil, a festa deixou de ter data única e virou um negócio. Aproveitando o sucesso e a perspectiva de atrair turistas durante todo o ano, o Carnaval fora de época ou “micareta”, vem crescendo cada vez mais. Já são vários os locais que aproveitam o espírito de Carnaval, para realizar essas festas em épocas mais diferentes possíveis, reforçando ainda mais a idéia do país do Carnaval o ano todo. As mulheres e homens que se destacam durante os desfiles das escolas de samba no Carnaval do Rio de Janeiro ganham visibilidade. Por consequência, angariam contratos para participar de

micaretas por todo o Brasil, além de conseguirem contratos de modelos ou posar em revistas.

Com isso, surge uma demanda comercial no Carnaval, criando um estereótipo de sensualidade, que marca o turismo na cidade. Não é difícil encontrar na internet endereços que revelem a realidade do Carnaval carioca. É certo que muitas vezes estão maquiados de sites sérios, mas, na verdade, fazem divulgação das circunstâncias reais que envolvem a festa. Sempre cheios de muitas fotos, mostrando os atributos das mulheres brasileiras, com poucas roupas e suas curvas sempre expostas, misturando-se a isso monumentos e paisagens.

A partir disso, cria-se em âmbito internacional imagens do Rio de Janeiro. Fruto de um lastro geopolítico específico, fundada na exuberância de uma geografia singular, composta de elementos variados (montanhas, praias, floresta), de um registro histórico de grande envergadura (capital do Reino, do Império e da República), caixa de ressonância cultural e política do país. A paisagem carioca se reveste de uma característica simbólica de exotismo e erotismo, calcada na originalidade, contaminada por um imaginário de mestiçagem, sensualidade e cordialidade característico de uma utopia dos trópicos.

Tais idealizações acabam por construir um turismo específico, onde existe um forte apelo sexual. Essa situação coloca ao poder público, à sociedade e às empresas do setor turístico carioca a necessidade de estabelecer políticas públicas mais cuidadosas, no sentido de evitar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes,⁴ uma vez que tal situação se coloca como um ambiente propício na difusão da idéia de que essa opção é bastante lucrativa e glamourosa.

Entretanto, essa forma de pensamento contrasta com a realidade socioeconômica da população carioca, principalmente do público mais vulnerável a esse tipo de exploração. O levantamento a seguir coloca como a falsa promessa

⁴ Nesse caso, cabe indicar a influência que se coloca ao imaginário nesse segmento. É importante citar o rigor do Juizado de Menores em relação à presença de crianças e adolescentes desfilando no Sambódromo. Ninguém entra na avenida sem crachá, e para obtê-lo há um cuidadoso procedimento. (Além disso, também há vários anos não surge na avenida uma genitália descoberta, como já ocorreu.) Assim, a valerem essas especulações sobre o incitamento do Carnaval à crença no “paraíso sexual”, deve ficar claro que a exposição da sensualidade é exclusiva de maiores de idade.

de uma vida melhor é apenas uma ilusão para reforçar a manutenção da situação de exploração pela qual passam as crianças e adolescentes.

A vulnerabilidade das crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro

Indicadores sociais

Em termos gerais, os indicadores sociais da cidade do Rio de Janeiro não apresentam dados alarmantes, nem do ponto de vista do seu índice de desenvolvimento humano municipal⁵ (IDH-M), nem do índice de Gini,⁶ respectivamente 0,842 e 0,62.⁷

Em relação ao IDH, embora o município do Rio de Janeiro esteja na 60ª posição, cabe observar que existem áreas do Rio de Janeiro, como a Região Administrativa do Complexo do Alemão, que tem o IDH de 0,709, se comparando ao município de São Félix do Xingu, no Pará, que está em 2.846ª posição no *ranking* dos municípios brasileiros. Em 2006, o Brasil estava com o IDH de 0,79. De acordo com o Pnud, o Brasil está com o índice de Gini de 0,591, indicando que a cidade do Rio de Janeiro é mais desigual do que a média do Brasil.

A tabela 3 indica uma situação bastante desconfortável em relação à presença do adolescente na escola. Quase 15% de pessoas de 15 a 17 anos não estavam na escola no ano de 2000, último ano que foi feito esse levantamento na cidade. Isso indica uma situação de grande vulnerabilidade desse público a uma série de situações de violência, entre elas a exploração sexual.

⁵ O índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) é obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões longevidade (IDH-M-Longevidade), educação (IDH-M-Educação) e renda (IDH-M-Renda).

⁶ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

⁷ Ver IBGE, Censo Demográfico (2000). Cálculos e tabulação: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, Iuperj, Ipea — 2003).

Tabela 3
Situação de crianças e adolescentes na escola (%)

Crianças de 10 a 14 anos que trabalham	Crianças de 4 a 5 anos fora da escola	Crianças de 5 a 6 anos fora da escola	Crianças de 7 a 14 anos fora da escola	Crianças de 10 a 14 anos fora da escola	Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola
1,68	30,00	15,72	3,23	3,12	14,67

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Cálculos e tabulação: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, Iuperj, Ipea — 2003).

Trabalho infantil

Estatísticas sobre trabalho infantil de 2001 indicam que 5,5 milhões de crianças e adolescentes com idade entre cinco e 17 anos trabalham. Vinte e dois por cento das crianças que trabalham não freqüentam a escola. Quinhentas mil meninas com idade entre cinco e 14 anos trabalham como empregadas domésticas, sendo essa uma forma com pouca visibilidade relacionada ao trabalho infantil que expõe tais meninas ao risco de exploração sexual.

Essa população jovem tem sofrido o impacto das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto da sociedade contemporânea. As crianças e adolescentes, principalmente aquelas em situação de pobreza, são inseridas no mercado de trabalho precocemente. Esses são exemplos dispersos e os dados retratam a realidade da pobreza e da exclusão social que expõem crianças e adolescentes ao risco de exploração sexual. Tanto autoridades federais quanto ONGs apresentaram ao relator especial da CPI sobre a Prostituição Infantil o quão vulneráveis são as crianças pobres e socialmente excluídas à exploração pelo crime organizado. No universo de 43.125.753 habitantes, que é a população de pessoas na faixa etária de cinco a 17 anos existente no Brasil, 12,7% ou 5.482.515 pessoas estavam exercendo alguma ocupação de trabalho na semana de referência da pesquisa do IBGE realizada em 2001, conforme podemos observar na tabela 4.

Esses dados mostram que o estado do Rio de Janeiro tem um baixo percentual (4,8%) de pessoas na faixa etária de cinco a 17 anos exercendo alguma ocupação, ou seja, de uma população de 3.119.941 de pessoas nessa faixa etária, 148.297 exerciam alguma ocupação de trabalho. Esse percentual só é mais baixo no Distrito Federal (4,5%), que tem uma população de pessoas na faixa etária de cinco a 17 anos de 515.846 e 23.040 exerciam ocupação na época da pesquisa. Na questão de gênero o estado do Rio de Janeiro segue a mesma média da proporção nacional (em torno de 65% homens e 35% mulheres).

Tabela 4
Pessoas de cinco a 17 anos, por situação de ocupação na semana de referência
e sexo, segundo as unidades da federação (Brasil — 2001)

UF	Total ¹	Homens ²	Mulheres ¹	Pessoas ocupadas na semana de referência					
				Total	Total (%)	Homens	Homens (%)	Mulheres	Mulheres (%)
Brasil ²	43.125.753	21.780.021	21.345.732	5.482.515	12,7	3.570.216	65,1	1.912.299	34,9
Acre ³	121.936	60.167	61.769	11.862	9,7	6.797	57,3	5.065	42,7
Alagoas	833.437	419.566	413.871	142.232	17,1	93.706	65,9	48.526	34,1
Amapá ³	67.780	34.871	32.909	3.411	5,0	2.194	64,3	1.217	35,7
Amazonas ³	666.710	332.198	334.512	43.810	6,6	27.275	62,3	16.535	37,7
Bahia	3.771.670	1.924.695	1.846.975	617.009	16,4	418.832	67,9	198.177	32,1
Ceará	2.180.588	1.082.666	1.097.922	368.934	16,9	238.506	64,6	130.428	35,4
Distrito Federal	515.846	246.308	269.538	23.040	4,5	12.601	54,7	10.439	45,3
Espírito Santo	815.103	397.627	417.476	108.444	13,3	68.229	62,9	40.215	37,1
Goiás	1.324.291	671.764	652.527	171.229	12,9	113.405	66,2	57.824	33,8
Maranhão	1.877.076	961.761	915.315	417.291	22,2	287.836	69,0	129.455	31,0
Mato Grosso	693.715	358.388	335.327	104.901	15,1	73.263	69,8	31.638	30,2
Mato Grosso do Sul	555.262	276.181	279.081	64.179	11,6	42.789	66,7	21.390	33,3
Minas Gerais	4.469.833	2.228.725	2.241.108	578.728	12,9	385.160	66,6	193.568	33,4
Pará ³	1.281.308	633.743	647.565	134.897	10,5	90.791	67,3	44.106	32,7

Continua

UF	Total ¹	Homens ²	Mulheres ¹	Pessoas ocupadas na semana de referência			
				Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Mulheres (%)
Paraíba	992.820	498.947	493.873	129.571	96.835	74,7	32.736
Paraná	2.472.103	1.264.418	1.157.685	348.249	227.066	65,2	121.183
Pernambuco	2.238.243	1.128.640	1.109.603	361.005	245.383	68,0	115.622
Piauí	832.046	402.685	429.361	144.866	101.458	70,0	43.408
Rio de Janeiro	3.119.941	1.567.973	1.551.968	148.297	96.169	64,8	52.128
Rio Grande do Norte	764.070	394.279	369.791	88.167	63.183	71,7	24.984
Rio Grande do Sul	2.353.498	1.175.376	1.178.122	366.136	225.491	61,6	140.645
Rondônia ³	269.168	136.924	132.244	20.843	13.693	65,7	7.150
Roraima ³	74.301	38.440	35.861	4.463	3.090	69,2	1.373
Santa Catarina	1.325.019	671.352	653.667	206.879	107.713	52,1	99.166
São Paulo	8.690.255	4.427.418	4.262.837	747.885	441.177	59,0	306.708
Sergipe	524.454	267.624	256.830	62.946	41.408	65,8	21.538
Tocantins	345.280	177.285	167.995	63.241	46.166	73,0	17.075

Fonte: Adaptado do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

Notas:

¹ Inclusive as pessoas sem declaração de condição de ocupação na semana de referência.

² Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

³ Exclusive a população da área rural.

População em situação de rua

Embora exista um percentual relativamente baixo de ocupação da população entre cinco e 17 anos, o Rio de Janeiro apresenta um fenômeno, que não lhe é peculiar, mas que tem uma grande repercussão nacional: a população em situação de rua. De acordo com o “Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) da Prefeitura do Rio de Janeiro, em dezembro de 2006, existe um grande risco para que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes ocorra na cidade. A secretaria elaborou esse levantamento a partir da divisão de 13 diferentes regiões do município em incursões sempre feitas à noite, localizando 1.677 pessoas que ou têm as ruas como locais de moradia ou as usam como pernoite provisório, tendo em vista possuírem referência domiciliar e adotarem nas ruas estratégias de sobrevivência e geração de renda, que se verifica na tabela 5.

Tabela 5

Distribuição da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro (2006)

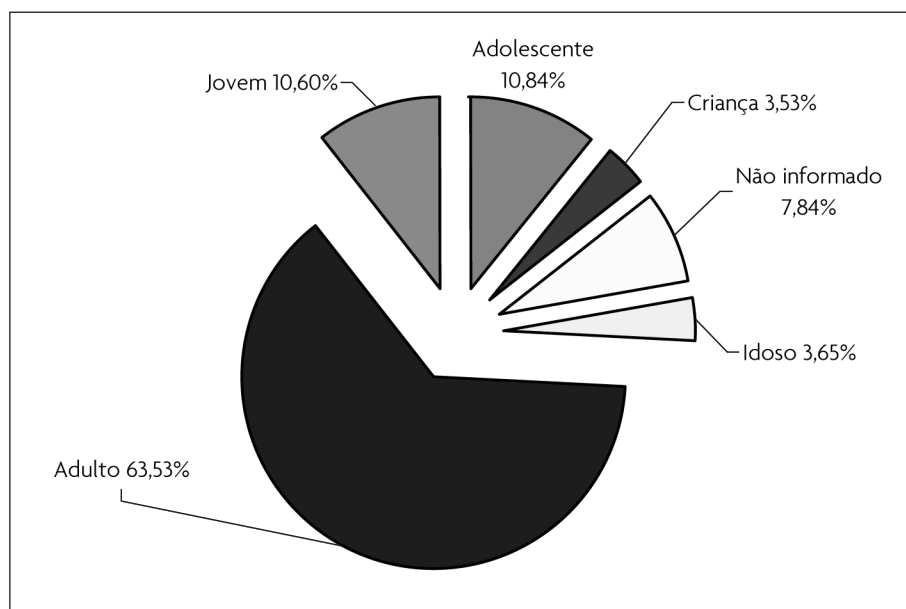
Área	Localidade	Nº de pessoas	%
1ª	Av. Pres. Vargas	199	11,87
2ª	Centro	372	22,18
3ª	Zona Portuária	97	5,78
4ª	Copacabana	170	10,14
5ª	Ipanema, Leblon, Lagoa, Humaitá, Jardim Botânico e Gávea	129	7,69
6ª	Botafogo, Flamengo, Catete, Glória e Largo do Machado	146	8,71
7ª	Parque do Flamengo	37	2,21
8ª	Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí, Praça da Bandeira e Maracanã	112	6,68
9ª	Méier, Del Castilho e Pilares	151	9,00
10ª	Madureira, Bento Ribeiro, Rocha Miranda, Pavuna, Irajá, Vista Alegre e Cascadura	96	5,72
11ª	Bonsucesso, Penha e Brás de Pina	56	3,34
12ª	Campo Grande	100	5,96
13ª	Santa Cruz	12	0,72
Total		1.677	100

Fonte: SMAS.

A tabela 5 aponta que regiões que contam com um turismo forte, como Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea e Zona Portuária, têm uma grande quantidade de população em situação de rua (23,61%).

Entre a população levantada, uma significativa parcela (14,37%) é composta por crianças e adolescentes,⁸ como mostra a figura 2.

Figura 2
Levantamento por faixa etária nas 13 regiões da cidade (2006)

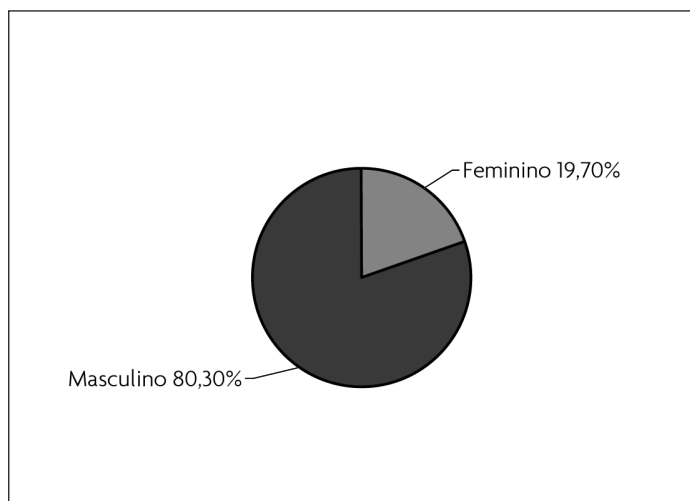


Fonte: SMAS.

A grande maioria é de homens, tendo 19,70% de mulheres que é a população mais vulnerável no que se refere à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

⁸ Na dinâmica de apresentação dos resultados da SMAS, os quesitos relativos à idade foram reunidos seguindo as faixas etárias determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): criança (até 11 anos e 11 meses); adolescentes (12 a 17 anos e 11 meses); jovem (de 18 a 24 anos); adulto (de 25 a 64 anos); idoso (acima de 65 anos).

Figura 3
Levantamento por gênero nas 13 regiões da cidade (2006)



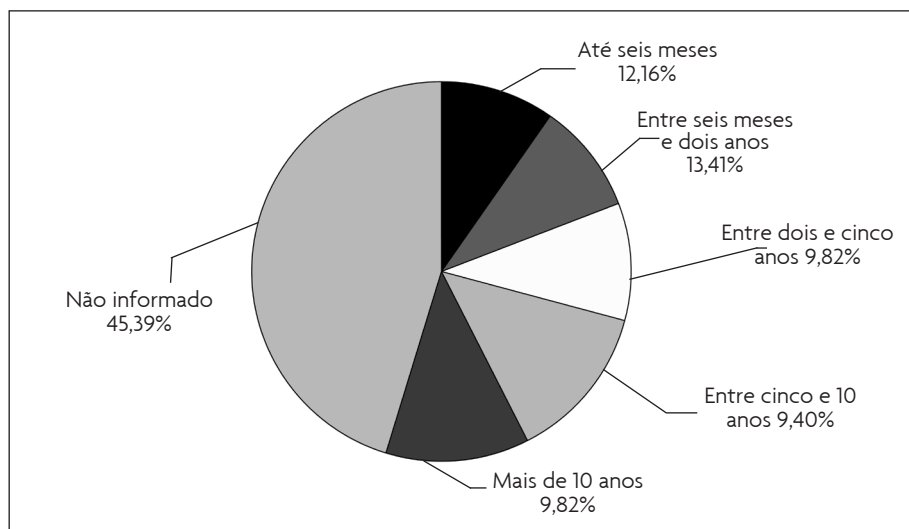
Fonte: SMAS.

Esses dados podem indicar que o número de crianças e adolescentes na rua é muito baixo (47 pessoas). No entanto, cabe ressaltar que este levantamento foi feito por visitas dos técnicos da SMAS em apenas uma noite em cada região da cidade. Portanto, este número pode se alterar, dependendo da estação ou de atividades na cidade. A figura 4 indica o quão volátil é essa permanência, tendo a maioria, dos que informaram, menos de seis meses nas ruas.

Além das pessoas nas ruas da cidade (tabela 5), levantaram-se informações também de 1.280 pessoas alocadas nos centros de acolhimento governamental da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

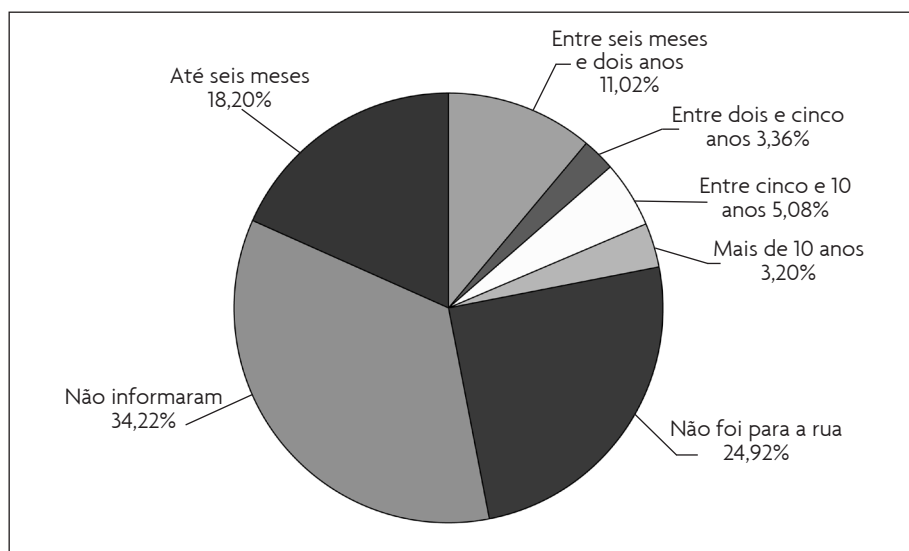
A figura 5 aponta para a existência de um número muito grande de crianças nos abrigos da prefeitura que, se somadas à população adolescente, chega a mais de um terço. Isso indica a necessidade de se estabelecer atividades socioeducativas e profissionalizantes para esse público.

Figura 4
Tempo de permanência nas ruas (2006)



Fonte: SMAS.

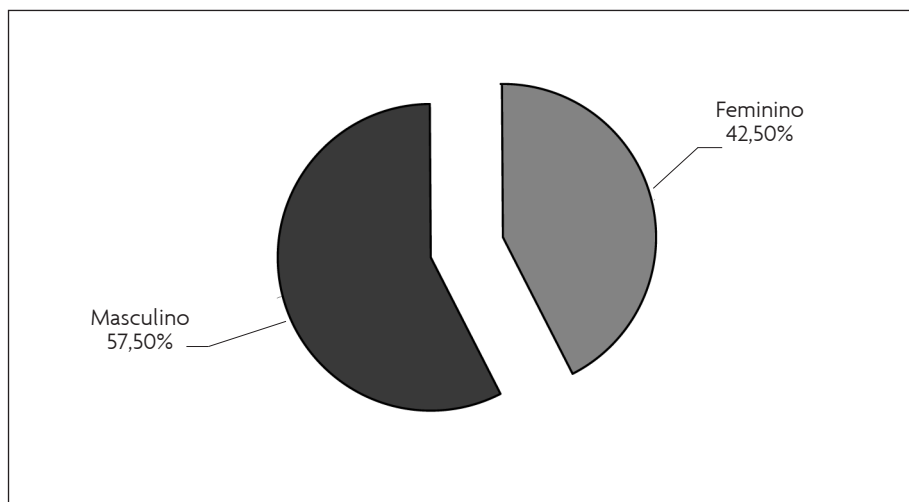
Figura 5
Levantamento por faixa etária nos abrigos (2006)



Fonte: SMAS.

As figuras 5 e 6 indicam que a população mais fragilizada no convívio nas ruas (crianças e pessoas do gênero feminino) encontra nos abrigos cobertura para se proteger das ruas. Portanto, as ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes podem aproveitar essa ocorrência da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

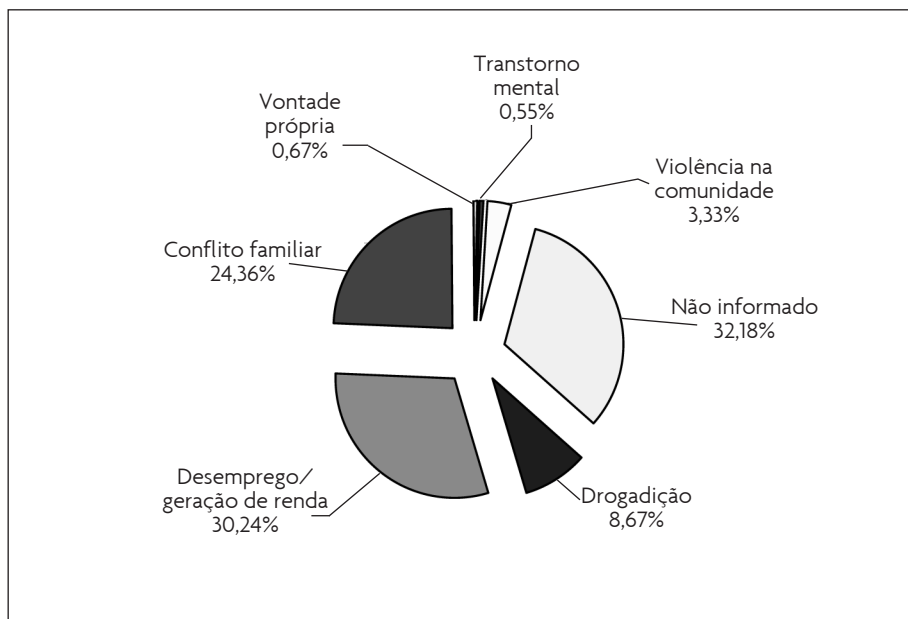
Figura 6
Levantamento por gênero nos abrigos (2006)



Fonte: SMAS.

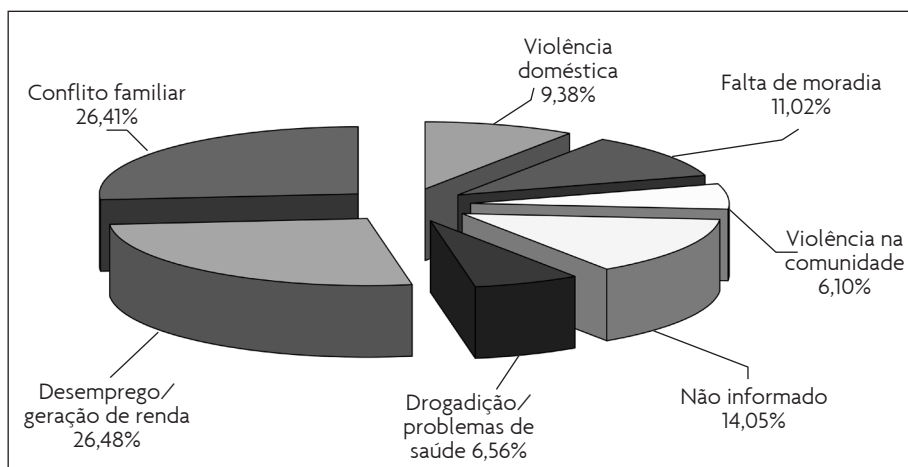
Na questão do principal motivo que levou a pessoa ficar em situação de rua, observa-se nas figuras 7 e 8 que os fatores desemprego/geração de renda e conflito familiar foram os principais para fazer com que aumentasse a população em situação de rua na cidade. Porém outro ponto que contribui para a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em relação à exploração sexual e que apresenta um agravante importante para esse delito é o uso de drogas. Obter dados dessa situação é difícil, embora seja observado nas figuras 7 e 8 uma presença forte em relação aos motivos que levaram com que as pessoas ficassem em situação de rua.

Figura 7
Motivo da ida para a rua nas 13 regiões da cidade (2006)



Fonte: SMAS.

Figura 8
Motivo da ida para a rua nos abrigos (2006)



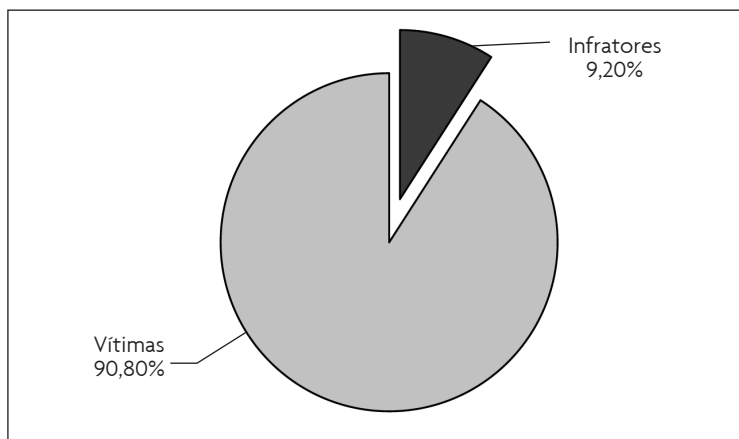
Fonte: SMAS.

Apesar da dificuldade em obter dados em relação ao uso de drogas, o relato de técnicos do Núcleo de Direitos Humanos da SMAS da prefeitura do Rio de Janeiro indica que o uso de drogas é recorrente entre a população em situação de rua e acaba funcionando como moeda de troca para a prostituição, tanto nesse segmento quanto no que abrange as pessoas que não estão nessa situação.

Exposição à violência

Em contradição ao que é geralmente difundido pelos principais órgãos da imprensa brasileira, as crianças e adolescentes são as grandes vítimas da violência. Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado Rio de Janeiro (ISP-RJ)⁹ revelam que apenas 9,2% desse público, em situação de violência, praticaram infração.

Figura 9
**Proporção de crianças e adolescentes vítimas e apreendidos
(estado do Rio de Janeiro — 2006)**

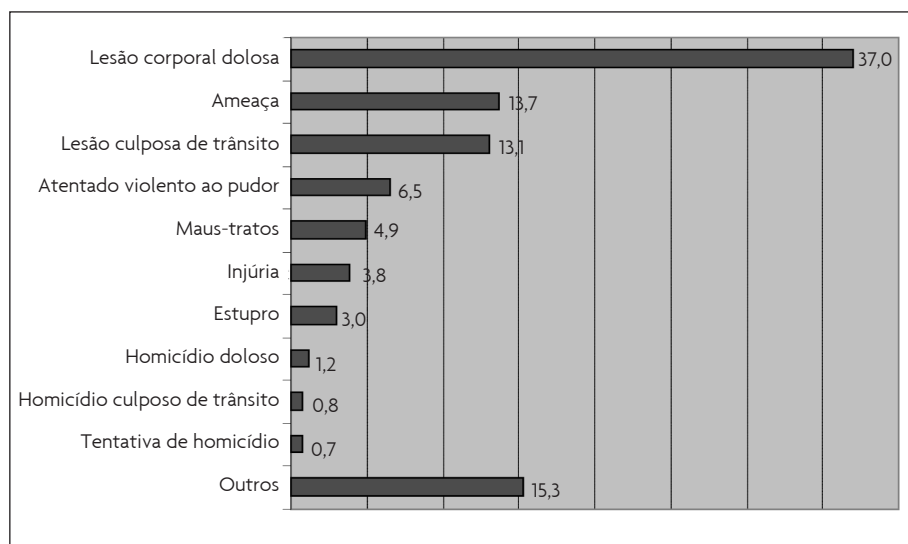


Fonte: ISP/RJ (2006).

⁹ Os dados aqui apresentados são referentes ao estado do Rio de Janeiro, não sendo disponibilizados os dados da cidade de forma desmembrada. Porém, os dados levantados indicam que as ocorrências se deram da seguinte forma: 35,5% na capital, 34,0% no interior, 21,8% na Baixada e 8,8% na Grande Niterói.

A figura 10 mostra os tipos de delitos que os 90,8% de crianças e adolescentes foram vítimas no estado do Rio de Janeiro.

Figura 10
Delitos de que foram vítimas crianças e adolescentes no estado Rio de Janeiro (2006 — %)



Fonte: ISP-RJ (2006).

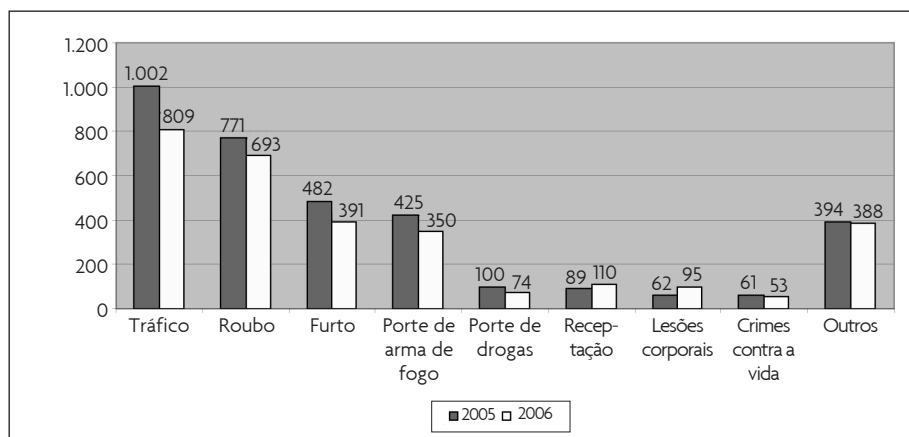
Lesão corporal dolosa é o maior delito sofrido por crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro, atingindo um percentual de 37% dos casos registrados. A ameaça aparece em segundo lugar com 13,7% de casos registrados e, nos casos de lesão culposa de trânsito, observa-se um percentual de 13,1 de registros feitos no estado do Rio de Janeiro no ano de 2006. Na categoria outros constam os delitos como abandono de incapaz, omissão de socorro etc. A exploração sexual de crianças e adolescentes está dentro da categoria, que envolve outros delitos, denominada “atentado violento ao pudor”, com 6,5% das ocorrências.

A figura 11 indica que, entre os delitos praticados pelos 9,2% da população de crianças e adolescentes em situação de violência,¹⁰ o maior é o tráfico de drogas.

¹⁰ De acordo com o ISP-RJ, o perfil das crianças e adolescentes apreendidos no estado do Rio de Janeiro em 2006 é o seguinte: 87,3% masculino, 7,8% feminino e 4,9% sem informação; 43,3% de 15 e 16 anos, 45,8% de 17 anos; 43,4% parda, 25,2% preta, 24,4% branca.

Figura 11

Tipo de envolvimento que levou à apreensão das crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro (2005 e 2006 — valores absolutos)



Fonte: ISP-RJ (2006).

O tráfico de drogas¹¹ e o roubo são os delitos com maior número de registros, correspondendo o tráfico a 1.002 apreensões e o roubo a 771 no ano de 2005, enquanto no ano de 2006 representaram, respectivamente, 809 e 693 apreensões. Cabe salientar que a categoria outros refere-se à violação de domicílio, dano, ameaça, dano ao patrimônio público, atentado violento ao pudor, estupro etc. Destaca-se, todavia, que os crimes contra a vida — homicídios principalmente — representam os menores números de infrações com as quais os adolescentes apreendidos estão envolvidos.

¹¹ “Nos cinco primeiros anos deste século (2001-05), cinco mil jovens com menos de 18 anos foram detidos por tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Para o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Guaracy Vianna, o dado mostra que é necessário tomar providências, impedir que esses garotos cheguem ao tráfico e resgatar os que já estão. ‘O quadro já tende a se tornar de difícil solução em longo prazo’, alerta. Guaracy aponta como solução para o problema o investimento em educação e na inclusão dos jovens em programas de primeiro emprego. É o mesmo pensamento do secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, que fala em ‘disputar com o tráfico menino a menino’. ‘Se eles falam que recebem R\$ 350 por mês, não temos um valor tão astronômico assim. Temos o programa Pró-Jovem, que hoje já atende 400 mil jovens com bolsas para ficarem o dia inteiro estudando. Queremos aumentar este valor para um universo de 2 milhões de jovens, com a ajuda de todos os níveis de governo e da sociedade’, diz. Helena Oliveira Silva, oficial de projetos do Unicef no Brasil, lembra que os programas têm que ser direcionados para captar o jovem antes dele entrar no tráfico, com idade abaixo dos 14 anos. ‘Os projetos têm que evitar a entrada no tráfico, investindo na família. Depois dos 14 anos, o jovem morador de favela já está numa faixa crítica com risco de mortalidade muito grande’, defende” (Amora e Cândida, 2006).

Observa-se, portanto que um número expressivo de crianças e adolescentes encontra-se num ambiente bastante hostil e impregnado de violência. Isso ainda foi ratificado no caso da morte do jornalista Tim Lopes, que teve uma repercussão nacional, justamente por ele ser repórter da Rede Globo de Televisão. O repórter fora à favela apurar denúncias de que tráfico de drogas e prostituição infantil fazem parte dos bailes *funk* da região.

Assim, verifica-se que, por se tratar de um processo mais amplo, a exploração sexual de crianças e adolescentes não tem origem apenas na pobreza e na indigência. Está vinculada às relações sociais concentradoras de renda e às relações culturais desiguais de gênero e de raça, perpassando também a lógica de mercado, considerando que a exploração é “comercial”. Nessa perspectiva, faz-se necessário, para melhor compreensão da violência sexual de meninos, meninas e de adolescentes no Brasil, demonstrar o seu campo teórico multifacetado, tendo como objeto de análise a exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes:

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

Deve-se também considerar o fascínio que essa atividade exerce sobre alguns ou algumas adolescentes. A atividade sexual comercial, além de se apresentar como alternativa de sobrevivência, implica relações psicossociais e culturais dessas crianças e adolescentes no meio familiar e social em que estão inseridas.

Diante da complexidade do fenômeno os pesquisadores e profissionais devem fazer um esforço para dar à análise e à intervenção, direções mais claras, incluín-

do os vários aspectos da problemática, pois a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não se coloca apenas como um problema econômico, mas como uma questão cultural e política da sociedade, ou seja, sua visão e exercício da sexualidade. Nessa relação estão implicados os valores e desejos de indivíduos, socialmente construídos, numa sociedade machista e consumista de imagens do corpo da mulher como objeto sexual.

(Leal e César, 1998)

Por sua extrema complexidade, o tema da violência sexual, em suas diferentes formas de manifestações e danos provocados em crianças e adolescentes, tem despertado interesse nas ciências sociais, na psicologia e no direito no que diz respeito a questões que levem à compreensão do fenômeno nas suas diferentes facetas.

A violência é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social. Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sendo que as pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre meninas e mulheres, daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise do fenômeno. Também tem sido denunciada em outros lugares socialmente construídos: na rua, no ambiente institucional e nas quadrilhas de exploração de prostituição (tanto nas mais economicamente poderosas, quanto naquelas mais domésticas).

Por outro lado, a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas sim objeto da dominação dos adultos, tanto por meio da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão. As relações dominantes de gênero e de raça, por sua vez, se evidenciam pelo fato de que a grande maioria das vítimas de exploração sexual é do sexo feminino.

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo” sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autori-

tários. Essa “imagem de marca”, parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios “corpinho de adolescente”, “cara de criança”, “loirinha”, “moreninha”. (Faleiros, 1998)

A tabela 6 apresenta a quantidade de registros de denúncias (que, portanto, não necessariamente se comprovam, mas que pode servir de indício) sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, ocorridos por ano nos seguintes municípios: São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Salvador e Brasília. Tanto Rio de Janeiro quanto Salvador apresentaram taxas altas de exploração sexual com intermediários, podendo indicar que há, se não uma rede, uma forte articulação para a prática de tal delito.

Tabela 6
Denúncias categorizadas — tipo de violência: exploração sexual comercial

Município		Vítima	2003	2004	2005	2006	2007
Manaus	Exploração sexual comercial	Exploração sexual com intermediários	3	0	10	25	18
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	7	2	9
Salvador	Exploração sexual comercial	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	0	0	1
		Exploração sexual com intermediários	2	1	15	76	85
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	15	2	41
Brasília	Exploração sexual comercial	Exploração sexual com intermediários	0	0	0	6	1
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	1	0	0
Rio de Janeiro	Exploração sexual comercial	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	0	6	0
		Exploração sexual com intermediários	1	0	22	85	38
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	17	6	23

Continua

Município	Vítima	2003	2004	2005	2006	2007	
São Paulo	Exploração sexual comercial	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	1	3	0
		Exploração sexual com intermediários	0	0	8	45	25
		Exploração sexual sem intermediários	1	0	7	1	15

Fonte: DDN 100 — Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Assim, os indicadores sociais da cidade do Rio de Janeiro, associados ao levantamento da população em situação de rua e à situação de violência em que se encontram as crianças e adolescentes, ratificam a hipótese de que essa cidade apresenta condições alarmantes do ponto de vista social, propiciando um clima eminentemente favorável à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Elementos específicos da prostituição na cidade do Rio de Janeiro

A maioria dos turistas se hospeda em hotéis ou apartamentos de temporada em Copacabana, principalmente por sua facilidade de locomoção aos principais pontos turísticos do Rio como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, como também por sua agitada vida nas 24 horas do dia. Com o passar dos anos, a perda da capital para Brasília, o enfraquecimento cultural da cidade, a proibição do jogo, a ocupação dos morros do bairro pelas favelas e o conseqüente aumento da violência e a saída da elite para o Leblon e a Barra da Tijuca explicam muito a decadência do bairro, que tenta sobreviver com a sua fama adquirida nos seus primórdios. Em conseqüência, os apartamentos ficaram vazios e passaram a ter novos donos. A classe média pôde ocupar o bairro, bem como prostitutas e estrangeiros que resolveram ficar por ali. Logo, Copacabana passou a receber também um novo tipo de turista que tem sido assunto de discussão mundial, o chamado turista sexual.

Obter informações sobre sexo na cidade não é uma missão das mais difíceis. Sites como o clubhombre.com, uma rede de relacionamentos, compartilha informações fundamentais para aqueles que querem uma aventura sexual. Segundo a parte pública do site, o Rio é um dos destinos mais exóticos do

mundo, perdendo apenas para a Tailândia. Encontrar esses turistas nas ruas de Copacabana não é uma missão muito difícil. Basta estar no calçadão da praia, em frente aos hotéis, para detectar a presença deles. Geralmente em grupos pequenos, são facilmente identificados pelas roupas que usam e são chamados de gringos por parte dos moradores. Próximos a eles, ambulantes passam o tempo todo tentando vender bebidas e camisetas da seleção brasileira, mendigos e moradores de rua tentando obter algum trocado em cima deles, taxistas lhes oferecendo seus serviços e prostitutas usando microrroupas na busca por esses clientes.

Bares da orla de Copacabana, como o Meia-Pataca e o Terraço Atlântico, são os locais onde se dá o ponto de encontro para os programas. O Meia-Pataca começa a funcionar a todo vapor no final da tarde e o Terraço Atlântico é onde é feito o aquecimento para ingressar na discoteca Help. Em seguida, o turista sexual e a prostituta saem desses redutos e se dirigem a alguns hotéis de alta rotatividade que permitem a entrada delas ou então se dirigem diretamente aos apartamentos que os turistas alugam por uma temporada de três a cinco dias para a prática de sexo.

No artigo de Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2005) foi feito um estudo antropológico sobre o turismo sexual em Copacabana, narrando desde o tipo dos turistas aos frequentadores da boate. Eles averiguaram que essas mulheres que se prostituem não são vítimas desse processo. Segundo o estudo,

As mulheres que operam na interseção entre turismo internacional e sexo são ativas na manutenção de uma visão do Brasil como campo para as realizações de fantasias sexuais e afetivas. Longe de serem simples vítimas, elas detêm um controle notável sobre as suas ações e representações, lançando mão de vários artifícios para construírem uma almejada ascensão social através do forjamento de ligações com estrangeiros itinerantes. Suas atividades não podem ser entendidas simplesmente como os resultados de uma “lavagem cerebral colonialista”, ou os frutos de uma “baixa auto-estima”, pois freqüentemente providenciam mudanças socioeconômicas em suas vidas que são entendidas por elas como melhorias. Portanto, são melhor entendidas como estratégias racionais do que como manifestações ideológicas de uma falsa consciência.

(Silva e Blanchette, 2005)

Esse estudo estima uma baixíssima proporção de menores no entorno da boate Help, conhecida como ponto de prostituição para turistas.

A idade parece variar entre 18 a 45 anos, com uma média provável de 25 anos. A casa pode pedir as identidades das mulheres na entrada e se existem menores dentro da Help, estas são cuidadosamente produzidas para passarem por adultas. Em nenhuma de nossas idas constatamos a presença evidente de menores de idade dentro da boate [Help]. (...)

Determinar quem pode ser — ou não — menor de idade na gira da noite de Copacabana não é fácil. Quase todas as garotas de programa atuando na noite apresentam-se como maiores de idade e adotam um visual de acordo com isso. Em oito meses de pesquisa, encontramos poucas garotas que nos pareciam ser claramente menores de idade — nunca mais que 2% das nossas contagens noturnas de prostitutas —, mesmo assim, somente em momentos de grande movimento. A vasta maioria das garotas trabalhando como prostitutas na orla de Copacabana aparenta ter mais de 18 anos.

(Silva e Blanchette, 2005)

Diante da escassez de trabalhos científicos que tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, é de se esperar que a dificuldade em obter informações específicas sobre o Rio de Janeiro seja ainda maior. Entre os poucos escritos sobre esta região, localizou-se o seguinte trecho no trabalho sobre prostituição infantil e saúde:

Na cidade do Rio de Janeiro, a situação encontrada foi a seguinte: a) foi a única área onde os depoimentos nomearam a prostituição infantil masculina, sendo basicamente de natureza homossexual, com “michês” oriundos de várias classes sociais; b) apresenta situações semelhantes às outras regiões, onde existem explorações de turismo sexual e por clientes locais; c) mencionam-se casos de meninas que vivem nas ruas e para sobreviverem trocam favores sexuais, sem elas se considerarem prostitutas; d) assinala-se a presença marcante de pseudo-agências de modelos, camuflando a exploração sexual de meninas e adolescentes; e) registrado, pela gravidade da denúncia, o caso de uma diretora de CIEP (Centro Integrado de Educação Popular) que organizou um álbum de fotografias de estudantes, encaminhando-o a um motel para a escolha de clientes.

(Gomes, Minayo e Fontoura, 1999)

Esse estudo se aproxima dos dados do Programa Sentinela¹² de 2003 (ação do governo federal criada para combater a exploração sexual no país), apontando que, na cidade do Rio de Janeiro, 82% das vítimas de violência sexual eram do sexo feminino e 18% do masculino. Dos 355 casos notificados, 95% caracterizavam-se como de abuso sexual e os demais como de exploração sexual.

Marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro

Na análise das leis que tratam do turismo no estado, verificou-se que existe a noção do seu investimento, enfatizando a preocupação com o desenvolvimento social. Embora não se refira diretamente à questão de exploração sexual de crianças e adolescentes, o art. 227 reforça a noção de que o turismo deve servir como instrumento de desenvolvimento econômico, social e ambiental:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Capítulo II — DA POLÍTICA INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS (arts. 223 a 228)

Art. 227 — O Estado promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado.

§1º — O Estado definirá a política estadual de turismo buscando proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento dessa atividade.

¹² Programa do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que consiste em um conjunto de ações articuladas de assistência social destinado ao atendimento de crianças abusadas e/ou exploradas sexualmente, bem como seus familiares. O principal objetivo do Programa Sentinela é criar condições que possibilitem o resgate social e a garantia de direitos. A operacionalização do programa se dá por meio de centros de referência que atuam nos municípios executando ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vitimados pela violência sexual.

*§2º — O instrumento básico de intervenção do estado no setor será o plano diretor de turismo,¹³ que deverá estabelecer, com base no inventário do potencial turístico das diferentes regiões, e com a participação dos municípios envolvidos, as ações de planejamento, promoção e execução da política de que trata este artigo.

* Regulamentado pela Lei nº 2.100, de 5 de abril de 1993, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo (CET).

§3º — Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao estado, em ação conjunta com os municípios, promover especialmente:

I — o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

II — a infra-estrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos, através de linhas de crédito especiais e incentivos;

III — o fomento ao intercâmbio permanente com outros estados da Federação e com o exterior, visando fortalecimento do espírito de fraternidade e aumento do fluxo turístico nos dois sentidos, bem como a elevação da média de permanência do turismo em território do estado;

¹³ O Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro foi editado em 2001 e resultou de um trabalho participativo. Contudo, esse documento não contempla questões sociais, muito menos a exploração sexual de crianças e adolescentes:

O Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, orienta-se pelos cinco macroprogramas: Desenvolvimento Institucional: Ação Interinstitucional; Normatização da Atividade; Apoio ao Desenvolvimento Turístico nos Municípios.

Infra-Estrutura de Apoio: Infra-Estrutura Básica; Equipamentos Turísticos de Apoio.

Sistema de Informação: Banco de Dados; Informação ao Turista.

Fomento à Atividade Turística: Gestão dos Serviços Turísticos; Qualificação da Mão-de-Obra; Captação de Recursos.

Consolidação do Produto Turístico: Identificação, Organização e Qualificação do Produto Turístico; Promoção e Marketing.

Na medida em que o Plano Diretor de Turismo contém os programas norteadores da política pública do turismo no estado do Rio de Janeiro, a partir de um amplo diagnóstico do setor, este documento pode servir de ponto de partida para o planejamento estratégico do desenvolvimento do turismo das regiões e municípios fluminenses, com vistas ao alinhamento dos diversos trabalhos que vêm sendo realizados por diferentes agentes. Há que se considerar, entretanto, que este é um documento dinâmico e que requer sempre novos olhares, atualizações e adaptações diante das mudanças permanentes a que está sujeito o setor e o mercado turístico.

Turisrio (2001)

IV — a construção de albergues populares, objetivando o lazer das camadas mais pobres da população;

V — a adoção de medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor.

§4º — Serão estimuladas a realização de programações turísticas para os alunos das escolas públicas, para trabalhadores sindicalizados e para os idosos, dentro do território do estado, bem como a implantação de albergues da juventude.

Outra preocupação, que consta na legislação estadual, é criar mecanismos de maior participação a fim de discutir o turismo no estado. Dessa forma, foi criado o Conselho Estadual de Turismo, com caráter consultivo, sem tratar da questão da exploração sexual no turismo:

LEI Nº 2100, DE 5 DE ABRIL DE 1993

DISPÕE SOBRE O CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO — CET

Art. 1º — Fica criado o Conselho Estadual de Turismo — CET —, como instrumento auxiliar na implementação dos desígnios estabelecidos no art. 224 (atual 227) da Constituição Estadual.

Art. 2º — O Conselho Estadual de Turismo — CET, como órgão consultivo, tem por finalidade:

I — opinar sobre a orientação a ser imprimida na política de turismo do estado, observadas as diretrizes fixadas pelo governo;

II — sugerir ao titular da secretaria de estado a que estiver vinculado as medidas básicas que entender convenientes ao aprimoramento e desenvolvimento do turismo no estado;

III — colaborar na realização da política de turismo do estado;

IV — manter relacionamento com os demais órgãos de turismo do estado e empresas privadas do ramo, buscando uma atuação integrada e harmônica, dirigida ao desenvolvimento do turismo no estado;

V — propiciar e estimular a formação profissional do pessoal ligado às atividades turísticas no território estadual;

VI — opinar, na esfera do Poder Executivo, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o turismo, bem como sobre planos, programas e projetos turísticos que pretendam incentivos fiscais do estado, bem assim sobre o Plano Diretor de Turismo previsto no art. 224 (atual 227), §2º, da Constituição do estado;

VII — propor a instituição de áreas e atrativos de interesse turístico, nos termos da Lei nº 921, de 11 de novembro de 1985;

VIII — opinar sobre convênios e outros instrumentos contratuais relativos a ações e atividades turísticas;

IX — elaborar e editar seu Regimento Interno.

Essa preocupação aparece no âmbito do governo estadual por meio da Lei nº 4.358, de 21 de junho de 2004, que visa coibir a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes, que “dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. Essa iniciativa trabalha com a noção de alertar os donos de estabelecimentos e clientes sobre as penalidades previstas para quem explora sexualmente crianças e adolescentes:

Art. 1º — Os estabelecimentos públicos especificados nesta lei, ficam obrigados a fixarem placa que explicita os crimes e as penas decorrentes da prática da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 2º — Para efeitos desta lei, os estabelecimentos são os seguintes:

I — hotéis, motéis e pousadas;

II — bares, restaurantes e lanchonetes;

III — casas noturnas de qualquer natureza;

IV — clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga;

V — agências de modelos, viagens;

VI — salões de beleza, casas de massagens, saunas, academias de dança, de fisiculturismo, de ginástica e atividades correlatas e outros estabelecimentos co-

merciais que ofereçam serviços mediante pagamento e voltados ao mercado ou culto da estética.

Art. 3º — A placa será afixada na entrada do estabelecimento ou em local de fácil visualização por todos os freqüentadores, obedecendo as seguintes especificações:

I — a placa será confeccionada em madeira, ferro, PVC, acrílico ou outro material resistente à ação do tempo, vedado o uso de papel, papelão, cortiça, isopor ou assemelhados;

II — a dimensão mínima será de 50 (cinquenta) centímetros de largura por 40 (quarenta) centímetros de altura e conterá a seguinte frase:

* II — a dimensão mínima será de 30 (trinta) centímetros de largura por 20 (vinte) centímetros de altura e conterá a seguinte frase:

* Nova redação dada pela Lei nº 4.402/04.

A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO OU DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME, PUNIDO COM RECLUSÃO DE 4 A 10 ANOS E MULTA. INCORREM NAS MESMAS PENAS OS RESPONSÁVEIS PELO LOCAL EM QUE OCORRAM TAIS PRÁTICAS. DISQUE DENÚNCIA: 2253 11 77.¹⁴

III — as letras serão todas maiúsculas em cor que possibilite destacar facilmente a frase e ocuparão toda a largura da placa;

IV — haverá uma borda em linha reta delimitando o tamanho da placa, permitindo verificar se as dimensões estão compatíveis com as mínimas estabelecidas no item II.

Art. 4º — Na mesma placa será informado o(s) número(s) telefônico(s) através dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca da prática da prostituição ou exploração sexual de que trata esta lei.

Art. 5º — A fiscalização desta Lei dar-se-á de igual forma ao estabelecido na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁴ Uma observação sobre essa placa: ela cria uma compreensão ambígua, ao inserir a palavra “prostituição”, que deveria ser entendida como “prostituição de crianças e adolescentes”. É fácil alguém achar, por esse texto, que a prostituição é crime.

Art. 6º — A omissão, negação ou frustração propositada ao disposto nesta lei, constitui infração administrativa e sujeitará o responsável infrator a multa de 1.000 (mil) Ufirs, por infração registrada.

Parágrafo único — A reincidência do previsto desta lei sujeitará ainda ao infrator, sem prejuízo da multa cabível, a interdição do estabelecimento pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º — Os valores decorrentes da aplicação das multas previstas nesta lei serão recolhidos aos cofres do governo do estado para uso exclusivo em ações de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 8º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, bem como a Lei nº 3.738/01.

Em âmbito municipal, observa-se que a normatização no campo do turismo não abrange a preocupação com crianças e adolescentes, mesmo que o parágrafo 2º do art. 292 aponte a atenção especial com o turismo social:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Capítulo III — Do Desenvolvimento Econômico

Seção III — Do Fomento ao Turismo

Art. 292 — O município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural da cidade, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente, às paisagens notáveis e à cultura local.

§1º — O município considera o turismo atividade essencial para a cidade e definirá política com o objetivo de proporcionar condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

§2º — O incremento do turismo social e popular receberá atenção especial.

Na análise do marco legal sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro, observa-se uma forte preocupação em coibir tal delito, mas tal prática não é originada de organismos ligados ao turismo. Observou-se que essa ação ocorre em maior frequência no âmbito de coerção

legal ou mesmo policial do que ações de prevenção, sendo formuladas com entidades estadual ou municipal que formulam as políticas públicas voltadas para o turismo. Em relação à proteção de crianças e adolescentes, foi observado que essa preocupação recai sobre os órgãos ligados à assistência social.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Capítulo III — DA FAMÍLIA. DA CRIANÇA, DO

ADOLESCENTE, DO IDOSO (arts. 45 a 62)

Art. 51 — A administração punirá o abuso, a violência e a exploração, especialmente sexual, da criança, do adolescente, do idoso e também do desvalido, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único — A lei disporá sobre criação e o funcionamento de centros de recebimento e encaminhamento de denúncias referentes a violências praticadas contra crianças e adolescentes, inclusive no âmbito familiar, e sobre as providências cabíveis.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Capítulo II — Dos Direitos Fundamentais

Art. 12 — O município buscará assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à moradia, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à primazia no recebimento de proteção e socorro, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No nível municipal verificou-se também que a questão do cuidado a crianças e adolescentes fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Essa secretaria ficou responsável por implementar tal política, tendo o objetivo de reverter a situação de exclusão social em que vive grande parte da população da cidade.

A política de assistência formulada pela SMAS a partir de 1994, inclui a descentralização do atendimento social, com a implantação de uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social (CR) em cada área de planejamento

do município As áreas de planejamento reúnem, para fins administrativos, os bairros com as mesmas características geográficas, sociais e econômicas.

A Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social é a responsável por aplicar uma política de assistência em cada área, fazendo o planejamento de programas e projetos adequados à realidade social. Hoje a SMAS atua como um gestor, responsável pela eficiência do sistema público de programas e serviços que reúne poder público e sociedade civil, visando a constante melhoria de vida dos cidadãos da cidade do Rio de Janeiro.

A partir dessas iniciativas legislativas, conjugadas com uma visão mais ampla do marco legal que trata das crianças e adolescentes no Brasil, verifica-se que, após algumas iniciativas isoladas tomadas pela sociedade civil, a situação da criança e do adolescente conseguiu transformar-se em prioridade para diversos segmentos da sociedade. Graças a essas atitudes, a discussão nessa área avançou muito — tendo projeção e preocupação nacional, atingindo, por vezes, o noticiário internacional — e vem melhorando à medida que a sociedade civil se organiza e participa com o governo de ações para reverter o processo de agravamento da situação da infância no país.

Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seguida foi criado o Conselho Estadual, e em 1992 surgiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E quando todos pareciam ter entendido a importância das ações que visavam a uma maior valorização das crianças e dos adolescentes no Brasil, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1993, a chacina da Candelária, incidente que serviu para demonstrar o quão se fazia urgente políticas sociais voltadas para as milhares de crianças e adolescentes que se encontram sem as mínimas condições de vida.

Após esse episódio, vê-se a urgente necessidade de colocar em prática políticas públicas que atendam a todas as pessoas que de alguma forma se encontram à margem da sociedade. Apesar de alguns esforços feitos pelos governantes estaduais e municipais, no sentido de assessorar as pessoas em situação de “risco social”, não se conseguiu desenvolver programas suficientemente consistentes de atendimentos a crianças e adolescentes. Com o intuito de reverter tal situação, nesse mesmo ano começou a ser implantada uma política pública de assistência social, sob a responsabilidade do município, como previa a Constituição de 1988 em seu art. 204, primeiro parágrafo:

descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e da assistência social.

A SMAS começou a formular políticas públicas que pudessem ser implementadas em conjunto com outros setores, resguardando a si o direito do comando das ações, mas reconhecendo, no entanto, a necessidade de ajuda da sociedade para melhorar a eficácia das políticas sociais. Ainda dentro do art. 204, observa-se no segundo parágrafo: “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas, e no controle das ações em todos os níveis”.

Agindo dessa forma, o governo parece compreender que a melhor estratégia para retirar as milhares de pessoas que vivem em situação de risco social total é o debate com a sociedade civil, tornando viável um sistema de parceria que já se encontra elaborado em diversos documentos. Essa relação de parceria, que a SMAS vem mantendo com várias entidades da sociedade civil, pressupõe um compromisso de atuação conjunta que rompe com a relação vertical ou contratual, característica das velhas alianças que eram feitas entre os poderes públicos e a sociedade civil. Entretanto, após entrevista realizada com técnicos dessa secretaria, foi observado que não existe nenhuma articulação com órgãos que tratam do turismo diretamente, na cidade, como a Riotur.

Olhares de atores em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes

Na tentativa de identificar diversas visões sobre o combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, a equipe buscou levantar práticas do poder público e entender como alguns atores (empresário do setor de turismo, profissionais do sexo e uma representação de moradores de Copacabana) observam esse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro caso, a escolha foi o Núcleo de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Essa escolha se deve ao fato de o núcleo desenvolver práticas de proteção a

crianças e adolescentes, que vivem em ambientes que propiciam a vitimização da exploração sexual.

Em relação aos empresários, o trabalho pôde extrair pouco de seus olhares, pois a motivação em participar da pesquisa foi baixa. Foram contactadas nove organizações mais representativas do setor turístico na cidade do Rio de Janeiro e sete delas se prontificaram a participar da pesquisa. Porém apenas duas empresas responderam ao questionário, as outras cinco justificaram que a diretoria não tinha horário disponível para responder e nem o poderia fazer por e-mail.

As profissionais do sexo foram escolhidas para participar da pesquisa, pelo olhar empírico que apresentam. Diante da dificuldade de obtenção de dados sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, o olhar desse segmento aparece com pertinência, pois a sua percepção *in loco* permite um contato mais de perto da situação, enriquecendo com detalhes de como se dá o convívio, marcado por conflito de interesses,¹⁵ entre prostituição de adultos e exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de maior movimento turístico e de procura por prostituição.

A representação da Associação de Moradores de Copacabana pareceu ser interessante para a pesquisa, pois esse é certamente o bairro mais famoso do Rio de Janeiro, tendo uma procura muito grande por turistas, inclusive daqueles que buscam a prostituição. O olhar dessa representação é importante, pois pode indicar o posicionamento e atitude que moradores tomam em relação à exploração comercial de crianças e adolescentes.

O olhar dos ocupantes de posições no Executivo municipal

Durante a pesquisa, foi observado que os órgãos que cuidam do turismo na cidade do Rio de Janeiro (Riotur, que é municipal, e Turisrio, que é estadual)

¹⁵ Não é interessante para as prostitutas, bem como para donos de boates, bares e hotéis de prostituição ter por perto exploração sexual de crianças e adolescentes, pois isso compromete suas atividades, na medida em que, convivendo com esse delito, cairiam na ilegalidade. Por isso, por interesse em preservar a atividade atuam seletivamente. Esses atores não teriam, bem ao contrário, qualquer ação contra turistas interessados em sexo pago com maiores — o que, nunca é demais repetir, não é ilegal — mas seriam extremamente rigorosos quanto à prostituição de pessoas abaixo de 18 anos, até porque seus estabelecimentos seriam mais visados que os convencionais.

não têm em seus programas de desenvolvimento do turismo nenhuma atividade em relação ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse tipo de discussão é levantado, de forma indireta, pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Quando a prefeitura assume o Programa Sentinela e cria os centros de referência, essa ação passa a fazer parte da referida secretaria e impõe a discussão da temática. Essas ações ficaram sob responsabilidade do Núcleo de Direitos Humanos dessa secretaria. Sua intervenção é bem mais ampla, abrangendo a questão do abuso e da exploração sexual.

A atuação da SMAS no combate ao abuso e exploração sexual no Rio de Janeiro tem se desenvolvido desde 2001. A partir do Programa Sentinela, organizado pelo governo federal em parceria com as prefeituras do país para tratar da questão do abuso sexual, o Rio de Janeiro aprimorou suas próprias ações, conforme afirma um técnico do núcleo:

Nosso serviço foi estruturado inicialmente tratando especificamente do abuso e, em 2004, começamos a investir nos casos de exploração. No ano de 2006, o Sentinela foi municipalizado e, com isso, novas temáticas foram incluídas no trabalho da prefeitura.

No ano passado, segundo um dos técnicos do núcleo, 248 vítimas de abuso tiveram coragem de denunciar o que acontece dentro de seus lares. Tais vítimas foram atendidas por psicólogos e assistentes sociais do Centro Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Leila Diniz, em Laranjeiras, Zona Sul do Rio, e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) Padre Guilherme Decaminada, em Santa Cruz, na Zona Oeste.

De acordo com esse técnico, os números confirmam que mais de 80% dos agressores estão dentro da própria família. “Em 47% dos casos atendidos por nós, o autor do abuso é o pai, em 18% o padrasto, 9% os tios e 8% a mãe. Isso é o que chamamos de violência intrafamiliar”, explicou.

Os meninos e meninas que sofrem abusos sexuais chegam aos centros por meio de denúncias, por encaminhamento de conselhos tutelares, do Ministério Público, do Juizado da Infância e da Juventude ou pela própria rede de atendimento da prefeitura.

Nos Centros de Referência de Assistência Social [Cras], os profissionais atuam diretamente com a população que vai acessar serviços como o da Bolsa Família. Durante a entrevista social, algumas suspeitas podem ser identificadas e as informações são repassadas para os centros especializados, que investigam a situação.

No caso de exploração sexual, conforme o coordenador do núcleo, o trabalho é diferente. Os educadores sexuais buscam pontos onde há casos registrados ou denunciados, abordam os adolescentes, tentam criar vínculos de afeto e confiança e os convencem a acessar a rede de atendimento.

A demanda desse público não chega, nós que temos de ir até ela, pois os jovens não se sentem explorados sexualmente, não vêem que seus direitos estão sendo violados, mas têm apenas a percepção de que ganham dinheiro com isso.

Aqueles que são convencidos passam pelo mesmo processo de tratamento das crianças e jovens que sofrem abusos. “Fazemos o atendimento psicossocial, a inserção em oficinas de estudo e trabalho. Vemos principalmente o bem-estar da criança, o contexto familiar e comunitário, fazendo tudo possível para que eles saiam da situação de violência”, ressalta esse coordenador.

Embora não tratem diretamente da questão do turismo, os técnicos do Núcleo de Direitos Humanos da SMAS afirmam que existem áreas suscetíveis a esse tipo de exploração. Esse núcleo iniciou uma estratégia para atrair crianças e adolescentes que andam na orla de Copacabana e são potenciais alvos da exploração sexual.

Verificamos que é necessário criar um atrativo para que as meninas sejam atendidas por nossos profissionais [psicólogos e assistentes sociais]. Assim, estamos desenvolvendo cursos voltados para o interesse delas. Criamos, então, um curso de cabeleireiro e maquiagem. Inicialmente elas demonstraram interesse para exercer a prática da prostituição, pois poderiam se arrumar melhor, até mesmo para parecerem mais velhas. Mas à medida que elas vierem se envolver com o programa, a estratégia é trabalhar com orientação, para tirá-las da rua e fazer com que elas possam frequentar a escola.

Na visão deles, é importante haver ações de combate à exploração sexual no turismo, mas, por eles terem uma ação mais ampla, a intervenção deve ter uma maior complexidade.

O caso da região da rodoviária é emblemático. Ali podemos encontrar uma grande população em situação de rua. Através de denúncias, conseguimos identificar uma pessoa que aliciava crianças e adolescentes dali para se prostituírem em troca de drogas. Felizmente ele foi preso.

O novo desafio do Núcleo de Direitos Humanos é acabar com o tráfico de menores de idade para exploração sexual. O coordenador informou que muitos jovens vêm de outras cidades para o Rio e, daqui, partem para fora do Brasil. Esse informante não disponibiliza dados e informações sobre isso, pois não existem estudos consistentes, tornando aparentemente frágil seu argumento, mas a sua experiência e convívio com essa realidade permitem levantar indícios da prática.

Recentemente uma adolescente de 17 anos veio do Maranhão para o Rio e foi identificada no processo de abordagem, quando informou que embarcaria para a Europa. Nós descobrimos que havia um grupo por trás de sua vinda para cá e de sua ida para a Europa. Ela foi abrigada, entramos em contato com sua terra natal, com o conselho tutelar de lá, e a menina acabou voltando. Mas esse foi apenas um exemplo, há muitos outros em que elas são levadas para outro país e chegam a ficar em cárcere privado.

O olhar de empresários do setor turístico

Para observar o comportamento das entidades empresariais ligadas ao turismo no Rio de Janeiro, primeiramente buscou-se interlocução com representantes de hotéis, bares e restaurantes da cidade. Tais contatos levaram a uma entidade que teria iniciativas relacionadas à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo. Contudo, depois de diversos contatos com essa entidade, restou apenas a informação de que ela teria produzido “há dois ou três anos” uma “cartilha de alerta” relacionada à prostituição com turistas, embora

não sendo focalizada em pessoas de menos de 18 anos. Entretanto, a cartilha nunca apareceu.

Em seguida, essa pesquisa adotou o procedimento de colher informações, por meio de questionário semi-estruturado, com principais organizações que representam o setor na cidade, com o objetivo de perceber a visão que estes têm sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Como já mencionado, o retorno foi insatisfatório, o que pode indicar desinteresse desse segmento sobre a questão ora estudada.

No que se refere aos resultados, primeiramente buscou-se verificar qual era a opinião que eles tinham sobre o significado de turismo sexual. O representante da organização “A” demonstrou ser mais normativo, buscando definir do ponto de vista conceitual, sem assumir um juízo de valor, enquanto o representante da organização “B” foi mais enfático, demonstrando ser radicalmente contra e tendo um discurso de cunho moralista: cabe observar que eles não fazem referência à exploração sexual de crianças e adolescentes nessa questão.

Viagem individual ou em grupo, tendo como principal objetivo o consumo de produtos, atividades e serviços de natureza sexual (Organização A).

Trata-se de uma aberração, exploração do ser humano que não deve ser tratado como atividade econômica (Organização B).

Em relação às ações que as entidades voltadas para o turismo vêm promovendo, atualmente, sobre o turismo sexual, as respostas revelam que não há um conhecimento muito aprofundado dos informantes, indicando pouco envolvimento dessas organizações no tema:

O governo federal vem desenvolvendo campanhas com foco na inibição dessa forma de turismo (Organização A).

ABIH e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Organização B).

Sobre as ações que esses representantes consideram importantes, ainda em relação ao turismo sexual, percebe-se que o representante da organização “A” aponta ações mais consistentes do que o representante da organização “B”, embora não sinalize como tais ações podem se dar:

Campanhas que promovam o turismo cultural, voltadas para o turista tradicional, em especial para aqueles que viajam em grupos familiares. Igualmente, campanhas que, de certa forma, respeitadas as técnicas de comunicação, constriam o consumo do turismo sexual (Organização A).

Panfletos, palestras e divulgação (Organização B).

O representante da organização “A” diz que a sua empresa desenvolve ações voltadas para o combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por meio de apoio à divulgação das campanhas promovidas pelo governo federal. Cabe ressaltar que tais iniciativas não envolvem os funcionários da organização, se dando apenas em âmbito externo por meio de uma parceria muito pontual. O diretor da organização “B” afirma que ela não desenvolve trabalho relacionado a essa questão, mas apóia iniciativas de seus associados.

Perguntados como cada representante analisa o papel das instituições brasileiras (Estado, mercado, sociedade civil) em relação ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a visão é muito pessimista. Não reconhecem a presença do Estado no enfrentamento dessa situação e não vêem o mercado ou a sociedade civil desenvolvendo ações efetivas (apenas paliativas) para promover o turismo que respeite os direitos das crianças e adolescentes. É importante frisar que eles observam a preocupação que as empresas têm em cumprir as leis, mas não há a preocupação com a responsabilidade social.

A atuação do Estado é omissa quanto aos direitos da criança, normalmente exposta à exploração sexual, e a sociedade civil pouco se manifesta para exigir que esse direito seja cumprido. O mercado cumpre as determinações legais, mas não vai além desse limite formal (Organização A).

O Ministério do Turismo vem trabalhando a questão assim como o mercado através das entidades, porém, individualmente, as empresas ainda não se preocupam com o combate do turismo sexual, tampouco a sociedade civil (Organização B).

Essa visão apresenta uma contradição com a resposta seguinte. Ao serem perguntados se o combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma questão prioritária para a cadeia do turismo, ambos afirmaram

que é uma questão de muita importância e que deve estar presente na agenda de qualquer empresa que atue no segmento.

Sobre a avaliação de ocorrências de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro os entrevistados têm consciência de que existe, mas que é de difícil identificação. Consideram a situação grave e gravíssima, mas não se colocam como agentes responsáveis diante desse quadro.

Certamente existe, mas de forma velada. É grave porque não existe nenhum programa proativo que ofereça soluções alternativas, podendo haver tendência ao seu crescimento (Organização A).

A questão é gravíssima, porém implícita nos grandes centros. Aparentemente a incidência de exploração sexual de crianças ocorre com maior frequência no interior do estado (Organização B).

No que se refere às ações de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes que os entrevistados consideram mais efetivas, desenvolvidas por entidades voltadas para o turismo no Brasil e no Rio de Janeiro, houve visões diferenciadas. O representante da organização “A” parece analisar a questão com maior profundidade do que o da organização “B”, que apontou apenas palestras como ação efetiva. Embora o primeiro tente enxergar essa questão de forma mais consistente, ele não dá pistas de como deve ser a “garantia dos direitos da criança”.

As ações efetivas, praticamente, inexistem. Para serem consideradas efetivas deveriam garantir os direitos da criança (Organização A).

As palestras (Organização B).

Outro tipo de abordagem de campo se deu por meio de contato com um dono de hotéis de prostituição na região da praça Tiradentes, área que vem passando por processo de revitalização e desde 2006 recebendo turistas por conta de ações culturais promovidas por ONGs, além de performances e atividades de diversos artistas. Nessa conversa, observou-se o cuidado que o empresário tem com a presença de menores dentro dos hotéis: “não na rua,

claro, que é pública, mas nessas dependências privadas”. Seja profissional do sexo ou cliente, qualquer pessoa aparentando ser muito jovem é requisitada a apresentar documentos e, se abaixo de 18 anos ou sem comprovação de idade, tem sua entrada proibida.

As prostitutas do local também se acautelam com pessoas muito jovens. Fica evidente que tanto elas quanto o empresário sabem que a presença de pessoas abaixo de 18 anos pode prejudicar o negócio de todos. Assim, observou-se um grande cuidado e prevenção com esse tipo de exploração, por parte dos estabelecimentos formalmente constituídos.

Os resultados das entrevistas nesse segmento revelam que ainda existe pouca discussão sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes entre representante de empresas do setor de turismo no Rio de Janeiro. Observa-se a necessidade de maior estreitamento do poder público, no sentido de oferecer maior capacitação para esse segmento lidar melhor com a questão.

Nas falas verifica-se que há conhecimento sobre legislação e os empresários sabem distinguir a diferença entre prostituição praticada por maiores e exploração de crianças e adolescentes, que é crime. Porém, cabe registrar que o segmento empresarial não vê possibilidades de ações mais efetivas, em articulação com a sociedade civil organizada ou com o poder público. Essa situação pode ser decorrente da falta de discussão acadêmica desse assunto.

Fazendo um levantamento sobre as ementas dos cursos de nível de graduação de turismo na cidade do Rio de Janeiro, observou-se que nenhuma entidade de ensino superior¹⁶ tem em sua grade alguma disciplina que aborde o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Observaram-se preocupações com questões administrativa, técnica, logística, cultural, lazer, ambiental, patrimônio e de responsabilidade social (puramente conceitual, não entrando no tema da exploração sexual). Se a exploração sexual, ou mesmo o turismo sexual, entrasse no currículo das universidades é bem provável que haveria uma discussão mais aprofundada, com propostas mais consistentes sobre o tema entre os gestores públicos e de empresas privadas.

¹⁶ Foram pesquisados os cursos de turismo das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estácio de Sá, Universidade Veiga de Almeida e Centro Universitário da Cidade.

O olhar de quem convive de perto — as prostitutas

A intervenção com as profissionais do sexo não foi por meio de questionário semi-estruturado, conforme foi feito com os outros segmentos. Esse procedimento seria inadequado, pois a abordagem foi feita na rua, no momento em que as entrevistadas estavam se preparando para fazer seus programas. Diante disso, os resultados das falas dessas informantes vão ser apresentados de maneira informal, conforme foi a abordagem. Para a realização dessa intervenção contamos com a participação do jornalista Flávio Lenz, que é componente da equipe e trabalha na ONG Davida, que se propõe a organizar as prostitutas contra o preconceito e lutar por bandeiras da categoria, como a prevenção à Aids e a doenças sexualmente transmissíveis, além do reconhecimento da prostituição como profissão legal. O texto a seguir, que faz parte desta seção utilizou, portanto, as técnicas do jornalismo para o levantamento e a apresentação das informações.

Em Copa, boates impedem acesso de menores, polícia faz incursões e prostitutas dizem ter maior segurança

Betânia (37 anos), Ana Lucia (37) e Paula (32) me recebem no bar do calçadão atlântico diante da boate Help, o mais conhecido clube noturno de prostituição do Rio, talvez do país. É para lá que vai boa parte dos estrangeiros em busca de companhia e sexo. Eu pergunto pela Val — prostituta que trabalha no Davida e distribui preservativos e outros materiais para garotas de programa de Copacabana —, me identifico como jornalista de Davida e Daspu (que já conhecem), dou nosso jornal (*Beijo da Rua*) a elas e começo a entrevista pelo movimento nessa época de Pan-americano. É sexta-feira, 20 de julho, são 21 h, e a frequência é apenas razoável, muito mais mulheres do que homens.

Desses poucos homens, cerca de 15, menos ainda são estrangeiros, segundo o olhar profissional das três prostitutas. “Copacabana não tem gringo, só tem nome”, exagera Ana Lucia, dando uma pista: “Os turistas estão na Barra e também em Ipanema. O problema de Copa é que tem fama de assalto, que mulher costuma roubar. E eu ouvi isso na Suíça, quando passei um tempo lá”.

“E por que você não vai para a Barra, então?”, pergunto. “Porque lá você fica muito desprotegida, na pista. E o programa é mais barato, de R\$ 50 a R\$ 100. Aqui a gente cobra de R\$ 200 a R\$ 300, e tem a segurança de estar no bar ou na boate, no meio de muitas pessoas.”

Blitz no banheiro

Continuamos a conversar sobre segurança, um assunto que envolve também o tema dos menores no turismo. Novamente Ana Lucia, a mais falante, conta uma história importante. Diz que são freqüentes as incursões de policiais militares na Help, em busca de crianças e adolescentes. “Eles vão ao banheiro da Help, abordam as mulheres pedindo identidade. Outro dia fizeram isso comigo e eu perguntei: ‘Acha que eu tenho cara de menina?’ Logo depois entrou no banheiro uma jornalista de TV e eu pedi a ela para tirar a câmera. Ela demorou para atender e dei um tapa de leve na câmera. Aí ela parou e os policiais não fizeram nada.”

Betânia confirma que o motivo da presença dos policiais é sempre investigar se há menores. Quando suspeitam e a mulher não apresenta identidade, levam à delegacia “para descobrir se é menor”. Ela garante que as mulheres sempre retornam (“leva hoje e volta amanhã”), indicando que não têm menos de 18 anos.

Um dos motivos para isso é que a Help, segundo as três prostitutas, tem esquema de identificação. É aplicado no braço um “carimbo”, que brilha por conta das luzes internas, mostrando que a mulher foi identificada na entrada e é maior de 18. Paula diz que pelo menos duas outras boates usam o mesmo sistema: Barbarella e Frank’s Bar. Já o Balcony’s, no Lido, não usa carimbos, mas também impede o acesso de menores. A “mais rigorosa” das casas é a Help, garante ela, talvez por ser a mais freqüentada e visada.

E os hotéis? Nesse caso, quem dá a informação é Jane Eloy, que batalha na praça Tiradentes, mas conhece bem Copacabana. De acordo com ela, “os hotéis do bairro pedem a identidade de acompanhantes de hóspedes, mesmo que sejam maiores”. Maria Nilce, que também trabalha no Davida atuando em Copacabana, confirma: “Hotéis impedem a entrada de menores acompanhados e sozinhos. Tem que se identificar e ter documento”.

De volta ao bar da Help, chega a Val, superbem recebida pelas colegas. Pouco depois aparece Daiana, de 19 anos, para cumprimentar a multiplicadora do Davida. A jovem Daiana é mais agitada que as colegas mais velhas. Não fica sentada na mesa do bar, como elas, mas circula de um lado para o outro atrás de clientes. Pára um pouquinho junto da mesa, de pé, troca poucas palavras e volta à luta.

É hora de ir. Foram R\$ 39 de chope, por minha conta, como uma gentileza para o tempo que gastaram comigo. Não vai dar para prosseguir com outras mulheres: o orçamento é curto e gentileza, importante.

Políticas públicas

As informações foram valiosas. A principal delas confirma nossa hipótese: boates e bares de prostituição, assim como hotéis de qualquer tipo, buscam proteger o seu negócio, tanto com segurança para as mulheres que atuam na área da empresa quanto com o rigor em relação à presença de menores de 18 anos. Verifica-se também que há operações policiais constantes, o que demonstra a existência de uma ação do estado de repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Resta a criação de políticas públicas que garantam aos jovens educação integral de qualidade, por exemplo, assim como empregos aos pais, de modo que o início da vida profissional ocorra com maior idade. Nas palavras de Valquíria Pereira, 32 anos, que trabalha como prostituta, panfletista e diarista: “Só o governo pode fazer alguma coisa: diminuir a pobreza, dar trabalho para os responsáveis pelos menores. Os menores devem estar na escola. Escolas deveriam ter esporte e lazer, e também internet”.

Prostitutas propõem ações na escola e estratégias contra trabalho infantil nas ruas para evitar exploração sexual de crianças e adolescentes

Prostitutas do movimento organizado da categoria, que atuam na Ong Davida, apontam diversas formas (em curso ou a serem adotadas) de a sociedade evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive no turismo. Duas delas batalham na praça Tiradentes e outra num posto de gasolina da Dutra, em Nova Iguaçu.

Entre as sugestões, vale destacar a de evitar o trabalho infantil, qualquer que seja, nas ruas.

“Uma das maneiras de evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é encontrar um jeito de as mães não deixarem as crianças na rua trabalhando. Fazer a mãe tomar providência, quem tem de vender bala é a mãe, e não os filhos. Isso não é certo”, diz Maria Nilce, 60 anos, que continua em atividade, na praça Tiradentes.

Jane Eloy, que tem 32 anos e também atua na praça Tiradentes, reafirma a sugestão de Maria e acrescenta a necessidade de estudo, emprego e campanhas. “Há muitas meninas menores de idade vendendo bala ou outras coisas, e aí surgem convites de homens. Os pais não deveriam permitir isso. É importante começar em casa, ter estudo, ter emprego para os pais. E campanha para que os homens não façam com as outras meninas o que não querem que façam com as deles. A TV, por exemplo, podia dar uma mensagem como esta: ‘se alguém se oferecer, não aceite’, para fortalecer essa idéia.” Essas mensagens de TV, para Jane, seriam dirigidas aos adultos, porque “falar para criança na TV não é legal”.

Na escola

O melhor lugar para se comunicar diretamente com as crianças, garante ela, é a escola. “Seria bom haver campanhas de esclarecimento sexual para crianças. A escola é o melhor lugar para se aprender, as meninas falarem sobre sexo para já crescerem informadas, para não serem violentadas, estupradas, exploradas. As professoras explicarem sobre sexualidade, para a criança já crescer entendendo, e os pais irem também.”

Isso ajudaria a evitar situações como a que ela mesma viveu. “Quando eu menstruei, fiquei apavorada. ‘Mãe, estou machucada’. E ela disse assim: ‘Pega um pano e bota no meio dessa perna. Você virou mocinha’”. Jane acrescenta ainda a necessidade de campanhas no interior, “onde tem gente que nem sabe o que é menstruação”.

Já Nilza, que batalha na Dutra e tem 53 anos, sugere um monitoramento constante em áreas turísticas, apoiado por outras políticas. “Tem que pôr um responsável para tomar conta em locais de turismo para ficar de olho e,

quando suspeitar, tomar conta”, opina. Ela já presenciou ações desse tipo. “Em Copacabana já vi a prefeitura recolher criança. O problema é que fica só nisso e os meninos e meninas acabam voltando para as ruas.”

Outro tipo de ação é de iniciativa das próprias prostitutas. “No Posto 13, na Dutra, a gente conversa com mulheres muito jovens para não ficar lá. É por elas e porque vai dar problema para as mais antigas e donos de bares, porque vai parar polícia lá.”

“Não dá pra enganar”

Em matéria de campanhas, Nilza conta já ter ouvido alertas de vários radialistas, citando especificamente uma rádio, a Tupi. “Eles dizem para mães e pais tomarem cuidado para as meninas não se envolverem com essas pessoas maldosas que querem levar as meninas para a prostituição.” E ela ressalta: “Mas hoje em dia ninguém é ingênuo assim não, está tudo claramente escrito, não dá para se enganar”.

E Nilza parece ter razão no tema da “ingenuidade” e do conhecimento da lei. Afinal, perguntadas sobre a presença de jovens com menos de 18 anos em áreas de prostituição, as entrevistadas afirmam que não há ou não prospera. Maria também é explícita no campo legal, ao afirmar que “exploração sexual é uma atividade proibida, que dá cadeia”.

“Os hotéis da Tiradentes não permitem a entrada de menores, sejam homens ou mulheres”, começa Jane, há mais de 15 anos batalhando na área. Maria, outra experiente profissional, também assegura que, nos hotéis da Tiradentes, “não entra menor de jeito nenhum, homem ou mulher”. Quem cuida, disse, são os próprios funcionários do estabelecimento, que pedem documentos a qualquer um que pareça muito jovem.

A região da Tiradentes não é típica de turismo, mas nos últimos tempos tem aumentado a frequência de estrangeiros e por conta de ações artísticas, de moda e culturais no local.

Em outras regiões do Centro, como Campo de Santana e Central do Brasil, tampouco há crianças e adolescentes na prostituição, segundo Nilza. Na Baixada, além do km 13, ela garante não encontrar menores de 18 em pontos de Edson Passos e São João de Meriti.

Fora da região metropolitana, Jane traz informações sobre Macaé, município de forte economia petroleira e presença de estrangeiros. “Lá os menores não podem entrar como acompanhantes em hotéis de prostituição ou mesmo nos turísticos, como na praia dos Cavalheiros.”

Essa conversa também traz sugestões importantes. Destaca-se:

- ⊗ parece haver amplo conhecimento sobre a ilegalidade da exploração sexual de crianças e adolescentes, no turismo ou fora dele. Empresários e as próprias prostitutas estão cientes. E certamente muitas outras categorias, visto que o tema tem grande visibilidade na mídia;
- ⊗ mais uma vez se confirma o cuidado de donos de hotéis com esse tipo de exploração, assim como das próprias prostitutas, que fazem a sua parte nas áreas em que batalham;
- ⊗ o estado, por outro lado, demonstra pouca capacidade ou vontade política de ir além das ações de repressão a esse crime;
- ⊗ entre as políticas públicas necessárias, destaca-se evitar o trabalho infantil nas ruas. Crianças — e mesmo adolescentes — tornam-se muito vulneráveis quando, sozinhos ou mesmo acompanhados, exercem o comércio pelas vias da cidade;
- ⊗ a escola é um veículo essencial para a educação em sexualidade, que pode contribuir para evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Um exemplo de omissão da sociedade civil

No bairro de Copacabana, também conhecido pela presença de turistas e de prostitutas, o interlocutor foi o presidente de uma representação de moradores de Copacabana. No geral, ele só tinha queixas e críticas, relacionadas ao chamado turismo sexual em geral, não especificamente com menores.

O governo faz campanhas de vez em quando, distribui cartazes, mas não verifica os resultados. (...) Esse bando de americanos e ingleses grandões gasta dinheiro “com as mulheres”, com “o prato mais barato”, e nenhum deles é visto com “sacolas de compras”. Eles ficam hospedados principalmente em apartamentos de temporada, não em hotéis. Esses apartamentos só “geram recursos informais”, e não tributos. (...) Diversas boates se dedicam à prostituição, como a Help (abril de 2007).

Esse tipo de turismo, na visão dele, “não é um turismo bom”. Contudo, quando incentivado a falar sobre menores de idade envolvidos em turismo sexual, ele disse que não acompanha “nesse grau”, apenas sabe da existência de “denúncias”. De fato, ele não demonstrou interesse específico na questão do menor. Sua preocupação básica está em discutir a “ordem” no bairro de Copacabana.

Sobre “ações sistemáticas” da iniciativa privada na questão do menor, incluindo hotéis e condomínios, ele disse desconhecer. Perguntado se conhecia, por exemplo, hotéis que dificultam a entrada de não-hóspedes, tampouco disse saber. Os condomínios também não têm, segundo ele, ações sistemáticas nesse sentido.

Falando um pouco mais sobre os hotéis, demonstrou claramente não ter boas relações com seus donos: “Não temos relacionamento próximo com os hotéis, eles estão em outra área, a econômica, e não vão às reuniões da associação”. De todo modo, ele acha que é o governo que tem de tomar atitudes.

Considerações finais

A partir do levantamento de dados e informações sobre as condições socioeconômicas, características do turismo, criminalidade, especificidades da prostituição e marco legal da cidade do Rio de Janeiro, além dos olhares de participantes de alguns segmentos que se relacionam com o turismo na cidade, este estudo indica algumas pistas, que serão apontadas a seguir.

Nas condições socioeconômicas, observamos que de forma geral a cidade não apresenta indicadores alarmantes, que podem favorecer sobremaneira à exploração sexual de crianças e adolescentes. Contudo, se esses dados forem desagregados, percebe-se que, dentro da cidade, existem localidades com níveis de qualidade de vida preocupantes (o baixo IDH revela isso). Além disso, o levantamento sobre populações em situação de rua ilustra o drama social que vive a cidade, indicando o quanto é vulnerável o público dessa faixa etária à atração de diversas formas de crimes, entre elas a exploração sexual. Os dados da segurança pública revelaram que é alto o índice de crianças e adolescentes em situação de violência, porém a proporção dos que cometem infrações é bem menor. Tais dados demonstraram que as crianças e adolescentes

são mais vítimas do que infratores, indicando a necessidade de maior cuidado e proteção com esse segmento.

Iniciativas de proteção, na cidade do Rio de Janeiro, ficam a cargo das secretarias voltadas à assistência social, principalmente por parte da prefeitura. Verificou-se que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade se dá, de forma mais enfática, por meio de ações policiais, demonstrando pouca capacidade ou vontade política de ir além das ações de repressão ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Pode-se inferir do texto que, entre as ações necessárias, destaca-se a proibição, já existente por meio legal, do trabalho infantil nas ruas, considerando que nessa situação há uma maior exposição das crianças e adolescentes, dando margem ao surgimento de convites de homens e mulheres. Dessa forma, o poder público precisa voltar a atenção para o controle dessas crianças e adolescentes, considerando que eles se tornam muito vulneráveis quando, sozinhos ou acompanhados, fazem das ruas seu ambiente de trabalho.

Em relação ao setor privado verificou-se uma visão muito superficial sobre as ações que as empresas ligadas ao turismo podem desenvolver. Embora reconheçam que a exploração sexual de crianças e adolescentes deva ser combatida, observa-se um posicionamento pouco comprometido desse segmento, que delega ao poder público apenas essa responsabilidade. Em termos de propostas apresentadas, observou-se pouca inovação. Indicou-se que o setor deveria investir sobre esse problema ficando restrito a palestras e campanhas publicitárias. Não foi verificado nenhum tipo de articulação entre as empresas, o poder público e representantes da sociedade civil que discutem a temática para promoverem ações integradas de combate à exploração de crianças e adolescentes.

Foi apresentada também a indiferença da representação de moradores sobre a questão em estudo. Na busca de melhorar a imagem no bairro e de defender seus interesses de moradores, eles não desenvolvem nenhum tipo de ação que indique preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes, revelando um distanciamento da representação do bairro de Copacabana com esse problema.

Ações que buscam enfrentar o problema, ainda que indiretamente, foram verificadas em algumas organizações da sociedade civil.¹⁷ Isso ocorre quando

¹⁷ Entre elas pode-se destacar o movimento organizado de prostitutas, representado pela Rede Brasileira de Prostitutas e por mais de 30 associações da categoria, que defende a tese da profissionalização da atividade

representantes da categoria afirmam — em iniciativas sociais, documentos, eventos, junto a parceiros e por meio da mídia — que o oferecimento de serviços sexuais é uma atividade profissional e lícita. E que a categoria deseja a formalização e regulamentação da atividade, inclusive como uma das formas de melhor coibir a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Afinal, o campo minado da marginalização é o mais propício a qualquer forma de exploração.

Em grande parte, é provável que essa atuação tenha contribuído para o afinamento e a correção de termos e algumas vezes de ações. Dois exemplos: na “operação Copabacana”,¹⁸ o delegado responsável pela repressão noturna que deteve diversas prostitutas foi explícito ao afirmar que aquilo se devia a possíveis crimes conexos, pois “prostituição não é ilegal”. No âmbito do próprio Ministério do Turismo, a consultora Fabiana Gorenstein disse, na teleconferência “Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo”, que: “exploração sexual de crianças e adolescentes é diferente de prostituição. As pessoas que utilizam os equipamentos do turismo para agenciar, aliciar e explorar crianças e adolescentes não podem ficar impunes”.

Outra consequência importante desse ativismo é o Projeto de Lei nº 98/03, do deputado Fernando Gabeira, que “dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual” e suprime os arts. 228 (favorecimento da prostituição), 229 (casa de prostituição) e 231 (tráfico de mulheres) do Código Penal, este último por haver outro dispositivo legal que criminaliza o tráfico de pessoas para qualquer fim.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Gabeira lembrou que a formalização da atividade certamente contribuiria para maior controle da exploração sexual comercial de adultos e combate à de pessoas com menos de 18 anos. Na justificativa do seu projeto o deputado defende a tese de que a profissionalização ajuda a coibir os “efeitos

como instrumento importante para coibir ações ilícitas e melhorar as condições de trabalho desse segmento profissional.

¹⁸ Nome de uma operação policial, deflagrada no dia 19 de abril de 2007 pelo governo do estado do Rio de Janeiro, em parceria com a prefeitura para reprimir práticas ilegais no bairro. São três frentes de atuação: recolhimento de menores e população de rua, fiscalização a estabelecimentos e comércio ilegais e repressão a pequenos crimes como roubos e estacionamento irregular. Essa operação teve o intuito de coibir a marginalidade no bairro, com vistas a “preparar” a cidade para o evento esportivo (Pan-Americano) que ocorreu no mês de julho na cidade.

indesejáveis” e delitos que a prática da prostituição pode trazer para a sociedade, dentro do contexto da informalidade.

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la [a prostituição], e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade — não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime — seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis.

(Gabeira, 2003)

A partir dos diversos aspectos levantados neste estudo, observou-se que a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes é multifacetada, tendo implicações em diversos campos: econômico, social, político, moral, legal, criminal etc. Cabe à sociedade, ao poder público e ao mercado atuarem com responsabilidade em relação a esse crime. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a política de atendimento aos direitos dos meninos e meninas deve ser feita “por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. A participação das empresas também é fundamental, pois elas podem ajudar muito com o seu conhecimento técnico, capacidade de organização, número de colaboradores (que são potenciais voluntários) e conhecimento da realidade, pois têm contato direto com o problema. Dessa forma, a sensibilização para o cumprimento dos direitos da criança e adolescentes é papel e dever de todos.

Indicação de ações

Este capítulo, aqui denominado “estado-da-arte”, levantou informações sobre a situação da exploração de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro e a sua interface com o turismo. Esse breve diagnóstico permite formular algumas ações.

- ⊗ Promover estudos para elaborar um banco de dados consistente de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Há uma grande carência de dados e foram observadas muitas estimativas, sem embasamento empírico ou rigor metodológico. Isso torna difícil a atividade não só do pesquisador, mas principalmente dos formuladores de políticas públicas, pois a informação é um insumo básico para a tomada de decisões.
- ⊗ Incluir o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em pesquisas socioeconômicas. Por exemplo, como a melhoria da renda, a diminuição do desemprego ou a melhoria nos indicadores, como o IDH, vão impactar na redução desse tipo de exploração.
- ⊗ Promover a capacitação dos empresários do setor de turismo no que se refere à questão da exploração de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Além de representantes desse setor apresentarem pouco aprofundamento e discussão sobre a questão, observou-se carência em ações inovadoras e eficazes. O grupo que realizou esta pesquisa teve grande dificuldade de encontrar experiências de combate à exploração de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro desenvolvidas pelo setor privado.
- ⊗ Aprofundar a discussão da profissionalização das prostitutas. Esta pesquisa indicou a possibilidade de que estabelecimentos informais podem contribuir para a facilitação da exploração sexual de crianças e adolescentes.¹⁹
- ⊗ Sensibilizar a área acadêmica para inserir nas grades das faculdades de turismo disciplinas que possam aprofundar a questão da exploração de crianças e adolescentes. Isso possibilitará maior quantidade de estudos, debates e informações sobre o tema na cidade.
- ⊗ Sensibilizar os órgãos do poder público municipal e estadual, que trabalham com o turismo, para se articularem com os órgãos que desenvolvem

¹⁹ Tal estudo poderia discorrer sobre dois aspectos: analisar os resultados da formalização em países como Alemanha e Holanda, ou a situação em diversos países sul-americanos regulamentaristas, como Equador, Bolívia, Paraguai. Realizar estudo comparativo entre duas práticas distintas da atividade de prostituição, que o estudo preliminar ajudou a identificar: Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Copacabana, onde há uma grande concentração de boates, bares e hotéis muito frequentados por turistas estrangeiros e brasileiros. Supõe-se que nesses estabelecimentos, por terem uma boa lucratividade e visibilidade, haja grande preocupação, por parte dos empresários, de evitar práticas inconvenientes para os seus negócios, entre elas a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Região denominada Vila Mimosa, que tem um índice de informalidade muito grande. Esse ambiente, conforme os argumentos citados, é mais suscetível à exploração sexual de crianças e adolescentes, por estar mais vulnerável a uma relação de clandestinidade e, a partir disso, de marginalidade.

ações de combate à exploração de crianças e adolescentes, pelo *front* da assistência social. A pesquisa permitiu observar que a Riotur e a Turisrio não têm articulação com as secretarias municipal e estadual de assistência social.

Referências bibliográficas

AMORA, D.; CÂNDIDA, S. Rio tem média de mil menores detidos por tráfico a cada ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

FALEIROS, V. de P. *Algumas questões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: SER — Universidade de Brasília, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Situação de crianças e adolescentes na escola*. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

GABEIRA, F. Projeto de Lei nº 98, 2003.

GLOSSÁRIO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Disponível em: <www.oit.org.pe/ipecc/pagina.php?seccion=63&pagina=284>. Acesso em: 26 abr. 2007.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; FONTOURA, H. A. A prostituição infantil sobre a ótica da sociedade e da saúde. *Rev. Saúde Pública*, v. 33, n. 2, p. 2-9, 1999.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

LEAL, M. L. P. *Anais do Seminário contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas*. Brasília: MJ/OIT/CECRIA, 1996. p.116.

_____; CÉSAR, M. A. (Orgs.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (Relatório Final da Oficina). Brasília: Cese/MJ/SNDH/DCA/FCC/Cecria, 1998.

LEHENY, D. A political economy of Asian sex tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 22, n. 2, p. 367-384, 1995.

- MARTINS, F. Só tem popozuda! *Diário Popular*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2001.
- MIRANDA, A. P. M. de; MELLO, K. S. S. DIRK, R. *Dossiê criança e adolescente*. Disponível em: <www.isp.rj.gov.br>. Acesso em: 2007
- PASINI, E. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 185-216, 2005.
- PISCITELLI, A. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 195-231, 2002.
- RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 4.358, de 21 de junho de 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, classe social, raça. In: SEMINÁRIO CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS AMÉRICAS. *Anais...* 1997.
- SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. “Nossa Senhora da Help”: Sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 249-280, 2005.
- SMAS (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). *Cadernos de assistência social*. v. 5, 2006. (Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro). Disponível em: <www.rio.rj.gov.br/smas>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- TENÓRIO, F. G. *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TURISRIO. *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2001.

Site consultado

<www.ajudabrasil.org/noticias.asp?idnoticia=67>.

Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Salvador



José Antônio Gomes de Pinho

Aniele Marquez

Ivã Coelho

Mônica Santana

Este capítulo apresenta e discute a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo por base o chamado turismo sexual na cidade de Salvador. O estudo vale-se fundamentalmente de material produzido por instituições, públicas e não-governamentais, que lidam com a questão, bem como de depoimentos de técnicos dessas instituições. Não tivemos acesso aos verdadeiros protagonistas desse drama — acesso normalmente vedado, o que é compreensível — e, assim, suas percepções não são aqui inseridas. O tema é fugidio, escorregadio e por se tratar de uma atividade ilegal e, portanto, condenada pela lei, não se consegue apreender a sua exata dimensão. Assim, o drama, acima mencionado, certamente é muito maior do que as palavras aqui recolhidas conseguem expressar. Nessas condições, qualquer trabalho sobre essa questão deve ser visto como uma obra aberta passível de novas incorporações, de maior detalhamento. Os obstáculos enfrentados não impedem, no entanto, que se possa fazer uma caracterização até certo ponto aprofundada da questão.

Durante os levantamentos realizados até agora (bibliográficos, documentais, entrevistas etc.) foi identificada, como mencionado, grande escassez de informações disponíveis sobre a modalidade de violência tratada, não só na cidade de Salvador, como em outros municípios brasileiros em que há intensa atividade turística e que, por meio da observação, infere-se a possível existência da exploração sexual comercial relacionada ao turismo.

Trata-se de um drama social que até agora tem recebido pouca atenção, apesar de sua gravidade e de suas conseqüências desastrosas, que se refletem não só nas vítimas da exploração sexual, mas também agrava outras questões sociais, dimensionadas pela sociedade, pelo Estado e no âmbito privado, causando danos às populações em situação de risco social e ao país como um todo.

Vale a pena conhecer um pouco sobre o perfil do turista que visita Salvador de modo a sabermos do que falamos. Em uma pesquisa realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo em 2004, disponível no site da instituição, há a seguinte configuração:

- ⊗ *turista estrangeiro* — 76% vêm a Salvador a lazer; 11,9% para visitar parentes e amigos; 49,7% pela influência de amigos; 59,6% se hospedam em hotéis; permanecem em média nove dias na cidade; gastam em média por dia US\$ 45,5/*per capita*; 64,6% têm nível superior;
- ⊗ *turista brasileiro* — 35,2% vêm a Salvador a negócios; 30,7% a lazer; 59,1% já conheciam a cidade; 29,9% pela influência de amigos; 46,5% se hospedam na casa de amigos e familiares; 32,2% se hospedam em hotéis; permanecem em média oito dias na cidade; gastam em média por dia US\$ 26/*per capita*; 42,6% têm nível superior.

Esses dados servem para caracterizar a situação do turismo e dos turistas que visitam Salvador, embora, evidentemente, não se possa inferir nada a respeito do turista sexual. O que pode ser questionado, nesse sentido, é em relação à auto-rotulação ou não dos turistas como sexuais ou não quando respondem às pesquisas sobre perfis. Além disso, geralmente, as pesquisas sobre perfil do turista são realizadas com questionários estruturados ou semi-estruturados. E, obviamente, entre as opções de motivações de viagem: “lazer”, “negócios” etc., em geral, não se encontra a alternativa “sexo”, exceto em caso de pesquisa realizada efetivamente para verificar esse tipo de situação em uma localidade. Entre os levantamentos realizados para este capítulo, não foram encontrados dados secundários que objetivassem a identificação e quantificação de turistas sexuais em Salvador.

Outra questão é a análise de toda a rede envolvida no turismo sexual e no tráfico de mulheres, onde há viajantes e residentes estrangeiros e autóctones relacionados, o que complica a identificação do papel de cada um na rede.

Muitas vezes, o turista sexual é também agenciador, ou divulgador do “produto”, como já revelado por algumas pesquisas realizadas por entidades relacionadas, como o Chame. Sendo o tráfico de mulheres e a exploração sexual atividades ilícitas, a identificação, mensuração e caracterização das pessoas envolvidas, sejam turistas ou não, é algo extremamente delicado.

Verificamos que a maior parte da literatura disponível sobre os temas turismo sexual, exploração sexual de crianças e adolescentes etc. contém pesquisas fundamentalmente qualitativas, onde consegue-se visualizar um recorte sobre essa realidade. Já em relação às pesquisas sobre perfil do turista (seguindo a tendência das pesquisas sobre perfil do consumidor, mercado de consumo etc.) há grande contingente de dados quantitativos.

Metodologia de trabalho

A metodologia adotada neste trabalho de coleta de dados e informações e de construção deste capítulo assenta-se nos seguintes pilares:

- ⊗ levantamento de informações em instituições, governamentais e não-governamentais, que lidam com a temática, através da consulta a documentos por elas produzidos;
- ⊗ consultas a documentos produzidos pelo meio acadêmico: teses, dissertações, artigos;
- ⊗ entrevistas com atores envolvidos na questão. Neste ponto cabe um desenvolvimento maior e esclarecimentos. Sendo uma área onde o material produzido ainda não é abundante, resultante em grande parte da dificuldade de acesso ao próprio tema dados o caráter de ilegalidade que o permeia e os riscos conseqüentes, a utilização de entrevistas resulta como um procedimento metodológico rico por apreender experiências de atores intervenientes nesses processos. Vale a pena comentar que nos contatos mantidos com vários desses atores recolhemos manifestações de muito interesse em ver o resultado desta pesquisa. Podemos retirar dessa situação a percepção de que, ainda que haja um número razoável de instituições e pessoas envolvidas, interessadas e preocupadas com a questão, parece haver uma fragmentação, falta de unidade e de comunicação entre os produtores de conhecimento nessa área. Assim, este capítulo almeja servir como um consolidador,

dentro de suas possibilidades e limitações, de uma visão mais abrangente do ponto de vista empírico, e teórico dentro de certas limitações, do estado-da-arte na área em Salvador, dentro da especificidade da localidade.

Como já explicitado anteriormente não recorreremos a depoimentos das vítimas desse processo. Em parte, porque nos foi negado o acesso e, também, porque concordamos que poderíamos estar levando essas vítimas a relembra-rem sua tragédia. Entendemos que um acesso a essas pessoas deve ser feito por profissionais que lidam diretamente com elas e que têm a competência para desenvolver essa aproximação.

Definições conceituais: violência sexual, exploração e turismo sexual

Como qualquer atividade econômica, o turismo causa impactos positivos e negativos sobre a sociedade e o meio ambiente. De acordo com Piscitelli (2006:215), o turismo sexual é um fenômeno considerado entre várias abordagens como máxima expressão das desigualdades vinculadas ao setor do turismo, e é resultante da convergência de diversos fatores, entre eles a existência de uma indústria ancorada em fatores econômicos e políticos que estimulam a recriação de lugares voltados para o consumo do sexo, assim como a ideologia de que populações pobres de determinadas regiões são disponíveis e estimuladas — pelo grau de pobreza — a participar do mercado de sexo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado no Brasil em 1990, possuindo, portanto, 17 anos, regulamentou o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece os Direitos da Criança no Brasil. O referido artigo teve grande inspiração nos “instrumentos internacionais de direitos humanos da ONU, e em especial, na Declaração dos Direitos da Criança” (ECA), seguindo enfim, uma tendência internacional de valorização das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e que necessitam de proteção para seu desenvolvimento integral. Eis, então, alguns dos artigos do ECA que tratam da questão da integridade infanto-juvenil:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilita-

des, a fim de lhes *facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.*

Art. 5º *Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, *em condições dignas de existência.*

Art. 17 *O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.*

Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Ainda que haja outros artigos do ECA que refletem diretamente a questão da exploração infanto-juvenil, no intuito de restringir o foco do trabalho, contenta-se aqui em expor somente os supracitados. O ECA é considerado internacionalmente um dos diplomas legais mais avançados de proteção aos direitos da criança e do adolescente, embora, como será verificado a seguir, esse instrumento não tenha atingido ainda o grau de aprimoramento prático necessário para que os direitos da criança e do adolescente sejam respeitados em sua plenitude.

A história social da infância no Brasil revela que desde o tempo da colônia as crianças não são consideradas sujeitos de direitos. Situação que vem se reproduzindo por séculos, seja por uma compreensão autoritária do pátrio poder, por concepções socializadoras e educativas baseadas em castigos físicos, seja pelo descaso e tolerância da sociedade com a extrema miséria e com as mais diversas formas de violência a que são submetidos milhões de crianças, pela impunidade dos vitimizadores de crianças, por cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais. Essas concepções e atitudes, vigentes até hoje, explicam a resistência da sociedade ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Cecria, 2002:8)

Nesse sentido, ainda que se tenha atualmente o aparato legal, a adaptação e o processo de maturidade da sociedade brasileira na forma como contempla a população infanto-juvenil e o seu lugar no âmbito social e jurídico, ainda requer grandes transformações e aprofundamento, e talvez este seja um dos motivos pelos quais haja grande descaso e um reduzido debate no que tange ao tema exploração sexual infanto-juvenil neste país.

Em relação à violência, exploração sexual, entre outros, emprega-se a classificação do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Exploração de Crianças e Adolescentes (Cecria). “Violência é a categoria explicativa da vitimização sexual; refere-se ao processo, ou seja, à natureza de relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual” (Cecria, 2002).

De acordo com Faleiros (1998:8), o entendimento da violência, no referido contexto, passa pelo desencadeamento de relações, envolvendo a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo. Dessa forma, a violência sexual interpretada de maneira isolada não se faz representativa e argumentativa da realidade, dificultando até mesmo o processo de compreensão e a tentativa de traçar soluções para a questão.

Em relação à exploração sexual, esta se insere no conceito maior da violência, e o Cecria, em parceria com o Instituto Interamericano del Niño (IIN), em seu relatório final, apresentado no Brasil, intitulado “A exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e no Caribe”, definiu a expressão:

A exploração sexual comercial se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

(Leal e Leal, 2003:21)

A exploração, nesse caso, envolve um processo de troca, ainda que possa ser configurada como não-monetária. De acordo com as pesquisas de campo

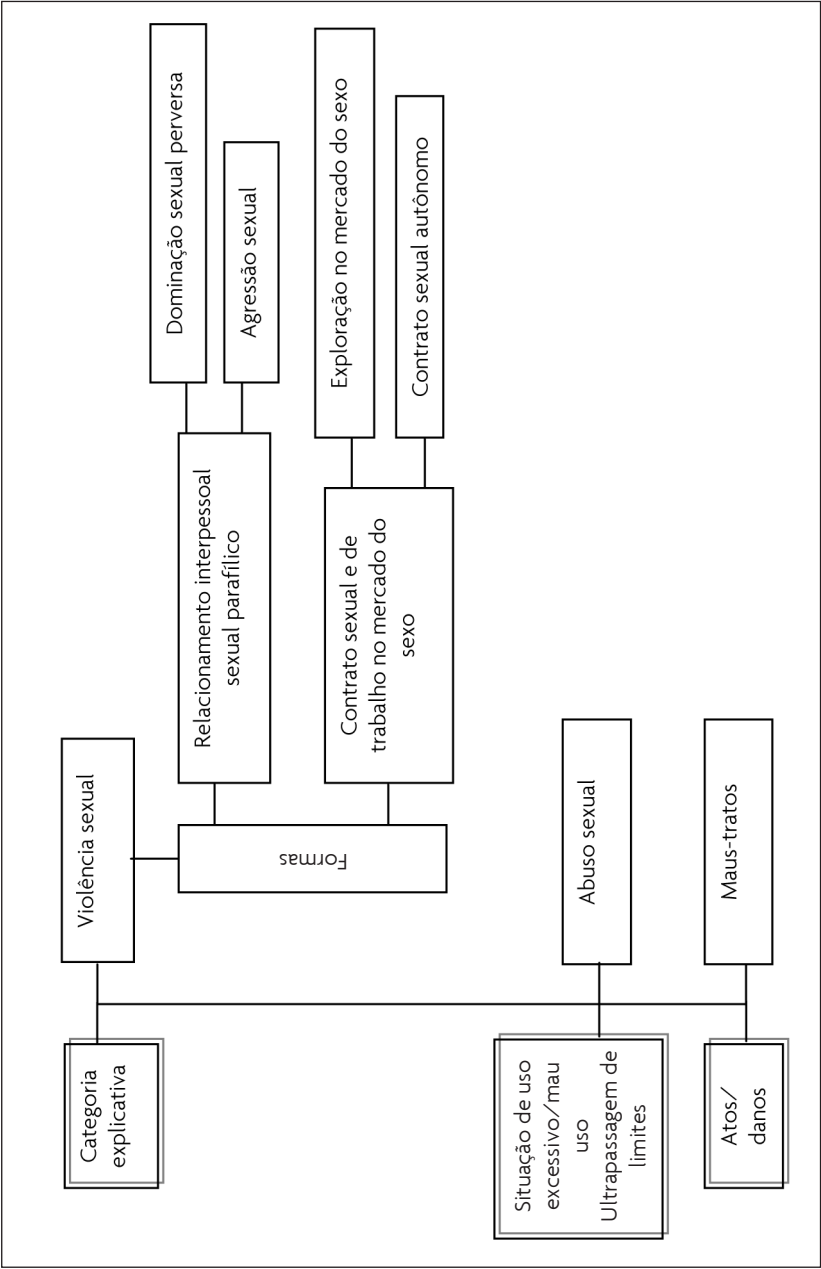
realizadas, uma das grandes dificuldades na identificação de um caso de exploração sexual infanto-juvenil é exatamente o fato de que a vítima, em geral, não se admite como explorada. O contexto atual de incentivo exacerbado e a exclusão inerente ao sistema capitalista moderno fazem com que o desejo de consumo seja uma das grandes motivações para que meninas sejam inseridas na rede de exploração sexual, como pode ser observado na fala da funcionária Santos (2007), do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-BA), que atende a crianças e adolescentes vítimas de violência: “o que se observa é que há pouca adesão ao atendimento, há muita dificuldade de manter essas crianças e adolescentes em atendimento. Acho que somos pouco atrativos nesse sentido, parece que lá fora tem muito mais atrativos”.

O conceito de exploração sexual comercial insere-se no contexto do mercado do sexo, como pode ser verificado na figura.

Quando se trata do conceito de turismo sexual, Soares do Bem (2006:19) alerta para o fato de que, ainda que o mesmo seja uma prática manifestada cada vez em maiores proporções em diversas regiões do mundo contemporâneo, “não pode ser considerado simplesmente um segmento a mais na atividade turística (por pressupor um mercado configurado), mas uma de suas perniciosas deformações”.

A tipologia de turismo tem como um dos critérios de classificação as motivações de viagem dos turistas. Assim, dentro dessa classificação, há o turismo cultural, esportivo, religioso, enfim, são inúmeros os tipos de turismo apresentados por diversos autores, e que trazem cada dia mais variações. No caso do turismo sexual, ainda que exista como “segmento”, na medida em que obedece ao critério “motivação para a viagem”, é extremamente perigoso inseri-lo somente nessa classificação, que possui um fim em si mesma, pois há aspectos muito mais complexos e até mesmo de natureza ilícita que favorecem o desenvolvimento do turismo sexual. Cabe aqui ressaltar que é também necessária a aceitação da existência do mesmo, uma vez que causa inúmeros prejuízos de diversas ordens em muitas comunidades, e, além disso, favorece um dos problemas mais delicados com que as sociedades lidam atualmente, que é o tráfico de seres humanos para fins sexuais. Como pode ser verificado a seguir, o turismo sexual aparece como uma das formas de exploração sexual, e sua rede está conceitualmente ligada à do tráfico.

Gráfico da violência sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Cecília (2002).

Internacionalmente considera-se que existem quatro (ou cinco) dimensões da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes: prostituição, pornografia, *turismo sexual*, tráfico e pedofilia (sobre a qual existem divergências se deve ser considerada atividade do mercado do sexo).

(Cecria, 2002:64)

Roseno (2006:299) aponta que a Organização Mundial de Turismo define o turismo sexual como a “realização de viagens organizadas dentro do setor do turismo ou fora deste, porém com o uso de suas estruturas e redes, com o propósito primeiro de permitir relações sexuais comerciais do turista com os/as residentes do local de destino”.

Para a existência de um fenômeno negativo como o turismo sexual, há indícios de que os apoios diretos ou indiretos de diversas redes, que atuam concomitantemente, proporcionam a continuidade da atividade. Entre elas, pode-se citar a própria rede de funcionamento do sistema turístico (cabendo destacar que não são todas as organizações do sistema turístico que se inserem nesse contexto), formada por hotéis, restaurantes, bares, taxistas, agências de viagem etc., que permitem ou até mesmo incentivam o turismo sexual por pertencer também à rede de exploração sexual, onde os agentes envolvidos estabelecem relações de troca e obtêm benefícios por meio do turismo sexual.

Faleiros é citado em Faleiros e Campos (2002): “As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território, para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada”.

Assim, há uma grande necessidade de que se estabeleçam diversas frentes, formadas por movimentos da sociedade civil, ações governamentais severas e apoio internacional para atuação também nos países de origem, de onde vêm os turistas sexuais, para o enfrentamento de redes tão complexas e difusas, para o extermínio ou minimização do problema da exploração sexual infanto-juvenil no turismo. O entrevistado Araújo (2007), do Cedeca, faz a seguinte menção sobre as redes: “Para enfrentar a rede de exploração sexual, somente uma rede de combate bem fortalecida. No momento, atuamos mais na prevenção e em ações paliativas, nas discussões... mas o que precisamos mesmo é combater de verdade”. Assim, infere-se que, para que se combata essa modalidade de violência, é extremamente necessário que a mesma seja

percebida como algo que deve ser coibido pelos diversos atores participantes do chamado tecido social; que seja tida como de responsabilidade de todos, já que envolve tamanha complexidade e diversas implicações.

Em relação às instituições públicas e empresas privadas que atuam fundamentalmente na área de turismo, salienta-se que há necessidade de priorização de ações e discussões sobre as consequências da exploração sexual. Krippendorff (2001:172) alerta que nenhum dos profissionais de turismo, independentemente da posição ocupada no setor, “tem o direito de se refugiar atrás do comprador [o turista], recusando-se a assumir a responsabilidade”. E completa:

É perigoso, de fato, para a imagem desse ramo de atividade que os representantes das grandes organizações, que participam de seminários críticos sobre o turismo no Terceiro Mundo e defendem posições progressistas, proponham ao mesmo tempo, mais ou menos abertamente em seus catálogos, visitas às zonas de prostituição, em Bangkok ou outras cidades, ou organizem viagens, sob pedido, com esse objetivo.

Caracterização da área de estudo e do problema: a exploração sexual infante-juvenil em Salvador

Nesta seção são apresentadas as características da área de estudo tanto do ponto de vista das condições socioeconômicas de Salvador quanto também das instituições, governamentais e não-governamentais, envolvidas com a questão.

A situação socioeconômica de Salvador e as bases do turismo sexual associado à criança e ao adolescente.

Para falar da exploração sexual que envolve crianças e adolescentes, é preciso pensar em diversos determinantes, desde a precariedade do sistema educacional brasileiro, até a desagregação familiar, passando pelas necessidades de consumo de uma sociedade capitalista, mas um fator parece ser o determinante: o estado de miserabilidade em que essas crianças e adolescentes têm de

sobreviver. Assim, alguns dados sobre a situação socioeconômica de Salvador podem lançar alguma luz sobre a questão ora tratada.

Segundo o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, Salvador possuía uma população de 2.440.886 habitantes, sendo 96% urbana, o que a coloca em terceiro lugar no *ranking* das cidades brasileiras em termos populacionais. Atualmente, Salvador possui mais de 2,5 milhões de habitantes. A esperança de vida ao nascer atinge 69,64 anos, a taxa de alfabetização de adultos é de 93,72% e a taxa bruta de frequência escolar atinge 89,78% (*Atlas do desenvolvimento humano no Brasil* — Pnud, 2000). Ainda que esses dados sobre educação possam parecer tranquilizadores, é por demais conhecida a crise da educação sendo uma das expressões da questão do analfabetismo funcional, ainda mais no Nordeste. A renda *per capita* atingia R\$ 341,32, em 2000, uma das mais baixas do Brasil, e mesmo do Nordeste.

A situação fica mais claramente dramática ao se considerar o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) que marcava 0,805. Ainda que esse índice seja maior que a média dos demais municípios do estado da Bahia, 0,626, isso só mostra como o estado, em geral, é menos desenvolvido que sua capital. Tanto isso é verdade que Salvador se coloca em primeiro lugar no estado da Bahia em termos de IDH-M, ainda é o segundo classificado na região Nordeste. Mas a sua pobreza começa a ficar cristalina quando se insere Salvador no contexto nacional, quando atinge apenas a 467ª posição no *ranking* dos municípios. Isso atesta a estonteante fraca posição da capital da Bahia no contexto do desenvolvimento dos municípios brasileiros.¹

De acordo com a última Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2004), a região Nordeste é a que concentra o maior percentual de famílias com crianças e adolescentes de zero a 14 anos, com rendimento médio mensal *per capita* de até meio salário mínimo (61,8%). Da mesma forma, apenas 1,1% da população do Nordeste vive com renda mensal média *per capita* acima de cinco salários mínimos (5SMs). No tocante ao emprego, Salvador tem ocupado a primeira

¹ Documento disponível no site Caminhos, resultado de parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Relatório gerado a partir do banco de dados informatizado congregando informações da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (elaborada pelo Violes/Ser/UnB), do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e do *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil* (Pnud/Ipea /FJP). Organização, tratamento de dados e formatação: Eduardo Ramirez Meza.

posição de desemprego entre as capitais brasileiras, tendo um percentual de 22,3% em março de 2007 (SEI, 2007). Essas condições certamente propiciam a restrição de alternativas para uma vida digna. Todos esses dados, tanto referentes ao Nordeste quanto a Salvador especificamente, mostram como existe todo um caldo de pobreza e fraco desenvolvimento social favorável à busca de “alternativas” para a superação dessas condições, onde, entre elas, certamente se insere o turismo sexual, ainda mais sendo o turismo uma das atividades mais fortes da economia soteropolitana.

O *Atlas do desenvolvimento humano* da Região Metropolitana de Salvador, com base em dados do IBGE, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no final do ano de 2006, indica que um morador da localidade mais rica da Região Metropolitana de Salvador (RMS) recebe 25 vezes o que ganha um habitante da porção mais pobre. De uma maneira geral, os países mais procurados por turistas sexuais são os países que mantêm altos índices de desigualdade social, como é o caso do Brasil, e dentro desses países eles se dirigem para as zonas mais carentes, onde a desigualdade socioeconômica atinge níveis tortuosos.

A Região Metropolitana de Salvador, com base no mesmo estudo do Pnud, é a que abriga a maior desigualdade de renda entre todos os estados do Brasil. Se fosse um país, a RMS teria a segunda pior distribuição de renda do mundo. O índice de desigualdade em Salvador atinge a marca de 0,66 contra 0,580 do Brasil inteiro. Enquanto um morador da parte mais rica da RMS recebe em média R\$ 2.135,54 por mês, um trabalhador que mora na área mais pobre recebe em média R\$ 81,13 para sobreviver um mês inteiro.

Tanta desigualdade econômica não poderia deixar de atuar também nos índices de educação, enquanto na área mais rica da RMS o índice de analfabetismo é de 0,93%, nas localidades mais pobres esse índice chega a assombrosos 23,23%. Quanto mais se avança no índice de escolaridade, maiores são as diferenças entre as áreas de região. As taxas são diretamente proporcionais, quanto maior o IDH maior será o nível de escolaridade e vice-versa.

O mercado de seres humanos expostos para consumo sexual de turistas e nativos está arraigadamente alicerçado nas regiões mais pobres do país, em nosso caso a região Norte-Nordeste. A vocação turística pelas belezas da natureza e o patrimônio histórico, em alguns casos, são meros subterfúgios para justificar a busca obscura por sexo com crianças e adolescentes que são

diuturnamente lançados nesse mercado nefasto por, principalmente, sérios problemas econômicos em suas famílias, em suas regiões natalícias.

Diante de tanta desigualdade socioeconômica, a RMS não poderia deixar de ser prato farto para os exploradores de serviços sexuais. Crianças e adolescentes são lançados na vida e num mundo deplorável por não dispor do básico em seus cotidianos, por viverem em famílias incapazes de prover educação, moradia e alimentação para seus membros mais necessitados.

Apesar de ter diminuído a proporção de pessoas extremamente pobres, a RMS ainda está longe de alcançar a meta traçada pela ONU. Entre 1991 e 2000 a porcentagem de habitantes que vivem com menos de um salário mínimo caiu de 16,69% para 15,21%, um percentual extremamente alto, assim como em valores absolutos e, ainda mais, levando em consideração o irrisório poder de compra do salário mínimo. Para cumprir a meta estabelecida pela ONU essa porcentagem deve cair ainda mais para que atinja a marca dos 8,35% até 2015.

Um estudo realizado pelo Cedeca no ano de 2002/03 (Ávila, Oliveira e Filho, s.d.) indica que os principais responsáveis pelo deslocamento de meninas para o mercado sexual de Salvador são caminhoneiros usuários do sexo com essas crianças e adolescentes encontradas em pequenas cidades com altíssimo grau de miséria, em entroncamentos e/ou paradas em estradas de rodagem, todas elas com o sonho de refazerem suas vidas num lugar de “mais oportunidades”.

Em geral são crianças que já vivem em miséria, num ambiente familiar corrompido, que já sofrem ou sofreram abuso sexual por parte de parentes ou conhecidos de suas famílias; crianças abandonadas por seus pais, desamparadas de toda sorte, de todos os meios dignos de sobrevivência. Chegadas das cidades mais carentes do estado, aqui, essas crianças e adolescentes são lançadas em “guetos”, submundo das perversões sexuais, onde encontram outras vítimas em mesma situação para compartilharem suas dores, seus anseios, e chafurdar ainda mais na miséria de uma vida sem perspectivas de crescimento, à mercê de uma sociedade desigualitária e injusta. Também são pontos de encaminhamento para exploração comercial do sexo garimpos e grandes empreendimentos, como obras, onde há um grande contingente de homens, onde há circulação de executivos e políticos, além de cidades portuárias e de fronteiras.

O tráfico ocorre intenso, facilitado por caminhoneiros que percorrem todos os estados no Norte-Nordeste e levam em suas boléias crianças para outras cidades e/ou estados, dificultando o trabalho de prevenção aplicado junto à Polícia Rodoviária. O turismo sexual e a exploração sexual estão intrinsicamente ligados ao tráfico de pessoas. Muitas dessas crianças e adolescentes são trazidas para a capital de Salvador, ou outra capital pólo de turismo no Norte-Nordeste, como turistas, por mantenedores da rede ilegal, para logo depois serem enviadas, agora através do tráfico mesmo, para outras regiões do mundo, onde se tornarão escravas sexuais, servindo tanto para o comércio sexual quanto para a produção de pornografia para ser distribuída inclusive pela internet. Uma rede criminosa formatada por máfias, o que a torna extremamente perigosa.

Informa ainda, o estudo do Cedeca, que a rede de pessoas comprometidas com a exploração é bem articulada e que apesar das constantes campanhas governamentais, e fiscalização da polícia, ela permanece atuante. Taxistas, donos de agência de viagens, barraqueiros de praia, policiais, hotéis, pousadas e agenciadores de mulheres, todos trabalhando juntos na exploração dos serviços sexuais prestados por crianças e adolescentes.

Estudo realizado pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) identificou cerca de 700 crianças em situação de trabalho infantil, em Salvador, a maioria trabalhando em sinais, vendendo balas, sendo os principais pontos de ocorrência do trabalho infantil o bairro do Rio Vermelho e a orla da Pituba. “Esse trabalho de identificação de exploração infanto-juvenil é um trabalho complicado, pois muitas vezes as meninas mascaram a questão da idade” (Pedreira, 2007). Essa atividade “pode ser uma porta de entrada para a exploração, pois sempre tem um adulto, alguém mais velho, eles estão sempre agrupados, acaba sempre tendo alguém que explora. Mas a maioria dessas crianças que trabalham são meninos” (Pedreira, 2007). A pesquisadora indica que o Peti está direcionando seus esforços para pesquisar “os caminhoneiros e não as crianças, muito no foco de pensar numa pesquisa com o ‘cliente’, o que é fundamental para pensar as políticas públicas. Só prender, repressão não adianta. Tem que entender essa demanda para trabalhar as políticas” (Pedreira, 2007). Em sua percepção, “essas meninas da estrada são as diretamente ligadas à pobreza”. As meninas de Salvador já podem ser vistas como pertencendo a “uma classe média, e entra muito a questão do consumo do status, ela quer ter a bolsa tal...” (Pedreira, 2007).

Um ponto identificado por essa pesquisa mencionada para ação do turismo sexual é o restaurante Casquinha de Siri, localizado na orla de Salvador e ponto de visitação de muitos turistas “totalmente voltado para o turista estrangeiro... Eles tentaram moralizar e parece que não deu certo, então eles já estão voltando a permitir” (Pedreira, 2007). “O Pelourinho também é um outro foco” (Pedreira, 2007).

Relações de raça, etnia e gênero também são importantes para a definição das características que formam o comércio do sexo ilegal, principalmente numa cidade considerada de povo exótico, belo e erótico. O turista vem em busca do diferente, numa terra onde a permissividade parece ser o único fator aplicável nas relações sociais. Então as meninas negras são as mais procuradas. O histórico de escravidão e a cultura machista do país coloca essas crianças e adolescentes no lugar de objetos aptos a satisfazerem a vontade de quem tem a força financeira sob controle. O desejo pela mulher negra, exuberante, disposta a todas as peripécias sexuais, registrado no consciente de turistas, foi hoje transferido para meninas pré-púberes, ou adolescentes, quando não crianças, alvo principal do turismo sexual e seus exploradores. E, apesar de ser em sua maioria meninas, esse comércio se alimenta do sofrimento de meninos que também são colocados à mercê de exploradores sexuais de todo tipo.

Os estrangeiros levam vantagem por pagarem em moeda estrangeira e por terem fama de carinhosos, dado que leva muitas das garotas a fantasiarem um possível casamento com um príncipe que a levará para terras alienígenas e a fará feliz. Um engano mais que inocente. Os pesquisadores percorreram os bairros do Comércio, onde os casarões antigos abrigam bares e prostíbulos, o Centro Histórico, onde o clima “cosmopolita” aumenta o interesse das meninas que pretendem se disponibilizar para os exploradores, o bairro da Barra, outro ponto muito freqüentado por turistas de todas as partes do mundo, o bairro do Rio Vermelho, o com maior fama de boêmio, o shopping Aeroclube, hoje já com movimentação bastante enfraquecida por conta do fechamento de muitos dos bares que “agitavam” os freqüentadores, e o bairro de Itapuã, conhecido mundialmente pelas canções dos poetas do local. Decerto que em outras localidades também é possível se encontrar as meninas que servem à exploração, apenas foram citados estes por terem maior concentração.

Em geral essas meninas expõem-se nas ruas da cidade, em pontos estratégicos, não se deixam prender em casas de prostituição, como acontece com

mulheres adultas. Algumas meninas valem-se da venda de doces e balas na noite de Salvador como forma de cooptar clientes, algumas trabalham em bares e conseguem seus contatos dessa maneira. Estão quase sempre com pouca roupa, ou de roupas que chamem a atenção dos homens e geralmente andam com outras garotas.

Para elas não há outra forma de trabalho. Muitas não admitem passar o dia trabalhando como doméstica ou como balconista de algum lugar onde não haja possibilidade de captação da clientela, alegando o pagamento baixo, a constante vigilância dos patrões e até abusos, inclusive de ordem sexual, destes. Muitas até já se acostumaram à precariedade de suas vidas de tal forma que nem mais vislumbram um futuro diferente para suas vontades, querem apenas o imediato, comida, roupa e drogas. A condição de marginal e a violência psicodiscriminatória já fazem parte de seus cotidianos, de suas vivências, algo tão natural e aceitável que a maioria não pensa em mudar de padrão mais. Estabeleceram-se no que consideram uma forma simples de ganhar o sustento.

Também não há uma preocupação verdadeira com os seus corpos, com a saúde de cada uma delas. Fazem o que ouvem as outras comentarem para terem um pouco de proteção, chegam a “atender” mais que uma dezena de homens por noite sem uso de camisinha ou qualquer método contraceptivo. Ironicamente, um dos motivos de procura de crianças e adolescentes por parte desses adultos exploradores é justamente a baixa probabilidade de encontrarem doenças sexualmente transmissíveis nessas meninas tão desprovidas de qualquer forma de cuidado.

Alguns dados, consolidados pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca), sobre violência contra crianças e adolescentes, de 2004, não necessariamente ligados ao turismo sexual, ilustram, de qualquer forma, como a situação é grave em Salvador:

- ◎ Segundo a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (**Derca**) foram registrados **325 casos** de violência sexual contra a população infanto-juvenil em Salvador e Região Metropolitana em 2003.
- ◎ Desde que implantou seu Programa de Atendimento Psicossocial, em 1998, o **Cedeca/BA** já atendeu a **290 crianças e adolescentes** vítimas de violên-

cia sexual; Uma pesquisa realizada pelo **Cedeca/BA** identificou os principais **pontos de incidência** de exploração sexual em Salvador: Centro Histórico, Rio Vermelho, Itapuã, Barra, Boca do Rio; Segundo o estudo, a maior parte das meninas que estão no mercado do sexo são levadas pela **condição de miséria** em que vivem suas famílias, fazendo do próprio corpo uma alternativa de sobrevivência; Ainda segundo a pesquisa, **a maioria das vítimas é negra** e possui histórico familiar marcado pela desestruturação; De janeiro a março de 2004, o **Cedeca/BA** recebeu **546 denúncias de pornografia infanto-juvenil na internet**.

- ⊗ Vinculado à **Secretaria de Segurança Pública/SSP-BA**, o **Projeto Viver** realizou, no ano passado, **1.468 atendimentos**; **56% das vítimas** tinham até **14 anos** e em **71%** dos casos o agressor era alguém conhecido da família.
- ⊗ Em **2003**, o **Programa Sentinela**, ação do governo federal em parceria com as esferas estadual e municipal, atendeu a **1.755** crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nos nove municípios em que atua na Bahia, incluindo Salvador. O total de **casos atendidos** pelo **Sentinela**, cerca de **14,5%** referiam-se à exploração sexual, sendo que mais de **60%** das vítimas eram do sexo feminino.
- ⊗ Em 2003, 112 crianças e adolescentes foram assassinadas na Região Metropolitana de Salvador. Os dados são do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Em 2002, o total chegou a 114 crianças, indicando um aumento de 22,6% em relação a 2001, quando 93 crianças e adolescentes foram assassinados. Ao todo, desde 1991, 1.663 crianças e adolescentes foram assassinados de acordo com os dados oficiais. O perfil da vítima é sempre o mesmo: adolescente do sexo masculino, negro e morador de bairro periférico.
- ⊗ Atualmente, o Programa de Atendimento Jurídico do Cedeca/BA acompanha cerca de **50 inquéritos e processos** relativos a **homicídios** cometidos contra a população infanto-juvenil; Dos casos acompanhados, apenas **15 foram a júri popular**, sendo que 14 resultaram em condenação. Segundo a equipe jurídica do Cedeca/BA, uma das principais dificuldades enfrentadas é a demora no julgamento dos recursos processuais. Existem apenas duas câmaras criminais para julgar todos os recursos referentes a processos criminais na Bahia. Em média, os recursos relativos aos processos acompanhados pelo Centro de Defesa demoram **cerca de um ano e meio** para serem julgados.

Esses dados qualitativos e quantitativos aportados pelo Cedeca demonstram a existência de uma violência genérica, e dentro dela encontra-se a violência relativa à exploração sexual, que nem sempre, ou em poucos casos, é quantificada. Os dados apresentados indicam números expressivos de violência em que as vítimas são levadas a essa situação em virtude de forte condição de miséria. Em geral, essas vítimas são negras, provenientes de famílias desestruturadas, sendo as vítimas homens no caso da violência generalizada e mulheres no caso de violência sexual.

Ainda recorrendo a informações do Cedeca, de maio a outubro de 2006, as denúncias de violência pelo 0800 atingiram as seguintes marcas: entre os casos denunciados, no total de crianças 38 delas eram do sexo feminino e 41 do masculino, no total de adolescentes 12 eram do sexo feminino e seis do masculino.

Na apuração dos tipos de violência, a distribuição se dá da seguinte forma: 57 crianças e 12 adolescentes sofreram violência física; três crianças e nenhum adolescente foram vítimas de violência psicológica; 26 crianças e cinco adolescentes sofreram com a negligência; no quesito abuso sexual, foram contabilizados oito crianças e cinco adolescentes; não foram detectadas denúncias de exploração sexual; em suspeita de tráfico foram denunciados o caso de uma criança e três adolescentes; as denúncias de trabalho infantil não foram identificadas; e a de drogas recebeu notificação apenas sobre crianças, somando cinco casos.

Além desses dados cedidos pelo Cedeca, foi possível também colher dados pelo serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, criado em 1997, sob a coordenação da Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia). Este tem como objetivo acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, buscando interromper a situação revelada. Outro tipo de denúncia acolhida pelo serviço é a de crime de tráfico de pessoas, independentemente da idade da vítima. Esse tipo de denúncia é repassado imediatamente à Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

A partir de 2004, o serviço passa por várias mudanças: desenvolvimento do Sistema de Informação para registro das denúncias; expansão

do horário de funcionamento, desenvolvimento de ferramenta informatizada para o encaminhamento e o acompanhamento on-line de denúncias; em 2006 ocorre a mudança do número para o 100; a criação do nível de atendimento especializado; o desenvolvimento de uma ferramenta para extração de dados como subsídios para produção de relatórios e transferência do *call center* para as dependências da SEDH, antes funcionando no Ministério da Saúde. Em maio de 2007, o serviço implanta a escuta especializada. O Serviço 100 funciona diariamente de 8:00 h às 22:00 h, inclusive fins de semana e feriados. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, conforme competência e atribuições específicas, num prazo de 24 horas, mantendo em sigilo a identidade do denunciante.

Denúncias por região: no *ranking* das denúncias no período de 2003 a junho de 2007, o Distrito Federal apresentou o maior número de denúncias para cada grupo de 100 mil habitantes nesse período. A Bahia está em 10^o nesse *ranking*. Até 16 de julho de 2007, o total de denúncias no Brasil foi de 37.095, sendo 3.260 delas da Bahia. Do total de denúncias, temos categorizadas 29.083 no Brasil, sendo 2.584 na Bahia (as denúncias categorizadas são aquelas que classificam os tipos de violência ocorridos).

A tabela 1 apresenta os tipos de violência ocorridos nas denúncias por município da Bahia. Focalizando Salvador percebemos que a capital baiana possui um número considerável de ocorrências de abuso sexual, lembrando que uma denúncia pode ter um ou mais registros do tipo de violência ocorrida.

Tabela 1
Denúncias categorizadas — registro dos tipos de violência

Quantidade de registros		Negligência	Pornografia	Tráfico	Violência física e psicológica	Abuso sexual
UF	Município					
BA	Salvador	485	2	3	575	308

Tabela 2
**Registros dos tipos de violência selecionados, nas denúncias
 categorizadas da Bahia, por ano**

Tipos de violência		2003	2004	2005	2006	2007*	Total
Exploração sexual comercial	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	1	1	1	3
	Exploração sexual com intermediários	8	1	47	227	213	496
	Exploração sexual sem intermediários	0	0	35	12	102	149
	“Prostituição”	0	0	29	0	0	29
	Turismo sexual	0	0	2	0	1	3
Pornografia	Impresso	0	0	0	0	2	2
	Internet	0	0	0	3	1	4
	Vídeo	0	0	0	2	3	5
Tráfico de pessoas	Internacional	0	0	0	4	2	6
	Nacional	0	0	0	4	1	5
	Não Informado	0	0	0	1	0	1

* Até 16 de julho de 2007.

Todos esses dados indicam uma situação extremamente grave, mas que certamente ainda é pior, pois esses dados devem estar subdimensionados por problemas de dificuldades de acesso a equipamentos para denúncia, medo, intimidação, ou seja, a situação real deve ser muito mais grave do que se apresenta nas estatísticas.

A lógica do turismo sexual e algumas evidências

“O turismo é hoje uma das principais fontes de divisas para o estado”, o que tem levado à exploração da imagem da mulher baiana no exterior. Na década de 1990, “a Bahia passou a figurar entre os pontos mais procurados na rota do turismo sexual” (Chame, 1998). Na visão do Projeto Chame — Centro

Humanitário de Apoio à Mulher —, “tanto o turismo sexual quanto o tráfico de mulheres se baseiam em relações de poder desiguais entre países, classes, sexos e raças/etnias engendradas e sustentadas por uma longa tradição de colonialismo, sexismo e racismo” (Chame, 1998). Essas práticas “bastante lucrativas” “têm vitimado milhares de mulheres, inclusive meninas e adolescentes, muitas das quais vêm sofrendo toda sorte de violência, no Brasil e no exterior, não sendo poucas as que pagam com a própria vida” (Chame, 1998).

No caso de Salvador, pode-se identificar uma “intrincada cadeia que se estabelece no comércio sexual, ligado ao turismo”. Comércio esse que “se organiza em torno de um grande circuito, que compreende lugares, eventos e agentes, movimentando milhares de reais por ano e tendo como público preferencial os turistas estrangeiros do sexo masculino” (Chame, 1998:8). Pesquisa conduzida pelo Chame indicou que “o mercado do corpo feminino (prostituição e tráfico), voltado para os turistas estrangeiros”, se assenta em quatro figuras-chave:

- ⊗ facilitador — “responsável pelas indicações e primeiros contatos entre gringo e as mulheres”, entre outras funções;
- ⊗ agenciador;
- ⊗ mulheres, subdivididas entre garotas de programa e também “mulheres que de forma avulsa, vêm da periferia e dos subúrbios”, o que já indica que pertencem a grupos de baixa renda;
- ⊗ turistas. Quanto aos locais preferidos pelos turistas sexuais, “as praias lideram as preferências por uma larga margem”, (69%), seguidas das boates (12,2%), em 1996 (Chame, 1998:9).

Percebe-se na lógica desse comércio sexual ligações com o tráfico de mulheres para o exterior, sendo identificada “a preferência dos agenciadores por aliciar mulheres e jovens que não fazem parte do esquema da Garotas de Programa...” (Chame, 1998:14). Também foi identificado que “a predisposição, a pouca idade e a falta de instrução das mulheres para se aventurarem em casamentos, ou desejarem um trabalho qualquer no exterior, facilita o aliciamento pelos traficantes que atuam em Salvador ou entram e saem do país sem nenhum problema, já que aqui são vistos apenas como turistas” (Chame, 1998:14). Ainda que o Projeto Chame não trabalhe diretamente com a explo-

ração sexual de crianças no turismo, podemos, nessa última passagem, identificar como a situação descrita envolve adolescentes (pouca idade) e como a falta de instrução — e certamente a falta de condições financeiras — cria uma predisposição para a busca de casamento no exterior, o que, em geral, revela-se um engodo.

É oportuno registrar a experiência de Jaqueline Leite, que coordena o Chame, que teve a oportunidade de trabalhar, entre 1989-94, na ONG Centro de Informação para Mulheres da Ásia, África, América Latina e Europa do Leste, localizada na Suíça, que atende a mulheres em dificuldades desses países sendo que “muitas dessas mulheres chegam por intermédio do turismo sexual” (Leite, 2007). Em sua visão, “o turismo sexual é uma forma de tráfico de mulheres, uma forma de aliciamento para o tráfico” (Leite, 2007) a partir da constatação de que “cerca de 70% chegavam por intermédio do turismo sexual ou tinham sido levadas por um noivo ou namorado, ou por um empresário” (Leite, 2007). Esse depoimento é extremamente importante porque vem de um centro fora do país, na Europa, para onde são encaminhadas muitas mulheres.

Em sua atividade foi constatada a existência de homens que vinham ao Brasil a turismo, “com a desculpa do turismo, e por fim levavam algumas mulheres pra lá” (Suíça). Constatou-se também que essas mulheres “não eram maiores de idade, porque nós perguntávamos que idade tinham, e elas diziam: ‘Você quer saber a idade do passaporte ou a verdadeira?’ Daí, nós já tínhamos idéia de que elas, na verdade, estavam com passaporte com modificação de datas” (Leite, 2007). A partir dessa situação, Jaqueline Leite entendeu que “melhor seria fazer um trabalho de prevenção no país de origem”, vindo trabalhar com o Chame em Salvador. A escolha de Salvador deu-se “porque na época, a maior parte das mulheres atendidas na Suíça era de Salvador. Às vezes não saíam direto de Salvador. Passavam uma temporada no Rio, ou moravam no sul da Bahia, Itabuna, Ilhéus, onde têm muitos suíços” (Leite, 2007).

A partir dessa experiência, Leite considera a existência de duas linhas de turismo sexual, quais sejam, “existe um turismo sexual que é a busca de mulheres para levar para outros países para explorar, como um negócio; e existe um turismo sexual só praticado aqui, as mulheres não se deslocam pra lá: o turista vem, usufrui e vai embora” (Leite, 2007). Nessas duas formas, é possível identificar “uma constante que é a da ilusão dele levá-la um dia pra lá”, ou seja, para o exterior. “Essa relação sempre é feita com a disponibilidade e o desejo

da mulher de querer sair do país”. Nesse contexto, o Chame faz uma distinção, “o turismo sexual não envolve prostitutas profissionais. Mesmo que seja uma mulher que faça programas, o intuito dela se relacionar com esse estrangeiro é de poder casar e poder sair. Por trás disso também existe uma constante que é a do casamento, de ter uma vida segura, feliz, e por fim sair dessa vida. Então, sempre essa relação com o estrangeiro não chega a ser profissional, é uma relação amorosa, por parte das mulheres” (Leite, 2007).

A partir da experiência própria e do Chame, “o turista do sexo passa 10, 15 dias com a mesma pessoa. Há uma fidelidade”. Leite extrapola esse diagnóstico para conectá-lo com uma realidade mais ampla.

Na verdade, dentro das nossas experiências, identificamos que eles usufruem de três trabalhos tirados da população brasileira: a mulher funciona como guia de turismo, sem que ele pague por esse profissional. Ela é segurança dele, pois a maioria deles tem medo de chegar aqui e ser ludibriado — ele não fala a língua —, e sabe que ela vai levá-lo a lugares que sejam seguros, que ela não vai levá-lo à “Ladeira da Montanha” [área de prostituição], vai levá-lo a lugares que ela sabe que são seguros. E, com certeza, vai tirar o trabalho da prostituta, pois ela vai servi-lo sexualmente sem cobrar nada. Então é uma relação de três funções sem cobrar o que deveria ser cobrado.

Por essa caracterização podemos ver que essa atividade acaba repercutindo até no próprio mercado formal e legal de trabalho ao tirar a ocupação de profissionais ligados ao turismo convencional.

Quanto à possibilidade de quantificar esses processos todos, de se chegar a números. Jaqueline Leite mostra essa impossibilidade ao considerar que “toda a relação que permeia o turismo sexual é uma relação de sentimento, de namoro. Não é uma relação profissional. Quando você conversa com elas, elas dizem: ‘Não, ele é meu namorado, ele é meu noivo’. É do mundo privado” (Leite, 2007). Algum controle é possível “quando é com criança e adolescente porque tem lei. Passou dos 18 anos não se consegue mais controlar, porque a mulher tem direito de namorar, de manter relações, de querer ser feliz, de querer sair do país” (Leite, 2007).

Quanto à preocupação de identificar quem é o turista sexual, é necessário esclarecer que “existe o turismo sexual local, é interessante falar isso porque

só se pensa no gringo, mas existe o turismo local e internacional” (Programa Sentinela, 2007).

No que se refere ao turista estrangeiro, “pode ser qualquer um, a partir de 23 anos, que é a idade que o jovem europeu começa a viajar mais, (...) até os 70 anos. Se bem que a partir dos 60 anos, existe uma preferência de ir para a Ásia” (Leite, 2007). Em contato com turistas direcionados para este continente, Jaqueline Leite recolheu a informação, principalmente de alemães, que manifestaram interesse de vir ao Brasil, mas que mostraram “medo” [da violência] afirmando que o “Brasil é para jovem”. Leite (2007) observa que, ainda que o que esse turista faça seja “violento”, ele não quer ser “violentado”. Assim, “a massa que vem para o Brasil é de jovens, mais ou menos entre 23 e 50 anos. Tem professor universitário, tem médico, arquiteto, tem operário, motorista de caminhão”.

Tendo conversado com muitos deles na Suíça, Leite (2007) pôde perceber que “eles têm uma renda estável, o que eles ganham dá para viverem e viajarem, pois as passagens de lá pra cá são baratas. Eles não vão gastar quase nada, vão ter todos esses prazeres”. A autora ainda apresenta outra faceta desse processo:

na realidade, eles vêm pra cá e não deixam divisas, porque as passagens de ida e volta são compradas lá, quando se hospedam por exemplo, na Costa do Sauípe [empreendimento turístico, um resort no litoral norte da Bahia], e como os empreendimentos do “Sauípe” não pagam impostos, não há retorno para a população. Nesse sentido é fuga de capital.

Chamando a atenção para o fato da existência também de meninas de classe média envolvidas no turismo sexual, Leite mostra a existência de circuitos de convergência entre estas e meninas de bairros pobres. “Por exemplo, a praia é democrática, todos vão à praia e todos estão ali expostos (...), no Pelourinho, que tem os ensaios do Olodum, da Margareth Meneses, onde os estrangeiros também estão, que vai a classe média, e a classe pobre fica ao redor e tem também o Carnaval” (Leite, 2007). Ela faz uma diferenciação, entendendo que, no Carnaval, para o estrangeiro não há diferença entre “estar dentro de um bloco ou fora. Pra ele é tudo igual. O estrangeiro não faz essa distinção que nós fazemos, de quem está no Chiclete [bloco mais de

elite] é diferente que quem está no Tiete Vips [bloco mais popular]” (Leite, 2007). Para os estrangeiros seria um mesmo espaço, “todos estão no mesmo espaço. Onde eles podem gastar menos, eles vão” (Leite, 2007). Assim, existem “espaços que são democráticos, ou seja, onde meninas das duas [camadas sociais] estão, e há espaços que não” (Leite, 2007). Leite provê outro exemplo para marcar a diferença: “esses estrangeiros não vão para o Trapiche Adelaide [restaurante de alta renda], por exemplo. O estrangeiro que vai pra lá é aquele que veio para o turismo da cultura, que veio pra gastar dinheiro, com a família”, este não é o turista sexual. Este “vai para os lugares onde tem muita gente, vai para a praia. E não faz a distinção, por exemplo, entre o biquíni de uma e de outra [da menina de classe média e a pobre]. Ele só sabe que o biquíni expõe o corpo delas, e que elas estão disponíveis pra ele” (Leite, 2007).

A atuação das instituições governamentais e não-governamentais

O objetivo desta seção é arrolar as instituições governamentais e não-governamentais que lidam com o objeto aqui analisado no sentido de verificar como elas se posicionam e atuam no enfrentamento da questão da exploração sexual.

Programa Turismo Sustentável & Infância: o Turismo Sustentável & Infância, programa coordenado pelo Ministério do Turismo e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República é uma iniciativa baseada principalmente no enfrentamento e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. O Disque 100 é um serviço divulgado pelo Programa Turismo Sustentável & Infância.

Ministério Público do Estado da Bahia: no estado da Bahia, o governo vem implementando uma série de medidas que visam reduzir e/ou dirimir a prática do turismo sexual com exploração de crianças e adolescentes.

Dentro do MP-BA tem-se o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (Caopjij) que foi reorganizado e instituído através do Ato nº 113, de 16 de julho de 1997. É um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público e integra o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. É um órgão consultivo, informativo e encarregado de prestar assistência técnico-jurídicas aos Promotores de Justiça de todo o estado.

Programa Sentinela: de acordo com informações divulgadas no site do Ministério Público do Estado da Bahia, “o Programa Sentinela que se destina a desenvolver, no âmbito da Política de Assistência Social, ações articuladas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente”. Nos municípios que possuem os centros de referência do programa, são prestados os seguintes serviços:

- ⊗ “*Serviços de abordagem educativa às crianças e aos adolescentes explorados sexualmente nas ruas ou pelas redes organizadas*”; é importante observar que esse serviço não vem sendo prestado atualmente. De acordo com dados fornecidos pelas educadoras sociais do programa, essa metodologia de abordagem não se configura como algo que corrija efetivamente o problema.
- ⊗ “*Atendimento multiprofissional especializado para crianças e adolescentes vítimas de exploração e seus familiares.*”
- ⊗ Serviços de apoio psicossocial a crianças, adolescentes e grupos de famílias vitimadas sexualmente.
- ⊗ “*Acompanhamento permanente dos casos atendidos no centro junto à rede de serviços, família e comunidade.*”
- ⊗ “*Abrigamento por 24 horas, quando necessário.*”
- ⊗ “*Oferece retaguarda ao sistema de garantia de direitos por intermédio dos serviços de colocação em abrigo, colocação familiar e família acolhedora.*”

Secretaria de Segurança Pública da Bahia: a SSP oferece em Salvador o Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, o Viver, que atua no prédio do Instituto Médico Legal há mais de dois anos. Além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem oferece às vítimas atendimento com assistentes sociais e psicólogos.

Denúncias de qualquer tipo de violência devem ser feitas à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), e à Delegacia de Repressão aos Crimes contra Criança e Adolescentes (Dercca). No Viver, com base em todas as faixas etárias, o maior número de denúncias é relativo a estupros, e o atendimento é feito a qualquer pessoa, de qualquer gênero ou orientação sexual.

Dercca (Delegacia de Repressão aos Crimes contra Criança e Adolescentes): a Dercca existe para receber denúncias e queixas de violência contra crianças e adolescentes, e a partir daí procede à instalação do inquérito poli-

cial, onde o delito será analisado por profissionais especializados na área de proteção ao segmento infanto-juvenil. A maioria dos dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes registrados na Dercca refere-se a casos de abuso, levados a julgamento, em geral, com base na palavra das vítimas e na coleta das chamadas provas materiais, realizada nos corpos das mesmas.

O Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep) cedeu dados comparativos do primeiro semestre de 2006 e do mesmo período de 2007, onde quantitativamente a violência sexual contra a criança e o adolescente em Salvador resultou nas seguintes ocorrências:

Tabela 3
**Criança e adolescente vítima: ocorrências registradas na Dercca
(comparativo do 1º semestre de 2006 *versus* 2007)**

Delitos	2006		2007	
	0 a 11 anos	12 a 17 anos	0 a 11 anos	12 a 17 anos
Estupro	6	51	14	68
Tentativa de estupro	0	6	1	8
Atentado violento ao pudor	66	43	57	46
Tentativa de atentado violento ao pudor	0	3	0	2

Fontes: Depom/DCCP/DCCV.

De acordo com o Código Penal em seu art. 213, pratica estupro quem constrange mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, entendendo-se por conjunção carnal a penetração do pênis na vagina, sendo, pois, configurada sua tentativa quando há frustração da conjunção carnal em si. Já o atentado violento ao pudor, ainda de acordo com o Código Penal em seu art. 214, é praticado por alguém que obriga outrem, com violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que nela se pratiquem atos de natureza sexual, diverso da conjunção carnal, a fim de sentir prazer sexual. Ou seja, é todo ato libidinoso que envolva atividade sexual, como sexo oral ou sexo anal e sua tentativa de toda atividade que intente o prazer, mas seja frustrada. Em toda atividade sexual praticada em pessoas abaixo de 14 anos, a violência

sexual é presumida, encaixando-se o ato como estupro ou atentado violento ao pudor.

Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJDH): um dos órgãos dessa secretaria é a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos, criada em 2003. Segundo informações oficiais, esse órgão é responsável por “planejar, coordenar, promover, supervisionar, articular, avaliar e fiscalizar as políticas públicas estaduais voltadas para a promoção dos direitos humanos, além de executar as deliberações emanadas dos conselhos estaduais vinculados à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos”.

Para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes que atinge o turismo, a SJDH tem o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência da Bahia e o Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas.

Secretaria de Turismo: tem como objetivo planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo e ainda ações estratégicas nas áreas de educação para o turismo e produção de indicadores e estudos relacionados à atividade turística. Outros órgãos da administração indireta integram o esforço de implementar o programa de desenvolvimento turístico do estado, a exemplo da Bahiatursa.

Bahiatursa: o órgão oficial de turismo do estado — Empresa de Turismo da Bahia S.A. — é responsável pela coordenação e execução de políticas de promoção, fomento e desenvolvimento do turismo no estado, de acordo com as diretrizes governamentais, tendo como objetivos fundamentais o desenvolvimento socioeconômico das comunidades e o respeito aos direitos humanos. Ainda que manifeste em seus propósitos o respeito aos direitos humanos, a Bahiatursa não possui nenhum programa específico de combate ao turismo sexual.

Para inserir a Bahia no mundo competitivo dos destinos turísticos, a Bahiatursa desenvolveu algumas estratégias que contribuem para o fomento do setor.

- ⊗ Programa Fidelidade Bahia. Oferece prêmios e recompensas aos visitantes frequentes do estado da Bahia, estimulando o retorno deles ao estado e o conhecimento de novas atrações turísticas existentes.
- ⊗ Programa de Capacitação de Agentes de Viagem. Projeto que visa ampliar o conhecimento dos agentes de viagens sobre os destinos turísticos do estado.

- ⊗ Bahia Qualitur. Programa de Certificação da Qualidade do Estado da Bahia: Visa ampliar a qualidade dos serviços oferecidos aos turistas que visitam o estado.

Dentro dessas estratégias destacaremos o Qualitur, pois é o único que diretamente se refere à temática explorada neste capítulo. O Qualitur é o único selo de qualidade do setor de turismo existente no país. O programa Bahia Qualitur tem como principal objetivo certificar empresas do setor de turismo (meios de hospedagem; empresas de transporte; bares e restaurantes e agências de viagem/operadoras) através de níveis que comprovem seu comprometimento com a qualidade do serviço prestado ao turista.

Dentro dos pré-requisitos para serem certificadas, as empresas necessitam desenvolver ações que caracterizem a responsabilidade social e ambiental como, por exemplo, atender às solicitações da comunidade; identificar as necessidades da comunidade e desenvolver ações de fortalecimento comunitário de forma proativa; a organização deve divulgar visualmente alertas ao público contra a prática do turismo sexual.

Abav: a Associação Brasileira de Agências de Viagens é composta por um Conselho Nacional, e está presente em todos os estados e no Distrito Federal. Tem por finalidade precípua congregar e representar os interesses de suas associadas, representando os interesses dos agentes de viagem, defendendo os legítimos interesses da indústria do turismo como um todo, colaborando com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas do setor, e fomentando o desenvolvimento do turismo nacional em todas as suas manifestações.

Conselho Tutelar: é um órgão público que atua na esfera municipal, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O Conselho Tutelar não presta atendimento direto, mas atua de forma a viabilizá-lo em casos concretos, de ameaça ou violação de direitos.

Emtursa: atua municipalmente para, segundo o site oficial:

- ⊗ conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo para a economia da cidade;
- ⊗ resgatar, promover e proteger os autênticos valores culturais, religiosos, históricos, folclóricos e naturais da cidade de Salvador;
- ⊗ explorar outros potenciais turísticos de Salvador como: turismo religioso, náutico, cultural, gastronômico, lazer, terceira idade...;

- ⊗ planejar, coordenar, fomentar e executar os festejos carnavalescos da cidade;
- ⊗ estreitar o relacionamento com o *trade* turístico e faculdades de turismo;
- ⊗ estabelecer parcerias que viabilizem o aprimoramento da mão-de-obra, melhorando a qualidade dos serviços prestados na cidade.

Como se observa, não há nenhuma competência oficial da Emtursa no que tange ao combate ao turismo sexual ou à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Salvador.

Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente): organização não-governamental que atua em Salvador desde o ano de 1991, o Cedeca desenvolve ações que dizem respeito à proteção de crianças e adolescentes contra homicídio e violência sexual. Enquanto o público infanto-juvenil masculino sofre mais com os homicídios, as meninas são em sua maioria vitimadas pela violência sexual. O centro desenvolve um serviço de recuperação da auto-estima de meninas e meninos em situação de violência, realizando também um trabalho de fortalecimento das famílias dessas crianças, exigindo a responsabilização dos agressores e mobilizando a sociedade para o enfrentamento da problemática.

Entre os projetos desenvolvidos pelo Cedeca encontra-se o “Fortalecendo Protagonismo Juvenil no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”. Esse projeto visa contribuir para a elaboração, implementação e avaliação das ações realizadas pela e para a juventude em prol do fortalecimento de Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual da Bahia; o “Fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios inseridos no Programa de Ações Integradas e Referenciais — Pair e na cidade de Salvador” com vistas à minimização das situações de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes; e o “Pelo direito de viver longe da violência e da morte”, que visa fortalecer e consolidar o Núcleo Jurídico do Cedeca-BA como instância de referência, garantindo a proteção sociojurídica das crianças e dos adolescentes vítimas dos crimes contra a vida, de abuso.

Casa de Oxum: organização governamental, administrada pela Fundação Cidade-Mãe, funcionando como casa abrigo, atende apenas crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre oito e 18 anos em situação de risco pessoal e social com histórico de rua. O local oferece condições de pernoite, higiene pessoal, alimentação, com horário de chegada das 18 às 19

horas e de saída às 7h30. Com capacidade para atender a 30 jovens, a unidade tem estrutura para prestar atendimento às jovens encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude e estão em situação de rua, desvinculadas de suas famílias. Possui atividades de arte educação e escolarização formal. Existe acompanhamento de assistente social, que visa à reinserção dessas crianças e adolescentes a suas famílias. Uma ampliação é prevista para abrigar também meninos de rua em iguais situações.

Fundac (Fundação da Criança e do Adolescente): organização governamental que atende crianças e adolescentes em situação de risco ou que tenham praticado algum ato infracional. Possui casa abrigo, ficando as meninas separadas dos meninos. Desenvolve atividades educativas e de reinserção das crianças e adolescentes as suas famílias, além de atividades de educação de rua com os menores.

Chame (Centro Humanitário de Apoio à Mulher): é uma organização não-governamental, que atua na prevenção e sensibilização da exploração sexual, assim como no combate ao tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual comercial.

Esse mapeamento visou construir uma idéia, uma imagem da situação existente em Salvador, buscando mostrar a dimensão das causas econômicas e de outras que, fundamentalmente, respondem pelo problema existente. Apresentou-se também um quadro mais específico do problema em Salvador, como ele se configura e se mostra na realidade da capital da Bahia. Por último, listaram-se as instituições, governamentais ou não, que lidam, direta ou indiretamente, com a questão, podendo se perceber que existe um leque bastante amplo de organizações voltadas ao tratamento do objeto em tela. Como veremos a seguir, principalmente substanciado nos depoimentos colhidos, existe uma quase completa convergência para a percepção de uma ausência do estado em um efetivo enfrentamento do problema.

O turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes: buscando as causas do problema

Nesta seção vamos buscar identificar as causas para o problema do turismo sexual e a exploração de crianças e adolescentes. É importante ter consciência

de que a violência sempre esteve presente na história da humanidade, articulando-se ao nível de desenvolvimento e grau civilizatório de cada sociedade, ou seja, a cada processo histórico específico. No caso do Brasil, “necessita estar contextualizada no passado de colonização e escravidão” (Koshima, 2006:34). A partir daí originou-se uma grande desigualdade social segregando “algumas categorias sociais por critérios como raça, cor, gênero e idade” (Koshima, 2006). Para Faleiros (apud Koshima, 2006:34), essa trajetória originou uma sexualidade: “(...) machista, sexista, adultocêntrica, ainda vigente. Essas categorias sociais dominadas (negros, índios, escravos, mulheres e crianças pobres) viram-se, durante séculos, e até hoje, excluídas, da escola, da profissionalização, do mercado de trabalho, dos serviços de saúde, da habitação, da cultura, do consumo”.

Também é importante chamar a atenção para uma situação estrutural da sociedade brasileira. “Na verdade na exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, o turismo é um elemento, um fator viabilizador disso em alguns lugares. A questão é bem maior do que o turismo. Tem isso em outros lugares que não tem turismo nem de longe, e tem a exploração” (Kalil, 2007). Na análise dessa questão, “tem que se pensar abuso e exploração sempre” em conjunto, “porque abuso é um problema real, não é à toa que mais de 50% das crianças que sofrem abuso são abusadas por pessoas conhecidas, e não pelo explorador. Não se pode ficar falando no turismo e deixando o problema que está em casa” (Kalil, 2007). Outro ângulo desse problema reside no fato de que “a exploração aparece antes do abuso, pois a exploração você pode tratar sem mexer nos tabus, e o abuso você tem que enfrentar coisas muito mais difíceis. A exploração é como se fosse uma coisa da rua, de fora e o abuso é predominantemente um problema familiar, e isso é muitíssimo mais difícil” (Kalil, 2007).

Na avaliação do Cedeca, essa ONG voltava-se originalmente para atender ao público vítima de exploração, “mas com o tempo percebeu-se que a demanda maior é para o abuso. Hoje, nossa população esmagadora é de abuso” (Barros, 2007). Em outras palavras, ainda que a questão da exploração seja preocupante existe uma questão mais de fundo que é o abuso sexual, que certamente ajuda a entender a questão da exploração como uma “saída”, isto é, por mais paradoxal e mesmo absurdo que seja, a exploração seria uma alternativa, até uma fuga ao abuso. Na raiz desse fenômeno todo, parece residir a

pobreza que dispara todo o processo que leva à exploração. Feita esta ressalva, e ela aparecerá em vários momentos deste capítulo, vemos que a questão revela-se extremamente complexa e vamos nos concentrar na questão da exploração ligada ao turismo sexual.

A partir da literatura existente, dos depoimentos abaixo relatados e da experiência dos autores deste capítulo, identificamos três possíveis causas do problema que se reforçam dialeticamente: pobreza; violência e família; questão étnica e sexualidade. Aqui, objetivamos trazer a contribuição da visão de diferenciados atores de instituições governamentais e não-governamentais partícipes da luta de combate ao turismo sexual e da exploração de crianças e adolescentes no contexto específico da cidade de Salvador. Conforme colocado na seção de metodologia, a formação de conhecimento em uma área ainda embrionária se faz muito em cima da experiência vivida por atores envolvidos nos processos.

Assim, esses depoimentos certamente representam uma forte contribuição à formação de conhecimento na temática analisada. Esses depoimentos, com forte ênfase empírica em alguns momentos, buscam conexão com aspectos teóricos e, assim, sobressai sua importância. Apresentamos também a visão do problema a partir da percepção dos autores deste capítulo. A apresentação das cinco causas de maneira separada é feita apenas por questões didáticas, já que, na realidade, elas se amalgamam.

Pobreza

A pobreza e as desigualdades sociais que afetam grande parte da população brasileira “e, em decorrência, a privação de direitos fundamentais, têm um peso considerável no encaminhamento de crianças e adolescentes para a exploração sexual, na medida em que os vulnerabiliza e provoca a falência da estrutura financeira familiar” (Koshima, 2006:35). Um dado sustenta bem essa posição: “as meninas vindas das famílias com até um salário mínimo são oito vezes mais vulneráveis à exploração sexual do que as filhas de famílias menos pobres” (Unicef, 2006, apud Koshima, 2006:35). As questões socioeconômicas, no entanto, não explicam totalmente o fenômeno, mas também o “autoritarismo, machismo e preconceitos” que “se articulam às condições de vida

dessas famílias, configurando um cenário favorável à emergência desse tipo de violência” (Koshima, 2006).

Baseada em Leal, Koshima (2006) traz ainda a reflexão de que “a desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, como também de gênero e raça, sendo marcada também pelo autoritarismo nas relações adulto/criança” evidenciando-se no fato da “maioria das vítimas da exploração sexual ser de mulheres, negras ou mulatas” (Koshima, 2006:35). Assim é que no período 1980-2000, segundo dados do Unicef, o número de homicídios de adolescentes (15 a 19 anos) aumentou quatro vezes afetando “desproporcionalmente os meninos negros das famílias pobres das áreas urbanas” (Koshima, 2006:64). Na constatação do Unicef, “enquanto os adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas dos homicídios, as meninas negras e indígenas são as principais vítimas da exploração sexual sendo o dobro das demais” (Koshima, 2006).

Em entrevista, um dos dirigentes da rede de hotéis Othon, Campos (2007) expôs sua percepção acerca da existência da exploração sexual no Brasil e em Salvador, indicando que são vários os fatores que contribuem para este crime, tendo como origem principal “a pobreza, em que uma parcela das classes menos favorecidas chega ao limite de vender o próprio corpo para sobreviver, pela ausência de oportunidades para uma sobrevivência digna”.

Buscando uma definição mais compreensiva, “o turismo de sexo é a mistura da indústria do sexo com a indústria do turismo” sendo a primeira “legítima, real e milenar” constituída por “*sex shops*, cabarés etc.” e a segunda formada por “entretenimento, hotéis etc.”. O que o turismo do sexo faz é “mesclar essas duas coisas explorando os trabalhadores” quando “se tem a relação com a mulher e não se paga por isso. O pagamento seria o suposto casamento, o futuro” (Leite, 2007). Um outro fator mais amplo e estrutural encontra-se ao identificar

toda uma coligação de intenção de fomentar o turismo em países em desenvolvimento, porque existe a fome, a pobreza a desigualdade social. É um aproveitamento internacional e global que continua permanecendo. (...) É um contexto bastante complexo que fomenta e facilita que esses países desenvolvidos continuem explorando a mão-de-obra de países em desenvolvimento de uma forma lícita.

(Leite, 2007)

A educadora ainda questiona outro aspecto que é “esse discurso da igualdade. Porque nós assimilamos a questão do turismo sexual somente com as mulheres muito pobres? Por que as mulheres muito pobres não têm o direito de gostar, de namorar, de casar, de ficar com esse estrangeiro?” (Leite, 2007). A educadora levanta uma questão central ao perguntar: “por que nós questionamos o turismo sexual quando é com uma menina negra e pobre, e não questionamos quando é com uma menina de classe média, uma menina que mora, por exemplo, na Graça [bairro de classe média alta]?” E na seqüência: “por que a sociedade vê a menina de, por exemplo, Periperi [subúrbio] como a possível vítima, e não a da Graça?” (Leite, 2007). Em seu entender, “quando existe uma relação da classe média com o estrangeiro, nós percebemos isso como uma relação de igualdade, e quando é com uma menina pobre, vemos como uma relação assimétrica” (Leite, 2007). Isso a leva a questionar: “onde está a diferença dele usufruir desta da classe média ou da menina pobre? Para ele, as duas são iguais, elas não têm diferenças. É mulher brasileira!” (Leite, 2007).

Especificando melhor essa situação, “a menina da Graça tem renda familiar entre, vamos supor, 3 a 4 mil reais, estuda em uma escola particular ou universidade paga”, o que não quer dizer muito “porque a casa é financiada, o carro é financiado (...)”. A educadora do Viver também identifica um “desejo dessa menina de querer sair do país porque este não dá perspectiva e ela já está vendo que os pais tiveram um declínio palpável” (Leite, 2007). E a própria mídia reforça esse desejo com propaganda constante do tipo, “Você pode ser um empreendedor, pode viver melhor, vá para os EUA, tem que aprender línguas’...” (Leite, 2007). Nesse contexto, “os filhos percebem que os pais, a família, não vão poder dar tudo isso. A menina percebe que terá que lutar por ela mesma. Essa coisa de que tem que aproveitar a oportunidade, agarrar a chance que aparece (...), o casamento, agarrar a possibilidade de ir embora, de trabalhar num outro país” (Leite, 2007). Assim, uma grande mudança reside no fato de que “não é só a menina pobre que pensa no casamento, mas também a da classe média, que pensa no crescimento profissional dela... e ela acaba embarcando na mesma” (Leite, 2007).

Um contraponto interessante se revela na questão seguinte: “por que tem tanto turismo sexual aqui [em Salvador] e em Porto Alegre menos? Lá também tem pobreza”. A resposta “não tem a ver só com pobreza, tem a ver com

a percepção de cidadã com relação a isso, ao entendimento do seu papel no mundo” (Leite, 2007) trazendo o exemplo de uma

estudante suíça que veio para Salvador estudar, e foi maltratada pelo namorado. Imediatamente ela acionou o Centro de Referência, Casa para Mulheres em situação de violência, se refugiou nesse lugar, coisa que uma jovem de classe média brasileira nunca faria, por falta de confiança nas instituições, falta de políticas públicas efetivas e a falta de percepção da cidadania da mulher.

(Leite, 2007)

Esses casos levaram Leite a entender que o que leva uma mulher brasileira a se submeter a uma relação com um homem que ela nunca viu em detrimento de uma que ela já conhece reside no fato dessa relação ser (violenta), já ser conhecida. Por outro lado, “a mídia mostra que lá tem direitos, que todo mundo tem casa, não tem gente na rua..., então ela imagina que é só ela se transportar para outro país e já vai adquirir esses direitos, que aqui ela sabe que não tem” (Leite, 2007).

Na perspectiva do Cedeca deve ser feita, inicialmente, a ponderação de que suas campanhas anteriores estavam direcionadas para a questão do turista, “a gente bombardeava essa questão” (Araújo, 2007). “Com o tempo”, prossegue Araújo, “começou-se a se pensar não só no turista, mas que a rede está aqui, as pessoas estão aqui, existindo outros meios de favorecer a exploração dessa criança que não seja só o vínculo do comércio pelo sexo, como, por exemplo, a pornografia infantil na internet, tem o tráfico de pessoas”. Na visão do Cedeca e das idéias de Koshima, a exploração sexual tem quatro eixos: “a exploração sexual como algo que tem dentro do município, o turismo sexual que é forte, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a pornografia infantil na internet, tudo isso é exploração” (Araújo, 2007). Na visão da instituição, o turismo surgiu como um “alavancador” inclusive de tráfico, pois o turista traz consigo “aquela idéia do príncipe encantado” (Araújo, 2007).

Violência e família

Na relação das mulheres locais com o turista há um “desejo de ter o homem ideal, porque o europeu é sempre visto como o homem ideal, que não é ma-

chista. Ele anda de braços dados com ela no Pelourinho, leva para restaurantes... ela se sente valorizada, isso aumenta sua auto-estima. Na visão dela, ele está respeitando a condição dela de negra, de mestiça, de mulher da periferia, enfim” (Araújo, 2007). Em sua cabeça se passaria a idéia de que: “se aqui que é o Brasil, ele me trata dessa forma, no país dele, me tratará muito melhor” (Araújo, 2007). Essa relação sempre tem a intenção de “sair do país, ter uma vida segura, e por parte dele, é uma relação sem compromisso, com mulheres bonitas, onde ele, na realidade do país dele, teria que pagar muito caro para ter uma mulher disponível para ele durante tanto tempo”.

Ainda outro componente inserido nessa argumentação refere-se ao elevado “índice de violência doméstica”, o que faz com que “muitas mulheres preferem ter relação com um estrangeiro do que com um brasileiro que bate” (Araújo, 2007). Considerando que “a família brasileira está se desestruturando, grande quantidade de mulheres que vai para a Europa, por exemplo, para casar já tem filhos aqui, o que mostra também a responsabilidade materna e a irresponsabilidade paterna” (Araújo, 2007). Em sua apreciação, “todas essas condições fomentam para que essas mulheres queiram essa relação com o estrangeiro, porque isso aparenta uma segurança” (Araújo, 2007), sendo que “a própria família e a mídia facilitam, estão sempre dizendo para ela que é melhor ter um estrangeiro que um brasileiro” (Araújo, 2007). Assim, “todos esses pontos fortalecem o turismo sexual, não somente do ponto de vista de explorar a criança e o adolescente, mas também do ponto de vista de explorar a nação, de explorar a comunidade” (Araújo, 2007).

A estratégia de sedução consiste em dar às meninas, “presentinhos, uma canga, uma roupa, um almoço, saem com elas todos os dias (...) Na perspectiva delas, elas vivem 10 dias com eles de puro luxo. E não é só a menina pobre, é a de classe média também, que pensa que está saindo com um cara estrangeiro, legal. Essa idéia de que o homem europeu é menos machista não é só da classe pobre, é de todo mundo” (Leite, 2007).

No que se refere ao papel da família, as mulheres ocupam um papel central considerando que “42% das famílias são chefiadas por mulheres que têm que trabalhar muito para sustentar seus filhos” (Leite, 2007). Por outro lado, “o mercado de trabalho para a mulher é mais escasso do que para o homem, as mulheres ganham menos no mercado de trabalho, exercendo as mesmas funções que homens” (Leite, 2007). Nesse contexto, “são vários componen-

tes que destacam a feminilização da pobreza, as pessoas mais pobres são as mulheres, e nisso a gente já tem um indicador de porque a maior parte das pessoas envolvidas [no turismo sexual] são as mulheres” (Leite, 2007). Assim, com “essa vulnerabilidade” ainda persiste a forma de “achar que o casamento seja ainda a forma mais segura de exercer sua vida plena, com seus filhos, enfim” (Leite, 2007).

A educadora destaca

a falta de compreensão de cidadania, de não exercer a cidadania plena, principalmente as mulheres. As mulheres ainda são maltratadas, ainda vivem uma violência doméstica, o que faz com que haja uma fuga da casa, na busca por algo que dê segurança. E, às vezes, esse europeu, a partir da globalização, da mídia, é visto como a tábua de salvação para a mulher e a família.

(Leite, 2007)

Ela fundamenta sua posição argumentando que

temos uma visão muito colonizada, e tudo que vem de fora é visto como melhor do que o que está aqui dentro. Essa questão tem que ser muito trabalhada com a família. A família apóia e prefere que a filha tenha uma relação com um estrangeiro porque sabe que o dinheiro vai chegar. A família, às vezes, faz “vistas grossas” para essa relação, sabe que existe alguma coisa errada, mas “vamos deixar porque o dinheiro está vindo” por intermédio dele, que às vezes fica mantendo ela aqui, como se ele pagasse pra ela ser privativa dele.

(Leite, 2007)

Essas relações são duradouras, o estrangeiro “mantém a mulher e os filhos aqui e não casam. Quando ele vem, uma vez ao ano, ela está disponível pra ele” (Leite, 2007).

Questão étnica e sexualidade

A questão étnica tem sido apontada por estudiosos e por atores diretamente envolvidos no trato da questão da violência e da exploração sexual como um

forte elemento de explicação. Ainda que esteja fortemente associada à questão da pobreza, pois a grande maioria das meninas e adolescentes pobres envolvidas na rede da exploração sexual é negra, parece que o componente étnico tem também uma especificidade. Associada a essa questão étnica está outra questão importante que seria uma sexualidade mais explícita apresentada por países tropicais e por determinados grupos étnicos. Sabe-se que é passada “uma imagem, lá fora, das nossas meninas negras bonitas” (Barros, 2007). “Diversos países conhecem o Brasil apenas pela mulata que está na propaganda... acho que é uma questão que é cultural mesmo, de passar essa imagem da mulher exótica, da erotização da mulher baiana” (Santos, 2007).

Uma visão um tanto diferenciada aponta que “a tônica, para os europeus, não é a questão do tom de pele. A tônica é ser mestiça, ser brasileira, e por ser brasileira, ter essa mentalidade, de aceitação, de querer reproduzir. Eles não vão pelo tom de pele, e sim pela cultura, pelas características do país” (Santos, 2007). Na opinião de Leite (2007), o determinante não seria a etnia, “não é o gosto pela mulher negra. É sim pela condição de vulnerabilidade que ela apresenta. Pela fragilização dela e do país que oferece mulheres, como nas propagandas do Brasil com mulheres seminuas”. Mais ainda, na percepção da educadora, se “para nós aqui existem diferenças no modo de vestir, no cabelo, no tom de pele, no trato de uma menina da Graça e uma menina de Periperi, eles não vêem essas diferenças, para eles, todas somos brasileiras e estamos na mesma panela” (Leite, 2007).

A questão do turismo sexual tem sido fortemente associada à questão da mulher negra. Leite (2007) traz um outro olhar, incorporando outros elementos ao ressaltar também a mulher indígena ou a cultura indígena em geral. “O indígena tem uma cultura muito livre (...) e até mesmo o negro que, às vezes, também usavam peitos desnudos.” Por outro lado,

os europeus têm uma moralidade cristã e vêem isso como um pecado. A decodificação e a leitura do europeu com relação aos brasileiros não é respeitando a nudez do índio, e, sim, aproveitando a nudez do índio para conseguir descarregar todas as suas repressões sexuais atribuídas pela Igreja, que sempre colocou que isso é um pecado. O Brasil é visto na idéia de que “não existe pecado do lado de baixo do Equador”, sem fazer essa referência de que para essa nação isso é natural, sem essa percepção de pecado.

(Leite, 2007)

Complementa a educadora seu raciocínio apontando que “não é pelo fato de eu estar desnuda que os outros possam me tocar. Desnuda é minha situação natural, comum, é a minha cultura, pelo clima, tradição, pelo que quer que seja”. Nesse contexto se posiciona defendendo não achar “sadio não permitir que as brasileiras usem biquíni curto. Biquíni curto faz parte da [nossa] cultura” assim como rejeitando que isso seja “vendido para atrair pessoas que tenham essa mentalidade de que isso é um pecado, e que venham para cá para usufruir disso”. Assim, “são leituras distintas dessa posse da sexualidade do outro”.

A equipe do Sentinela, ao buscar as motivações para o turismo sexual, relembra que “o governo, nas décadas de 70 e 80, fez aquelas propagandas com aquelas mulheres bonitas, jovens, bundas, negras etc. Isso é vendido lá fora e é uma realidade. Quem gostaria de ver sua mãe lá?” Então, “vinha vôo charter, fechado, principalmente para o Nordeste”. Em seguida, arremata “olhe, onde há miséria impera a ignorância, esse erro é aqui, é na África, na Tailândia, infelizmente é isso e o tráfico de seres humanos está tudo envolvido” (Vasconcelos, 2007).

Salvador, e o Brasil, durante muito tempo foi sendo preparado para essa demanda turística utilizando a imagem da mulher como atrativo do nosso país, do nosso município, dizendo que a mulher aqui é fácil, isso sendo propagado de forma muito forte dentro e fora do país, porque quando você fala de turismo não fala só dos americanos e europeus, mas também de outros estados e municípios para cá.

(Araújo, 2007)

Prossegue Araújo apontando que “Salvador é uma cidade extremamente sexualizada pela sua música, pela sua dança, pelo seu jeito de se vestir, clima. Isso deveria ser considerado natural e normal e não como um objeto de sedução para o sexo”. Argumenta o entrevistado que “se acredita muito que a menina por estar de short, saia, roupa curta ela está se oferecendo”.

Nesse sentido, pergunta, qual seria o papel da praia? “A praia é um ‘puteiro’ — desculpe o termo —, por todo mundo estar se oferecendo?” (Araújo, 2007). Ele próprio responde discordando dessa visão, “não é verdade isso!” ponderando: “e se a menina estiver de roupa curta ou a mulher estiver de

roupa curta e quiser se oferecer? Qual o problema que se tem aí? Ela não tem o direito de se sentir bonita de se sentir bela e também procurar o homem?” (Araújo, 2007). Por outro lado,

a criança, não!, mas a adolescente — 17, 16 anos na nossa realidade —, ela se veste bonita, vai para a festa, pagode, funk. Ela está no direito da sua sexualidade, porque ela não é um objeto que não pode sentir nada, que não pode sentir prazer e que não pode conquistar um homem ela tem esse direito sexual, considerar que essa menina tem que ser uma freira, toda coberta, toda “tapada”, pelo amor de Deus, irreal é desrespeitar o direito que a pessoa tem.

(Araújo, 2007)

Araújo identifica que “o problema está na relação de sexualidade que é estabelecida entre essa adolescente com esse sujeito adulto, na ‘objetação’, o comércio de troca que é o que ocorre com a exploração sexual e do abuso”.

Araújo ainda levanta um outro ângulo da questão observando que

às vezes, muita gente condena o Cedeca achando que o Cedeca tem que condenar o adolescente por fazer sexo quando, na realidade brasileira, sabe-se que a maioria dos adolescentes inicia a sua vida sexual nesse período, o que não é nada de novo (...), várias tem contato inclusive com homens adultos e não se sentem usadas, nunca vão dar queixa nenhuma. Não tem que estar com uma bandeira para impedir esse adolescente toda vez que ele for fazer sexo, não é assim.

Quanto a proibir, “a lei já muito clara: fazer sexo com menor de 14 anos é crime, é estupro presumido, não tem conversa, por mais que a menina diga que quis se oferecer, aí a lei é supercerta, até porque uma menina de 14 anos para baixo não está biologicamente preparada para uma relação sexual” (Araújo, 2007). Ele aponta ainda o machismo como favorecendo muito o turismo sexual. Se “é feio ver a mulher aí se prostituindo — ela é ‘puta’ —, para o menino, o adolescente, ele é homem, é ‘putão’, isso é ‘massa’ ser ‘putão’, e pegar várias mulheres”.

Quanto à existência de uma certa sexualidade precoce, “nós brasileiros incentivamos muito isso: o que é a Xuxa, a mídia, a Carla Perez, as dançarinas do Tchan e como isso repercute até hoje?”, tudo isso, “essa fomentação

vem de nós mesmos” (Leite, 2007). Nesse quesito, a mídia tem um papel central, pois,

hoje em dia, em qualquer festa, mesmo de classe média, quando tem uma menina de 3 anos dançando igual a não sei quem, a gente acha engraçado. Antigamente tinha tudo isso, mas em ambientes fechados, restritos, as pessoas pagavam para ver. Hoje, às 4h da tarde, você pode ver a “Banheira do Gugu”, por exemplo. A população vai se acostumando com a sexualidade exacerbada, que passa a fazer parte do nosso dia-a-dia, sem que se questione.

(Leite, 2007)

Enfrentamento da exploração: análise de algumas abordagens de intervenção

Neste capítulo discutem-se reflexões feitas por educadores envolvidos no enfrentamento da questão por parte de atores de organizações governamentais e não-governamentais analisando encaminhamentos de abordagens feitas para intervenção de enfrentamento do problema. O objetivo reside em identificar as possibilidades de sucesso dos caminhos tomados e outras que se abrem, ou não, para mitigar a questão em tela. A dimensão do problema pode ser apreendida neste depoimento de Luis Araújo que expõe a trajetória do Cedeca. A partir da experiência da campanha do Carnaval, que se transformou em campanha do verão, estruturou-se uma rede para o enfrentamento do problema partindo do pressuposto que “de um lado se tem uma rede de exploradores, extremamente perigosa, articuladíssima, com toda a bagagem aí para não ser descoberta, e quando se é descoberta, coloca tudo por debaixo dos panos, então a gente precisa, do lado de cá também, ter uma rede fortalecida, articulada, que saiba mostrar e enfrentar o problema” (Araújo, 2007). Uma pesquisa de 2002 indicou a existência de 241 rotas de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins sexuais e demonstrou “a existência de redes organizadas de exploração em diversas regiões do país” (Koshima, 2006:121).

O Cedeca tem discutido intensamente se “a palavra é enfrentar ou combater. Eu acho que no momento a palavra é mais combater, (...) enfrentar um dos problemas com ações e eventos, com coisas mais concretas, é combater

mesmo, é ir pra guerra. Arregaçar as mangas!” (Araújo, 2007). O entrevistado esclarece que “a palavra combater remete muito à guerra e a gente não queria, na verdade, estar dando essa idéia de que estou guerreando, porque você trabalhar com violência e propor violência seria uma coisa (...)”. Nesse contexto, “a palavra enfrentamento seria mais adequada vamos dizer assim, questão de semântica, mas assim em determinados momentos a gente se auto-avalia” questionando “se não se está muito quieto, muito parado, esperando, apesar de estar o tempo todo, tentando pautar isso na mídia, dentro dos espaços nos conselhos de direito estadual e o municipal, nos fóruns que existem de direito da criança e do adolescente, no Conanda que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Associação Nacional” (Araújo, 2007).

A fala de Araújo expressa bem a assimetria de forças entre uma rede estruturada baseada na contravenção e uma rede que tenta enfrentar esta situação, mas parece mostrar uma impotência frente à dimensão do problema e das forças que o circundam. Araújo, com expressão de desalento, pergunta: “Qual é a responsabilidade do poder público diante disso? Como é que o poder público entra nessa história?”. E mais, “o que é palpável e concreto que se possa fazer?”. Coloca que “a grande pergunta” é “porque não se consegue tirar essa menina da rua?”. Uma possível resposta já é encarada com reservas, “é bolsa que vai servir?” e qual seria o valor dessa bolsa? Lembrando que “tem meninas que ganham desde uma lata de quitute até meninas que ganham R\$ 300 a R\$ 400 em uma noite. Que tipo de bolsa seria essa para suprir a necessidade dessa menina que ganha uma lata de quitute e da que ganha R\$ 400”. Outra opção seria “oferecer escola a elas, dizer que vão ter um emprego, será que esse emprego vai ajudar? Será que essa bolsa vai ajudar?”. Assim, “o trabalho de sensibilização e de prevenção precisa ser grande pra que a sociedade entenda” a dimensão do problema (Araújo, 2007).

As possibilidades de enfrentamento da questão mostram-se reduzidas, pois “é muito difícil concorrer com esse círculo vicioso” com “essa ilusão que elas têm de conseguir as coisas muito fácil, por que é um dinheiro fácil para aquisição de bens materiais, uma roupa de marca” (Barros, 2007). Fica “difícil quebrar” esse círculo vicioso. (Barros, 2007). “É muito difícil concorrer com alguém que dá ‘tudo’, entre aspas, que naquele momento para o adolescente é essencial, que é roupa de marca, celular, óculos e tal, ou seja, que faz com que

ele se sinta inserido em um meio social” (Santos, 2007). Aí a pergunta emerge com naturalidade:

Então, que alternativas, nós como ONGs, como instituições que estamos querendo resgatar essas crianças e adolescentes temos pra oferecer frente a isso? Algo que seja muito mais atrativo do que isso? É muito complicado. Eu acho que a “busca ativa” é um sistema legal. Nos municípios que temos visitado e que têm a “busca ativa”, têm surtido um resultado positivo.

(Santos, 2007)

“Hoje a metodologia da (busca ativa) é a única que eu conheço que é realmente viável” (Araújo, 2007), sendo que “nesse ambiente você tem que perceber o querer da menina, não o querer institucional”. Pela sua experiência, Araújo ressaltava que o educador se aproxima da menina “com uma afobação muito grande de que vai tirá-la dali, de que vai salvar a sua vida”, que é “o super-homem ou a mulher maravilha. Não é nada disso se ela dizer pra você: NÃO”.

Discorrendo um pouco mais sobre o processo da busca ativa podem ser identificados os seguintes obstáculos: aproximação do local — tem vários problemas com essa aproximação, há “risco de vida, é lógico”; vínculo que tem que se estabelecer com essa menina: “isso não é fácil, se você for educador homem e você se aproximar dela, ela vai te ver como cliente e se for educadora mulher é uma concorrente dela ou amiga” (Araújo, 2007). Adicionalmente, a menina “não vai deixar de atender ao cliente pra te atender ou ficar com conversinha educativa; isso não vai acontecer, é muito difícil, você tem que ser um puta educador para conseguir quebrar um vínculo desse porte e estabelecer um outro vínculo, tem que ter um poder de intervenção, uma capacidade de intervir no momento certo, na hora certa” (Araújo, 2007). Araújo ainda acrescenta que mesmo que a menina não queira o contato, o educador tem que fazer intervenções para que “no mínimo, mexa com o psicológico dela e ela veja em você a possibilidade de mudança”. No entanto, “o querer tem que vir dela, a intervenção tem que servir pra fazer com que ela queira, não é você chegar e dizer que a sua instituição está aqui etc. Desse jeito, ela vai mandar você à merda e aí, tchau, o trabalho está todo acabado” (Araújo, 2007). Por outro lado, “o trabalho fica muito mais fácil quando ela percebe que pode sair daquela situação”.

Em termos quantitativos, os resultados são muito limitados. Levando em consideração todo o contexto apresentado deve ser observado que esse é “um trabalho de formiguinha, um trabalho bem minucioso”. O processo de busca ativa do Cedeca que durou um ano “teve contato com de 15 a 20 meninas e, se cinco delas conseguimos trazer para a instituição foi muito, e dessas cinco apenas duas temos notícias de que não estão mais no mundo da exploração sexual, para se ter noção do quanto é difícil esse trabalho” (Araújo, 2007). Araújo ainda argumenta que o Cedeca não conseguiu aplicar essa metodologia de uma forma seqüenciada porque precisava pagar as pessoas, e “esse tipo de serviço é feito à noite e tem risco, tendo que pagar pelo risco de vida. Para contratar técnicos, tem que ter dinheiro e o Cedeca é uma ONG e assim é a função do poder público assumir essa responsabilidade”.

Tendo atendido vários tipos de casos, a experiência do Sentinela conclui que a “questão da exploração é muito complicada porque a menina não se vê explorada”, o que mostra como se torna difícil enfrentar e quebrar esse círculo vicioso. “A grande maioria” das meninas, mesmo em atendimento, acaba se evadindo, até porque “a rede de exploração é muito forte e não temos uma rede de enfrentamento sustentada ou de garantia que vá sustentar o pós-atendimento” (Vasconcelos, 2007). Um outro depoimento de educadoras do Sentinela mostra que “não só a rede é muito fraca, como as políticas públicas não são eficazes, com certeza porque não adianta tirar uma menina da rua, fazer todo um trabalho voltado para garantia de direitos, enquanto sujeitos protagonistas da sua própria história, se, de repente, ela vai sair daqui e não encontrar um emprego, vai ver as coisas e não vai querer e não poder comprar” (Vasconcelos, 2007). Conhecendo um pouco mais da lógica dessa rede do turismo sexual, “uma rede muito estruturada, o turista não vai a Periperi, Fazenda Grande, Alagados [bairros periféricos] etc., eles já chegam com um pacote pronto. O turista está nos pontos turísticos. E a nossa rede de enfrentamento é muito fragilizada” (Programa Sentinela, s.d.).

Nesse momento do depoimento, uma educadora alertou para o fato da existência do ela e ele, ou seja, a situação “ocorre com meninos também” e esse “número de meninos está crescendo em relação à violência sexual” (Programa Sentinela, s.d.). Na percepção dessa educadora, “esses meninos estão aparecendo, graças a Deus”, e eles estão em uma situação pior, porque “além

de terem sofrido essa violência ainda sofriam pela ausência do atendimento porque as famílias escondiam esse garoto” (Programa Sentinela, s.d.).

Ainda tratando da metodologia de busca ativa, vale a pena recolher as observações de Núbia do Sentinela. Baseando-se no conceito da Organização Mundial de Saúde que considera três tipos de prevenção: a primária, a secundária e a terciária, Núbia expõe que o setor de educação do Sentinela investe na pedagogia de projetos voltada para a prevenção primária fomentando o nível de conscientização, palestras, oficinas temáticas e trabalhos de inclusão. Além destes, realiza-se, desde 2001, também, o trabalho de educação de rua, que consiste em estabelecer vínculos com crianças e adolescentes que estão em situação de risco, social e pessoal, nas ruas, a busca ativa, desenvolvida nas ruas.

Fundamentado na pedagogia desenvolvida pelo projeto Axé, requer a *paquera pedagógica*, ou seja, a aproximação com esse jovem, o estreitamento de vínculos para, em seguida, proporcionar a essa criança o atendimento psicossocial e educativo. “Nós não tivemos bons resultados com isso, para ser sincera. Então, de um tempo para cá estamos procurando uma proposta que mais se aproxime à realidade dessas crianças” (Bonfim, 2007). As razões para o abandono desse trabalho de educação de rua com essa idéia de aproximação, de criar vínculos está “quase que ultrapassado pela própria dinâmica da rua, porque os meninos não acreditam muito nesse tipo de trabalho” (Bonfim, 2007). Ela esclarece que, por exemplo, “eles já conhecem o educador social só pela forma dele se aproximar, já está estereotipada: é uma pessoa na rua com uma malinha, trocando jogos e brincadeiras e dá bom-dia”. As próprias crianças perguntam: “você é educador? Você quer se aproximar de mim, quer me levar para fazer tratamento?” (Bonfim, 2007). Mais que isso, elas, às vezes, dizem para os educadores “o tipo de atendimento que querem, qual é o serviço da rede pelo qual querem passar; eles sabem todos os serviços que servem para a situação dele, porque já passaram por todo esse ciclo, (...) dizem que querem ficar de dia na rua e à noite ir para o abrigo” (Bonfim, 2007). Então, “esse ciclo não atende à demanda dele e a educação de rua, sob essa ótica da busca ativa, não utilizamos mais” (Bonfim, 2007). No lugar dessa metodologia, o Sentinela está desenvolvendo outro trabalho “sob a ótica de projetos em escolas e abrigos, também na rua, mas localizados em posto de saúde, as-

sociação de moradores, comunidades, enfim instituições que tenham ligação com esses meninos” (Bonfim, 2007) atuando no “sentido de prevenção, uma prevenção primária, onde a violência ainda não aconteceu e está em nível de informações para a sociedade. Na secundária, a violência já aconteceu e ele está recebendo um atendimento de proteção da rede e a terciária é para evitar a revitimização” (Bonfim, 2007).

A busca ativa baseada no “corpo-a-corpo” experimenta uma “queda muito grande”, pois após a “fase de sedução e conquista”, as crianças vêm para o Sentinela, têm o serviço de educação e psicologia, mas, depois, perguntam o que vai ser oferecido para saírem dessa condição de vitimizado.

Então a questão da troca é fundamental (...) porque na verdade um dos motivos deles estarem naquela situação é a questão da pobreza e da miséria também, então elas querem algo em troca, algo que venha compensar o momento que estão na rua. Mas se oferecerem R\$50 por um programa, então ele vem até para um atendimento, mas depois de algumas sessões ele não retorna mais.

(Bonfim, 2007)

Em geral, essa menina ou menino tem diversos problemas de identidade... pelo fato de estar na rua, e o estigma de prostituta, de “puta”, ela se sente menor, desvalorizada” com um discurso “não tem jeito mesmo, eu tô nessa vida, não tem saída”. Nessas condições tem que se fazer “um trabalho imenso, de resgate da auto-estima, dela se sentir gente mesmo, né, e capaz de viver em sociedade como qualquer pessoa” (Santos, 2007).

Comprometimento dos atores envolvidos

O material apresentado neste capítulo provém também das entrevistas realizadas onde se procurou, não só entender o problema, como também identificar o comprometimento dos atores envolvidos bem como buscar explicações e responsabilizações para o mesmo. Assim, foram solicitados dos entrevistados seus posicionamentos referentes ao papel da família, do estado e da sociedade civil no enfrentamento da questão.

Papel da família

É interessante e necessário fazer um paralelo entre a questão da exploração e do abuso no que diz respeito ao papel da família no sentido de detectar as diferenças entre os dois fenômenos a partir da inserção da família nesse processo todo. Assim, quanto ao abuso paralelamente ao atendimento individual e grupal das vítimas, o Cedeca faz o atendimento às famílias porque “acreditamos na família potencializada, fortalecida, porque também ela chega destrozada, fragilizadíssima” (Barros, 2007). Essas famílias esperam esse suporte emocional porque é “totalmente carente, 98% carente mesmo”. Os pais “precisam ser aquela mulher maravilha, aquele super-homem em casa, não pode chorar na frente do filho, tem que ser a fortaleza para o filho não se desestruturar” (Barros, 2007).

No caso de atendimento à exploração, o Cedeca não tem um grupo de pais, “a adesão é bem mínima se comparada aos casos de abuso”, isso porque se verifica que “muitas vezes os próprios pais são coniventes ou estão na rede de exploração”. Essa é uma dificuldade que se tem ao tratar a questão da exploração, prossegue a educadora, e “o atendimento apenas à vítima por si só não dá um resultado positivo se a família não estiver envolvida nesse processo” (Santos, 2007). O que se percebe claramente é a existência de outras motivações para a juventude em geral e que, em determinados casos, acaba empurrando crianças e adolescentes para a exploração sexual. “Para a maioria das meninas, independente da exploração sexual, existe um sonho que está na mídia que é o consumo e todo mundo quer realizar o seu, está na sociedade em si consumir. E a menina, que está lá na periferia, é atraída por essa questão: que ela vai casar, vai para Barra [bairro mais turístico], Pituba, [bairro nobre, digamos] áreas diferentes, porque ela está em condições precárias mesmo e muitas vezes a família apóia essa rede de exploração” (Vasconcelos, 2007). Quanto a essas famílias o que se observa é que já são “desagregadas, o pai não existe, é a mãe que tem que prover o sustento, essa mãe tem um companheiro que muitas vezes estupra essa menina” (Vasconcelos, 2007).

No caso da busca ativa empreendida pelo Sentinela “houve evoluções na situação da criança porque a família foi assistida em outras situações e com isso verificamos que o atendimento não pode se basear apenas na criança e no adolescente e sim na família porque é a questão da inserção familiar, às vezes

não é questão só de pobreza e de miséria e sim dos vínculos desfacelados, questões de violência, de relacionamento” (Vasconcelos, 2007).

Uma questão que ainda merece ser olhada com atenção se refere ao papel da família da vítima da exploração sexual. Pode-se dizer que a família também se torna vítima dessa exploração. Vamos recorrer, para subsidiar essa afirmação, à dissertação de mestrado de Silva (2000), que se debruçou sobre a questão da violência. O tema foi tratado de forma mais genérica, mas mesmo assim entendemos que podemos recolher elementos basilares para a análise a ser feita aqui bem como o trabalho também aponta algumas especificidades da questão da violência sexual. O trabalho mencionado não analisa a questão da violência sexual com crianças e adolescentes provenientes do turismo sexual. Mesmo que este tenha sua especificidade, entendemos que também alguns elementos caracterizadores dessa situação possam ser aproveitados para o levantamento de dados para a construção da análise em Salvador e para entender os resultados alcançados.

Silva analisou a atuação do Cedeca no que se refere ao enfrentamento da questão da violência contra crianças e adolescentes dentro da qual se inclui a violência sexual sem particularizar a questão do turismo sexual. Analisando a reação dos pais, identifica o autor que, no caso de abuso sexual, “a principal expressão dos pais era de constrangimento e vergonha” (Silva, 2000:40) e expressa que essas condições “foram muito importantes para a inserção do pesquisador no trabalho de campo e influenciaram a condução das demais etapas da pesquisa”. Mostra ainda que existem expectativas muito grandes da comunidade carente em relação ao Cedeca em resolver seus problemas, “o que nem sempre ocorre, pela dependência de toda a rede do sistema jurídico para um desfecho satisfatório dos casos de violação”. Nos casos atendidos pelo Cedeca até 1999, a violência mais comum era exatamente de abuso sexual (240 casos), contra 48 homicídios, 40 de maus-tratos e 18 de menores infratores (Silva, 2000:41), o que mostra a dimensão do problema.

A pesquisa mencionada recorreu à entrevista aberta, não-estruturada como a principal estratégia de coleta de dados. No caso de abuso sexual, as vítimas não foram entrevistadas, salvo em casos excepcionais, pois tinham entre oito e 11 anos. “Em outros casos, as vítimas estavam numa fase de grande distúrbio emocional, algumas com quadros psicopatológicos” (Silva, 2000:48). A referida pesquisa recorreu, então, a entrevistas com os pais ou responsáveis,

pois ainda que não sendo as vítimas vivenciaram “todos os dilemas e conflitos gerados pela situação e, nos casos de abuso sexual, são, muitas vezes, os únicos a saber como a violência ocorreu”. Prossegue o autor (2000:49) afirmando que muitos dos pais entrevistados “se recusaram a participar”, principalmente os “pais das vítimas de abuso sexual ocorrido no próprio núcleo familiar, muitos dos quais afirmavam ser o ocorrido algo para ser esquecido e não para se ficar comentando, pois isso envolvia muito sofrimento”. O pesquisador observou ainda um sentimento de “revolta” pois têm sido “procurados apenas para contar o que ocorreu, sem haver ajuda ou solução”. Ainda apontaram que “já estavam cansados de contar a sua vida e mesmo de ‘fazer escada para os outros subirem’, numa clara referência ao desempenho de instituições que, a seu ver, nada fazem pelas famílias”. Um outro fator dificultador da realização das entrevistas encontra-se no fato dos agressores terem sido homens, “o que despertava medo e ansiedade em relação ao contato com o entrevistador, mesmo tendo havido a mediação da assistente social e da psicóloga do Cedeca” (Silva, 2000:50).

Nas 11 entrevistas realizadas com vítimas de abuso sexual identificou-se que apenas um caso de violência foi perpetrado por um estranho, estando todos os outros agressores no âmbito familiar (Silva, 2000:51). O Cedeca inaugurou um serviço de atendimento a pais de vítimas de abuso sexual em março de 2000. Antes disso já tinha disponível um serviço para atendimento a pais de vítimas de homicídios tendo uma frequência de seis a 12 pessoas, a quase totalidade, mães. Ocorria uma inconstância no comparecimento causado pelas dificuldades de pagar o transporte e “a difícil jornada de trabalho da maioria alocados no mercado informal” (Silva, 2000:52) e também devido à “frustração das expectativas com respeito à resolução legal dos casos” (Silva, 2000:53). Muito freqüentemente, ocorrem “manifestações de insatisfação e ressentimento, que revelam a descrença de que essas conversas possam contribuir para resolver ou mudar a situação” (Silva, 2000). Essas condições parecem poder se aplicar também às vítimas de abuso sexual.

Um outro obstáculo, faceta dessa tragédia, reside na aceitação das vítimas pela própria família e pelas instituições tradicionais.

Se a família não está inserida nessa rede de exploração, ela muitas vezes não aceita a criança explorada. A escola não aceita uma criança que foi explorada,

não está preparada para receber alguém que não está dentro do padrão da normalidade. Os serviços públicos não atendem a essa demanda, não há preparo. O serviço de saúde não atende, essa menina é estigmatizada. Na própria delegacia, muitas vezes ela é revitimizada. Agora, temos um trabalho de capacitação de policiais que têm dado resultado. Todas as instituições que deveriam acolher a essa demanda, ao contrário, elas rejeitam e revitimizam.

(Santos, 2007)

Esses dados mostram dificuldades enormes de pesquisa nessa área considerando os diversos aspectos e constrangimentos que estão envolvidos nessa questão. Cabe aqui uma reflexão decisiva sobre o tema pesquisado nessa dissertação e o analisado neste capítulo. Ainda que o abuso sexual seja violência de uma forma geral, parece que existem diferenças marcantes entre abuso sexual sofrido no âmbito familiar e aquele ocorrido no âmbito do turismo sexual. Parece que o primeiro pega a vítima mais desprevenida ou a vítima seria mais vítima ainda. No segundo caso parece haver uma confluência de fatores, negativos sem dúvida, que empurram a vítima para aquela situação de turismo sexual. Por outro lado, no que interessa no caso desta seção, os aspectos metodológicos, parece tão difícil, ainda que por outras razões, acessar essas vítimas de modo a poder efetuar uma caracterização mais segura do fenômeno.

Papel do estado

Quanto à prioridade que o estado dá à questão, colhemos as seguintes reações convergentes no sentido de identificar uma ausência marcante deste. “De forma nenhuma, não é prioridade, tanto é que hoje nós [Cedeca] estamos entre as cinco instituições no Brasil, com a Partners (Partners of America atua no Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro — Pair, oferecendo apoio técnico e financeiro), discutindo exploração sexual infanto-juvenil e tráfico, e não tem ninguém que fale sobre isso” (Santos, 2007). Na percepção dessa entrevistada “o poder público fecha os olhos mesmo, (...) há uma cegueira do poder público com relação a isso”.

Um outro educador envolvido na questão também observa não estar “enxergando ainda como prioridade”, entendendo que “o que é que mais favorece

para causa dessa violência é a exclusão social, de uma sociedade extremamente capitalista onde poucos têm tudo e muitos não tem nada” (Araújo, 2007). Isso se desdobra no consumo dos adolescentes, questão importante para estes, onde “fulano tem direito de comprar aquela peça de roupa e eu não tenho! Então o que é que eu vou fazer para poder ter? Eu vou vender meu corpo, vou roubar, vou entrar no mundo das drogas, porque eu não consigo isso, não sou capaz” (Araújo, 2007). Em sua perspectiva, é “preciso tratar primeiro toda essa exclusão para depois pensar em maioridade penal”, alternativa normalmente apontada no trato da violência. “Assim não acredito que seja uma prioridade, às vezes, o poder público sinaliza algumas coisas, como a implantação de ações com a polícia rodoviária, quando se torna uma política pública, mas vem outro governo e troca” (Araújo, 2007).

Ainda que, evidentemente, não isentando o estado, esse depoimento mostra que existe uma questão mais de fundo que reside na própria lógica não só da sociedade capitalista, com a especificidade do aprofundamento das desigualdades e da pobreza na situação brasileira, gerando diversas exclusões, mas também na própria lógica de uma sociedade de consumo que exacerba essas diferenças.

Na perspectiva do Chame, através de Leite, “Estado e sociedade vivem uma falsa moral. O estado tem feito muita coisa com relação à criança e ao adolescente, mas quando a mulher já tem 18 anos, é por conta dela”, o estado tira “a responsabilidade do que esse ser pode passar, de que possa ser explorado (...) se omite com relação à responsabilidade da cidadã a partir dos 18 anos” (Leite, 2007). Também quanto a **essas políticas estatais para crianças e adolescentes**, essas “não dão conta”, atuam “somente da visão da repressão. Não se observa com relação ao comportamento, da educação, da cidadania, não se vê por esse lado. O lado que se vê é só o da repressão (‘Vamos prender esses caras!’)”. Ela questiona: “qual é a perspectiva que o país está dando para os jovens?”. No seu entendimento

a educação das escolas públicas está perdida, desenganada, completamente deteriorada, um faz-de-conta! Eles se formam, mas saem de lá sem saber ler e escrever! Que perspectivas o governo está dando para esses jovens para enfrentar o mercado de trabalho, para ter segurança, para essas mulheres jovens terem as

mesmas condições que os meninos. Temos que perceber do ponto de vista da prevenção, que implica em educação, políticas públicas, saúde, família, habitação, tudo isso.

(Leite, 2007)

Na perspectiva do programa Sentinela, “o governo poderia fazer mais, deixa muita coisa na responsabilidade da sociedade civil, dizem que é falta de verba, será?”. Entendem as educadoras que “não tem como negar isso, criança e adolescente nunca foram prioridade” (Vasconcelos, 2007)

Ainda mais se está em um estado onde “o acesso às políticas básicas na Bahia é precário” e se não há acesso às políticas básicas, a pessoa “tende a crescer em um ambiente que não proporciona outras chances de reinserção” (Santos, 2007). Na visão das pesquisadoras do Peti, há uma convergência com percepções anteriores a respeito das políticas públicas: “o que a gente tem para oferecer para essas crianças? O próprio Peti é uma bolsa de R\$ 40 aqui para Salvador (...) é muito fora” [da realidade], ou seja, muito pouco. Pode-se comparar, por exemplo, com a questão do tráfico no Rio... “essas políticas não dão conta... Então está muito fora do padrão” (Pedreira, 2007). Trabalhando no atendimento psicossocial às crianças vítimas de violência no Cedeca, Santos mostra que em um ano de trabalho teve apenas “um caso de atendimento à exploração sexual”, se observando que “há pouca adesão ao atendimento” existindo “uma dificuldade de manter essas crianças e adolescentes em atendimento”. Em sua percepção, o programa do Cedeca (ou qualquer um, acredita-se) é pouco atrativo, “parece que lá fora têm muito mais atrativos pra eles e é muito difícil mantê-los” (Santos, 2007). O Peti percebe um outro ângulo perverso dessas políticas públicas ao encontrar

crianças que estão trabalhando e que têm a bolsa do Peti, pois as crianças têm as atividades durante a semana, mas trabalham à noite, no sábado, por exemplo, em período de férias etc. Com a integração do Peti ao Bolsa Família, a transferência de renda é toda pelo Bolsa Família e as famílias acabam tendo essa percepção de que agora não é mais Peti, então pensando que não têm mais a obrigação de mandar as crianças pras jornadas.

(Pedreira, 2007)

Papel da sociedade

“A sociedade ainda está começando a perceber que o fenômeno existe (...) a questão da violência sexual ainda é cercada de tabus” (Santos, 2007). Praticamente na mesma linha, um outro educador registra que a sociedade ainda não se encontra conscientizada do problema, pois “ainda tem o pensamento muito machista, preconceituoso, individualista”, não havendo preocupação quando o problema é com outros (Araújo, 2007). Nesse sentido o trabalho do Cede-ca, ao qual pertence, é mais para “prevenção e sensibilização”, de “fazer com que as pessoas entendam o fenômeno da violência sexual”. Em seu entender, “está faltando a reflexão de alguns setores da sociedade, instituições”. Chama atenção, o educador, para o papel da mídia, pois, esta “de vez em quando, pega muito pesado, precisa se alertar um pouquinho com relação a isso, principalmente em relação a nomenclatura e semântica, o como tratar o caso na televisão, como discutir, como propor opiniões tão generalistas” (Araújo, 2007). Em sua opinião, falta “reflexão, discussão, trazer várias opiniões para o povo pensar e não trazer uma coisa fechada e acabada”. Em suma, em sua opinião, “o poder público precisa se responsabilizar mais e nós, sociedade civil, precisamos arregaçar as mangas, parar de falar de bolsa, estágio, tem que se perguntar o que mesmo que pode [ser feito]? Sair do mundo do que pode para o real” (Araújo, 2007).

Na visão do Chame, na voz de Leite, a sociedade é “muito pouco” mobilizada.

As ONGs tentam, muito, até muitas vezes fazendo o papel do governo. Mas a sociedade quer ver o seu filho bem, principalmente a classe média e a classe média alta, não quer dividir o seu salário, não quer ter essa igualdade toda. No discurso é tudo muito bom, é só olhar o nosso cenário, é só olhar os nossos deputados, é só olhar para ver que não se importam com essas pessoas. Que importância eles estão dando a isso? Quando a gente começa a ver a quantidade de absurdos que estão se passando nesse país [esses políticos] não tem responsabilidade.

(Leite, 2007)

Quanto ao comportamento da rede hoteleira se existe um efetivo engajamento no combate ao turismo sexual, verificamos que o que acontece no

Brasil é que existe uma pressão internacional e “o Brasil só funciona a partir do momento em que pressionam internacionalmente” (Leite, 2007). Na visão de Leite, “se é um problema daqui, ninguém toma conta disso, não, baseado no seguinte pensamento: ‘Vamos deixar vir turista, porque quanto mais turista vier, melhor! Como posso ter garantia de que esse turista vai se aproveitar de uma mulher ou de uma criança?’ A política é essa, de que entre turista, do jeito que for. Como se esse turista fosse deixar todo esse dinheiro aqui”. Ela questiona até a própria forma do desenvolvimento do turismo nacional que “deixa muito a desejar. (...) Esse turismo é praticamente todo financiado por corporações externas, e que acabam levando todo o lucro que nós poderíamos ter para desenvolver um turismo sustentável”. Pode-se observar “um empenho dos hotéis, no sentido de não deixar entrar crianças e adolescentes (desacompanhados de responsáveis), mas mesmo assim, por uma pressão, e não por engajamento” (Leite, 2007).

A questão tem, no entanto, um outro ângulo.

Também é só no sentido de não deixar entrar, só isso. Eles continuam no oferecimento de prostituição, garçonetes que passam por situações de desrespeito, abuso por parte dos turistas, hotéis que pagam muito pouco para as camareiras, que acabam ganhando um pouquinho a mais quando “se deitam” com os turistas. Isso é uma fomentação, negligência do complexo, da rede de turismo, restaurantes. Não vejo como uma estrutura que respeita o trabalhador dentro do âmbito do turismo. Primeiro porque é sazonal, e às vezes eles não têm nem contrato direito, não assinam carteira.

(Leite, 2007)

As profissionais do turismo encontram-se também numa “situação de vulnerabilidade, pois ganham muito pouco, e às vezes a proposta de um estrangeiro é interessante e perigosa” (Leite, 2007).

Leite diz não conseguir precisar se o problema do turismo sexual aumentou ou diminuiu em Salvador nos últimos anos porque “não se consegue detectar exatamente quem é turista do sexo ou não. O que ocorreu é que Salvador conseguiu expor o assunto, mas dentro dos limites da criança e do adolescente, mas não discute o outro lado”, mesmo assim entende que “a sociedade está muito mais consciente”.

Comparando Salvador com outras capitais do Nordeste, como Recife e Fortaleza, “temos aí um problema político”. Essas duas cidades “assumiram a postura de dizer que lá tem turismo sexual. E a Bahia nunca assumiu essa postura de dizer que aqui tem, é mais uma postura política do que questão de números e vulnerabilidade. A partir do momento que você assume que existe, você tem que responder, tem que ser responsável frente aos cidadãos. E quando você não assume, tudo pode acontecer. Então, você não vê. A sociedade não toma para si como um problema” (Leite, 2007), é um não-problema. Uma expressão disso encontra-se no fato de que

há diversas maneiras de driblar, por exemplo, a entrada de crianças nos hotéis. Sabe-se que acontece, por exemplo, de uma agenciadora, uma mulher adulta, que leva cinco meninas a um hotel e diz que são suas sobrinhas. Essa mulher se hospeda, e distribui as meninas. Se ela é hóspede, pode entrar no quarto de outro hóspede, por que não? Existem várias maneiras. O fato de proibir a entrada não diz nada. É uma questão política.

(Leite, 2007)

Conclusões e perspectivas

Ao longo deste capítulo pôde-se perceber, tanto pela fala de diversos entrevistados ativistas da questão do combate à exploração sexual baseada no turismo quanto pelas evidências empíricas assim como por referências teóricas, que a questão é extremamente complexa, multifacetada em suas determinações. O esboço de uma explicação da situação existente em Salvador (que, acredita-se, pode ser generalizada, em parte, para outras áreas) identificou três possíveis causas para o fenômeno: pobreza, violência e família e questão étnica e sexualidade. Identificamos esses três (na verdade, cinco) fatores, mas eles se ligam também a outros que têm participação no entendimento e explicação da questão, como a sociedade de consumo que caracteriza a sociedade contemporânea bem como as profundas transformações que têm mudado a configuração da família na contemporaneidade.

Não querendo reduzir a explicação do fenômeno à causa da pobreza, parece que esta se transforma em um detonador e catalisador de vários outros

processos. Assim, a pobreza enseja a violência familiar assim como a busca de alternativas (de forma desesperada) por jovens que não vêem oportunidades e saídas no contexto formal e legal. Um país travado em seu crescimento econômico e histórica e perversamente desigual joga nas ruas, literalmente, camadas e camadas de sua população, principalmente os jovens. O que chama a atenção da dimensão do fenômeno é que ele já atinge, já incorpora até grupos de classe média. No caso de Salvador (e outros na mesma situação), a questão étnica assume importância, mas também ligada, no nosso entender, à fonte causadora da pobreza e da desigualdade. Fossem essas menores, bem menores, certamente as meninas negras, objeto de cobiça de turistas, internacionais principalmente, mas também nacionais, não estariam nesse nível de vulnerabilidade.

Não é estranho o fato de um dos municípios com maior desigualdade social ser um dos principais pólos de turismo no Brasil. Não é só atrás da farta cultura e dos encantos históricos e naturais que este turismo está interessado. Um grande contingente de turistas estrangeiros dispostos a experimentar todo o exotismo da cidade esquenta a oferta de serviços sexuais por parte de uma população privada de todos os meios de ascensão social, que encontra na venda do próprio corpo o meio mais fácil de saciar desejos prementes de consumo, desde o básico da alimentação, até roupas de marcas famosas, passando por drogas e bens de consumo. A educação não é prioridade para essas pessoas que vivem do dinheiro “fácil” da exploração sexual. A vulnerabilidade econômica onde essas pessoas estão inseridas transforma-as em produtos prontos para figurar na intensa oferta do mercado do sexo ilegal.

A situação revela ainda fatos igualmente alarmantes, como o tráfico interno de pessoas para manutenção dos quadros de exploração. Por ser destino de farta clientela turística, Salvador pulula no deslumbre de muitas crianças e adolescentes como a tábua de salvação para suas tragédias pessoais e familiares. Muitas, já participando do mercado sexual de suas localidades de origem, são trazidas para a capital baiana para aqui tentar a vida, não sabendo elas que reproduzirão a situação de miserabilidade que passam em suas cidades natais.

Muitas até almejam mudar de vida, estudar e constituir família, mas ao desembarcar na capital deparam-se com uma realidade tão ou mais dura que a enfrentada por elas anteriormente. Não deixarão de ser marginais na cidade grande, não encontrarão as condições salubres de crescimento e desenvolvi-

mento pessoais, não conseguirão afastarem-se do lado danoso que o brilho das luzes e o intenso movimentar de anônimos em Salvador esconde. Elas serão ainda mais excluídas, ainda mais exploradas.

Os poderes públicos parecem que ainda não reconhecem a verdadeira dimensão do problema que assola importantes cidades do país e por isso ainda têm ações de combate que, na maioria das vezes, restam ineficazes. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, estabelecer claramente em seu art. 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes, ainda não se tem efetividade das ações que visem debelar ou dirimir ao máximo a situação em que hoje é possível encontrar boa parte dessa população de pequeninos.

Os depoimentos colhidos expressam bem essa ausência do estado através de políticas públicas fortes e efetivas, o que não é de estranhar, pois isso não ocorre apenas na questão da exploração sexual, mas também em várias outras ligadas à cidadania, áreas essas, inclusive, que poderiam contribuir para, pelo menos, mitigar o fenômeno, como a educação, por exemplo.

Governos e sociedade civil devem estar engajados nessa luta, formando uma rede que se apresenta mais vigorosa que a rede criminosa do sexo perverso, para poder conseguir realizar alguma mudança na realidade do país. Campanhas, peças publicitárias, fiscalização e policiamento cerrado, além de debates amplamente divulgados, devem servir de armas para quem compreende e não admite o sofrimento causado por desejos criminosos de lascívia e/ou exploração econômica.

As belezas e riquezas culturais de Salvador escondem em seus desvãos um mundo funesto, onde cada criança e adolescente são privados de seus direitos básicos, de seus sonhos, de seus futuros. Uma população relegada às leis ineficientes e ao sabor da sensibilidade de agentes econômicos e capitalistas. O futuro da sociedade entregue ao mais nefasto dos presentes. Na cidade do Salvador, quem poderá estender-lhes a mão?

Não há dúvida de que se está olhando um objeto que encerra em si muitos interesses, entre eles econômicos como o turismo, e que se estrutura de forma ilegal através de redes muito bem construídas. O combate a essa

situação esbarra em outro aspecto fundamental da realidade brasileira que se encontra na responsabilização e na impunidade dos responsáveis. Na visão de Luis Araújo do Cedeca “quem está cometendo um crime precisa pagar por esse crime que está cometendo”, mas existe

um clima de muita impunidade circulando. Vamos supor de que 10 milhões de denúncias em relação à exploração sexual, 100 mil foram encaminhadas e 20 instaurados inquéritos, poucos encaminhados e nenhum finalizado. É o caso do estado da Bahia. Então, em resumo, não temos exploradores sexuais? Por que é isso que os números passam. Então essas pessoas estão soltas, pagaram fiança e pronto, então se cria um clima de impunidade.

Com isso, prossegue, as pessoas se perguntam: “por que eu vou denunciar se não acontece nada? O país está assim, e falam que o problema está lá, longe de mim” (Araújo, 2007).

Os depoimentos e o trato da questão indicam uma impotência e fragilidade por parte das instituições e seus membros envolvidos no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e, conforme expresso em várias entrevistas, fica a sensação que se está “enxugando gelo”. Enquanto a sociedade e o Estado brasileiro não redefinirem suas posições em direção à civilização, tememos que só se aprofunde a barbárie.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, L. Entrevista. Cedeca. Salvador, 2007.

ÁVILA, H. D. D.; OLIVEIRA, D. J. S.; FILHO, W. B. *Exploração sexual infanto-juvenil em Salvador — um olhar à luz da percepção dos atores sociais envolvidos*. Cedeca, 2003.

BARROS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca, 2007.

BONFIM, N. Entrevista. Salvador: Sentinela, 2007.

CEDECA. *Violência contra crianças e adolescentes*. Salvador, 2004.

CECRIA (Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. Relatório Final. Brasil, 2002.

CHAME (CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER). *O que é que a Bahia tem: o outro lado do turismo em Salvador*. Salvador: Projeto Cahme/Neim/UFBA, 1998.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. São Paulo: USP, 2001.

FALEIROS, E.; CAMPOS, J. O. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria, 2002.

FALEIROS, V. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Brasília: Cecria, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo 2000. Disponível em: <www.bge.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

_____. *Síntese de indicadores sociais*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

KOSHIMA, K. S. L. *Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do Pommar/Usaid na agenda política brasileira de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes*. 2006. Dissertação (Mestrado) — NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

KRIPPENDORF J. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, M. L.; LEAL, M. de F. P. (Orgs.). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial — Pestraf: Relatório Nacional Brasil*. Brasília: Cecria, 2003.

LEITE, J. Entrevista. Salvador: Chame, 2007.

PEDREIRA, L. Entrevista. Salvador: Peti, 2007.

PISCITELLI, A. Entre a praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina. In: *Sexualidade e saberes: fronteiras e convenções*. Rio de Janeiro: Clam/Uerj/Garamond, 2004.

_____. Gênero, turismo, desigualdades. In: *Turismo social*. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br>.

PROGRAMA SENTINELA. Disponível em: <www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/noticias/2002/programa_sentinela.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

ROSENO, R. Breves reflexões sobre as relações entre turismo, infância e juventude no Brasil. In: *Turismo social*. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

SANTOS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca, 2007.

SEI (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA). *Pesquisa de emprego e desemprego*. 2007. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Pesquisa: perfil do turista*, Salvador, 2004. Disponível em: <www.bahia.com.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

SILVA, G. de S. *Filhos e violência: como a família lida com rupturas em situações de perda*. 2000. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SOARES DO BEM, A. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papirus, 2006.

VASCONCELOS, D. Entrevista. Salvador: Sentinela, 2007.

Entrevistas

CAMPOS, Salvador, 2007.

KALIL, Eunice. Salvador, Fórum Comunitário de Combate à Violência, 2007.

Exploração sexual de crianças e adolescentes em São Paulo



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Ilza Valéria Jorge

Júlia Brandão

Marina Farkas Bitelman

Esta pesquisa mostra o estado-da-arte da questão do turismo sexual infantil no município de São Paulo. O objetivo é compreender como está a situação no território, para em um momento seguinte da pesquisa realizarmos um estudo de caso mais aprofundado, o que, conjuntamente com essa pesquisa mais ampla, apresentará elementos para possibilitar a avaliação das experiências de políticas bem-sucedidas de combate ao turismo sexual infantil na cidade.

Iniciamos este capítulo com um pouco da história do município de São Paulo, incluindo os indicadores sociais que mais interessam a essa pesquisa, e informações em torno da temática do turismo no município, que atrai visitantes de toda parte do país e do mundo, e com objetivos muito variados. Em seguida, falaremos um pouco do marco teórico no qual este estudo se insere, e a relação da luta pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes na história das lutas sociais.

Depois, apresentamos a questão do trabalho infantil e da exploração sexual comercial infantil, para em seguida tratarmos dessa questão no município de São Paulo.

São Paulo: um pouco de sua história

Criada em 1554, por padres jesuítas com o nome de Vila de São Paulo de Piratininga, a capital paulista só viveu o seu primeiro ciclo de pujança econô-

mica durante o período áureo do café, sobretudo entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse período, São Paulo era o centro exportador do produto e, por isso, também se colocava como referência política do país ao liderar, junto com o estado de Minas Gerais, a chamada República do café-com-leite, conluio oligárquico que controlou a presidência do Brasil até 1930 com o objetivo de proteger os interesses de cafeicultores e produtores de leite.

Com a decadência econômica dos cafeicultores, a economia paulista logo se renovou. Após os anos 1950, acabou se firmando como o principal pólo econômico do país em decorrência de um intenso processo de industrialização, e também se transformou no local onde se instalaram grandes empresas de diversos ramos de atividades, assim como as sedes dos principais grupos financeiros nacionais e internacionais, que buscavam se beneficiar tanto da intensificação da economia como também do rápido crescimento populacional com pleno emprego que formava um mercado consumidor extremamente atrativo.

Mesmo não contando com as belezas naturais que caracterizam outras capitais brasileiras na costa litorânea ou em áreas de florestas, o município de São Paulo acabou se transformando num grande atrativo para visitantes internos — do país — e externos — de diversas partes do mundo — ao se consolidar como o principal pólo econômico brasileiro. Essa é a razão pela qual a cidade atrai visitantes que chegam, na maioria das vezes, para a realização de negócios ou, então, para participar de grandes eventos comerciais ou voltados para o lazer e entretenimento.

Antes de caracterizar a cidade do ponto de vista da sua infra-estrutura turística, faz-se necessário conhecê-la sob alguns aspectos sociais que serão muito importantes para dimensionar onde se situam algumas questões-chave que ajudarão na compreensão da problemática central relativa à exploração sexual infantil em decorrência do turismo.

Alguns indicadores sobre a situação social paulistana

Com uma população que já se aproxima da casa de 11 milhões de habitantes (25% do total do estado e cerca de 6% do país), a capital paulista traz consigo um conjunto de contradições de ordem econômica e social, que resultou de um padrão de desenvolvimento que não distribuiu riqueza e criou diversos problemas sociais que podem ser visualizados na tabela 1 a partir de um conjunto de indicadores.

Tabela 1
Indicadores sociais do município de São Paulo

Indicador	Valor
População (2004)	10.679.760
População masculina (2004)	5.087.583 (47,7%)
População feminina (2004)	5.592.177 (52,3%)
População de zero a 19 anos (2004 — %)	30,40
População de 15 a 59 anos (2004 — %)	60,30
População de 60 anos e mais (2004)	9,30
Taxa de chefia familiar feminina (2000 — %)	22,40
População de 15 anos e mais que nunca freqüentou escola (2000)	329.240
População de sete a 14 anos que freqüentava escola (2000 — %)	96,40
Domicílios não servidos por rede geral de água (2000 — %)	1,37
Domicílios com formas nocivas de esgoto (2000 — %)	9,15
Domicílios localizados em favelas (2000)	207.160 (12%)
Domicílios particulares vagos (2000)	14,25
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos — 2003)	14,20
Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos — triênio 2000-02)	36,01
Taxa de mortalidade de homens de 15 a 24 anos, por agressões/homicídios (por 100 mil homens — triênio 2000-02)	247,02
Taxa de mortalidade de mulheres de 15 a 24 anos, por agressões/homicídios (por 100 mil mulheres — triênio 2000-02)	14,40

Fonte: Fundação Seade, *Anuário estatístico*. Disponível em: <www.seade.sp.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2007.

Da tabela 1 seria possível destacar diversas questões, mas serão priorizadas algumas em razão de seu vínculo direto com o tema deste capítulo. A primeira delas refere-se ao fato de a população feminina representar 52,3% do total, o que significa existir um contingente de 500 mil mulheres a mais do que homens no âmbito do município. Tal destaque chama a atenção para a necessidade de se pensar cada vez mais em políticas públicas que possam contribuir para a redução das assimetrias salariais, políticas e de oportunidades econômicas entre homens e mulheres. Isso fica evidente na medida em que se percebe que 22,4% dos lares são chefiados por mulheres. À medida que as condições de trabalho e de salário femininos se tornam precárias, a possibili-

dade de utilização do trabalho infantil que possa inclusive assumir tonalidades de exploração sexual pode aumentar.

Precárias condições sociais também podem ajudar na compreensão de outros dois fatores significativos: no triênio 2000-02, para cada 100 mil homens entre 15 e 24 anos, 247 morreram assassinados em decorrência de agressões ou homicídios. Na população feminina com essa mesma faixa etária o número foi de 14,4 por 100 mil. A faixa etária extremamente jovem das vítimas indica que as políticas públicas nesse setor não têm sido suficientes para amenizar esse tipo de tragédia.

Também chama a atenção o fato de na cidade mais rica do país 12% de seus domicílios estarem localizados em favelas enquanto 14% dos imóveis particulares localizados na cidade permanecem ociosos. Ou seja, existe um contingente de pessoas que estão em habitações insalubres em número inferior ao da quantidade de imóveis desocupados ou disponibilizados para a especulação imobiliária. Ainda nessa questão, destaca-se o fato de 9,15% dos domicílios conviverem com formas nocivas de esgotos, o que também pode explicar, mesmo que parcialmente, um índice de mortalidade infantil de 14,20 por mil nascidos vivos entre 2000-02.

Com relação aos moradores com idade entre zero e 19 anos o fato de eles representarem 30,4% da população paulistana (cerca de 3,2 milhões) indica a magnitude da preocupação social com a infância e a adolescência na cidade. Tal contingente populacional formaria a terceira maior cidade brasileira, com número de habitantes inferior, apenas, ao total da população da capital do estado Rio de Janeiro e da própria cidade de São Paulo.

Se por um lado 96,4% das pessoas entre sete e 14 anos estão frequentando a escola, por outro, nada garante que os de maior vulnerabilidade econômica conseguirão escolarização suficiente que permita visualizar um processo de ascensão social. Porém, não se pode negligenciar os 3,6% de pessoas nessa faixa etária que estão fora da escola: esse percentual perfaz um contingente populacional de cerca de 100 mil crianças que estão à margem do processo de educação formal e que podem se tornar alvos de exploração do trabalho infantil em razão da precarização econômica de suas famílias, o que também se pode desdobrar para atividades que caracterizem a exploração sexual comercial de crianças.

Além desse conjunto de fatores, temos o desemprego infantil, calculado pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que mede quantas crianças estão procurando empregos e compara com as que estão ativas, que é a soma das ocupadas com as que estão procurando emprego. Das crianças e adolescentes brasileiros com idade entre 10 e 17 anos, 17,6% delas estavam buscando emprego em 2002. Esse valor sobe para 28,8% na região Sudeste, e para 35,5% nas regiões metropolitanas.¹ Desse alto valor, podemos perceber a entrada precoce de muitas crianças e adolescentes no mercado de trabalho, quer seja por necessidade de complementação da baixa renda familiar ou a busca por alguma renda, no caso de famílias que não a possuem ou de criança e adolescente sem família. A necessidade da renda está associada e ao mesmo tempo agrava os outros indicadores sociais, como a violência, o déficit habitacional e os problemas da educação.

Essa realidade mais ampla do trabalho infantil é um dos fatores que leva parte das crianças e adolescentes a uma situação de exploração sexual, relacionada ao turismo ou não, de forma consentida ou não. Logo, não podemos dissociar a questão do turismo sexual infantil da questão mais ampla de luta contra a pobreza e a desigualdade social.

Infra-estrutura, dados e atividades turísticas na cidade de São Paulo

Conforme já foi destacado anteriormente, São Paulo recebe um intenso fluxo turístico voltado para a realização de negócios de diversas naturezas em razão da posição econômica ocupada pela cidade nos cenários nacional e internacional. Como decorrência disso, o município oferece uma série de atrativos, eventos e um conjunto de serviços que visam possibilitar que o turista permaneça mais tempo na cidade. Algumas dessas informações estão sintetizadas a seguir, no quadro.

No quadro é possível verificar a existência de um conjunto de fatores que tem o objetivo de promover a permanência do turista no território paulistano.

¹ Valores obtidos no site do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em: <www.iets.org.br>. Acesso em: 24 maio 2007.

A cidade dispõe de uma série de atrativos culturais como museus e casas de espetáculos, assim como oferece uma gastronomia extremamente variada, o que pode ser explicado pelo fato de a capital paulista concentrar um enorme contingente de migrantes de outras regiões brasileiras e de imigrantes de diversos países.

Infra-estrutura turística da cidade de São Paulo

Atrativo/serviço	Descrição
Hospitais	61 particulares e 40 públicos
Museus	88 com diversas atividades
Casas de espetáculos	Sete casas com capacidade acima de 300 pessoas
Parques e áreas verdes	53 espalhados por diversas regiões da cidade.
Rodoviárias	Três terminais que servem todo o país e países vizinhos
Aeroportos	Três aeroportos internacionais (Congonhas, Cumbica e Viracopos)
Hotéis	410
Restaurantes	12,5 mil
Cinemas	257 salas
Feiras	São Paulo concentra 75% das feiras brasileiras
Eventos	São Paulo realiza cerca de 90 mil eventos por ano

Fonte: Gerência de Planejamento Turístico da São Paulo Turismo. *Boletim anual 2006*.

Disponível em: <www.cidadedesapaulo.com/rel_boletim_anual>. Acesso em: 24 maio 2007.

Além dessas questões, é preciso destacar a existência de eventos e feiras de grande porte e já rotineiros no calendário turístico da cidade que se transformaram num forte atrativo para visitantes externos, entre eles destacam-se: o Carnaval, a Bienal do Livro, a Parada do Orgulho Gay, a Feira Hospitalar, a Francal, a Adventure Sports Fair, a Equipotel, a Fórmula 1 e o Salão do Automóvel. O fluxo de turistas nacionais e internacionais numa perspectiva comparada entre o Brasil e o município de São Paulo será destacado na tabela 2.

Tabela 2
Turistas internacionais e nacionais no Brasil e em São Paulo

Turistas	2003	2004	2005
Internacionais no Brasil	4.090.000	4.720.000	5.400.000
Internacionais em São Paulo	2.010.000 (49,16%)	2.160.000 (45,72%)	2.420.000 (44,81%)
Nacionais no Brasil	30.700.000	36.600.000	43.100.000
Nacionais em São Paulo	16.722.251 (54,46%)	19.195.104 (52,44%)	24.404.824 (56,62%)

Fonte: Gerência de Planejamento Turístico da São Paulo Turismo. *Boletim anual 2006*. Com base em dados da Infraero e da Embratur. Disponível em: <www.cidadedesapaulo.com/rel_boletim_anual>. Acesso em: 24 maio 2007.

Os dados da tabela 2 demonstram a importância do município de São Paulo na composição do setor turístico brasileiro tanto no que se refere ao fluxo de turistas internacionais quanto nacionais. Em ambas as situações a cidade de São Paulo absorveu algo próximo de 50% de toda a movimentação nacional. Desse modo, uma pergunta acaba sendo inevitável: não seria o turismo uma importante ferramenta de promoção do desenvolvimento social e de respeito à dignidade humana, dada a quantidade de recursos movimentados pelo setor?

Numa cidade como São Paulo, as empresas que atuam nessa área possuem uma responsabilidade muito grande, já que elas recebem esses turistas e ao mesmo tempo levam paulistas e pessoas de passagem por São Paulo para diversos outros lugares do Brasil. Diante disso, surge uma outra pergunta: qual o papel dessas empresas na conscientização do problema do turismo sexual infantil? Poderiam elas atuar para prevenir, coibir e denunciar tais questões mesmo que isso custasse a perda de clientes?

Obviamente que tais perguntas remetem à discussão do problema da responsabilidade social das empresas, uma questão ética cada vez mais debatida e que tem se mostrado permeável a diversos segmentos que formam a atividade turística.

Marco teórico

A questão aqui colocada pode suscitar diversos caminhos para a reflexão teórica em torno de uma temática central: a dos direitos sociais das crianças e dos

adolescentes. Desde o século XVIII, com o surgimento do trabalho assalariado que foi acompanhado pelo processo de urbanização, registrou-se a ampliação da esfera pública com a construção de novos interesses sociais e o empoderamento das classes menos favorecidas por meio da mobilização social e da pressão exercida junto ao Estado por direitos, abrindo, assim, um rápido processo de insubordinação das massas com relação às elites e ao clero, que as mantinha na condição de não-cidadãos ou de subcidadãos.

De maneira processual foi se desenvolvendo a lógica já destacada por Marshall: primeiramente se brigou pela conquista dos direitos civis, fundamentados na questão do reconhecimento do princípio da igualdade jurídica entre todas as pessoas, em seguida se viabilizou a busca pelos direitos políticos, com a reivindicação do direito de organização, de votar e de ser votado, para assim interferir na vida pública naquilo que é a sua essência: a soberania popular, a regulação social e a administração dos recursos do Estado. Os direitos sociais emergem dessa seqüência lógica e sua reivindicação e conquista se tornam plausíveis à medida que um enorme contingente social passa a fazer parte da vida política se organizando em partidos, movimentos, sindicatos, associações etc., para lutar por questões que afligem o seu cotidiano e que estão incluídas na conquista de um padrão mínimo de dignidade humana.

Apesar de os americanos só terem reconhecido os negros como cidadãos por volta dos anos 1960 — época em que esse grupo populacional adquiriu direitos políticos após enfrentar a resistência de setores conservadores —, no Brasil a questão dos direitos sociais volta a entrar com força na agenda política, e na agenda de decisão governamental, após a queda do regime militar e a restauração plena dos direitos civis e políticos, interrompidos com o Golpe de Estado de 1964. Assim, entre o final da década de 1970 e a de 1980, os movimentos sociais empreenderam um processo de mobilização em torno de temas como: educação, previdência, saúde, infância e adolescência, habitação, entre outros, que vão permear os debates no processo constituinte de 1988, resultando em conquistas que estão presentes na atual Constituição da seguinte forma:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Conforme se vê, os direitos sociais estão constitucionalizados no Brasil. O problema, então, passa a ser: **como fazer valer tais direitos?** Obviamente, se faz necessário compreender o arcabouço jurídico que trata dessa questão, sobretudo no que se refere ao tema infância e adolescência, problemática central desse trabalho. Com isso, para além do art. 6º, também é importante nos remeter ao Capítulo VII da Constituição Federal que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, mais especificamente no seu art. 227, onde é afirmado que:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para que essa obrigatoriedade do Estado não fique circunscrita a um retórico jogo de palavras, no inciso 1º do mesmo art. 227 está previsto que “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais”. Com referência específica à exploração sexual, ainda no art. 227, no seu inciso 4º, está previsto que “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Porém, a regulação do conjunto de conquistas das crianças e dos adolescentes brasileiros na Constituição Federal de 1988 **só ganhou materialidade concreta com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990**. A novidade desse estatuto foi trazer no seu bojo medidas de caráter socioeducativas rejeitando as práticas do assistencialismo tradicional. Além disso, promoveu a democratização da discussão das políticas públicas para o setor com a criação dos conselhos municipais, estaduais e federal de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Também houve um forte instrumento de descentralização da ação no momento em que se lançou os conselhos tutelares, adquirindo estes a função de cuidar dos direitos da criança e do adolescente *in loco*, inclusive ajuizando ações contra autoridades públicas e denunciando todo tipo de abusos às autoridades competentes quando isso se fizer necessário.

Assim, as ações contrárias à exploração sexual infantil não apenas estão protegidas constitucionalmente, como dispõem de um conjunto de instrumentos legais que dão a elas materialidade do ponto de vista jurídico e repressivo. Nota-se também que o Estado (sobretudo o governo federal) vem estabelecendo uma série de programas e iniciativas em parceria com a sociedade civil voltados para a proteção da criança e do adolescente, sobretudo no que se refere ao combate desse tipo de crime.

Trabalho infantil e exploração sexual comercial infantil

Os dados revelados pela pesquisa do IBGE em 2001 sobre trabalho infantil parecem assustadores: dos 43.125.753 brasileiros entre cinco e 17 anos, 5.482.515 (12,7%) já desenvolvem algum tipo de atividade profissional para complementar a renda familiar. Quando se separa o grupo etário entre cinco e 9 anos, o número de trabalhadores mirins chega a 296.705. Se considerarmos a faixa entre cinco e 14 anos, somaríamos 2.231.974, o que significa que no Brasil cerca de 7% das 32.817.046 crianças nessa faixa etária estão em situação de trabalho infantil.

O tipo de atividade desenvolvida pelas crianças varia de acordo com a região, mas é comum encontrar atividades como “a produção e o tráfico de drogas, os trabalhos perigosos à saúde ou à segurança (como trabalhos em carvoarias, no corte de cana, na fabricação de tijolos). Estão excluídas dessa estatística, por exemplo, as prostitutas mirins” (Cipola apud Abreu, 2002). Essas constatações geram um grande desafio reflexivo e investigativo: sabe-se que a exploração sexual infantil é um problema sério no Brasil, mas não há dados oficiais que permitam ter precisão acerca da magnitude desse problema.

Diante dessa realidade, foi preciso identificar quais iniciativas lidavam especificamente com essa problemática, para assim ter acesso a informações mais específicas sobre essa questão e identificar as diversas estratégias que foram construídas para melhor compreendê-la e enfrentá-la.

Com relação a dados específicos, identificou-se que, entre janeiro de 2000 e 31 de janeiro de 2003, esteve em atividade o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil que funcionava por meio de um disque denúncia e tratava-se de uma parceria entre o Ministério do Turismo,

a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia). Tal iniciativa produziu um relatório de abuso sexual compreendendo o período destacado acima e com base num universo de 1.547 denúncias. Na tabela 3 destaca-se a distribuição das denúncias segundo as grandes regiões brasileiras.

Tabela 3
Denúncias de exploração sexual infanto-juvenil por região

Região	Número de denúncias	%
Centro-Oeste	91	5,88
Nordeste	378	24,43
Norte	109	7,05
Sudeste	795	51,39
Sul	174	11,25
Total	1.547	100,00

Fonte: Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <www.observatoriodainfancia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2007.

Os dados da tabela 3 demonstram que a questão se tornou um problema recorrente em todo o território nacional e que se concentra principalmente na região Sudeste. Vale ressaltar que nessa região estão as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, maiores destinos de turistas nacionais e estrangeiros no Brasil. Também é importante destacar que a imprensa nacional quando trata desse tema o coloca como um problema que se apresenta de maneira mais contundente nas capitais nordestinas. As denúncias por estado estão presentes na tabela 4.

Tabela 4
Denúncias de exploração sexual infanto-juvenil por estado

Estado	Número de denúncias	%
Rio de Janeiro	448	28,94
São Paulo	200	12,92
Minas Gerais	118	7,62

Continua

Estado	Número de denúncias	%
Ceará	103	6,65
Rio Grande do Sul	74	4,78
Bahia	73	4,72
Maranhão	69	4,46
Pernambuco	69	4,46
Paraná	69	4,46
Amazonas	44	2,84

Fonte: Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <www.observatoriodainfancia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2007.

Verifica-se que Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais concentraram quase 50% das denúncias. Isso demonstra que esse problema não é uma questão que se pode tratar como sendo de uma região mais ou menos desenvolvida do ponto de vista econômico. A tabela 5 traz essa mesma informação nas cidades brasileiras, ordenando-as a partir da que mais registrou denúncias.

Tabela 5
Denúncias de exploração sexual infanto-juvenil por cidade

Cidade	Número de denúncias	%
Rio de Janeiro (RJ)	203	13,11
Fortaleza (CE)	67	4,33
São Paulo (SP)	62	4,01
Duque de Caxias (RJ)	43	2,78
Manaus (AM)	36	2,33
Nova Iguaçu (RJ)	34	2,20
São João do Meriti (RJ)	28	1,81
Salvador (BA)	28	1,81
São Gonçalo (RJ)	26	1,68
Recife (PE)	24	1,55

Fonte: Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <www.observatoriodainfancia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2007.

Na tabela 5, também fica evidente que o problema se apresenta independentemente do estágio de desenvolvimento econômico da região. Chama a atenção o fato de que, entre os 10 municípios destacados, cinco pertencem à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Outras informações que constam nessa pesquisa também precisam ser destacadas. Quando se traça um perfil dos abusados sexualmente por faixa etária, a maior parte das vítimas se situa na faixa entre oito e 11 anos de idade e 76,29% são do sexo feminino. Quanto ao agressor, homens e mulheres que aliciaram para si próprios representam 45,32%; turistas estrangeiros e nacionais estão incluídos na categoria outros, que representa 21,67% do total de agressores.

A questão no município de São Paulo

No município de São Paulo, o Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), trata da questão por meio da atuação de cinco centros de referência que recebem recursos do Programa Sentinela do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essas ações fazem parte de um programa municipal mais amplo, chamado *São Paulo Protege Suas Crianças*, voltado para problemas como o trabalho infanto-juvenil, as crianças e jovens de rua e os adolescentes que cumprem medidas judiciais em meio aberto.

Ainda no município e fazendo parte do São Paulo Protege, foi criada uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes, também coordenada pela SMADS. Seu papel diante da violência, abuso e exploração é de: estimular a capacitação de profissionais, sensibilizar todos os setores da sociedade, receber e encaminhar denúncias e reclamações e promover a integração entre órgãos e entidades que tratam do tema.

Dados fornecidos pela SMADS revelam que, em 2006, o programa realizou 1.348 atendimentos distribuídos entre 799 crianças e adolescentes e 549 familiares. Entre as crianças e adolescentes atendidos, 318 eram meninos e 481 meninas. Entre os meninos, 207 atendimentos foram de crianças entre

sete e 14 anos; 77 de crianças entre zero e seis anos; e 34 de adolescentes com idade entre 15 e 18 anos. Entre as meninas, 305 atendimentos foram de crianças com idade entre sete e 14 anos; 110 de crianças entre zero e seis anos; e outros 66 de adolescentes entre 15 e 18 anos.

O enfrentamento dessa questão também é realizado por entidades não-governamentais. O Centro de Referência às Vítimas da Violência (CNRVV), que integra a Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, iniciou suas atividades como núcleo em 1994 para defender os princípios dos direitos humanos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 2000, se transformou no centro e hoje trabalha de forma conveniada com a SMADS, recebendo recursos do Programa Sentinela para o tratamento social e mental das vítimas e suas famílias.

Também se destaca o papel da Childhood Brasil. Além de capacitar profissionais e mobilizar a sociedade, o instituto promove ações que fortalecem a auto-estima de jovens e crianças em situação de risco. Essa instituição é responsável pelo Pacto Empresarial, que foi firmado entre empresas e outras organizações com o intuito de elas assumirem alguns compromissos como combater a exploração sexual nas rodovias brasileiras por meio das suas próprias atividades e das outras envolvidas com elas (fornecedores e distribuidores, por exemplo).

De acordo com informações presentes na Matriz Intersetorial do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (Violes/SER/UnB), que estão divulgados no site da UFMS,² o município de São Paulo apresenta exploração sexual de crianças por meio do tráfico, do turismo sexual, da prostituição e da atividade pornográfica. Para enfrentar tais questões, o sistema de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no município de São Paulo é complementado pelas seguintes ações: Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita-SP); Centro de Apoio a Vítimas de Crimes-SP (Ceav); 36 conselhos tutelares; Conselho Estadual de Direitos (Ceds); 15 varas da infância e juventude (VIJs); Promotoria da Infância e

² Disponível em: <www.caminhos.ufms.br/matrizdados/sp/saopaulo.html>. Acesso em: 25 maio 2007.

Juventude (PIJ); Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude/Ministério Público (Caoij-MP); Centro de Defesa da Criança e do Adolescente-SP (Cedeca); Conselho Estadual da Mulher (CEM); Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP).

Os órgãos de investigação e responsabilização de casos relativos à exploração sexual de crianças e adolescentes são: Equipes Especializadas de Investigação contra Crimes a Crianças e Adolescentes (Eccca); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Delegacia Regional do Trabalho (DRT-SP); Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e Vigilância Sanitária. Completam o sistema os seguintes programas de cooperação internacional: Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco (Pommar), com recursos e apoio Usaid/Partners; Ações e Projetos destinados a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social e/ou em Situação de Violência Sexual (APVS) com recursos e apoio da Childhood; e o Programa de Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil (PMTSH), apoiado pelo escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodoc).³

Considerações finais

Podemos perceber a urgência que temos em combater a prática da exploração sexual infantil e, especificamente, do turismo sexual infantil. Enquanto outros direitos da criança e do adolescente estão sendo cada vez mais respeitados e há políticas públicas e atuação da sociedade organizada cada vez mais qualificadas para diminuir a mortalidade infantil, aumentar a escolaridade, aumentar a renda das famílias pobres, a questão da exploração sexual infantil ainda tem dificuldade para ser abordada.

A partir de todas essas informações, percebemos que é importante que seja realizado um amplo diagnóstico local no sentido de identificar, não apenas a magnitude do problema e estudar iniciativas de sucesso nessa área, mas também desenvolver um processo reflexivo que permita, além de propor novas alternativas, principalmente mobilizar o conjunto das forças sociais em

³ Disponível em: <www.caminhos.ufms.br/matrizdados/sp/saopaulo.html>. Acesso em: 25 maio 2007.

torno dessa problemática tão presente no cotidiano das cidades de todos os portes econômicos e demográficos.

Referências bibliográficas

ABREU, S. R. Crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 24, n. 1, mar. 2002.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>.

BRASIL. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

CIPOLA, A. *O trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil — o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LAVALLE, A. G. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova*, São Paulo, n. 59, 2003.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

TELLES, V. *Direitos sociais*. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste: características da rede social de proteção*



Analía Soria Batista
Eliane Maria Reis Neves
Thais Alves Moreira

A Organização Mundial do Turismo (OMT) em seu documento intitulado *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais* (1994), em relação ao desenvolvimento sustentável, estabelece três princípios vitais a serem considerados: a sustentabilidade do ambiente, a sustentabilidade social e cultural e a sustentabilidade econômica.

O Ministério do Turismo (MTur), por meio da Embratur, lançou em 1994 o turismo sustentável como um modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil, concebido para: assegurar a qualidade de vida da comunidade; proporcionar satisfação ao turista; e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade quanto o turista.

Pesquisas atuais enfocam que o turismo sustentável vai além da preocupação com o meio ambiente. Esse conceito está relacionado a todas as ações que tenham como finalidade evitar ou minimizar impactos negativos provo-

* Contribuíram ainda para a realização deste trabalho: Núbia David Macedo, diretora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB); Elisângela Machado, Luis Henrique de Souza, Marta Cristine Peres Barros, Luiz Carlos Spiller Pena, Regina Almeida Lacerda e Rosana Pinheiro Rezende — equipe da Gerência de Turismo (CET/UnB); Maria Lúcia Leal, coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual, de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes); Eliane Maria Reis Neves, graduada integrante do Violes; Neide Castanha, coordenadora do Centro de Referência; Thais Alves Moreira — Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

cados pela atividade turística. Nesse sentido faz-se necessário o comprometimento especialmente no que diz respeito ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos e tráfico ilegal destes.

A exploração sexual de crianças e adolescentes tem sido uma prática comum nos principais destinos turísticos brasileiros. O combate a esse tipo de *negócio* é o começo para a reconstrução da imagem nacional e para a garantia dos direitos humanos.

Em Brasília, os registros da exploração sexual de crianças e adolescentes ainda carecem de registros formais. Nas regiões administrativas do Distrito Federal, o Serviço Disque Denúncia¹ registrou 73 acusações de exploração sexual, entre 2003-07, muito embora nenhuma tenha apontado para a presença de exploração sexual por meio do turismo.

Tais constatações iniciais exigiram ampliar o foco da pesquisa para a região Centro-Oeste, formada geograficamente e administrativamente pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. A estratégia permitiu observar que a modalidade de exploração sexual no turismo é maior nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sendo essas as regiões definidas para compor este estudo de caso.

Este capítulo tem três objetivos: conhecer de forma exploratória² as características da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio do turismo na região Centro-Oeste; mapear a rede de proteção das crianças e adolescentes vítimas dessa modalidade de exploração sexual (organismos governamentais, ONGs), identificando seus objetivos; e apresentar experiências de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo realizadas por duas organizações da sociedade civil: a ONG Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste (Ibiss/CO) e o Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares, e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS). Desse modo, o estudo visa oferecer informações que possam subsidiar futuras discussões acadêmicas e de políticas para o setor turístico.

¹ O serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes tem como objetivo acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, buscando interromper a situação revelada. Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes — 100. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

² Pesquisa em fontes de dados e informações secundárias.

O capítulo está organizado em seis seções. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa. A segunda delimita e analisa conceitualmente a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e apresenta dados empíricos. A terceira discute as modalidades de exploração sexual no turismo com base em pesquisas realizadas recentemente. A quarta apresenta mapeamento da rede de proteção das crianças e adolescentes explorados sexualmente e seus objetivos. A quinta relata as experiências de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo propiciadas por duas organizações da sociedade civil. Por último, foram tecidas considerações sobre as ações implantadas pelos governos, organizações não-governamentais e empresas, à luz dos resultados apontados pelas pesquisas acadêmicas revisadas.

Procedimentos metodológicos

A região Centro-Oeste possui uma população de 11.636.728 habitantes, sendo uma região extensa, mas relativamente pouco habitada. Ou seja, dados do IBGE (2000) evidenciam baixa densidade demográfica em mais de 80% dos municípios.

Com exceção da agricultura no Mato Grosso, o turismo tem sido o setor econômico com maior crescimento em toda a região. O turismo de pesca é o mais representativo, em detrimento do ecológico e de negócios. O turismo sexual também ocorre nesse contexto com a modalidade de exploração sexual de crianças e adolescentes.³

Este estudo compreende uma pesquisa exploratória cujas informações e dados foram levantados em livros, artigos e sites da internet, durante os meses de maio, junho e julho de 2007. Ademais foram realizados contatos pessoais com especialistas da área, para identificar tanto literatura relevante sobre o tema quanto pesquisas em andamento.

³ Na região Centro-Oeste também existem rotas nacionais e internacionais de tráfico de mulheres. Tráfico de adolescentes foi identificado em Campo Grande (MS), cujo destino é a Itália; em São Miguel de Araguaia (GO) cujo destino é Cocalhino (MT) e em Alta Floresta (MT), cujo destino é Majupá (Itaituba-PA) (Leal e Leal, 2002).

Foram usadas ainda bases de dados como as do Portal de Periódicos da Capes, introduzindo palavras-chave como *exploração sexual*, *turismo sexual*, *prostituição*, combinadas com *crianças e adolescentes* ou *sexual exploitation*, *sexual tourism*, *prostitution* e *commercial sexual exploitation* combinadas com *child* e *children*.

Dados sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo foram pesquisados a partir da base de dados do serviço Disque Denúncia (2003-07) e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, cujos resultados foram publicados em 2004. A técnica *snowballing* foi utilizada seguindo as referências indicadas nos artigos mais relevantes.

Também foram pesquisados websites-chave de organismos governamentais e não-governamentais conhecidos pelo seu trabalho junto a crianças e adolescentes explorados sexualmente, principalmente no turismo. Por último, foram pesquisadas ações dirigidas ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo junto às agências de viagem, meios de hospedagem, bares e restaurantes, receptivos e eventos.

A estratégia de levantamento das ações, programas e/ou projetos na área de exploração sexual se baseou em três procedimentos: pesquisa em documentos eletrônicos; contatos telefônicos com a diretoria das instituições; e aplicação de roteiro de entrevista com tópicos-guia, por e-mail. O contato com as organizações foi mediado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), o Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes) e o Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB).

As dificuldades na obtenção de informação junto às ONGs, que direta ou indiretamente estão envolvidas com o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, sugerem que as organizações enfrentam limitações para sistematizar as informações, em função do acúmulo de atividades e das restrições de pessoal. Em geral, a rede de proteção opera com a colaboração de voluntários, comprometidos com a temática, mas que dividem seu tempo com a realização de trabalho remunerado. Estes voluntários nem sempre têm condições de sistematizar as informações, por diversas razões, como falta de tempo, de conhecimento específico dos procedimentos de pesquisa, de acesso à tecnologia, entre outros.

No que tange às ações das empresas comerciais ligadas ao *trade* turístico contatadas, no geral, percebe-se certa indiferença na abordagem da temática, observada em função da escassez de respostas em face dos apelos da pesquisa e dos depoimentos de pessoas vinculadas à rede de proteção, que apontaram para a ausência de interesse do setor. Não obstante essa indiferença, verificam-se ações pontuais do *trade* conforme foi observado na atuação do Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) no estado do Mato Grosso.

Exploração sexual de crianças e adolescentes por meio do turismo

Aspectos conceituais

O turismo é uma das maiores e mais lucrativas atividades econômicas do mundo. Cada ano os turistas estrangeiros injetam uma quantidade significativa de recursos financeiros nas economias das nações menos desenvolvidas quando compram os serviços sexuais de meninos e meninas e adolescentes (Andrews, 2004).

Há fatores de natureza estrutural que permitem contextualizar esse problema social. A globalização da economia levou à crise do trabalho, que se expressa na flexibilização de direitos trabalhistas e seus correlatos, ou seja, na precariedade do emprego, no desemprego, no aumento das atividades informais e no surgimento de novas atividades de trabalho, não normalizadas e consideradas ilegais, além do trabalho forçado e do trabalho escravo.

As origens dessa trama complexa podem ser rastreadas analisando as relações que se estabeleceram historicamente entre o Estado e as classes populares. A partir do momento da fundação da República, quando da exclusão destas da participação no processo de construção da cidadania, se sucedem formas peculiares de articulação entre os representantes do poder e “os outros”.

Tais relações foram caracterizadas por uma mistura entre lei e transgressão, favores e lealdades em vez de direitos, proliferando assim regimes de verdade diversos que coexistem, competem ou conflitam com o ordenamento jurídico do Estado. Os indivíduos podem ser orientados por esses ordenamentos diversos, dependendo da natureza dos fins que se perseguem. A pluralidade jurídica age de maneira tal a pulverizar padrões éticos universais. É

nessa trama complexa de regimes de verdade que se orientam os atores sociais atribuindo significados e sentidos diversificados a suas ações.

No contexto da globalização econômica, proliferaram no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, novas categorias de trabalhadores pobres, não normalizadas, que operam no setor informal da economia, realizando, pelo comum, atividades consideradas ilegais. Algumas dessas atividades são socialmente toleradas, como o gerenciamento dos estacionamento de carros pelos “flanelinhas”, outras, condenadas como o turismo sexual. Nessas atividades se integram, cada vez mais, as mulheres, as crianças e os adolescentes.

Atualmente é possível estabelecer uma espécie de mapeamento do turismo sexual: as mulheres dos países mais ricos vão a Goa, à Índia, à Jamaica, Gâmbia, enquanto os homens preferem os países do Sudeste asiático, o Marrocos, a Tunísia, Senegal, a República Dominicana, Cuba, Panamá, o Suriname, o México e o Brasil. Importante salientar que nem sempre o sexo acontece com crianças e adolescentes, muito embora a internacionalização da oferta aconteça com garotos cada vez mais novos, de diversos lugares do mundo (Chottet, 2006).

Assim, as relações e interações sociais presentes favorecem a criação de uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e apontam para a presença de uma mistura entre ordem e desordem, lei e transgressão. A lealdade e a cumplicidade entre os atores da rede substituem a lei ou flexibilizam sua interpretação, violando ou permitindo que sejam violados os direitos humanos das crianças e adolescentes. Esses atores são orientados, ao mesmo tempo, pelos valores inscritos nos distintos ordenamentos, legais e ilegais, o que torna opaca a complexidade da rede, dificultando a identificação dos envolvidos e sua punição pelo Estado.

Leal (1998) define a *exploração sexual comercial* como “uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura do uso do corpo, do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado”. Ainda, segundo a mesma autora,

do ponto de vista empírico o fenômeno se apresenta em múltiplas e variadas situações que permitem observar a presença de determinadas relações sociais e dimensões que as contextualizam. Trata-se fundamentalmente de uma relação

de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento.

Com base nessa definição é possível inferir que há *exploração* na medida em que os participantes dessa situação social possuem poderes e hierarquias desiguais, que se traduzem em formas de opressão potencializadas e concentradas. De fato, a relação entre os ofendidos e os ofensores aponta para a presença de assimetrias e desigualdades de natureza geracional.

A *exploração sexual comercial* se distingue do *abuso sexual* na medida em que implica o uso de crianças e adolescentes para obter alguma vantagem pecuniária. A literatura aponta que a exploração sexual no turismo constitui uma das modalidades de exploração sexual comercial das crianças e dos adolescentes, existindo outras tais como a *prostituição infantil*, a *pornografia infantil* e o *tráfico (prostituição)*.⁴

Quadro 1
Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes

Modalidades da exploração sexual comercial
Turismo sexual
Prostituição infantil
Pornografia infantil
Tráfico

No turismo sexual, uma das modalidades de exploração acontece pelo aliciamento de crianças e adolescentes e é definida como:

⁴ A *prostituição infantil* “é uma forma de exploração sexual comercial ainda que seja uma opção voluntária da pessoa que está nessa situação (...) As crianças e os adolescentes por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social são considerados prostituídos e não prostitutas(os). A prostituição consiste em uma relação de sexo e mercantilização e num processo de transgressão” (Cecria, 2000). A *pornografia infantil* é definida como “todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual” ou ainda, “uma exposição sexual de imagens de crianças incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores” (Barbosa apud Cecria, 2000). De acordo com o Código Penal Brasileiro, o tráfico é a promoção da saída ou entrada de meninos, meninas/adolescentes do território nacional para fins de prostituição (CP 231, ECA, 83, 84, 85,251) (Cecria, 2000).

a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem.

(Cecria, 2000)

Essa situação ocorre, sobretudo pela falta de atendimento às necessidades e carências físicas, afetivas, sociais, psicológicas e econômicas às quais estão submetidas as crianças e adolescentes, principalmente nos países pobres e emergentes. Com o advento do crescimento econômico do turismo aliado à marginalização socioeconômica acirram-se as manifestações multifacetadas da exploração sexual.

Aspectos derivados da observação da realidade

Com relação à quantificação do fenômeno da *exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* pelos pesquisadores, de um lado, esta pode resultar problemática, na medida em que essa exploração acontece em motéis, bordéis, saunas, casas de massagem, barracos, barcos pesqueiros, entre outros locais, o que cria problemas práticos e éticos na condução da pesquisa. Por outro lado, o estudo do fenômeno a partir de serviços de denúncia, pode enfrentar limitações que levam a sua sub-representação, como o desconhecimento do serviço pela população, a indiferença, o medo ou o desacordo.

O serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente considera os seguintes tipos de exploração sexual: exploração sexual sem intermediários; exploração sexual com intermediários; exploração por terceiros em situação de escravidão; prostituição e *turismo sexual*. Cada denúncia pode comportar uma ou várias modalidades de exploração. Na tabela 1 está a distribuição das modalidades no período assinalado.

Tabela 1
Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil (2003-07)

Tipos de exploração sexual comercial	Tipos de exploração sexual comercial nas denúncias (%)
Exploração sexual sem intermediários	17,15
Exploração sexual com intermediários	73,60
Exploração por terceiros em situação de escravidão	1,14
Prostituição	7,42
Turismo sexual	0,69

Fonte: Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

Os dados da tabela 1 constituem uma compilação de 36.215 denúncias, e categorizaram-se 28.561 acusações. Observe-se a seguir a distribuição do fenômeno na região Centro-Oeste: no DF, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tabela 2
Denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste (2003 a junho de 2007)

Tipos de exploração sexual comercial	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Exploração sexual sem intermediários	—*	5	2	1
Exploração sexual com intermediários	61	197	96	75
Exploração por terceiros em situação de escravidão	15	55	19	16
Prostituição	6	19	5	5
Turismo sexual	—*	1	—*	2
Total	82	277	122	99

Fonte: Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. SEDH, em parceria com a Petrobras e o Cecria.

* Dados não disponibilizados.

A região Centro-Oeste apresentou um total de 522 delações categorizadas, o que significa quase 2% do total de denúncias nacionais. Na tabela 2 observa-se que a *exploração sexual com intermediários* é o tipo de exploração mais freqüente nas denúncias, seguido da exploração por terceiros em situação de escravidão. Chama a atenção que nas acusações realizadas é quase ausente a exploração sexual no turismo, muito embora estudos pesquisados apontem para a importância dessas práticas em algumas localidades dos estados do Centro-Oeste.

Com o objetivo de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Foi constatada, a partir de então, a falta de preocupação dos órgãos públicos responsáveis em manter um banco de dados sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, situação que impede um diagnóstico preciso sobre a questão (CPMI, 2004).

Em Mato Grosso, a CPMI que investigou situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil apresentou o caso de aliciamento de meninas em Cáceres. O esquema das chamadas Chalanas do Amor é administrado pelo proprietário da boate Holiday, em Cáceres, e funciona a partir do agenciamento das adolescentes para grupos de turistas que contratam os serviços de agenciadores para programas sexuais ao longo de passeios no rio Paraguai.

Segundo depoimentos ouvidos pela CPMI, por ocasião da audiência pública, as adolescentes chegam aos barcos sem qualquer fiscalização, mesmo o fato sendo de conhecimento público, inclusive das autoridades. Informaram que é cobrado R\$ 300 dos clientes, pagando valor muito inferior às vítimas. Há informação de que, além de agenciar, o proprietário da boate também agri-de fisicamente as meninas, tomando-lhes o dinheiro.

Matéria do jornal *O Globo* (1º de março de 2006) intitulada “Pescaria é fachada para o turismo sexual em Mato Grosso”⁵ tem como alvo também a cidade de Cáceres (MT). Alguns pontos da matéria merecem destaque. Um deles diz respeito à rede que sustenta a exploração sexual das crianças e adolescentes através do turismo que inclui “aliciadores, agenciadores, barcos-hotéis, pousadas e

⁵ *O Globo*. “Pescaria é fachada para o turismo sexual em Mato Grosso”. 21 mar. 2006. Assessoria de Imprensa — Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <www.mp.pr.gov.br/jornais/centro.html>.

operadores de turismo, e tem como alvo garotas muito pobres”. As garotas, cada vez mais jovens por exigência dos clientes, que em geral são turistas de outras regiões do Brasil, são aliciadas na porta das escolas ou nas periferias pobres da cidade. A diária em um barco com comida, bebida e crianças e/ou adolescentes para fazer sexo sai por R\$ 350, sob a forma de pacote fechado.

Presença de acusações de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Mato Grosso do Sul foi publicada em 12 de maio de 2006 no Portal Bonito,⁶ intitulada “MS continua na rota do turismo sexual, denuncia o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes — Comcex”.⁷ Em entrevista exclusiva ao Midiamax, fazendo referência ao *turismo sexual*, o capitão da PM André Henrique de Deus Macedo, chefe do serviço de inteligência, apontou:

No estado, em geral, seria mais durante o período letivo. E nos casos dos municípios turísticos seria durante a alta temporada. No período da piracema praticamente zeram as denúncias. Durante o período de pesca há um número considerável de denúncias. E é importante ressaltar que as pessoas confundem e pensam que as campanhas contra exploração sexual vão espantar os turistas. Quem vem para o nosso estado pensando no turismo sexual não é um bom turista. Esse é um dinheiro que não é bem-vindo. Esse turista vem, às vezes, para deixar doenças, desestruturação familiar, gravidez indesejada. E o que ele dá em troca? Observa-se que os agenciadores [de adolescentes para exploração sexual] ficam nos hotéis, aliciando e mostrando *books* de garotas. Nós pedimos que as pessoas denunciem para que consigamos tirar os agenciadores de circulação.

Em matéria publicada sobre o *turismo sexual* no *Correio Braziliense* (22 de novembro de 2006) e intitulada “Sonhos de papel”,⁸ a jornalista Erika Klingl relata a história de uma moça de 15 anos da cidade de Poconé. A cidade é por-

⁶ Disponível em: <www.etur.com.br/ConteudoCompletoXMLe.asp?IDConteudoXMLe=958>.

⁷ O Comcex é um comitê estadual para o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, que começou a funcionar no ano de 2003. Equipe da PM atende às denúncias recebidas pelo 0800 647 1323 e encaminhadas pelos promotores de Justiça, conselhos tutelares, membros de conselhos de bairros. As denúncias encaminhadas são relacionadas e a partir daí a equipe faz o levantamento de dados a fim de verificar se as denúncias procedem. Depois, o Comcex produz um conhecimento a respeito do assunto para subsidiar os órgãos de apoio e proteção à criança e ao adolescente.

⁸ Disponível em: <pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/2006/sonhos-no-papel/>.

ta de entrada do Pantanal mato-grossense e é ponto de partida de pescadores amadores tanto brasileiros quanto estrangeiros e possui uma população de 30 mil habitantes. A cidade serve de dormitório e diversão para homens que estão saindo ou chegando para o turismo de aventura.

Nessa matéria ainda o promotor da cidade aponta que “o turismo sexual em Poconé é diferente e, por isso, mais difícil de ser combatido. As meninas saem com os homens de fora por causa de um presente ou para se destacar entre as amigas”. É por causa disso que o explorador recebe o *status* de “namorado”. De acordo com Thaís Maciel Mesellu, psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social do município, “o fato prejudica tanto a notificação dos casos quanto a abordagem das garotas. Quando recebemos denúncia, o que já é um fato raro, as meninas não admitem a exploração”, argumenta.

Outra publicação do *Correio Braziliense* em 9 de abril de 2007 intitulada “Prostíbulos reabrem em Murtinho com alvará de pousada”⁹ teve o seguinte texto:

Porto Murtinho é um município onde 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, sem emprego e a maioria da população está exposta ao turismo sexual, onde homens de vários locais do Brasil se organizam em grupos e visitam o município com a desculpa de pescar, quando na verdade há muito tempo o estoque pesqueiro de Murtinho está reduzido e o que eles realmente buscam é turismo sexual, previamente acertado no pacote negociado pelos hotéis barcos, hotéis e pousadas do município.

Na *Gazeta do Povo* (3 de novembro de 2004) matéria intitulada “O que cair na rede é peixe”¹⁰ indica três datas em que aumentam as práticas de exploração sexual no Pantanal sul-mato-grossense:

Carnaval, as festas folclóricas no mês de junho e o campeonato de pesca, que ocorre sempre na segunda semana de outubro. Em novembro começa a piraceima, época em que os peixes se reproduzem e a pesca é proibida. O ciclo é parte

⁹ Midiamax News. O Jornal Eletrônico de Mato Grosso do Sul. “Prostíbulos reabrem em Murtinho com alvará de pousada”. 9 abr. 2007. Disponível em: <www.midiamax.com/>.

¹⁰ *Gazeta do Povo*. “O que cair na rede é peixe”. 23 nov. 2004. Assessoria de Imprensa — Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <www.mp.pr.gov.br/jornais/centro.html>.

de uma modalidade de viagem diferente daquela que os folhetos nas agências costumam mostrar. É o turismo sexual, praticado a bordo dos barcos-hotéis paraguaios e brasileiros, que muitas vezes inclui adolescentes entre suas atrações.

O jornalista Mauri König indica que “a pesca nos rios do Pantanal já não é tão abundante como há uma década, mas os turistas chegam cada vez em maior número”. Também observa que “na alta temporada da pesca, chalanas percorrem num vaivém constante o trecho do rio Paraguai que separa Porto Murtinho da ilha Margarita, no outro lado da fronteira. Levam turistas e garotas de programa, muitas delas ainda adolescentes”.

Segundo o jornalista, agências de turismo estão envolvidas na exploração, apresentando álbuns com fotos de acompanhantes na hora de vender os pacotes de pesca aos clientes. Ainda, segundo a psicóloga do Ministério Público de Corumbá,

na maioria das vezes as meninas nem conhecem os agenciadores, apenas os intermediários. Garotas de 14 a 17 anos são trazidas de Goiânia (GO), Campo Grande (MS), Cascavel, Maringá e Londrina, no Paraná. Em geral, já chegam ao local com documentos falsos.

Na matéria também se aponta que as autoridades fazem vista grossa, pois o turismo de pesca mantém aquecida a economia local:

No período da piracema, quando a pesca é proibida, Porto Murtinho e o distrito de Albuquerque, em Corumbá, têm a atividade econômica reduzida ao mínimo. Na alta temporada, as duas casas de prostituição de Porto Murtinho têm mais de cem garotas de programa. Dez dias antes do início da piracema, a maioria já havia ido embora. As demais estavam de malas prontas. Todas são de outras cidades ou estados e buscam novas regiões para trabalhar nos quatro meses de proibição à pesca.

Outros aspectos relevantes

Diversos aspectos contribuem para a presença do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e/ou para a ausência de diag-

nósticos precisos sobre a questão. Entre eles destacamos três: as representações sociais sobre o turismo como lazer que impõem ordem e disciplina aos indivíduos; os poderes e hierarquias de gênero presentes na sociedade; a presença de diferentes ordenamentos econômico-sociais, que coexistem, competem e/ou conflitam entre si. A seguir se aborda brevemente cada um desses aspectos apontando sua relação com a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

As representações sociais sobre o turismo como lazer e do lazer como o “outro” do trabalho, que impõem ordem e disciplina aos indivíduos

O turismo é pelo comum representado socialmente como uma atividade que contesta as rotinas cotidianas regulamentadas pelo trabalho o qual impõe uma determinada ordem e disciplina para os indivíduos. O turismo, identificado simplesmente com o lazer e o lazer com a possibilidade de fugir da ordem do trabalho, mobiliza desejos de desordem e indisciplina nos indivíduos, que se permitem comportamentos transgressores. Nas férias, todo “excesso” torna-se possível: comida, bebida e sexo. O sexo com crianças e adolescentes durante a viagem transforma a autopercepção de empregado obediente (pai, marido, filho), o que ele é na sua vida cotidiana.

Longe de casa, o turista pratica atos que seriam impensáveis em sua própria terra. É a relação com a alteridade que se transforma. O outro é o nativo pobre, o servidor turístico que pode proporcionar determinados prazeres, é mercadoria que se compra. Do ponto de vista dos que integram a rede de exploração, o turista é o cliente, que tudo pode e que precisa ser “fidelizado”, pois é a garantia de ganhos (importantes ou parcos), sempre renovados (Krippendorf, 1989).

Os poderes e hierarquias de gênero presentes na sociedade

Para compreender a presença e a natureza desta prática de violência e vitimização de grupos sociais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes,

é necessário compreender que os espaços sociais permanecem submetidos à lógica dominante da masculinidade.

Essa lógica deriva das relações sociais de gênero presentes na sociedade, isto é, as relações de interdependência e hierarquia historicamente construídas entre os homens e as mulheres. Na sociedade, diversos elementos da esfera simbólica (representações, significados e conhecimentos, entre outros) contribuem para naturalizar as desigualdades de poder entre os sexos, ao justificá-las com base nas diferenças biológicas.

Desse modo, o que se considera que seja a masculinidade e a feminilidade se define de forma interdependente e hierárquica. Mas é importante esclarecer que a masculinidade e a feminilidade constituem padrões de aparência física, emocionais, afetivos e psicológicos que de certa maneira podem estar presentes nos indivíduos, de forma independente da determinação biológica de seu sexo.

Nesse sentido, nas interações sociais a supremacia ou dominação pode não corresponder aos homens e a subordinação às mulheres. Nas relações e interações sociais a presença de relações de dominação/masculinidade indica uma combinação complexa de caracteres físicos, emocionais, afetivos e psicológicos que podem estar presentes ou ausentes tanto em homens quanto em mulheres. O mesmo acontece com a subordinação/feminilidade.

Compreende-se assim o sucesso crescente do turismo sexual feminino que mostra que, em relação a esses pontos, a mulher vem adotando um comportamento similar ao do homem, repetindo as mesmas representações sobre o poder, a dominação e a exploração.¹¹ De fato, as lógicas da supremacia da masculinidade e da virilidade, e da subordinação e sujeição da feminilidade estão presentes em diversos espaços sociais, regulando as relações e interações sociais entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres. Esses aspectos são fundamentais para compreender a natureza das práticas de violência e vitimização sexual de grupos sociais vulneráveis, tanto masculinos quanto femininos, como é o caso das crianças e adolescentes.

¹¹ Franck, 2006.

A presença de diferentes ordenamentos sociais, que coexistem, competem e/ou conflitam entre si

Estudos (Piscitelli, 2006) indicam relação entre o baixo desenvolvimento econômico e social das localidades e a presença da exploração sexual no turismo. Trata-se de localidades caracterizadas pelo desenvolvimento turístico predatório, contraposto ao desenvolvimento turístico sustentável.

Na ausência de um desenvolvimento turístico sustentável, uma parte da população brasileira tem encontrado na exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo uma fonte de renda, como acontece na região do Pantanal mato-grossense. A análise das redes que mobilizam esse tipo de turismo aponta para a presença de uma diversidade de ordenamentos que competem, conflitam ou coexistem, sendo de natureza legal ou ilegal, entre os quais os indivíduos transitam, sendo orientados por uma diversidade de regulamentações (Soria, 1996).

Nesse contexto, a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo pode ser percebida como opção de sobrevivência viável. Isso ocorre quando as redes sociais de cuidado e proteção às crianças e adolescentes não ingressam em situações dessa natureza, sendo frágeis ou ausentes na sua atuação.

A compreensão do fenômeno da exploração das crianças e adolescentes por meio do turismo exige olhar além das normalizações impostas socialmente, observando a natureza da rede que o sustenta do ponto de vista material e simbólico. Envolve trazer à tona tanto os aspectos macrosociais que o influenciam, quanto os mais íntimos e biográficos dos atores, isto é, os significados sociais não normalizados das práticas de exploração sexual e os sentidos que os envolvidos lhes atribuem, especialmente crianças e adolescentes (Soria, 2003).

Modalidades de exploração sexual no turismo na região Centro-Oeste

A seguir se discutem modalidades de exploração sexual das crianças e adolescentes por meio do turismo.

O turismo na região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste se destaca no panorama turístico nacional pela variedade dos seus atrativos, os quais são indutores de uma demanda especializada

que se distribui em torno dos segmentos do turismo cultural, do ecoturismo, de esportes na natureza, do turismo de saúde, entre outros. Numa fotografia detalhada, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são destinos preferenciais do nicho de mercado do turismo de aventuras, pesca e ecoturismo; Goiás, com seu patrimônio cultural e natural, atrai turistas com um perfil voltado para a cultura, história, gastronomia, ecoturismo e turismo rural, além da demanda voltada para os tratamentos de saúde em suas estâncias termais. Por outro lado, o Distrito Federal, além de suas potencialidades em turismo cívico e histórico-cultural, vem se afirmando como um importante destino de negócios na região.

No contexto do Plano Aquarela do Ministério do Turismo foram identificados na região um total de 34 destinos, sendo oito voltados para o turismo cultural, sete para o ecoturismo, três para o de esportes, quatro com vocações para o turismo de negócios e eventos e quatro destinos de turismo rural. De igual modo, a região é alvo das principais políticas públicas nacionais de incentivo ao turismo, a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo, previsto no Plano Nacional do Turismo 2007-10. Na esfera nacional, o programa selecionou 65 destinos indutores para servirem de âncora para o desenvolvimento turístico regional e, nesse universo, 10 destinos encontram-se na região Centro-Oeste: Alto-Paraíso (GO), Pirenópolis (GO), Brasília (DF), Goiânia (GO), Caldas Novas (GO), Campo Grande (MS), Bonito (MS), Corumbá (MS), Cáceres (MT), Cuiabá (MT).

No cenário regional, cada estado desenvolve suas políticas consoantes às suas realidades. Dessa forma, o estado de Goiás apresenta, desde 2003, um aporte financeiro de investimentos que totaliza aproximadamente R\$ 50 milhões destinados à melhoria da infra-estrutura, capacitação, qualificação e promoção do turismo para o estado. No Distrito Federal a prioridade para o turismo pode ser atestada pela criação da Brasiliatur, órgão pertencente ao governo do Distrito Federal, com a função de desenvolver e promover o turismo na região. A exemplo do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul criou a Fundação de Turismo para viabilizar economicamente o turismo no estado, bem como a sua promoção e divulgação. No Mato Grosso, as políticas coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento do Turismo integram ações em três linhas setoriais: fortalecimento da estrutura do turismo, desenvolvimento da cadeia produtiva e promoção e divulgação.

Tais potencialidades e iniciativas asseveram o dinamismo e a importância da atividade turística na região. Hoje, o Centro-Oeste se apresenta com 9,96% das unidades hoteleiras nacionais, com 2.347 estabelecimentos oficiais e investimentos no setor de hotelaria na faixa dos R\$ 247.050 mil entre 2005-08 (Ministério do Turismo, 2008).

Características da exploração sexual no turismo

Conhecer *como* as crianças e adolescentes são exploradas sexualmente no turismo em algumas localidades dos estados da região Centro-Oeste e *quais são suas percepções* sobre essa experiência é fundamental para que se possa cuidar e proteger esses grupos sociais vulneráveis.

Pesquisa etnográfica realizada por Banducci Jr. (2003) com o objetivo de levantar o patrimônio histórico e cultural do Pantanal e analisar seu potencial mobilizador da memória e identidade das populações pantaneiras, tendo por base a atividade turística, apontou para a relação estreita entre a pesca esportiva e a exploração sexual.

O mesmo autor esclarece que a vocação turística do Pantanal mato-grossense, a despeito da riqueza de seu patrimônio ambiental e de sua história, consolidou-se a partir da pesca esportiva. Se comparados aos do turismo pesqueiro, os investimentos em modalidades turísticas tais como turismo rural, ecoturismo ou turismo histórico e cultural, ainda hoje, são irrisórios na planície pantaneira.

O relato etnográfico descreve as práticas de exploração sexual de adolescentes e crianças da seguinte maneira:

É comum a visita de prostitutas aos barcos pesqueiros. Na cidade de Cáceres, algumas casas de prostituição oferecem mulheres para acompanhar turistas, seja durante toda a pescaria, seja para fazerem programas esporádicos, quando são trazidas aos barcos mais distantes da cidade por “voadeiras”, pequenas embarcações com possantes motores de popa. Nessas ocasiões, alguns turistas, mais “abonados e cortesês”, fazem vir mulheres também para a tripulação, a fim de que todos participem de sua festa. Na vila do Porto da Manga (MS), presenciou-se um grupo de cinco meninas, três delas seguramente menores de idade,

devendo possuir entre 13 e 15 anos, oferecendo seus serviços aos pescadores esportivos e outros turistas que passavam pelo local. (...) Trazidas de Corumbá (MS) por uma agenciadora, as meninas são hospedadas num barracão de madeira, desprovido de móveis ou qualquer espécie de conforto, e ali permanecem “trabalhando” durante 15 dias. Crianças ainda, podem ser vistas ora fazendo algazarras no convés de um rebocador, ora visitando, curiosas, camarotes de um barco pesqueiro, onde são exibidas como troféu no colo de turistas quase sexagenários, ora perambulando pela vila, abandonadas, sem assistência, sem cuidados, à mercê da sorte e dos desejos dos homens.

No que diz respeito aos turistas da pesca esportiva, o relato etnográfico revela a situação de poder em que eles se colocam com relação às populações locais, e como estas, subalternizadas, cedem a todo tipo de práticas predatórias, as que atingem tanto a natureza quanto as pessoas da região, como é relatado no trecho a seguir:

Os turistas, declararam alguns marinheiros, detêm plenos direitos e poderes no barco. Seus desejos devem ser realizados a despeito de qualquer adversidade. Não há como evitar, dizem, que se disponham ao serviço de suas vontades. As excursões são programadas com meses de antecedência e os grupos de turistas costumam ser fiéis às empresas que oferecem pacotes para a pesca esportiva. Desse modo, ainda que resultem em ações impactantes ao ecossistema da região, no turismo da pesca uma negativa às solicitações e aos desejos dos clientes pode implicar sua perda na estação seguinte. Assim, agressões contra a natureza (animais silvestres de pequeno porte constituem iguarias cobiçadas por clientes ávidos pelo sabor local; jacarés costumam ser literalmente laçados e trazidos aos barcos, para serem fotografados com e pelos turistas, entre outras práticas impactantes, são comuns nas pescarias e passeios tidos como “ecológicos” no rio Paraguai), artifícios para proteger os pescadores da ação fiscalizadora da Polícia Ambiental, festas que seguem pela madrugada com som alto, gritarias e a presença de “prostitutas”, entre outros aspectos, são quase uma rotina nas lanchas pesqueiras, imposta pela concorrência que se avoluma entre essas embarcações de turismo e pela falta de fiscalização dos agentes públicos encarregados do controle ambiental.

Lomba (2005) aponta Corumbá (MS) como um município que possui tanto potencialidades turísticas quanto exploração sexual, situação que vem preocupando organismos governamentais e não-governamentais. Nesse contexto, é importante considerar sua vulnerabilidade às práticas de exploração sexual, facilitadas pela condição de fronteira aberta com a Bolívia, aliada aos atrativos oferecidos por ser cidade portuária, situada na região do Pantanal, o que propicia a demanda do turismo de pesca.

A realidade de Corumbá sugere uma relação no mínimo ambígua entre turismo e exploração sexual. Isso porque a atividade turística pressupõe atitudes e concepções que, tanto do ponto de vista histórico quanto do sociocultural, não se articulam com os princípios básicos propostos pelo turismo sustentável, que preconiza o lazer sadio, o conhecimento prazeroso do ambiente e da cultura local, a preservação do bem-estar do indivíduo, entre outros.

Pesquisa realizada no município de Corumbá por Kassar et al. (2005) sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes apontou que entre os exploradores se encontram pessoas da própria cidade, de outras localidades do Brasil ou de outros países. Destaca-se também que nem sempre as crianças e adolescentes atribuem o sentido de exploração sexual às práticas nas quais estão envolvidas. Pesquisa realizada por Durand, Santos, Rocha e Kassar (2003) verificou que, muitas vezes, não havia a identificação dos jovens com a imagem da exploração sexual.

Nos depoimentos dos adolescentes entrevistados em Corumbá, as práticas de *exploração sexual* são portadoras de outros sentidos, distintos da exploração/subalternização. Poderiam ser mencionados três: relacionamentos por dinheiro; relacionamentos lúdicos ou por diversão e relacionamentos por questões de sobrevivência.

Os primeiros transformam a menina em “garota de programa” e a lógica da “garota de programa” é o dinheiro. Entre os possíveis parceiros, ela escolhe quem paga mais. Aquelas que não se identificam com esse rótulo, dizem manter relacionamentos sexuais para se divertir, muito embora possam receber presentes em troca ou objetos que desejam e que não podem comprar. Algumas podem se expor eroticamente (dança) em troca de bebidas, por exemplo, sem dar a essas práticas o sentido de exploração. Importa destacar que os depoimentos das meninas parecem indicar que elas podem dar o sentido de “escolha” à lógica que acompanha o relacionamento sexual.

Entretanto, é importante salientar a desigualdade de forças envolvidas no processo de exploração sexual de crianças e adolescentes. De um lado da relação, na maioria das vezes, observamos crianças ou adolescentes muito pobres, não-brancos, semi-analfabetos, oriundos de lares desestruturados e afastados da escola. Em contrapartida, de outro lado temos, no caso da exploração com intermediação, pessoas adultas, com poder econômico, predominando o sexo masculino — nos casos aqui enfocados, “turismo de pesca” — com a predestinação de lucro financeiro e prazer.

Piscitelle (1996) descreve o comportamento clássico de estrangeiro que vem consumir mulher brasileira. Diz a autora: “eles chegam procurando mulheres, mas têm nítidas preferências: garotas muito jovens, mulatas ou negras”. Dessas meninas, segundo a autora, 60% têm entre 13 e 16 anos de idade. As mulheres envolvidas com o turismo sexual ou tráfico de mulheres são invariavelmente muito pobres e em geral foram vítimas de abuso sexual. Achem-se submetidas a condições de opressão e marginalização tão intensas que, mesmo conhecendo ou intuindo os riscos presentes nos envolvimento com esses estrangeiros, agem como se o que elas possam sofrer não seja pior do que as experiências que já conhecem.

Podemos descrever tais práticas como dominação ou conquista de um grupo humano sobre outro, submetendo e humilhando o mais fraco, o dominado, mas, certamente, não há como falar de exercício de “vontade” da parte fragilizada dessa relação. É possível sim falar do desejo latente de consumo das populações que se encontram à margem desta possibilidade como inserção social, *status* de consumidor.

A seguir apresentamos um mapeamento exploratório da rede de defesa dos direitos das crianças e adolescentes explorados sexualmente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Rede de defesa dos direitos das crianças e adolescentes explorados sexualmente

Rede significa aqui sequência de ligações articuladas com o propósito de implementação e manutenção de ações de interesse coletivo no âmbito social. O surgimento das redes, com a conotação de instrumentos potenciais, no sentido de

fazer frente às diversas demandas que dificultam o agir do indivíduo diante dos determinismos institucionais, é fruto de uma nova forma de manifestação popular mais organizada e consciente. A estrutura organizacional das redes ocorre com a preocupação de manter laços de relações informais entre seus componentes, sem a estrutura hierárquica formal, engessada. Nas redes existe a valorização da criatividade, sobretudo da iniciativa, com ampla liberdade de ação para a condução de propostas que contemplem a temática para a qual se articula.

A iniciativa de constituição de uma rede social pode partir tanto da sociedade civil quanto do Estado, contemplando de igual forma a participação popular, individual ou coletivamente, o foco de tal organismo é a busca de propostas viáveis para atender às demandas do atual modelo de sociedade, em seus múltiplos níveis. É oportuno considerar também que por se tratar de uma estrutura sem conotação hierárquica, sem centralidade e que sua efetividade e eficácia advêm da coerência de ação em torno de um objetivo e da vontade coletiva, pode-se também supor que, quando esses princípios não são colocados em prática, a existência da rede é automaticamente colocada em xeque.

A malha de fios e nós que compõe a rede deve permanecer intacta, pois ao romper-se um fio ou desfazer-se um nó também se observará o rompimento e o desfazimento de sua capacidade plena de articulação e mobilização. Apresenta-se a seguir mapeamento exploratório da rede de defesa dos direitos das crianças e adolescentes explorados sexualmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No geral, as informações fornecidas pelas entidades contatadas nos estados revelaram que as ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo estão inseridas nas ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes como um todo, sendo invisíveis, praticamente, as ações específicas. Em função dessas constatações optamos por mapear a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes explorados sexualmente, indicando o número de organismos governamentais, conselhos tutelares, conselhos de Direitos e Espaços de Mobilização presentes nos estados de MT e MS. Também se mencionam as principais ONGs envolvidas na temática da exploração sexual de crianças e adolescentes nesses estados.

O quadro 2 apresenta o quantitativo das organizações governamentais de proteção às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quadro 2

Rede governamental de proteção às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em MT e MS

Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
24 Defensorias Públicas e duas Defensorias Públicas Especializadas na Infância e Juventude	50 Defensorias Públicas e quatro Defensorias Públicas Especializadas na Infância e Juventude
Uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) Cinco Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente
13 Promotorias da Infância e Juventude 41 Promotorias de Justiça	47 Promotorias da Infância e Juventude Duas Promotorias de Justiça
Quatro Varas da Infância e Juventude	51 Comarcas Dois Juizados da Infância e Juventude
Nove Programas Sentinelas/Creas	21 Programas Sentinelas/Creas Um Programa Escola que Protege
Quatro Programas Municipais de Atendimento	Três Programas Municipais de Atendimento

Fonte: Cecria (2004).

A competência atribuída a cada órgão da rede governamental é indicada a seguir.

Defensorias Públicas

São órgãos do estado responsáveis pela assistência judiciária gratuita aos que dela necessitarem a partir da nomeação de defensores públicos ou advogados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estendeu esse direito a todas as crianças e adolescentes.

As Defensorias da Infância e Juventude prestam assistência judiciária gratuita nas ações de competência da justiça da infância e da juventude. Mesmo que em muitos municípios não tenham sido constituídas as Defensorias Especializadas da Infância e Juventude, o órgão equivalente tem por obrigação nomear o advogado para as crianças e os adolescentes.

Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente

Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente são órgãos da Polícia Civil encarregados de investigar e apurar os casos de violência envolvendo crianças e adolescentes. Executam atividades de prevenção e vigilância às vítimas de qualquer tipo de violência, e a responsabilização do agressor.

Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)

Sua função é apurar crimes praticados por adultos contra crianças e adolescentes. Essa delegacia foi criada para superar a falta de preparo das delegacias comuns quanto à dificuldade em se priorizar crimes cometidos contra a infância. No entanto, ainda não foram implantadas em todos os municípios brasileiros e nem todas funcionam 24 horas e nos fins de semana.

Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)

É especializada em apurar atos infracionais praticados por adolescentes.

Promotorias da Infância

As Promotorias de Justiça da Infância e Juventude têm como função institucional assegurar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes zelando pelo efetivo respeito a esses direitos. O Ministério Público (MP) é chamado de “fiscal da lei”. Ele é responsável pela fiscalização do cumprimento da lei. Em alguns estados brasileiros o Ministério Público criou o Centro Operacional e as Coordenadorias da Infância.

Varas da Infância

A Justiça da Infância e Juventude é um órgão encarregado de aplicar a lei para solucionar os conflitos relacionados aos direitos das crianças e dos adoles-

centes. As Varas e Juizados Especializados são responsáveis pelo acompanhamento e julgamento de casos de violência. As mais importantes para tratar da violência intrafamiliar são as Varas de Família e as Varas Criminais. Naqueles municípios onde elas não existem, suas atribuições são cumuladas por um juiz de outra alçada, conforme lei judiciária.

Programas de atendimento (Sentinela/Creas)

São serviços de atendimento e proteção especial propostos pelas instituições governamentais executoras de políticas sociais nas áreas de assistência. O Programa Sentinela é composto por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, com ênfase no abuso e exploração sexual, buscando condições que possibilitem o resgate e a garantia dos direitos e o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os Programas Sentinela estão sendo absorvidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Tais unidades constituem um pólo estatal de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados. Tem como foco direcionar as ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetora.

Programa Escola que Protege

Uma iniciativa do MEC que se articula com as universidades locais e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente em dois eixos específicos: educação para os direitos humanos e formação de professores e agentes comunitários para a compreensão e intervenção em situações de violência e exploração sexual de criança e adolescente.

Programa de Atendimento Municipal

São projetos desenvolvidos no âmbito do território municipal com ações de prevenção à violência e exploração sexual de criança e adolescente e atendimento para restauração de direito e dignidade às pessoas vítimas do abuso e exploração sexual comercial. Formando também parte da rede de proteção das crianças e adolescentes explorados sexualmente, existem espaços de mobilização e articulação, para o acompanhamento e monitoramento da política da infância e juventude e garantia dos direitos de crianças e adolescentes assegurados pelo ECA em nível local, estadual, regional, nacional e internacional.

Entre esses mencionamos, em Mato Grosso (Cuiabá) encontramos o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que atua em 10 municípios pólos do estado, e merece destaque a comissão regional denominada Creacan, que é uma articulação do norte do estado. Em Mato Grosso do Sul existe o Comitê Estadual de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Comcex), que também se organiza por municípios pólos abrangendo 100% do estado.

Na região Centro-Oeste cabe ressaltar a rede regional — Comissão Interestadual de Combate a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes (Circo) — que constitui uma articulação, técnica e política, entre os quatro estados da região, promovendo campanhas/fóruns/capacitação e intercâmbio entre os comitês estaduais de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

O quadro 3 indica o quantitativo dos conselhos de direitos e conselhos tutelares nos estados de MT e MS:

Quadro 3
Conselhos tutelares e de direitos da Criança e do Adolescente em MT e MS

Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
128 conselhos tutelares	81 conselhos tutelares
130 Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	78 Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

Fonte: Cecria (2004).

Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos que decidem sobre a formulação e controle das ações e dos programas referentes às crianças e adolescentes. Eles deliberam e acompanham a política da infância e da juventude. São formados por membros do governo (indicados pelo chefe do Executivo) e da sociedade civil. Os conselhos de direitos atuam nas esferas nacional, estadual e municipal. Estes órgãos formulam e controlam as políticas para a infância e adolescência, participam da elaboração do orçamento, administram o Fundo para a Infância e Adolescência. Trata-se de tarefas que governo e sociedade devem desempenhar juntos nos conselhos.

Conselhos tutelares

Os conselhos tutelares são responsáveis por acolher denúncias nos casos de violação dos direitos da criança e do adolescente. O Conselho Tutelar é um órgão administrativo do município, autônomo, responsável pelo atendimento de crianças ameaçadas ou violadas em seus direitos. Pode agir quando existe ameaça, risco ou quando a violação de direitos já aconteceu. Ele pode aplicar medidas com força de lei. Ele é composto por cinco membros eleitos entre cidadãos locais com mandato de três anos. Tem que ser criado por lei municipal, que garanta as condições de seu funcionamento. Em cada município deve existir pelo menos um Conselho Tutelar.

O quadro 4 indica as ONGs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul participantes da rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, consideradas mais importantes e que foram contatadas durante a pesquisa

Quadro 4

ONGs que participam da rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual em MT e MS

Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-MT) — Cuiabá	Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) — Campo Grande
Pastoral da Mulher Marginalizada	Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (Ibiss/CO) — Campo Grande
Associação de Mulheres de MT	Girassolidário — Agência em Defesa da Infância

As organizações não-governamentais (Ongs) desempenham papel fundamental e estratégico na rede de proteção à criança e ao adolescente. Assumem as ações de mobilização e também prestam atendimento conforme sua vocação e especificidade. Os Cedecas (centros de defesa) são organizações especializadas na defesa técnica jurídica de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual; outras organizações como associações, pastorais e ONGs desenvolvem ações no campo da assistência social, educação, saúde e pesquisa voltadas à prevenção e atendimento das situações de violência sexual.

Experiências de ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

Nesta seção são apresentados dois casos de experiências de proteção às crianças e adolescentes exploradas sexualmente, implementadas por duas organizações da sociedade civil.

Caso I: Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste (Ibiss/CO)

A escolha de um caso para apresentação de iniciativas teve como critério principal a abrangência e criatividade na implementação de ações para proteger e cuidar das crianças e adolescentes explorados sexualmente. A organização que melhor se enquadrou nesse critério foi o Ibiss/CO, cujo caso descreve-se a seguir.

O estudo considerou dois aspectos do Ibiss:

- ⊗ características da organização (história, missão, objetivos, articulações institucionais, entre outros);
- ⊗ projetos desenvolvidos para proteger as crianças e adolescentes explorados sexualmente.

Caracterização da organização

O Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável surgiu no Rio de Janeiro em 1989. Seu surgimento responde à necessidade de operacio-

nalização do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito difuso e externo da sociedade civil, onde operam entidades sociais, isoladamente ou articuladas em suas instâncias próprias, como os fóruns, as frentes etc.

A instituição surge no ano em que, em nível mundial, os direitos das crianças e dos adolescentes foram defendidos e assegurados por meio da Convenção Internacional do Direito da Criança (CIDC/1989). Um ano antes, em 1988, a Constituição brasileira privilegiou o reconhecimento e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, acolhendo-os nos seus arts. 227 e 228. De maneira precisa e fiel, a Doutrina da Proteção Integral, consagrada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, reconhecendo, à infância e à adolescência, os direitos e liberdades fundamentais de todo o cidadão (art. 5º — *loc. cit.*) e mais alguns outros direitos especiais, a serem atendidos com prioridade absoluta.

Em 1990, a ratificação e promulgação pelo Brasil da Convenção Internacional do Direito da Criança (CIDC/1989), originaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece que criança e adolescente (criança é a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente aquele entre 12 e 18 anos) são sujeitos de direitos, pessoas em fase de desenvolvimento psicológico, físico e sexual, devendo ter os seus direitos defendidos e assegurados por todos (prioridade absoluta do Estado).

Em Campo Grande o Ibiss se instalou em 1993 e adquiriu personalidade jurídica própria em 2000, tendo como abrangência toda a região Centro-Oeste. Sua missão institucional é a defesa e a vivência dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, pautando sua atuação com base nas três orientações seguintes:

- ⊗ o protagonismo dos destinatários de suas ações e dos sujeitos envolvidos;
- ⊗ a luta pela democratização das políticas públicas;
- ⊗ o compromisso com os grupos mais vulneráveis, com vistas à construção de uma sociedade equânime, saudável, solidária e democrática.

Percebe-se que a missão institucional do Ibiss/CO ultrapassou fronteiras no que diz respeito à elaboração e execução de projetos de intervenção, as-

pecto que se revela na estratégia de priorizar a articulação de espaços públicos na perspectiva de efetivar as conquistas sociais e radicar a democracia. Nesse sentido, a organização possui uma longa trajetória no Controle Social das Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul, atuando de forma estratégica na implementação do Controle Social nas Políticas Públicas, na organização de fóruns e reordenamento dos conselhos; na articulação de conselhos, conselheiros e lideranças e na capacitação de recursos humanos em controle social, gestão de políticas públicas, planejamento gerencial de projetos e temáticas relacionadas aos projetos em execução.

Visando à sustentabilidade de suas ações comprometidas com os direitos humanos, as atividades do Ibiss/CO, são desenvolvidas em articulação com organizações governamentais e não-governamentais de base comunitária, local, regional, nacional e internacional. Para isso, utiliza as seguintes estratégias:

- ⊗ sensibilização, capacitação de recursos humanos e mobilização social envolvendo prioritariamente lideranças e organizações de base;
- ⊗ assessoria a gestores públicos e organizações não-governamentais nas temáticas dos projetos que executam;
- ⊗ desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras, replicáveis e comprometidas com o protagonismo dos grupos sociais mais vulneráveis;
- ⊗ articulação de diferentes temáticas, políticas e atores sociais com vistas ao empoderamento coletivo, potencializando a conquista e a vivência dos direitos humanos e o *advocacy* em políticas públicas;
- ⊗ pesquisa, monitoramento e avaliação do impacto de seus projetos e das políticas de desenvolvimento.

A partir de suas ações, o Ibiss/CO torna-se referência temática e de formação de fonte para a imprensa, para pesquisas de estudantes de diferentes escolaridades, bem como formação de recursos humanos, proporcionando estágios nas áreas de jornalismo, publicidade, direito, psicologia, serviço social, ciências sociais, turismo e administração.

Considera-se também que a organização goza de reconhecimento público, situação que se revela nos seguintes fatos:

- ⊗ Certificado de Reconhecimento Institucional pelos Serviços Prestados à Criança e ao Adolescente do município, outorgado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Grande-MS;
- ⊗ indicação da gerente Estela Márcia Scandola para ser parceira Avina, por seu vínculo pessoal com os direitos humanos, apoiando as ações dessa liderança e do Ibiss/CO especialmente no que se refere à qualificação da sua ação, seu desenvolvimento institucional e relacionamento com a temática da responsabilidade social;
- ⊗ Troféu da Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS-MS).

Por último, destacamos que o Ibiss tem participado dos seguintes eventos:

- ⊗ expedição no rio Paraguai promovida pela Avina Pantanal-Sul, juntamente com outros 42 parceiros, apresentando a temática da exploração sexual na região do Pantanal — agosto de 2004;
- ⊗ participação no Salão Gaúcho de Responsabilidade Social em Novo Hamburgo-RS — setembro de 2004;
- ⊗ apoio à participação no Congresso Mundial do Global Against Traffic Women — Bangcoc, Tailândia — dezembro de 2004.

Projetos desenvolvidos

Na área específica da proteção das crianças e adolescentes explorados sexualmente, o Ibiss/CO tem oito projetos. A análise dessas iniciativas revelou a preocupação da organização tanto com as ações destinadas à prevenção da exploração sexual quanto com as focadas no atendimento às crianças e adolescentes já vitimados pela exploração sexual. Os projetos indicam também atenção para as questões de gênero e étnico-raciais envolvidas nas práticas de exploração sexual das crianças e adolescentes.

A seguir se apresentam os projetos, indicando, para cada um, o público-alvo, os objetivos perseguidos, a estratégia implementada e os principais resultados alcançados.

CESCA (SAC)¹²

O projeto ocorre desde 1995, com abrangência em Campo Grande, e 1998 na região Centro-Oeste.

Público-alvo: rede de garantia de direitos da criança e do adolescente, movimentos sociais e sociedade em geral.

Objetivo: capacitação, articulação, mobilização, pesquisa e desenvolvimento de metodologia para sensibilização e fortalecimento das redes de enfrentamento à violência sexual cometida contra a criança e o adolescente.

Estratégia: trabalhar o conhecimento da realidade, capacitação dos direitos humanos.

Principais resultados: visibilidade incontestável da violência sexual no estado.

PREVINA GALERA (SAC)

Iniciado em 1998 com abrangência em Mato Grosso do Sul e ação continuada no Bairro Zé Pereira em Campo Grande.

Público-alvo: crianças e adolescentes.

Objetivo: desenvolver o protagonismo em crianças e adolescentes frente às necessidades no relacionamento junto às famílias, às políticas públicas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade.

Estratégia: articulação de boas experiências em Mato Grosso do Sul, intervenção exemplar no Bairro Zé Pereira, capacitação de educadores, lideranças comunitárias e rede de garantia de direito local, oficinas temáticas, seminário e visitas de cidadania.

Principais resultados: realização anual do seminário da juventude, desenvolvimento de metodologia consistente para o protagonismo juvenil.

TUPÃ-Í (PONTUAL)¹³

Criado desde 1999 com abrangência no Mato Grosso do Sul.

Público-alvo: crianças e adolescentes dos povos indígenas.

¹² SAC — Serviço de Ação Continuada. São atividades de caráter permanente ocorrendo durante o ano.

¹³ As ações são de caráter estratégico ocorrendo conforme a demanda.

Objetivo: implementar a garantia de direitos da criança e adolescente dos povos indígenas, em conjunto com suas lideranças e organizações.

Estratégia: levantamento da realidade; promoção de encontros entre lideranças de povos indígenas e rede de garantia dos direitos da criança; sensibilização e capacitação de operadores dos direitos.

Principais resultados: Seminário Tupã-Í; Criança dos Povos Indígenas: Direitos a Revelar; Programa Fome Zero Indígena fez recorte para ação em Mato Grosso do Sul; conselhos tutelares envolvidos no projeto passaram a atender às crianças dos povos indígenas.

DIREITO DE IR E VIR (SAC)

Com atuação desde 2003 tem parceria internacional e enfoque na região Centro-Oeste brasileira.

Público-alvo: pessoas em situação de tráfico e sociedade organizada.

Objetivo: enfrentar o tráfico de seres humanos por meio da sensibilização e articulação de rede de organizações governamentais e não-governamentais, bem como empoderamento das comunidades locais e grupos vulneráveis.

Estratégia: sensibilização de pessoas; organizações; pesquisas; acompanhamento de casos exemplares; seminários municipais, estaduais, binacionais (fronteira), regionais e seminário internacional.

Principais resultados: fortalecimento da rede de enfrentamento ao tráfico de seres humanos na região Centro-Oeste; criação de novos comitês locais e estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas; desnivelamento da realidade do TSH na região Centro-Oeste e na fronteira Brasil, Paraguai e Bolívia; divulgação de fatos e ações por meio da mobilização da mídia; capacitação de operadores do direito; promoção de encontros de atores sociais visando ao enfrentamento articulado.

ACELERANDO PASSOS (SAC)

Desde 2004 com abrangência em Campo Grande.

Público-alvo: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, seus familiares e a rede de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

Objetivo: enfrentar a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes mediante ações estratégicas em Campo Grande.

Estratégia: mapeamento, abordagem, arte-educação e grupalização de adolescentes em situação de exploração sexual; articulação, mobilização da rede de atenção dos direitos da criança e do adolescente; pesquisa; sensibilização; capacitação e assessoria para educadores e gestores públicos.

Principais resultados: mapa dos serviços de atenção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual em Campo Grande; mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes em Campo Grande; aumento do número de denúncias de violência sexual; metodologia inovadora desenvolvida em condições de replicação no todo ou em parte sobre estratégias de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes; o Ibiss/CO constitui-se como referência institucional no enfrentamento da violência sexual.

VIVA MENINA (SAC)

Desde julho de 2005 com abrangência inicial em Campo Grande.

Público-alvo: meninas de grupos sociais específicos.

Objetivo: impulsionar o protagonismo de meninas na conquista dos direitos sexuais e reprodutivos.

Estratégia: oficinas temáticas, reuniões com pais, professores, lideranças comunitárias e agentes de saúde, visitas de cidadania e seminários, atenção a meninas em grupos específicos (índias, negras, rurais, vivendo e convivendo com HIV, e outros).

CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

Desde novembro de 2004 com abrangência em Campo Grande/MS.

Público-alvo: jovens de 16 a 24 anos.

Objetivo: Estimular a renda e fomentar o protagonismo juvenil, a geração de oportunidades de emprego, negócios, ocupação, inserção social, organização, cooperação e visão empreendedora da juventude, estabelecendo parcerias com outras organizações da sociedade civil por meio da mobilização e articulação de esforços.

Estratégia: reuniões com entidades, audiência pública coordenadas pelo Ministério do Trabalho/DRT; reuniões coordenadas pela entidade âncora Ibiss/CO: planejamento interno e com as executoras.

Principais resultados: construção da rede de parcerias de organizações governamentais e não-governamentais com vistas à criação de política pública de emprego para a juventude em Campo Grande; mil jovens inscritos e em capacitação.

GENTE É PRA SER FELIZ

Desde abril de 2005 com abrangência em Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Três Lagoas e Corumbá.

Público-alvo: adolescentes que vivem e convivem com HIV/Aids e Rede de Garantia de Direitos.

Objetivo: garantir direito, visibilidade, protagonismo e organização de jovens vivendo e convivendo com HIV/Aids.

Estratégia: capacitação da Rede de Garantia de Direitos, oficinas com jovens vivendo e convivendo com HIV/Aids; influir na construção dos programas municipais e estadual de DST/Aids.

Principais resultados: crianças e adolescentes vivendo e convivendo com HIV/Aids grupalizados.

Caso II: Sindicato Intermunicipal de Hotéis, Restaurantes, Bares, e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS)

O Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS) teve a sua origem na Associação Profissional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Cuiabá, fundada em 13 de dezembro de 1976. Por iniciativa dos empresários do ramo da hotelaria e gastronomia de Cuiabá, em 31 de junho de 1987, a associação se transformou em sindicato, visando representar a categoria do ramo de hotéis, restaurantes, bares e similares no município de Cuiabá.

Em 5 de maio de 1998, por decisão da assembléia geral, a base territorial do sindicato foi ampliada para o estado de Mato Grosso (exceto o município de Várzea Grande). A partir desse momento, o sindicato passou a se denomi-


nar Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS-MT).

A seguir se relata a ação de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo do SHRBS-MT, considerando os seguintes aspectos:

- ⊙ características da ação de combate à exploração sexual de crianças e adolescente no turismo;
- ⊙ procedimentos utilizados para viabilizar a implementação da ação.

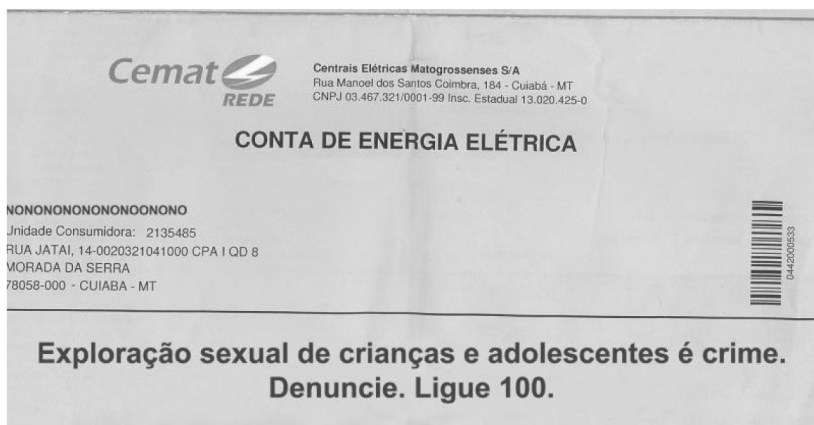
Características da ação de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

Durante o ano de 2006, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) decidiu implementar uma ação de combate à exploração sexual das crianças e adolescentes no turismo, baseada na divulgação massiva da natureza criminosa da exploração e na necessidade das pessoas denunciarem tais fatos. O SHRBS lançou uma primeira campanha de conscientização, em parceria com a Brasil Telecom e a Prefeitura Municipal de Cuiabá-MT, distribuindo dentro do estado de Mato Grosso 150 mil exemplares do cartão telefônico com a seguinte mensagem:

 <p>De castigo para quem merece.</p> <p>Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Denuncie. Ligue 100.</p> <p>14 daqui para qualquer lugar</p> <p>SHRBSMT</p> <p>Brasil Telecom</p>	<p>Texto no verso:</p> <p>Denúncia é cidadania. Exerça a sua. O Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes de Mato Grosso dá crédito para quem denuncia a exploração. Toda e qualquer atitude para acabar com esse quadro contribuirá para um estado melhor e com mais paz. Principalmente para nossas crianças. Coloque uma mão na consciência e outra no telefone. Ligue 100.</p>
--	---

A segunda campanha foi realizada em parceria com a Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (Cemat) e o sindicato, com a impressão de frase de conscientização em todas as faturas de energia elétrica de distribuição em todo o estado durante o mês de maio de 2007.

No dia 18 de maio de 2007, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi lançado e apresentado o cartão telefônico e fatura de conta de energia, à sociedade no Centro de Atendimento ao Turista (CAT), em Cuiabá-MT, com a presença de autoridades. A ação será replicada em 2008.



Apesar dessa ação ser única no Brasil, ainda é pequena pela representatividade do fenômeno na região. Fazem-se necessárias outras iniciativas devido ao crescimento do fluxo turístico e aos casos relatados pelos veículos de comunicação.

Procedimentos utilizados para viabilizar a implementação da ação

A iniciativa de implementação de uma ação destinada a combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo surgiu devido à percepção dessas práticas nos municípios onde a atividade turística estava em pleno desenvolvimento. Segundo a diretoria do sindicato:

a região turística de Mato Grosso é muito bonita e o seu desenvolvimento em relação ao turismo é recente e a exploração pode ser vista principalmente em maior escala onde a pobreza é maior, e a falta de emprego nos municípios faz com que as mães vendam os seus filhos.

A idéia de realizar uma ação concreta para combater a exploração sexual das crianças e adolescentes no turismo partiu do presidente do sindicato, que teria elaborado o projeto. Posteriormente, entraram como parceiras para realização de ações específicas as empresas Rede Cemat e Brasil Telecom.

O objetivo principal era conseguir alertar a sociedade sobre esse problema social e mobilizá-la para colaborar com a rede de proteção das crianças e adolescentes, motivando as famílias a fiscalizar e denunciar a presença dessas práticas em suas localidades. A idéia do presidente do sindicato era atingir, com uma ação de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, o estado como um todo e a população dos diversos segmentos sociais.

Nas reuniões realizadas junto às empresas parceiras discutiram o modo de atingir esse objetivo, sendo avaliadas diversas sugestões. Esse procedimento possibilitou o amadurecimento das idéias e a elaboração de um projeto de ações concretas para combater a exploração sexual das crianças e adolescentes no turismo. Para viabilizar o projeto, foram agendadas reuniões com as equipes de marketing das empresas Cemat e Brasil Telecom. O sindicato arcou com o conjunto das despesas do projeto, incluindo a realização de lançamento dos cartões e faturas, com impressão de convites, envio, divulgação e bufê.

O projeto foi lançado pelo sindicato durante um seminário, no município de Rondonópolis. A organização do evento ficou a cargo do sindicato e implicou visitas pela equipe de coordenação do projeto ao *trade* turístico da região e também convites às faculdades e universidades para participar do evento. Também foram encaminhados convites à imprensa local e, para financiamento e divulgação do evento (confeção de faixas etc.), buscaram-se parcerias com o comércio local, ação que foi bem-sucedida. O local do evento foi o auditório do Senac.

O sindicato tem sido uma das entidades mais atuantes em Mato Grosso no apoio ao trabalho realizado pelos organismos responsáveis em deflagrar o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Exemplo disso são as parcerias firmadas com o Ministério Público, Conselho da Infância e Adolescência e Vara da Infância e Adolescência.

No ano passado fizemos a doação de celulares para a equipe de fiscalização da vara especializada e realizamos o Seminário de Prevenção e Combate à Exploração, voltado principalmente para os profissionais do *trade* turístico.

Observa-se que o sindicato, estabelecendo parcerias, conseguiu transformar em ação concreta e abrangente a preocupação com relação à exploração sexual das crianças e adolescentes no turismo no estado.

Considerações finais

A pesquisa exploratória realizada apontou a visibilidade das modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em alguns municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Refletimos que essa modalidade de exploração das crianças e adolescentes está presente na medida em que existe uma complexa rede que a sustenta, especialmente em torno das atividades da pesca.

Essa aproximação inicial ao fenômeno indica a necessidade de maiores investimentos em pesquisa com recursos metodológicos consistentes nas localidades apontadas. Observa-se também ser importante realizar um esforço significativo no sentido da regionalização das pesquisas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, com o intuito de obter elementos que permitam comparar essas modalidades de exploração em diferentes contextos regionais e locais, visualizando aspectos comuns do fenômeno e peculiaridades que podem exigir intervenções pontuais e singulares da rede de proteção.

Destaca-se ainda a necessidade de maior apoio e fortalecimento da rede de proteção social, em função das dificuldades que percebemos nesses organismos para viabilizar suas atividades, considerando que, no geral, sua dinâmica é sustentada pelo trabalho voluntário de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos desses grupos sociais vulneráveis. Entretanto esses atores dividem seu tempo entre o voluntariado e o trabalho remunerado que lhes permite a sobrevivência.

Ademais, a rede que sustenta a exploração sexual das crianças e adolescentes no turismo envolve desde representantes do estado como policiais, políticos, empresários de redes hoteleiras, agências de turismo, entre outros, até membros das classes populares, como por exemplo, os condutores das “chalanas do amor”. Apresenta-se, pois, uma assimetria de poderes (materiais e simbólicos), alcance e eficácia social entre essas redes.

Espera-se também maior engajamento das universidades na produção de conhecimento, pesquisando, analisando e sistematizando os diversos saberes sobre o fenômeno e devolvendo o conhecimento para a sociedade, orientando a elaboração de políticas públicas específicas e avaliando a eficácia social dessas iniciativas com vistas a seu aperfeiçoamento. Destaca-se também a necessidade de fortalecimento econômico das populações vulneráveis, contemplando seu engajamento em projetos de desenvolvimento sustentável em torno da atividade turística. Nesse sentido, as autoridades municipais precisam ser adequadamente capacitadas para poder viabilizar planejamentos participativos, que incorporem os membros da comunidade na formulação de estratégias de desenvolvimento baseadas numa perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

Com relação aos casos de experiências de ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes apresentados neste capítulo, observa-se que representam vertentes importantes de ações dirigidas ao enfrentamento deste problema social. Tanto o Ibiss/CO quanto o SHRBS-MT têm viabilizado ações de prevenção, mobilizando a população e as diversas organizações da sociedade civil para combater a exploração sexual das crianças e adolescentes, por meio da conscientização e do estímulo à denúncia. O Ibiss/CO implementa ações destinadas a promover a articulação da rede de proteção e de atendimento às vítimas de exploração. Já a campanha do SHRBS-MT se destaca pela sua abrangência geográfica e social, possível a partir de um esforço de articulação institucional e de concentração de esforços do sindicato e das empresas parceiras.

Referências bibliográficas

ANDREWS, S. K. K. U.S. Domestic prosecution of the American international sex tourist: efforts to protect children from sexual exploitation. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, v. 94, n. 2, 2004.

BANDUCCI JR., A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 117-140, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

CECRIA. *Exploração sexual e comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e o Caribe*. Relatório Final, Brasil. 2000.

_____. *Direitos fazem a diferença: guia prático para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília, 2004.

CHASE, E. S. J. Commercial and sexual exploitation of children and young people in the UK: a review. *Child Abuse Review*, v. 14, p. 4-25, 2005. Disponível em: <www.interscience.wiley.com>. DOI: 10.1002/car.881

CPMI (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO). *CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes*. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO DA CRIANÇA. 1989. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticias/direito/conven.html>.

CORREIO BRAZILIENSE. *Sonhos de papel*. Disponível em: <pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/2006/sonhos-no-papel/>. Acesso em: 22 nov. 2006.

DISQUE DENÚNCIA NACIONAL DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES — 100. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <www.unb.br/cet/turismoein infancia2007/downloads/disquedenuncia.pdf>.

DURAND, R. S. R.; ROCHA, G.; KASSAR, M. *Diagnóstico da exploração sexual comercial no município de Corumbá*. MS. Relatório de Investigação Científica, Pibic, 2003.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>.

FRANCK, M. Pobres prazeres. Rumo ao turismo sexual de massa. *Le Monde Diplomatique*, ago. 2006.

GLOBO. *Pescaria é fachada para o turismo sexual em Mato Grosso*. Assessoria de Imprensa, Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <www.mp.pr.gov.br/jornais/centro.html>. Acesso em: 21 mar. 2006.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo populacional*, 2000.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* — Pnad, 2002.

IBISS-CO (INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVAÇÕES PRÓ-SOCIEDADE SAUDÁVEL DO CENTRO-OESTE). *Currículo institucional*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2006.

KASSAR, M. C. M. et al. Aspectos subjetivos da percepção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Corumbá. In: ANAMARIA, S. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (Orgs.). *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá, MS*. Brasília: OIT, 2005.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEAL, M. L. *A exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e no Caribe*. Relatório final. Brasil, dez. 1998.

_____; LEAL, M. F. (Orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*. Relatório nacional. Cecria, 2002.

LOMBA, M. C. Turismo em Corumbá: possibilidades de desenvolvimento sustentável local e inclusão social. In: ANAMARIA, S. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (Orgs.). *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá, MS*. Brasília: OIT, 2005.

MIDIAMAX NEWS. O Jornal Eletrônico de Mato Grosso do Sul. *Prostíbulos reabrem em Murtinho com alvará de pousada*. Disponível em: <www.midiamax.com/>. Acesso em: 9 abr. 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *O que cai na rede é peixe*. Disponível em: <www.mp.pr.gov.br/jornais/centro.html>. Acesso em: 23 nov. 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo (2007-2010)*. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais*. 1994.

PETROCCHI, M. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

PINTO, L. M. L.; PINTO, L. M. F. *Matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*, 2004.

PISCITELLI, A. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça. *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos do Gênero/Unicamp, Campinas, 1996.

_____. Gênero, turismo, desigualdade. In: MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo social*. Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

PORTAL BONITO. *MS continua na rota do turismo sexual, denuncia Comcex*. Disponível em: <www.etur.com.br/ConteudoCompletoXMLE.asp?IDConteudoXMLE=958>. Acesso em: 12 maio 2006.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES, E SIMILARES DO ESTADO DE MATO GROSSO — SHRBS. Disponível em: <www.shrbs-mt.com.br/sobreo-sindicato/index.asp>.

SORIA, B. A. Os excluídos sociais: regulação e desregulação. In: FERREIRA, M. C.; ROSSO, S. Dal (Orgs.). *A regulação social do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____; GIRARD, C. Crise econômica e crise na cultura do trabalho. *Estado e Sociedade*, Brasília, v. 11, n. 2, 1996.

WORLD CONGRESS AGAINST SEXUAL COMMERCIAL EXPLOITATION OF CHILDREN. The Stockholm declaration and agenda for action. Stockholm: World Congress against CSEC, 1996. Disponível em: <www.csecworldcongress.org>. Acesso em: 11 nov. 2008.

Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux: Programa Turismo Sustentável & Infância



*Glauco da Costa Knopp**

A exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação.

Portanto, e em conformidade com o direito internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos.

(Código Mundial de Ética do Turismo)

O setor do turismo é uma das atividades produtivas que mais cresce no mundo. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o fluxo internacional de turistas aumentou de 252 milhões, entre janeiro e abril de 2006, para 267 milhões, no mesmo período em 2007. Houve um incremento de 6% na demanda do setor nesse período. Para se ter idéia do impacto econômico do turismo no Brasil, a estimativa é de que até 2010 sejam criados cerca de 1,7 milhão de empregos no setor, o que representa US\$ 7,7 bilhões a mais na economia do país.

A atividade turística é um importante gerador de divisas para a economia mundial e nacional, impactando mais de 50 setores da economia, e coloca milhares de pessoas em movimento. Portanto, é fundamental compreender o impacto das ações do setor na vida de diversos públicos, entre eles crianças e adolescentes.

Diante desse contexto o Ministério do Turismo (MTur), em parceria com a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (FBCVB), lançou o

* Mestrando em administração pública na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI) para sensibilizar os agentes que integram a cadeia produtiva do turismo no sentido de contribuir para a proteção da infância contra a exploração sexual no turismo.

A FBCVB

A Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por entidades que atuam como “Convention & Visitors Bureau” no território brasileiro. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos destinos turísticos brasileiros, através da representação e fortalecimento dos Convention & Visitors Bureaux, e tem por finalidade promover e representar as suas associadas em todo e qualquer pleito do interesse do segmento de atividade por elas integrado e especialmente:

- ⊗ promover e cultivar o inter-relacionamento das entidades associadas, incentivando, em especial, o intercâmbio de experiências e informações;
- ⊗ diligenciar junto aos poderes públicos, apresentando-lhes alternativas e auxiliando na tomada de decisões que visem ao fomento do turismo brasileiro, particularmente o turismo de eventos;
- ⊗ contribuir para o aperfeiçoamento das entidades associadas, visando à qualificação no desempenho de suas atividades;
- ⊗ exercer, de modo geral, as atribuições que, por lei e pelos usos e costumes de nosso país, sejam reservadas às associações civis.

A Rede de Convention & Visitors Bureau é composta, atualmente, por 70 CVBx, integrados por cerca de 4.300 associados-mantenedores em todo o país. Esses associados multiplicam-se exponencialmente se considerarmos os funcionários diretos e demais prestadores de serviços indiretos envolvidos no segmento.

O Programa TSI

O Programa Turismo Sustentável & Infância, do Ministério do Turismo e parceiros foi lançado em novembro de 2004, no I Fórum Mundial de Turismo

para Paz e o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Salvador (BA). A Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux foi convidada pelo MTur para ser parceira no programa por sua capacidade de articulação junto ao *trade* turístico e sua capilaridade e abrangência nacional.

Desde então, a FBCVB vem acompanhando o ministério em todas as ações por ele promovidas, tais como: campanhas, venda de pulseiras, realização de eventos, coordenação da Câmara Temática do Conselho Nacional de Turismo, bem como com ações de sensibilização para o setor do turismo.

Durante muitos anos o setor do turismo foi apontado como um dos responsáveis pela situação de violência em que viviam crianças e adolescentes. A ausência de um diálogo construtivo fez com o que o setor se fechasse ao tema e recusasse qualquer aproximação da sociedade civil. Conforme a Constituição Federal de 1988, é dever de todos garantir os direitos de crianças e adolescentes, sendo assim o setor produtivo do turismo não poderia ficar de fora.

A Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux assumiu a bandeira de levar ao profissional do turismo informação qualificada para transformar esse profissional em agente de proteção da infância e adolescência, por meio do Programa TSI.

O Programa Turismo Sustentável & Infância tem como objetivo principal sensibilizar, mobilizar e qualificar a cadeia produtiva do turismo para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Busca-se a adesão do setor para campanhas de esclarecimento, treinamentos e produção de materiais que orientem profissionais da área sobre como prevenir e como agir perante uma situação concreta. Seus objetivos específicos são:

- ⊗ incentivar discussões sobre a exploração de crianças e adolescentes no turismo;
- ⊗ criar estratégias de sensibilização acerca da importância de se prevenir esse problema;
- ⊗ formar multiplicadores que orientem o público em geral sobre a importância da atuação sobre a exploração de crianças e adolescentes no turismo;
- ⊗ criar material informativo para comunicar, alertar e incentivar engajamentos para reversão da situação atual;
- ⊗ estimular iniciativas de denúncias dos casos.

O público-alvo do programa pode ser dividido em três categorias: líderes do *trade*, integrantes do Sistema Convention & Visitors Bureaux e público em geral. A atuação junto aos líderes contempla toda a estrutura do Conselho Nacional do Turismo, constituído por 63 entidades, que acabam incumbidos de replicar essa conscientização junto aos seus associados.

Uma das ações mais importantes realizadas nesse período foi a campanha batizada de “Brasil Quem Ama Protege”. Na sua primeira etapa, a campanha tinha o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira para o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes, sobretudo em relação ao turismo, e ganhar adesão do setor.

A segunda etapa da campanha foi regionalizada e começou na segunda quinzena de janeiro de 2005, quando o Programa Turismo Sustentável & Infância reuniu empresários do setor de turismo e representantes da sociedade civil. O objetivo era discutir a prevenção à exploração sexual, ouvir sugestões e *cases* para levantar ações imediatas nas várias regiões do Brasil. Nesse ponto, os parceiros do programa passaram por Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém, onde foi encerrada a segunda etapa da campanha.

O Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI), do Ministério do Turismo, em parceria com a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (FBCVB), Universidade de Brasília (UnB), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e demais integrantes da Câmara Temática TSI,¹ implementou, em 2006, uma ação de sensibilização com o objetivo de levar informações sobre exploração sexual de crianças e adolescentes para a base da cadeia produtiva do turismo.

Essa ação de sensibilização dos profissionais de turismo foi realizada em 21 estados, dividida em quatro módulos, nos segmentos: meios de hospedagem, alimentos e bebidas (bares, restaurantes e similares), agências e operadoras de turismo e de receptivo turístico, capacitando 14.714 pessoas em 2006, com potencial de multiplicação para mais três pessoas para cada multiplicador, com o potencial de atingir o total de 69.897 até o final de 2007. Essa foi a primeira ação

¹ A Câmara Temática TSI é um grupo formado por integrantes do Programa Turismo Sustentável & Infância, atuando no Conselho Nacional de Turismo. É de caráter consultivo e intersetorial, instituída para garantir a incorporação dos princípios que norteiam o Programa TSI nas práticas e ações do setor turístico, com base no plano de ações elaborado pelo MTur nas questões de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

nacional que visou construir nos profissionais do turismo a cultura da proteção da infância e da adolescência como uma forma de cumprir a missão do turismo, estabelecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O alto nível das palestras de sensibilização mobilizou o setor empresarial do turismo, através do público participante, para a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável no seu ambiente de atuação, com o desenvolvimento de programas de qualificação em responsabilidade social corporativa, além de incentivar as associações de classe, para a discussão e implantação de programas de relacionamento com a comunidade envolvida, para a promoção do Brasil como destino turístico e proteção dos direitos da criança e do adolescente, como parte do Plano de Ação do Ministério do Turismo no Programa de Turismo Sustentável & Infância.

Outra importante ação feita pela Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux foi realizada durante o III Fórum Mundial do Turismo, em Porto Alegre, em novembro de 2006. Lá ocorreu o Curso para Autoridades Nacionais de Turismo dos Países do Mercosul e Associados, que contou com a participação de 35 representantes dos países da América do Sul.

O curso teve como objetivo proporcionar a ampliação das discussões e a elaboração de políticas públicas de turismo, troca de experiências de ações para a proteção de crianças e de adolescentes e enfrentamento da exploração sexual no turismo, bem como:

- ⊗ incentivar a formação de uma rede de pontos focais sensibilizados e comprometidos com o tema;
- ⊗ fortalecer o Grupo de Ação Regional da América do Sul² para a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual no turismo.

Os integrantes da cadeia produtiva do turismo estavam acostumados a ser apontados como um dos responsáveis pela situação de exploração sexual

² Trata-se de um grupo de trabalho regional da Organização Mundial de Turismo (OMT) para a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual no turismo. O Grupo de Ação da América do Sul para a Proteção de Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual no Turismo foi fundado por sugestão do Ministério do Turismo do Brasil. Sua principal missão é apoiar os demais países da região a promover um modelo de turismo ético e responsável.

de crianças e adolescentes no setor. Ao mudar o enfoque das campanhas e ao ver que uma das organizações mais representativas e capilarizadas do setor participava, como é a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, a receptividade da ação foi muito boa.

Em 2007 a FBCVB continuou comprometida com a continuidade dessas ações de sensibilização do *trade* turístico nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, além do Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Santa Catarina e do Distrito Federal, que não foram contemplados em 2006. Estima-se que no ano de 2007 os seminários de sensibilização tenham atingido diretamente um público estimado de mais de 20 mil pessoas.

O projeto de Ação de Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo — Programa Turismo Sustentável & Infância (2ª etapa) teve atuação em 14 estados mais o Distrito Federal. Entre os objetivos, estão:

- ⊗ mostrar como o turismo pode proteger as crianças e adolescentes da exploração sexual;
- ⊗ mostrar como o profissional deve agir nessas situações;
- ⊗ indicar para quem os integrantes da cadeia produtiva do turismo devem denunciar esse crime e a quem recorrer.

A linguagem usada no material é adaptada à realidade de um profissional do setor de operações, ou seja, é uma linguagem acessível a qualquer cidadão ou cidadã. Com esse material busca-se despertar o engajamento desses profissionais, aliando o desenvolvimento do Brasil como destino turístico ao compromisso com os direitos de crianças e adolescentes.

Os seminários foram ministrados por profissionais do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB) até o mês de outubro de 2007. O material didático utilizado contou com cartilhas (figura), cartazes, livros de bolso e adesivo. Colorido com as cores da Marca Brasil e buscava gerar uma sensação de felicidade e de compromisso cidadão.

O seminário de sensibilização, a metodologia nele empregada e as informações ali detalhadas são parte de um processo de mudança cultural, no qual o turismo, entendido como “fenômeno”, possa se converter em verdadeiro elemento de desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento sustentável

só será atingido por uma sociedade que se comprometa com a infância e adolescência como prioridade absoluta.

Capa da cartilha



Na maior parte dos seminários realizados em 2006, constatava-se o desconhecimento por parte dos profissionais presentes nos eventos sobre a legislação referente aos direitos das crianças e adolescentes, e mais ainda dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tratavam do turismo. Em sua maior parte, as pessoas não conheciam o crime de exploração sexual, não conheciam a legislação sobre infância que fala sobre hospedagem em hotéis, venda de bebidas alcoólicas ou sobre a necessidade de autorização legal para menores de 18 anos desacompanhados.

Com os seminários, buscou-se disseminar a informação sobre a legislação sobre infância e adolescência, mostrar o sistema de garantias de direitos, explicar a importância das políticas públicas, como o Disque 100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça e impulsionar para que as empresas façam sua adesão ao *The Code* (Código de Conduta Mundial para a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual).

A ação de sensibilização dos profissionais de turismo tem como objetivo atender aos segmentos — meios de hospedagem, alimentos e bebidas (bares, restaurantes e similares), agências e operadoras de turismo e de receptivo turístico — tendo como estimativa a capacitação, em todo o país, de 20 mil multiplicadores de boas práticas do Turismo Sustentável & Infância.

O site <www.quemamaprotege.com.br> está entre as estratégias de divulgação da campanha para a sensibilização de diversos agentes envolvidos. Uma das preocupações da FBCVB é a sustentabilidade do projeto. Para isso foi criada a pulseira “Quem Ama Protege”, concebida para ser um símbolo da campanha, e, ao mesmo tempo, reverterá os recursos para um fundo de financiamento para ações futuras ao ser vendida.

As fontes de financiamento do programa

O financiamento do Programa Turismo Sustentável & Infância é de ordem pública e privada. O Ministério do Turismo aporta recursos por meio de convênios e a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux aporta contrapartidas financeiras predeterminadas.

Atualmente, o Ministério do Turismo é responsável pela destinação de aproximadamente 90% da verba para a operacionalização do programa, enquanto à FBCVB cabe os 10% restantes. Embora a contribuição financeira do MTur seja elevada, a federação tem conseguido ampliar suas parcerias com a iniciativa privada para a sua operacionalização e, com isso, prevê que o valor necessário a ser destinado pelo ministério deverá se reduzir substancialmente ao longo dos próximos anos.

Além desses recursos, a FBCVB comercializa, como já mencionado, a pulseira “Quem Ama Protege”, visando não só sensibilizar os agentes envolvidos com o turismo, como também obter recursos para financiar parte do projeto.

Os parceiros do programa

O programa tem como parceiros, além do governo federal, a iniciativa privada como a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, a Confede-

ração Nacional do Comércio (CNC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), ONGs nacionais e internacionais e a Universidade de Brasília (UnB). Este último ator destaca-se por ser o responsável pelo planejamento logístico, bem como pela formulação do conteúdo, metodologia e materiais didáticos dos seminários.

A parceria com CNI, CNA, CNC, CNT e Abav se dá como apoio institucional levando informações aos trabalhadores das áreas das confederações, aproveitando a capilaridade e a possibilidade de contato direto com esses trabalhadores. A CNC e o Senac têm um envolvimento mais orgânico com o projeto: a CNC tem um profissional destacado para representar a organização em relação ao tema; e o Senac hospeda os seminários de sensibilização nos estados. As demais organizações contribuem para o programa fazendo a difusão da informação para as suas redes.

Os resultados do programa

Resultados qualitativos

- ⊗ A criação de discussões institucionalizadas, que envolvem esferas internacionais, federais, estaduais e municipais sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.
- ⊗ A consolidação de uma política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, nas esferas federal, estadual e municipal.
- ⊗ Mídia espontânea em TV, rádio e jornais.

Resultados quantitativos

- ⊗ Envolvimento dos 70 CVBx ao adotarem o Turismo Sustentável & Infância como ação de responsabilidade social no turismo.
- ⊗ Formação de 60 mil facilitadores e multiplicadores do projeto.
- ⊗ Alcance de 21 estados e 51 cidades no ano de 2006.

Considerações finais

A exploração sexual infanto-juvenil no turismo é um problema de grande magnitude vigente no Brasil e em todo o mundo, impactando negativamente a sociedade e o destino turístico onde essa prática se desenvolve. A prevenção e o enfrentamento desse problema complexo requerem políticas públicas consistentes, contínuas e transversais para serem eficazes. Para sua operacionalização, se faz necessária a realização de parcerias entre o Estado, a sociedade e o empresariado que atua direta ou indiretamente com o turismo, visto que, hoje, o Estado sozinho não dá conta das demandas sociais emergentes.

A modificação dessa triste realidade socioeconômica começa com a tomada de consciência da sociedade — incluindo o *trade* turístico — sobre a necessidade de combatê-la, e isso tem sido alcançado pelo Programa Turismo Sustentável & Infância, por meio da realização de campanhas de sensibilização, cursos de capacitação e da disseminação de informações sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre como cada ator deve proceder caso presencie ou tome conhecimento de situações de exploração sexual infanto-juvenil no turismo.

Diante do exposto, entendemos que o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é de difícil solução em curto e médio prazos, mas as ações do Ministério do Turismo, em conjunto com a FBCVB e seus parceiros, têm contribuído significativamente para sua redução e alcançado resultados expressivos no pouco tempo de existência do programa.

Conclusão



Fernando Guilherme Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Os estudos descritos na primeira parte do livro, apesar de estarem restritos a quatro capitais e uma região, apontam a necessidade de um permanente envolvimento da sociedade brasileira em todos os seus segmentos, no combate à exploração sexual da infância e da adolescência, tanto no que diz respeito à sua universalidade quanto na especificidade do setor turístico, objeto deste estudo. O que pode ser observado é que o fenômeno estudado progride sob uma rede de interesses que passa por razões de ordem social — pobreza, violência, àqueles relacionados ao mundo da economia, o consumismo incluindo aí um “mercado” que espolia as vítimas (crianças, adolescentes e até famílias) beneficiando os interesses pecuniários de seus “empreendedores”. Inclusive, chama a atenção o fato de autoridades públicas, como os parlamentares em Brasília por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito assim como o governo federal através do Programa Turismo Sustentável & Infância, manifestarem-se sobre o problema e este se agravar. O que justifica o apontado na introdução deste volume e corroborado pelos cinco diferentes estudos, que questões de natureza estrutural têm que ser resolvidas para que a exploração sexual da infância e da adolescência seja eliminada.

Por sua vez, dada a complexidade do problema, sua solução passa, necessariamente, pela interação institucional dos vários segmentos da sociedade brasileira. Não só o Estado teria a responsabilidade pela resolução desse em-

baração implementando políticas públicas desde aquelas de conteúdo educacional às punitivas como, também, caberia aos agentes econômicos, no caso particular do setor turístico (agências de viagem, transportadoras e hotelaria são exemplos na cadeia produtiva desse setor), implementar ações que demonstrem os infortúnios que esse tipo de “comércio” causa a uma população. Nesse quadro institucional o outro elemento da interação são as organizações da sociedade civil ou do denominado terceiro setor. Sabemos que historicamente foram essas organizações que tomaram a iniciativa de combate à exploração sexual, tráfico de pessoas humanas e de outros males que afetam nossa sociedade. Dada a sua flexibilidade de ação, essas instituições teriam um papel importante a cumprir, tanto no que diz respeito ao apoio na implementação de políticas públicas quanto no assessoramento e/ou execução de iniciativas que tenham origem no mundo empresarial privado.

Caberia ainda destacar o papel das instituições universitárias no combate à exploração sexual da infância e adolescência. Com exceções e apesar desse projeto de pesquisa ter-se limitado a quatro cidades e uma região, é significativo o fato do pouco interesse que as instituições acadêmicas têm em relação a esse tipo de problema. Parece que este é um “problema menor”, não lhes diz respeito, o seu interesse está em atender às necessidades do mercado, da sua eficiência, e não do “mercado” de pessoas. Embora essa prática de mercado exista há séculos, ela nunca se justificou e não se justifica principalmente quando envolve seres humanos que, pela idade, ainda não possuem elementos de autodefesa, presas fáceis das promessas e do imediato. Esperamos que os estudos aqui elencados, somados aos poucos já existentes, contribuam para estimular a produção de pesquisas, artigos, monografias, dissertações e teses que, disseminados, poderão promover a conscientização do problema.

Por trás dessa percepção da necessidade interinstitucional, tem-se a necessidade de que o turismo não pode ser visto apenas como um setor produtivo, tradicionalmente conhecido como “indústria turística”. Como sabemos, todo processo industrial prima pela necessidade de tornar-se eficiente para que a sua produtividade beneficie o capital investido. Portanto, na busca pela produtividade, pode ser necessário que a relação custo-eficiência seja maximizada e, nesse caso, ora exclusões são feitas, redução de custos, ora estímulos são adicionados para aumentar a rentabilidade do negócio. E uma das possibilidades de “agregar valor” ao negócio seja a facilitação da relação entre pessoas que

no caso específico do nosso estudo — exploração sexual da infância e adolescência — significaria dispor de facilidades aos demandantes do denominado “turismo sexual”. Felizmente essa não é a norma instalada no país. Estudos e casos descritos neste livro apontam em outra direção. A contemporânea categorização de turismo sustentável já é uma realidade no território brasileiro. Sustentabilidade que não se caracteriza apenas pelos aspectos econômicos e ambientais do espaço turístico utilizado, mas, também, preocupações com as questões de natureza social e cultural são priorizadas.

Um elemento adicional a essa discussão seria não só a ampliação, divulgação de estudos e intenções de combate à exploração sexual da infância e adolescência, através dos mais diferentes meios de difusão, mas a promoção de eventos no território nacional, com preocupação de repercussão internacional, que contribuam para a conscientização do problema. Esses eventos deveriam envolver os mais diferentes segmentos da sociedade, contando com a participação dos poderes públicos a partir das suas distintas funções, desde as relacionadas ao fomento do setor àquelas que vão de encontro a suas nefastas práticas; dos agentes econômicos que de forma direta ou indireta relacionem-se com a atividade turística; e organizações da sociedade civil que atuem ou tenham potencial para atuar nessa atividade. Não devemos esquecer que nesses espaços públicos, caracterizados sob a forma de seminários, fóruns, painéis etc., caberiam estar presentes aquelas organizações religiosas que, sem proselitismo fundamentalista, venham contribuindo para a discussão do problema.

Dado o problema em questão — exploração sexual da infância e adolescência no setor turístico — e que o projeto da pesquisa ficou limitado a quatro cidades e uma região, não se pretendeu com a organização deste estudo identificar o real estado em que se encontra o problema na sociedade brasileira. Parece existir similitude nas descrições feitas pelos cinco grupos de pesquisa, isto é, as análises poderiam apontar que a situação da exploração sexual da infância e adolescência no Brasil tem uma configuração similar, apesar de matices econômicos, geográficos e até étnicos diferenciarem, em algumas situações, o problema. No entanto, o problema é nacional com repercussão internacional e, como tal, deve ser combatido. Por sua vez, limitações na implementação da pesquisa, ou seja, no desenvolvimento do que foi planejado, tanto do ponto de vista metodológico quanto operacional impediram que o texto guarde semelhança entre eles.

Inicialmente, a pesquisa ocorreria em cinco capitais previamente selecionadas entre o MTur-Childhood-FGV. No entanto, a exceção ocorreu no estudo apresentado pela UnB, já que essa instituição apresentou um trabalho que abarcou a região Centro-Oeste. Apesar disso, o estudo apresentado por essa universidade poderia justificar a “universalidade” do problema da exploração sexual da infância e adolescência no Brasil, em que pese às características do turismo naquela região que provocam esse tipo de exploração. Ainda sobre este aspecto metodológico e operacional, devemos destacar que diferenças existiram, o que seria de esperar nos espaços universitários, nos quais o princípio da dúvida é o seu imperativo categórico. Mesmo assim, predominou a racionalidade do envolvimento de professores, mestrandos, graduandos e de funcionários de organizações do terceiro setor.

Por último, espera-se que este livro expresse o desejo da necessidade de que se dê continuidade ampliada do estudo. O Pegs e o Núcleo de Turismo da Ebape/FGV coordenaram essa pesquisa com as quatro outras instituições universitárias, desenvolvendo esse projeto como um piloto do que seria possível dados os recursos e tempo convenientes com o MTur e a Childhood Brasil. Considerando, ainda, que a pretensão do convênio MTur-Childhood-FGV foi de criar um Observatório de Inovação Social do Turismo. As suas atividades não se restringiriam a esse “piloto”, mas a outras que estudem os impactos sociais que porventura o setor turístico provoque na população brasileira. A preocupação com a sustentabilidade do turismo nacional deve transcender a qualidade dos equipamentos turísticos, a qualidade no atendimento ao turista e a qualidade na manutenção do seu meio ambiente, incluindo também a qualidade de vida do brasileiro.

Parte II



O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: QUATRO CASOS

Introdução



Fernando Guilherme Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

O enfrentamento da exploração sexual da infância e adolescência não ocorrerá apenas com a atuação do Estado por meio de políticas públicas. É necessário que atores da sociedade civil se envolvam no processo de combate àquilo que, infelizmente, tornou-se uma nódoa no comportamento da sociedade brasileira. Enquanto na primeira parte do livro foram relatadas as situações sob as quais se encontra o problema estudado nas cidades de Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e a região do Centro-Oeste, aqui os relatos se referem aos casos que poderiam servir como referência de iniciativas surgidas com o desafio de eliminá-lo. Apesar da importância que os casos têm no enfrentamento do problema, não gostaríamos que fossem vistos como exemplares em função de ainda ser recente no país o processo de institucionalização de ações voltadas a essa causa.

À semelhança dos estudos apresentados na primeira parte do livro aqui também os grupos de pesquisa tiveram origem nas mesmas instituições de ensino (Ufam, UFBA/EA, Ebape/FGV e Eaesp/FGV) e atuaram com grupos formados segundo o critério de envolvimento de docentes e discentes (professores, mestrandos e graduandos), acrescidos da participação de funcionários oriundos de organizações da sociedade civil militantes no combate à exploração sexual na infância e adolescência. Apesar disso, o processo metodológico

de escolha e relato dos casos identificados ficou sob a responsabilidade de cada grupo de pesquisadores, cabendo a coordenação do projeto da pesquisa no seu conjunto, a função de avaliar a pertinência dos casos selecionados. Casos estes que serão descritos na segunda parte do livro seguindo a ordem alfabética por cidade (Manaus, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e não por significado de classificação.

Assim, em Manaus (AM) dois foram os casos estudados: Agência Uga-Uga de Comunicação e Casa Mamãe Margarida; no Rio de Janeiro, dada a dificuldade de encontrar uma instituição dedicada exclusivamente ao problema analisado, optou-se por estudar a Atlantica Hotels International, que tem atuação em todo o território nacional; na cidade de Salvador (BA) foi examinado o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Rosseau (Cedeca-BA); em São Paulo (SP) investigou-se a Freeway Brasil.¹

¹ Por razões operacionais o caso Freeway foi analisado pelo professor Marco Antonio Carvalho Teixeira.

Atuação das ONGs em Manaus no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: um estudo de caso



Valdenei de Melo Parente
Michelle de Oliveira Mafra Souza
Romilda Araújo Cumaru
Valéria Martins da Silva Pinho

Os acontecimentos atuais referentes à violência sexual têm causado indignação e sentimentos de incapacidade ao mostrar, no cenário nacional, crianças e adolescentes vítimas do descaso do poder público e da própria sociedade. A política de atendimento à criança e ao adolescente ainda caminha em passos miúdos. No entanto, uma parte da sociedade brasileira tem se mobilizado para que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam garantidos, conquista que foi adquirida por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90).

É verdade que algumas instituições governamentais e não-governamentais intervêm nessa realidade com o intuito de combater e proteger o público de crianças e adolescentes contra a violência sexual de que são vítimas.

Ao Estado cabe a responsabilidade de formular e implementar políticas públicas que garantam o bem-estar e proteção à infância e adolescência. Por outro lado, dada a dimensão da problemática, a implementação de políticas públicas pode ser ampliada, para além do Estado, incluindo a participação de outros setores da sociedade que possam contribuir para a eficácia dessas políticas. Em outras palavras, a ação do Estado na implementação dessas políticas pode ser compartilhada com as organizações não-governamentais e até mesmo com o setor privado.

Além disso, a formulação e implementação de políticas públicas de proteção e de atendimento à infância e adolescência a vítimas de exploração

sexual requer o conhecimento das dimensões histórico-estrutural e político-cultural em que vivem. A partir dessa realidade, podem-se inferir indicadores relacionados com as desigualdades sociais, regionais, econômicas, bem como as causas da exploração sexual comercial no contexto das transformações dos sistemas econômicos e de valores, assim como o estudo das estratégias de mobilização social de ONGs no combate ao fenômeno da violência.

Dessa forma, este capítulo enfoca as ações desenvolvidas por duas organizações não-governamentais que atuam em Manaus de forma efetiva na temática em questão: a Agência Uga-Uga de Comunicação, realizando ações preventivas de sensibilização, e a Casa Mamãe Margarida contribuindo com ações concretas de atendimento às vítimas da exploração e abuso sexual.

Metodologia

Selecionamos para objeto de estudo as duas únicas organizações não-governamentais que estão em atividade em Manaus e que trabalham com a problemática em questão. A escolha das duas ONGs foi devida ao papel desenvolvido por elas que é distinto, mas complementar, no contexto da rede de proteção e combate contra a violência sexual. A Uga-Uga trabalha de forma preventiva, desenvolvendo projetos e atividades de sensibilização e mobilização junto às escolas, envolvendo professores e alunos das escolas públicas e de vários municípios do estado, bem como contribuindo com os governos municipais na elaboração de planos municipais de combate à violência sexual. Enquanto a Casa Mamãe Margarida tem como foco principal ações concretas de atendimento às crianças e adolescentes do sexo feminino, oferecendo abrigo e apoio socioeducativo às vítimas com atividades educativas, artísticas, culturais, saúde e lazer.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas não-estruturadas aplicadas aos dirigentes das ONGs e de relatórios e outros documentos disponibilizados pelas instituições estudadas.

Referencial teórico

As primeiras organizações não-governamentais surgiram no Brasil como uma alternativa para suprir deficiências no sistema institucional existente. O que

se considerava circunstancial inicialmente, começou a se firmar ao longo dos anos 1980 quando se percebeu que muitas atividades de interesse público podiam ser exercidas por outras instituições e de forma até mais eficiente do que se realizadas pelo Estado (Fernandes, 1994, apud Liberman, 2004).

A atuação do terceiro setor é importante como um conjunto de instituições que compartilha com o Estado a implementação de políticas públicas pelo desenvolvimento de projetos e atividades inovadores enfocando principalmente a dimensão social. Nessa perspectiva são empreendedores sociais.

O empreendedorismo social é um conceito ainda em construção e muito recente com vários autores procurando construir uma teoria sobre essa temática. Sabe-se que sobre o empreendedorismo econômico, apesar de ainda recente, já existe uma discussão que teve início por volta do século XVII ou XVIII.

O termo *entrepreneur* teve origem na economia francesa e significa alguém que “empreende” um projeto ou uma atividade inovadora. Passou a ser usado para identificar os indivíduos destemidos que assumem riscos e estimulam o progresso econômico pela criação de algo novo e diferente. No século XIX, foi atribuída a autoria desse significado específico ao economista francês Jean Baptiste Say.

No século XX, o economista mais associado ao termo foi Joseph Schumpeter, que descreveu os empreendedores como os inovadores que conduzem o processo “criativo/destrutivo” do capitalismo. Os empreendedores de Schumpeter são os agentes da mudança na economia. “O empresário inovador é o agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica” (Schumpeter, 1982:48).

Os autores contemporâneos que escrevem sobre gestão e empresas têm apresentado um vasto leque de teorias do empreendedorismo. Muitos dos pensadores continuam fiéis à tradição de Say-Schumpeter, ao mesmo tempo em que oferecem variações sobre o tema.

Peter Drucker (apud Dees, 2001), por exemplo, começa pela definição de Say, mas amplia-a para se centrar na oportunidade. Para Drucker, os empreendedores não têm de provocar mudanças, têm de explorar as oportunidades que são criadas pela mudança (na tecnologia, nas preferências dos consumidores, nas normas sociais etc.). Nas suas palavras: “isto define o empreendedor e o empreendedorismo — *o empreendedor está sempre à procura da*

mudança, reage à mudança e explora-a como uma oportunidade” (Dees, 2001). Uma oportunidade, provavelmente, significa uma oportunidade de criar valor. Dessa forma, os empreendedores, em vez de ver os problemas, vêem as oportunidades que são criadas pela mudança.

Howard Stevenson (apud Dees, 2001) acrescentou outro elemento, além da definição centrada na oportunidade. Os empreendedores não só aproveitam as oportunidades, mas vão além, uma vez que não deixam que os seus recursos iniciais limitem os seus objetivos empreendedores, isto é, acrescentam a desenvoltura dos empreendedores como uma de suas características.

Os empreendedores sociais têm características semelhantes aos empreendedores de negócios. A principal diferença está na missão que cada um desempenha na sociedade.

Os empreendedores empresariais têm como balizamento de seus negócios o mercado. Se não atraírem clientes suficientes para pagar o valor cobrado e, conseqüentemente, gerar um lucro, esses empresários provavelmente não poderão permanecer no mercado. “Se um empreendedor não consegue convencer um número suficiente de clientes a pagar um preço adequado para gerar lucro, isso é um forte indicador de que o valor criado é insuficiente para justificar esse uso dos recursos” (Dees, 2001).

Já os empreendedores sociais são os agentes de transformação no setor social, isto é, têm como objetivo final não o mercado como fonte de geração de lucro e de sobrevivência de seus empreendimentos, mas o impacto social, as mudanças no campo social e como tal não esperam essas mudanças no curto prazo. Os mercados não funcionam como bons empreendedores sociais, ou seja, não valorizam os progressos sociais, as vantagens, os prejuízos públicos e os benefícios para as pessoas que não têm possibilidade de pagá-los.

Com base nas discussões de Say, Schumpeter, Drucker e Stevenson, Dees (2001) resume os empreendedores sociais como agentes de mudança social porque:

- ⊗ *têm uma missão para criar e manter valor social (e não apenas valor privado)*
— ou seja, o foco principal é o impacto social de longo prazo, tendo em vista que desejam criar melhorias duradouras para o público-alvo com o qual trabalham. Não estão preocupados com o mercado como um fim em si mesmo, mas como um meio para um fim social;

- ⊗ *reconhecem e procuram obstinadamente novas oportunidades para servir essa missão* — para darem continuidade a seus objetivos os empreendedores sociais estão em busca constante de como sustentar esse impacto. Não desistem frente aos obstáculos que surgem, pelo contrário, é um desafio a ser superado através da “persistência combinada com uma prontidão para efetuar ajustamentos à medida que avançam”;
- ⊗ *empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem* — diante das dificuldades procuram resolvê-las da melhor maneira possível, procurando alternativas inovadoras, porém quando não conseguem o êxito esperado encaram o fato como um processo de aprendizagem e não como fracasso;
- ⊗ *agem com ousadia sem estar limitados pelos recursos disponíveis no momento* — as limitações de recursos financeiros não são um obstáculo para colocar em prática suas idéias. Buscam recursos através de parcerias com outros agentes até mesmo do setor privado;
- ⊗ *prestam contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos* — procuram cumprir sua missão proporcionando melhorias de condições de vida aos seus beneficiários e, conseqüentemente, mostrando aos seus parceiros investidores que é atrativo investir na área social, numa tentativa de ajustar os valores de seus investidores às necessidades dos beneficiários.

Essa discussão sobre empreendedorismo social é importante porque serve de embasamento para se analisar o papel social realizado pelas duas ONGs estudadas.

Observando-se as cinco características enfocadas por Dees e que resumem o pensamento dos autores, vê-se que tanto a Uga-Uga como a Mamãe Margarida são empreendimentos sociais cada uma desempenhando sua missão social no contexto da rede de instituições que desenvolvem trabalhos de proteção à criança e adolescentes contra a violência sexual.

Sabe-se que essa rede é formada por agentes institucionais governamentais e não-governamentais. Ao Poder Legislativo cabe a elaboração de leis que coíbem a violência sexual contra crianças e adolescentes e que tratam essa questão como crime. À Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e aos conselhos tutelares, assim como ao Ministério Público, cabe a responsabilidade pelo

adimplemento das normas, principalmente, por meio de ações de combate e fiscalização a casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ademais, as instituições governamentais e não-governamentais, em conjunto, desenvolvem atividades de campanha, abordagem, sensibilização e conscientização da sociedade com o intuito de combater e denunciar os atores envolvidos no aliciamento de menores que são explorados sexualmente. No entanto, esse trabalho conjunto é pontual, só realizado principalmente por ocasião de eventos culturais, em geral.

Ainda no contexto dessa rede, encontra-se instituição que realiza trabalhos de atendimento e abrigo às vítimas de violência sexual. São ações concretas e eficazes que procuram resgatar a auto-estima e a inserção das vítimas ao convívio da sociedade através da educação formal, de práticas ocupacionais como alternativas de trabalhos e atividades esportivas, culturais e de lazer, entre outras.

A Agência Uga-Uga de Comunicação faz parte desse grupo de instituições que realiza trabalhos preventivos sobre a temática em questão, mas de forma contínua. De fato, as atividades de prevenção são realizadas continuamente nas escolas de Manaus, envolvendo professores e alunos, com estratégias de comunicação/educação e incentivo ao processo participativo com o objetivo de estimular o exercício da cidadania e contribuir com a sistemática de ensino e aprendizagem das instituições escolares de Manaus. Além disso, contribui também com os governos municipais na elaboração de planos municipais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Assim como a Casa Mamãe Margarida que está inserida no grupo de instituições dedicadas ao atendimento e abrigo ao grupo de crianças e adolescentes, não somente vítimas da violência sexual, mas também de todo tipo de violência como drogas, maus-tratos e envolvimento com “galeras”.¹ Vale ressaltar que a atividade realizada por essa ONG talvez seja a mais importante do que todas as demais por desenvolver ações concretas, contínuas e eficazes dando oportunidade de recuperação às vítimas sob todos os pontos de vista.

Em face do trabalho desempenhado por essas duas instituições não-governamentais, a análise a seguir teve como balizamento as características que

¹ Grupo de jovens, geralmente com conflitos na família, que se reúnem para praticar atos de vandalismo e violência, envolvendo-se com brigas e ataques entre galeras rivais.

identificam o empreendedorismo social, por entender que como empreendedores, que compartilham com o Estado a implementação de políticas públicas sociais, devem ter maior atenção e apoio por parte do governo.

Organizações não-governamentais como empreendedoras sociais no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes

Pelos seus antecedentes históricos pode-se perceber que as instituições em estudo têm uma missão para criar e manter um valor social, uma vez que se propõem a realizar um trabalho duradouro, que vem apresentando um progresso social e com a preocupação de manter essa mudança social; são persistentes e estão sempre à procura de novas oportunidades para darem continuidade à sua missão social e não desistem frente aos obstáculos, muito pelo contrário, procuram enfrentá-los seja com a implementação de novos projetos ou de procura de novos parceiros para investimentos; também procuram sempre inovações não só do ponto de vista metodológico de realizar, mas também ampliando sua área de atuação; as limitações de recursos financeiros não são fatores impeditivos para levar a cabo sua idéias, procuram sempre alternativas para suprir essa deficiência seja com doações, de voluntariado ou mesmo de novos parceiros; procuram dar um retorno tanto aos seus beneficiários quanto a seus parceiros investidores por meio de avaliações em termos de resultados sociais, financeiros e de gestão.

Todas essas características podem ser observadas nas informações a seguir.

Agência Uga-Uga de Comunicação

Missão para criar e manter um valor social

Antecedem a criação oficial da Agência Uga-Uga de Comunicação com identidade jurídica de organização não-governamental (ONG), em abril de 2000, os trabalhos iniciados em 1997, com a implantação do projeto *Jornal na Escola*, resultado da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (Semed) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Esse projeto visava estimular a produção de um jornal *dirigido para jovens e feito por jovens*.

A primeira edição do *Jornal Uga-Uga* foi lançada em 1997 e constitui o resultado de um trabalho feito por 21 adolescentes de duas escolas da Zona Leste de Manaus,² que já participavam de uma série de atividades nas escolas e receberam capacitação na área de comunicação por técnicos do projeto supra-mencionado. Em janeiro de 1999 o grupo pioneiro do jornal fez uma proposta para os representantes do Unicef de dar continuidade ao trabalho, ampliando o número de participantes com a criação de núcleos de mobilização para oportunizar a discussão entre os adolescentes sobre questões e temáticas que lhes dizem respeito, propiciando a criação e/ou ampliação desse espaço de discussão nas escolas.

Com a aceitação da idéia pelo Unicef, o grupo criou o Projeto Agência Uga-Uga de Comunicação, que tinha como metas: manter a distribuição do *Jornal Uga-Uga* e criar Núcleos de Mobilização Escolar, objetivando estimular a organização de grupos de jovens e adolescentes para o exercício da cidadania e fundar a Agência Uga-Uga de Comunicação como ONG. A Agência Uga-Uga de Comunicação³ foi assim fundada em 2000 pelos 28 adolescentes que integravam o *Jornal Uga-Uga*, pela representante do Unicef.

A Agência Uga-Uga de Comunicação, uma entidade jurídica de organização não-governamental, sem fins lucrativos, passou a integrar a Rede de Agências de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente (Rede Andi) e a Rede de Educação pela Comunicação (Reducom). Sobre a Rede Andi vale ressaltar que foi criada com o intuito de regionalizar métodos e estratégias desenvolvidas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e é integrada por cinco organizações não-governamentais. A Redecom era resultado da parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a Embratel, que reunia 12 ONGs que usam a comunicação como instrumento de melhora do ensino-aprendizagem.

A missão da Agência Uga-Uga de Comunicação é contribuir para a formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens por meio de estratégias de comunicação/educação e de processos participativos. A agência objetiva estimular o exercício da cidadania e contribuir com o processo de ensino e aprendizagem das instituições escolares de Manaus, além de incentivar na mídia

² Manaus, do ponto de vista geopolítico, é dividida em seis zonas: Sul, Norte, Centro-Sul, Centro-Oeste, Leste e Rural. A Zona Leste é a mais populosa, a maior em extensão e uma das mais carentes.

³ Fundada em 26 de abril de 2000. CNPJ: 03.792.544/0001-21. Endereço: Rua Carvalho Paes de Andrade, 158 — São Francisco. Cep: 69.079.270 — Manaus — AM. E-mail: <agencia@agenciaugauga.org.br>. Site: <www.agenciaugauga.org.br>.

local a produção de matérias com enfoques aos direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Os objetivos estratégicos da agência são:

- ⊗ garantir a qualidade e o impacto das ações;
- ⊗ promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

E como objetivos específicos:

- ⊗ fortalecer a estrutura organizacional da associação;
- ⊗ promover oportunidades de participação e de livre expressão da opinião de crianças e de adolescentes;
- ⊗ estimular uma cultura jornalística local de compromisso social;
- ⊗ cooperar nas áreas de comunicação e mobilização com entidades governamentais e não-governamentais.

Tem como público-alvo educadores, técnicos e colaboradores de instituições que realizam atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social; adolescentes, jovens, lideranças comunitárias, atores sociais e operadores dos direitos.

Novas oportunidades e processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem para dar continuidade à missão

Atualmente a Agência Uga-Uga de Comunicação desenvolve vários projetos procurando sempre novas oportunidades e ampliando sua participação visando apoiar e reforçar sua missão social.

PROJETO JORNAL UGA-UGA

Produz o *Jornal Uga-Uga*, um informativo com tiragem de 15 mil exemplares, com periodicidade bimestral, distribuído em 179 escolas da rede municipal de ensino de Manaus, tendo como público-alvo 37 mil adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 18 anos. O jornal tem como proposta o desenvolvimento do senso crítico da comunidade estudantil e a geração de discussão sobre te-

mas relevantes para os adolescentes. É produzido por adolescentes e jovens, estudantes do ensino médio e universitários.

PROJETO ESCOLA CIDADÃ

Esse projeto, a partir do planejamento estratégico da agência, foi renomeado Escola Cidadã. Tem como objetivo sensibilizar adolescentes e jovens com fins de criar neles uma cultura de participação direta na sociedade, desenvolvendo ações que visem à melhoria de sua realidade escolar e comunitária.

O Projeto Escola Cidadã propõe capacitar através da metodologia de educomunicação alunos e professores de escolas da rede pública de ensino, para que juntos possam construir projetos educativos, adotando linguagens de comunicação. Organiza e treina grupos de adolescentes com enfoque para a cidadania, utilizando a produção de fanzines (pequenos jornais produzidos de forma artesanal sem formato gráfico definido) como estratégia de comunicação comunitária escolar. Os grupos atuam em suas escolas visando à melhoria da instituição, à formação de sentimentos de responsabilidade, participação e inclusão social e ao desenvolvimento de seu senso crítico. A proposta estimula a participação de professores nas atividades.

PROJETO NÚCLEO DE NOTÍCIAS

Em parceria com a rede Andi — Agência de Notícias dos Direitos da Infância — o núcleo estimula a construção, entre os profissionais de comunicação, de uma cultura de informação baseada nos direitos humanos e na defesa e proteção dos direitos da infância e adolescência. Trabalha também estreitando o contato entre a mídia e o terceiro setor, buscando um diálogo mais responsável, ético e transparente.

Os principais objetivos do projeto são: consolidar uma cultura de comunicação, nas empresas jornalísticas e entre as fontes — principalmente as organizações do terceiro setor — que priorizem as pautas relevantes para a promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência; profissionalizar o diálogo entre os atores sociais do terceiro setor, veículos e profissionais de

comunicação da capital e do interior dos estados onde as organizações integrantes da Rede Andi atuam; e capacitar estudantes universitários e jornalistas para atuar como agentes de comunicação e mobilização.

O núcleo desenvolve quatro produtos:

- ⊗ Clipping Amazonas — A Criança e o Adolescente na Mídia — resumo diário de matérias publicadas nos jornais que circulam no Amazonas;
- ⊗ Prioridade Absoluta — pauta semanal dos acontecimentos que envolvem a participação de crianças e adolescentes;
- ⊗ Pesquisa a Criança e o Adolescente na Mídia — documento de avaliação quantitativa e qualitativa da mídia amazonense em relação aos temas da infância e adolescência, realizada anualmente;
- ⊗ Banco de Projetos Sociais — traz a listagem dos projetos desenvolvidos por entidades do terceiro setor, de órgãos governamentais e não-governamentais voltados para crianças e adolescentes.

PROJETO APOENA — UMA ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O projeto tem como objetivo ampliar e consolidar ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes já experimentadas em Manaus e em mais três municípios do interior do estado do Amazonas. A proposta visa contribuir na elaboração de planos municipais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em municípios do interior do Amazonas e subsidiar educadores da rede pública de ensino de Manaus na abordagem da temática violência sexual na comunidade escolar.

Para isso, a agência adotou uma estratégia de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, contemplando o desenvolvimento de ações como a sensibilização, mobilização e orientação de atores sociais, educadores, jovens, bem como, conscientizar e motivar a comunidade a envolver-se com a vida social dos comunitários, buscando a construção de novas relações baseadas na proteção e socialização. É salutar nesse processo o enfoque à identificação de situações de abuso e exploração sexual e ao acesso aos meios de denúncia.

Para consolidar o impacto de suas estratégias e metodologias voltadas ao combate a esse fenômeno da violência sexual, a agência desenvolve seus trabalhos em Manaus e no interior do estado atuando em sete municípios (Coari, Tefé, Tabatinga, Parintins, Itacoatiara, Maués e Careiro da Várzea). Em cada município foi realizado um diagnóstico sobre a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes. O diagnóstico orientará a elaboração do plano de enfrentamento à violência sexual que será implementado em cada local. O plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes dos municípios prevê assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa.

As informações que deram embasamento ao diagnóstico foram coletadas através de oficinas e de seminários realizados nas sedes dos municípios.

As atividades desenvolvidas nas oficinas foram feitas de forma dinâmica e com uma linguagem acessível para o entendimento dos participantes, principalmente, por se tratar de um grupo de adolescentes com faixa etária diferenciada. No entanto, por falta de oportunidade de participar de atividades que os envolvessem em processos participativos e dedicação pessoal, alguns adolescentes e jovens apresentaram dificuldades com a familiarização dos temas abordados nos conteúdos programáticos das oficinas. Já o público adulto demonstrou interesse em desenvolver atividades que visem à integração e à melhoria da qualidade de vida de meninos e meninas (os protagonistas) estimulando-os a tomar parte de processos participativos por meio da mobilização social.

A reedição dos conhecimentos foi algo que empolgou os participantes pelo fato de poderem contribuir para a mudança de atitude e de comportamento com estabelecimento de novas práticas.

Durante as oficinas percebeu-se que os participantes demonstraram interesse e vontade de contribuir para minimizar o índice de violência, abuso e exploração sexual cometida contra as crianças e adolescentes nos municípios onde foram realizadas (Coari, Parintins, Tefé, Tabatinga, Maués, Itacoatiara e Careiro da Várzea).

Com relação aos seminários de elaboração do plano municipal de enfrentamento foi elaborada previamente uma programação com a consultora

temática e a coordenadora do projeto em consonância com as expectativas dos municípios, sendo cumprida na íntegra. Acrescentando-se como complemento, na apresentação do diagnóstico sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foram feitas exposições orais da coordenadora do Projeto Sentinela, de representantes da área de saúde e da população indígena, o que trouxe mais informações e dados importantes, principalmente na questão da saúde reprodutiva e sexual da população.

A metodologia utilizada foi de caráter interativo, trabalhando-se em grupos de trabalho, com roteiro previamente organizado e sistematizado, além de facultar ampla participação nos debates. Os resultados foram positivos referentes à dinamização dos trabalhos, socialização de informações, conhecimento e participação efetiva na elaboração do documento final — produto de seminário. Na plenária, espaço de confirmação das propostas dos grupos, a consultoria voltava a trabalhar conceitos, esclarecia e reparava os equívocos, estabelecendo compreensão e maior conhecimento acerca dos assuntos e das atividades do plano municipal em construção. Vale ressaltar que os planos municipais foram norteados pelos eixos estratégicos definidos no plano nacional, a saber: análise da situação, prevenção, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento e protagonismo juvenil.

Foi realizada a eleição para composição da comissão municipal para gerir e animar o plano municipal de enfrentamento. A eleição dos coordenadores de cada eixo se deu por meio do voto direto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente foram materiais utilizados e fartamente distribuídos aos participantes para leitura e consulta contribuindo para maior compreensão acerca da temática e do resultado final.

Como atividade de encerramento dos seminários, foi feita em cada município a assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, com as respectivas assinaturas: do prefeito em exercício, do promotor de Justiça, da secretária de Assistência Social, do presidente da Câmara Municipal, do presidente do CMDCA e da representante da Agência Uga-Uga de Comunicação.

Ousadia sem a limitação pelos recursos disponíveis no momento

Para implementar seus projetos, recorre a vários parceiros que disponibilizam financiamento, cooperação e colaboração na realização das atividades necessárias para atingir suas metas e objetivos. Fazem parte dessa parceria as seguintes instituições:

- ⊗ Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH-PR);
- ⊗ Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas);
- ⊗ Ministério Público;
- ⊗ Unicef;
- ⊗ Oi Futuro;
- ⊗ Canal Futura;
- ⊗ Rede Andi;
- ⊗ prefeituras de Coari, Parintins, Tabatinga, Tefé, Careiro da Várzea, Itacoatiara e Maués.

Prestação de contas à clientela que servem e em relação aos resultados obtidos

PROJETO JORNAL UGA-UGA (ATUALMENTE EM FASE DE NEGOCIAÇÃO)

- ⊗ Distribuição de 90 mil jornais para alunos da 4ª à 8ª séries do ensino fundamental.
- ⊗ Setenta e sete escolas de Manaus beneficiadas com a distribuição do jornal.
- ⊗ Bimestralmente, aproximadamente 12.780 jornais distribuídos em Manaus tanto na zona urbana quanto na rural.
- ⊗ São disponibilizados aos parceiros institucionais 200 exemplares de cada edição do jornal.
- ⊗ Arquivo de 200 exemplares para suprir eventuais necessidades.

PROJETO ESCOLA CIDADÃ (ATUALMENTE EM FASE DE NEGOCIAÇÃO)

- ⊗ Mobilização de 50 professores de cinco escolas (municipais e estaduais) para as oficinas.
- ⊗ Capacitação de 22 professores nas oficinas de Participação, Rádio Escolar e Pedagogias de Projetos.
- ⊗ Professores com idéias novas que possam contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.
- ⊗ Disposição de 22 professores a construir e desenvolver junto com seus alunos projetos educativos.
- ⊗ Professores mais sensibilizados para incentivar a participação dos alunos nos processos de construção da cidadania.

Para reforçar a prestação de contas a sua clientela e a avaliação do projeto em realização, os beneficiários manifestam a sua satisfação através de depoimentos como:

Percebemos a diferença entre os professores que têm conhecimento do Manual de Orientação que a Agência Uga-Uga de Comunicação produziu para aqueles que ainda não o conhecem. Os professores que não têm acesso ao material (Manual) e que não tiveram nenhuma orientação a respeito do tema, não abordam o assunto em sala de aula. Já os que conhecem e utilizam o material, abordam o assunto e desenvolvem algum trabalho na escola para discutir a violência sexual contra crianças e adolescentes. (Eliana Hayden, coordenadora da Comissão de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Municipal de Educação — Semed)

PROJETO APOENA — UMA ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- ⊗ Realização de sete oficinas de Participação Juvenil, nos sete municípios.
- ⊗ Realização de sete oficinas de Violência Sexual, nos sete municípios.

- ⊗ Realização de sete oficinas de Comunicação Comunitária, nos sete municípios.
- ⊗ Realização de sete oficinas de Elaboração de Projetos, nos sete municípios.
- ⊗ Realização de sete seminários de elaboração do plano municipal de enfrentamento em sete municípios.
- ⊗ Levantamento de sete diagnósticos da situação da violência sexual dos municípios envolvidos na proposta.
- ⊗ Capacitação de cinco organizações da sociedade civil que realizam atendimento direto a crianças e adolescentes em Manaus na temática da violência sexual.
- ⊗ Produção de matérias jornalísticas sobre a temática violência sexual.
- ⊗ Produção e publicação de cartilha educativa — *Manual de orientação para educadores*.
- ⊗ Produção de folder específico para profissionais da mídia.
- ⊗ Produção de cartazes educativos com enfoque para a denúncia e identificação de casos.
- ⊗ Mobilização da comunidade estudantil (alunos, professores e corpo técnico) de seis escolas municipais em Manaus.
- ⊗ Realização de um concurso de projetos envolvendo seis escolas municipais em Manaus.
- ⊗ Produção de pautas especiais sobre o tema para a grande mídia.
- ⊗ Realização do II Encontro Juvenil Papo Aberto.
- ⊗ Realização de sete rodas de debate com a participação de ONGs e outras instituições.

Os depoimentos abaixo também são uma forma de avaliar a satisfação das necessidades do público-alvo.

O conteúdo foi bem abrangente. Conversando com alguns adolescentes, consideramos que não seria interessante falar de violência sexual contra crianças e adolescentes se não falássemos da história da criança no Brasil. Conhecer esse processo é importante para entender por que crianças e adolescentes são vítimas de tanta violência no nosso país. (Keila Souza, mobilizadora do Projeto Apoená)

As oficinas trouxeram um incentivo real para nossa sociedade. Fez com que cada participante se conscientizasse sobre suas responsabilidades e comprometi-

mento com os problemas que enfrentamos no município. (Antonio Jorge Pevas, presidente do Conselho Tutelar — Tabatinga)

PROJETO NÚCLEO DE NOTÍCIAS

- ⊗ Edições de 240 Clipping AM — A Criança e o Adolescente na Mídia.
- ⊗ Edições de 47 Prioridade Absoluta (800 jornalistas e organizações e conselhos de direitos recebem).
- ⊗ Sugestões de 44 pautas, enviadas para os veículos de comunicação.
- ⊗ Dezesesseis pautas especiais.
- ⊗ Publicação de 181 matérias e notas nos jornais a partir das pautas enviadas pelo Núcleo de Notícias.
- ⊗ Atendimentos, por telefone, a 63 solicitações de informações de jornalistas, estudantes, professores e órgãos governamentais.
- ⊗ Palestras (uma por veículo) nos jornais *A Crítica*, *Diário do Amazonas* e *Jornal do Comércio* para divulgação da pesquisa — A Criança e o Adolescente na Mídia do Amazonas.
- ⊗ Palestras para estudantes de jornalismo.
- ⊗ Distribuição de 1.380 exemplares da pesquisa — A Criança e o Adolescente na Mídia do Amazonas, em eventos, instituições de ensino e pesquisa e para profissionais da mídia.
- ⊗ Oficinas com 75 jornalistas (18 e 19 de maio) — Oficina Mídia e Tecnologias Sociais: construindo estratégias de ações. Oficina realizada com o objetivo de aprofundar e aprimorar o diálogo entre fontes de informação (de executores a especialistas) e jornalistas sobre as tecnologias sociais, com o objetivo de propagar um paradigma altamente correlacionado à superação dos níveis de pobreza e de desigualdade social brasileiros.
- ⊗ Oficinas com 45 conselheiros — tema Direitos Humanos e Cidadania, nos dias 18 e 19 de agosto, na Escola de Serviço Público Municipal. Segundo módulo de um curso de seis módulos oferecido pela prefeitura de Manaus.
- ⊗ Workshop o Estatuto da Criança e do Adolescente na Mídia Amazonense. O objetivo do evento foi promover a qualificação de comunicadores de Manaus, que atuam em rádio, TV e jornal, e de estudantes de curso de jornalismo, com foco na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O evento foi realizado no dia 20 de julho de 2005, em comemoração aos 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a participação de 18 pessoas.

Casa Mamãe Margarida

Missão para criar e manter um valor social

A Casa Mamãe Margarida nasceu há 18 anos, como uma proposta educativa e formativa para favorecer o exercício da cidadania às meninas — na faixa etária de oito a 18 anos, em situação de risco pessoal e social — através do protagonismo juvenil, segundo o estilo salesiano. É uma instituição de caráter filantrópico, social, educacional e religioso, sem fins lucrativos, dirigida pelas Filhas de Maria Auxiliadora (Irmãs Salesianas) e mantida através de convênios e/ou doações.

Tem como missão contribuir para a diminuição de crianças e adolescentes encontrados em situação de risco pessoal e social na cidade de Manaus, especialmente na Zona Leste. Oferece abrigo, apoio e retaguarda, de acordo com a capacidade da instituição, em atendimento às ações do Juizado da Infância e Juventude, conselhos tutelares e organismos governamentais e não-governamentais comprometidos com os direitos das crianças e adolescentes.

A Casa Mamãe Margarida oferece uma educação integral onde a menina possa descobrir e desenvolver suas aptidões cognitivas, culturais, artísticas e manuais, oferecendo oportunidade de atendimento bio-físico-social (médico, odontológico, psicológico e social). Pretende oferecer uma educação que vise, com especial atenção, reconstruir os fragmentos de vida das meninas que sofreram violência e exploração sexual, maus-tratos, vícios, envolvimento com “galeras” e extrema pobreza.

Novas oportunidades e processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem para dar continuidade à missão

A Casa Mamãe Margarida enfrenta muitas dificuldades para a concretização de sua missão. Em que pese a todos os obstáculos, a instituição consegue so-

breviver e proporcionar as condições básicas para as meninas que constituem o público-alvo da casa.

Para atender à missão a que se propõe que é resgatar as meninas vitimizadas a retornarem ao convívio social através da redescoberta de valores humanos e morais, da solidariedade, da alegria, do compromisso e do valor do trabalho honesto como forma de vida digna, a casa dispõe de vários programas e atividades socioeducativos que são desenvolvidos, como:

- ⊗ programas socioeducativos e evangelizadores, alimentação diária, assistência médica, psicológica e social;
- ⊗ abrigo para crianças e adolescentes que correm risco de vida dentro do seio familiar;
- ⊗ ensino profissionalizante — informática, atividades promocionais e de ocupação como corte e costura, crochê, artesanato popular, gesso, bordado, pintura em tecido;
- ⊗ ensino fundamental — inserção de meninas em disfunção de idades e série no ensino fundamental (1ª à 4ª séries);
- ⊗ acompanhamento e orientação escolar para as que estudam da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio;
- ⊗ defesa dos direitos das crianças e adolescentes quando estiverem ameaçados, violados ou negligenciados;
- ⊗ organização da comunidade educativa, promovendo a capacitação dos educadores e o protagonismo juvenil;
- ⊗ articulação e parceria com ONGs e OGs apoiando e oferecendo retaguarda para as organizações e movimentos comunitários, Juizado da Infância e da Juventude, conselhos tutelares, entre outros;
- ⊗ atividades artísticas (desenho, pintura, canto, dança, teatro, violão e flauta);
- ⊗ atividades físicas, desportivas, de lazer e recreação;
- ⊗ clube da leitura com ficha de acompanhamento individual;
- ⊗ terapia grupal, atendimento psicológico, psicopedagógico e social;
- ⊗ atendimento familiar com visitas domiciliares;
- ⊗ atividades de formação para despertar uma consciência crítica e uma postura política e ética em favor da pessoa humana;
- ⊗ *Jornal CMM* — jornal informativo redigido por um grupo de meninas.

Para a realização dessas atividades existem 32 profissionais que são: três monitoras de artesanato; cinco professoras; uma professora de educação física;

uma instrutora de informática; uma secretária; uma recepcionista; duas assistentes sociais; duas psicólogas; duas cozinheiras; três serviços gerais masculinos; quatro serviços gerais femininos; um vigilante; um motorista; um professor de flauta; um artista plástico; um professor de dança; uma professora de teatro; uma professora de canto.

Deve-se ressaltar que as maiores dificuldades encontradas segundo o depoimento da diretora da casa referem-se à questão da alimentação diária, principalmente carne, frango e peixe para 36 meninas residentes no abrigo atualmente; também devido à limitação dos recursos financeiros, os materiais de higiene como: sabonete, xampu, pente, escova de dente, creme dental, cotonete e desodorantes são insuficientes para atender às necessidades das meninas; outra dificuldade é a inexistência de transporte próprio da instituição para o deslocamento das meninas beneficiárias atendidas em sistema meio aberto, por morarem muito distante da instituição e serem de famílias carentes, não dispõem de dinheiro para a passagem de ônibus, o que as obriga a caminhar mais de duas horas para chegar à instituição.

Ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento

Como citado anteriormente, a casa realiza várias atividades e atendimento em regime socioeducativo em meio aberto e ações complementares à escola, e em regime de abrigo, desenvolvendo atividades que englobam o ensino fundamental, ensino profissionalizante, assistência psicológica e médica, atividades culturais, entre outras.

Mesmo com os poucos recursos disponíveis que limitam muito a manutenção de todas as atividades desenvolvidas, a ousadia é tanta que a direção da casa tem planos de construir um abrigo para as meninas que completam 18 anos e, que devido às normas atuais, são obrigadas a deixar a casa. Essas meninas egressas enfrentam muitas dificuldades para conseguir moradia logo que saem da instituição, visto que não dispõem de condições financeiras para alugar um imóvel de imediato.

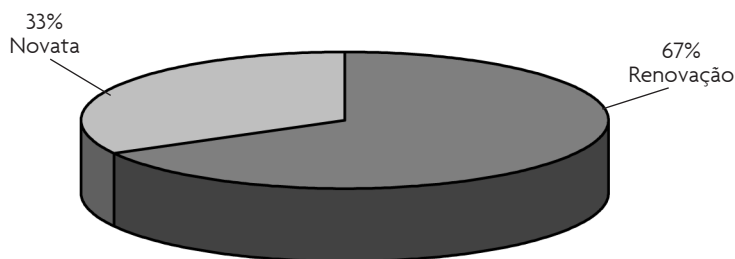
Todas as atividades realizadas são feitas por meio de doações e de convênios. Atualmente os principais parceiros da instituição são empresas privadas e empresas estatais como a CCE da Amazônia, Rede Amazônica de Televisão, Cortez Câmbio e Turismo, Visteon e Petrobras, além das instituições governamentais e não-governamentais.

Vale destacar que também outros projetos, não menos importantes, são realizados com o intuito de satisfazer o sonho de grande parte das adolescentes. Assim, todos os anos é realizado o baile das debutantes, que em 2007 ocorreu no dia 13 de outubro, dentro das instalações da própria instituição. Bastou a divulgação através de um jornal local, mostrando as dificuldades para a realização do referido baile para que muitas pessoas se prontificassem a ajudar a concretizar o evento, através de doações de vestidos e calçados para as adolescentes.

Prestação de contas à clientela que servem e em relação aos resultados obtidos

Para uma melhor avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Casa Mamãe Margarida como prestação de contas e resultados obtidos tomou-se como base as informações estatísticas referentes a 2004,⁴ infelizmente as únicas disponíveis. Em 2004 a instituição atendeu 309 meninas no sistema meio aberto e no sistema de abrigo. Desse total, a maioria (67%) já era atendida em anos anteriores e 33% eram atendidas pela primeira vez (figura 1).

Figura 1
Situação das meninas atendidas pela Casa Mamãe Margarida (2004)



Também se verifica que, das meninas atendidas, a grande maioria, 90,76%, ingressou na instituição por outros motivos e não por terem sofrido violência

⁴ Disponível em: <www.casamamaemargarida.org.br>.

sexual. Embora em termos percentuais não pareça tão relevante, em termos quantitativos esse percentual de 9,24% é expressivo, pois representa 29 meninas que sofreram abuso sexual (figura 2). Desse total de meninas, 29% foram violentadas por pessoas da própria família (figura 3).

Figura 2
Meninas atendidas que sofreram violência sexual (2004)

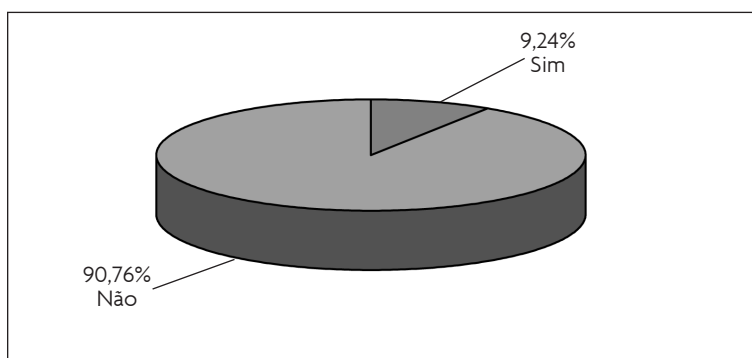
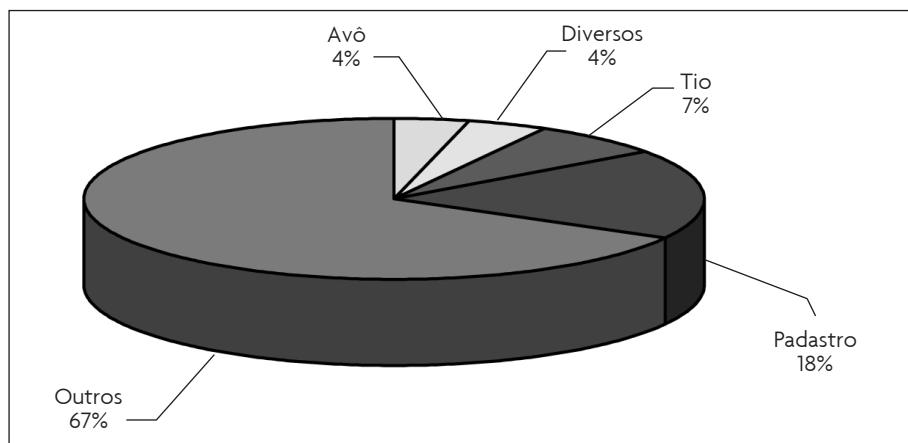


Figura 3
Autor da violência sexual declarado pelas meninas atendidas (2004)

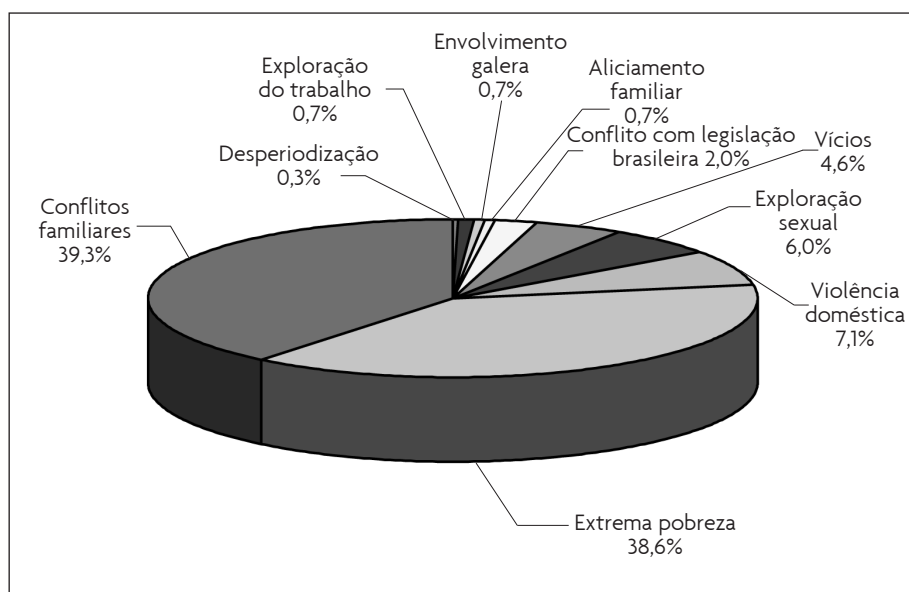


Os principais motivos detectados e responsáveis pelo ingresso das meninas para atendimento na casa são: os conflitos familiares com 39,26% dos casos, seguido pela extrema pobreza, com 38,59%. Observa-se que a deses-

trutura familiar é o principal motivo da procura pelo atendimento no abrigo, dadas as condições de conflitos e violência doméstica que juntos perfazem mais de 46% das causas que, aliadas à extrema pobreza e, conseqüentemente, à exploração sexual, representam 91% das características da situação das meninas que ingressaram na instituição em 2004 (figura 4). De fato, uma pesquisa realizada por Maria Eunice Sá Pitanga sobre “As representações sociais da família construídas pelas meninas atendidas na Casa Mamãe Margarida na cidade de Manaus/AM”⁵ chegou à conclusão de que está muito presente na vida dessas crianças e adolescentes a negação da família que não se constituiu socialmente. Para as adolescentes, principalmente, estão presentes os elementos negativos em relação à figura materna e de ausência da figura paterna o que explica a fragilidade de laços afetivos familiares.

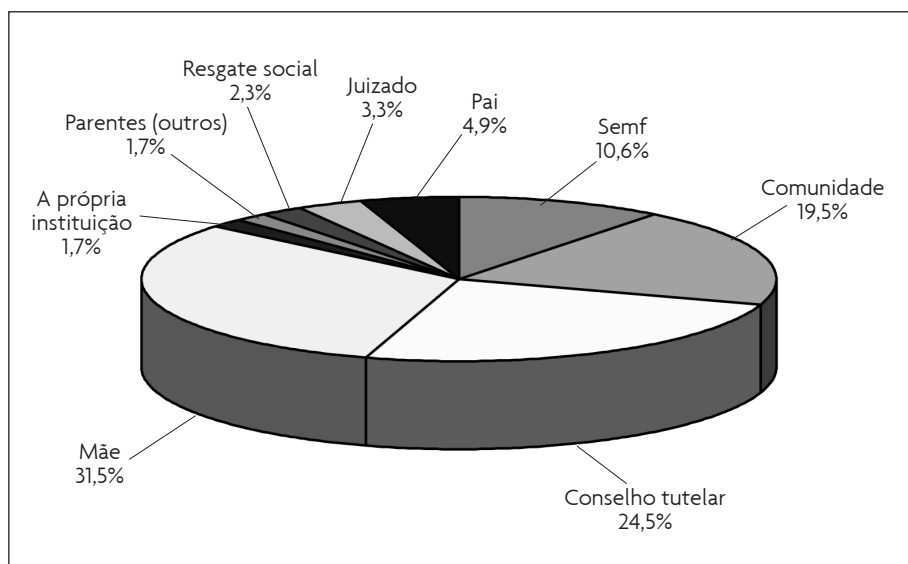
Essa situação é confirmada pela figura 5, que mostra que 31,45% dos encaminhamentos das meninas à instituição foram feitos pelas próprias mães.

Figura 4
Situação das meninas atendidas por ocasião do ingresso na instituição (2004)



⁵ Estudo realizado para o Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Figura 5
Encaminhamentos das meninas para atendimento na instituição (2004)



Em 2007, a instituição atendia em regime socioeducativo em meio aberto 320 crianças e adolescentes de oito a 18 anos incompletos, e no regime de abrigo 36 crianças e adolescentes, perfazendo um total de 356 crianças e adolescentes atendidos diretamente, fora seus familiares e a comunidade que procura ajuda e apoio da instituição. Comparando-se com 2004, houve um incremento de 15,2% nesses três últimos anos.

Possui 12 funcionárias que foram meninas atendidas na casa. Das 36 residentes no abrigo, duas estão cursando faculdade, 10 meninas estão envolvidas em movimentos sociais e três meninas participarão, como representantes dos adolescentes, da conferência estadual sobre os direitos da criança e adolescentes.

Através de depoimentos⁶ de algumas meninas egressas da Casa Mamãe Margarida pode-se observar o quanto elas valorizam a oportunidade que tiveram usufruindo dos ensinamentos e do respeito com o qual foram tratadas na instituição.

⁶ Disponível em: <www.casamamaemargarida.org.br>.

A Casa Mamãe Margarida para mim, foi mais do que uma casa, foi uma família da qual nunca esquecerei, pois quando lembro de meu passado, a primeira coisa que me vem ao coração é tudo o que eu aprendi para me tornar a pessoa feliz que sou hoje. Lá, fui educada a aprender a respeitar o meu próximo e a saber valorizar minha própria vida. (N. P. S., 21 anos, casada)

A casa me ajudou desde a minha adolescência até a minha juventude, hoje sou uma pessoa bastante responsável com meu trabalho e com a minha família, porque hoje quem sustenta a minha casa sou eu, devo isso a cada uma das irmãs que passou e que ainda se encontra na Casa. Tudo que tenho e que sou devo a elas irmãs e educadores. Devo muito a cada uma delas. (S. N.)

Com o dinheiro que eu ganhava passei a comprar minhas coisas e dei aos meus filhos o que não tive quando criança. Graças à ajuda proporcionada pelas irmãs, venci. Hoje sou funcionária da Casa há dois anos e espero não passar novamente pelas tristes experiências que tive. Agradeço eternamente a Deus por ter colocado em meu caminho todas as irmãs e por ter me dado força de vontade para ir vencendo as barreiras no duro caminho da vida. (J. L., 31 anos)

Fui morar na Casa Mamãe Margarida, ao chegar a via como uma prisão, queria de qualquer forma sair desse lugar. Mas com o passar do tempo comecei a ver que existem nessa casa pessoas com grande amor. Nunca imaginei que mulheres dariam suas vidas para cuidar de crianças e adolescentes e entretanto eu fui uma das escolhidas para receber esse amor. Quando todos me abandonaram, estavam comigo, me ensinaram a ter paciência, sentir confiança e a segurança de um amor constante, incondicional, que me fez sentir um pouco do quanto Deus me ama. Enfim, me ensinaram a acreditar que sou capaz de mudar. Ensinaram-me a ser protagonista da minha nova HISTÓRIA. CASA MAMÃE MARGARIDA: ESPERANÇA DE UM FUTURO MELHOR!!! (R., 19 anos)

Conclusão

É necessária, além da denúncia e da repressão/responsabilização, a formulação de uma política de atendimento às pessoas vitimizadas, suas famílias e aos agressores, que é de competência dos estados e municípios. Essa política

envolve não só os setores de saúde, educação, assistência, onde devem ser feitos diagnósticos, pesquisas e, principalmente, a intervenção profissional, mas também a Justiça, numa perspectiva de rede. A rede de atendimento ainda é insuficiente e mal estruturada no Brasil. Não há definição de uma política de redes e nem resolutividade no atendimento aos vitimizados e agressores.

Necessita-se de ações focadas nas questões estruturais, com projetos/atividades que incluam as famílias dessas crianças e adolescentes, principalmente as mães, esclarecendo e discutindo a questão da violência sexual bem como oferecendo alternativas de renda para proporcionar melhores condições de vida para ela e seus familiares. Ademais é importante também que se criem mecanismos de construção e reconstrução de laços afetivos entre pais e filhos com o intuito de resgatar os valores da família, elementos importantes e necessários ao convívio social dessas meninas.

Por tratar-se de um problema extremamente complexo e ainda com pouca visibilidade, combatê-lo implica ações de ordem econômica, cultural, política, legal, policial, terapêutica, a curto, médio e longo prazos, tanto de prevenção, quanto de denúncia, defesa, atendimento às vítimas e suas famílias e responsabilização dos agressores.

Há necessidade de se criar políticas preventivas e de atendimento às crianças e adolescentes vítimas da violência e exploração sexual. No que diz respeito à prevenção, ela tem que ser contínua e compartilhada com as escolas, associação de pais e mestres, associação de mulheres e das famílias no sentido de desenvolver valores morais e éticos e de afetividade entre pais e filhos. A Agência Uga-Uga de Comunicação trabalha dentro dessa linha de prevenção contínua.

Em relação ao atendimento/abrigo às vítimas é imprescindível como complemento de todo um trabalho de rede e de resgate da auto-estima e de inserção dessas crianças e adolescentes ao convívio social. A oferta de oportunidades e o contato com uma realidade diferente da situação de exclusão que conheceram antes do atendimento, com base no protagonismo juvenil — como faz a Casa Mamãe Margarida —, pode ser o fio condutor dessa transformação.

Assim, as duas ONGs foram selecionadas como objeto deste estudo exatamente por desenvolverem atividades imprescindíveis e complementares: uma trabalhando de forma preventiva mas contínua e a outra oferecendo abri-

go às meninas vitimizadas com o intuito de transformar suas vidas dentro de uma perspectiva de mudança de valores e comportamento em busca de uma vida digna baseada no trabalho, na solidariedade e no respeito.

Dessa forma, as organizações não-governamentais como empreendedoras sociais que são merecem um tratamento especial diante do papel que desempenham na implementação de políticas públicas voltadas para o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas

ABRAPIA. Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. *Relatório Amazonas: denúncias de Abusos e Exploração Sexual*, 2006.

AGÊNCIA UGA-UGA DE COMUNICAÇÃO. *Abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes*. Manual de Orientação para Educadores. Manaus, 2004.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (2000). Imprensa Oficial: Condeca.

DEES, J. G. O significado do “empreendedorismo social”. [1998]. Traduzido por Victor Ferreira. Versão revista e reformulada: 30 maio 2001. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/educacao_comunitaria/significado.pdf>.

FALEIROS, E. T. S. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

LEAL, M. L. P. *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. Relatório final, Brasil. Brasília: Cecria, 1999.

_____. *A mobilização das ONGs para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado) — Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

LIBERMAN, V. *Empreendedorismo social — um processo em construção: estudo de caso de três empresas gaúchas*. 2004. Dissertação (Mestrado) — Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Departamento Nacional da Criança e do Adolescente e Cecria Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Exploração de Crianças e Adolescentes. *Políticas públicas e estratégias contra a exploração sexual comercial e o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes*. Brasília-DF, out. 1997.

SCHLEMM, M. M.; SOUZA, Q. R. *Coop Paraná e empreendedorismo social: uma experiência de gestão do conhecimento para inovação*. Curitiba, s. d.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

UNICEF (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA). *Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras*. 2003.

Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes: o caso da Atlantica Hotels International



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Em 1998, a Atlantica Hotels International, empresa brasileira com sede no município de Barueri (SP) e que atua como administradora hoteleira multi-marcas (daqui para frente também AHI), iniciou as suas atividades por meio da abertura do Comfort Hotel Trianon Park na capital do estado de São Paulo. Em 2000, o grupo também já administrava hotéis das bandeiras Sleep In e Quality, se fazendo presente em importantes municípios como Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Recife (PE), perfazendo seis empreendimentos hoteleiros sob a sua administração.

Oito anos após o início de suas operações (2006), a Rede Atlantica já contabilizava números extremamente positivos do ponto de vista de sua participação no mercado hoteleiro: 57 hotéis sob sua administração, o que significa 102.275 apartamentos distribuídos por cerca de 30 municípios em 13 estados das cinco grandes regiões brasileiras. Os empreendimentos hoteleiros podem ser identificados por meio de 10 diferentes bandeiras que estão distribuídas pelos seguintes segmentos: Econômico, Go Inn — Sleep Inn — Comfort e Park Inn; Superior, Comfort Suítes — Quality e Park Suítes; Luxo, Clarion — Four Points e Radisson.¹

¹ Disponível em: <www.atlanticahotels.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2007.

Evidencia-se, dessa maneira, que estamos nos referindo a um grupo hoteleiro de grande porte para o setor turístico no Brasil e que, portanto, tem um grande potencial para contribuir com o campo da responsabilidade social empresarial no turismo, na medida em que as portas de seus empreendimentos são cotidianamente abertas para um grande contingente de pessoas que se originam das mais diversas localidades tanto do Brasil quanto de outros países.

Compreender a contribuição da AHI nas ações de responsabilidade social e, sobretudo, no que se refere ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades turísticas é o objetivo deste capítulo. Para tanto, este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente se faz uma breve historicização sobre como a Atlantica foi construindo as suas ações de responsabilidade social; na sequência serão destacadas as iniciativas que estão sendo capitaneadas pela AHI, posteriormente são feitas as considerações finais.

A gênese das ações de responsabilidade social da AHI

No ano de 2002, a AHI já estava presente nos principais centros urbanos do país com uma rede formada por 31 empreendimentos hoteleiros. Do ponto de vista do mercado, a empresa já havia se consolidado e planejava continuar seu crescimento. Nesse mesmo momento, a direção da Atlantica começava a desenvolver a preocupação em iniciar atividades de responsabilidade social orientando os hotéis sob sua responsabilidade administrativa a desenvolverem campanhas de arrecadação de recursos e entregá-los para uma entidade localizada nas cercanias de cada um dos empreendimentos hoteleiros administrados pelo grupo. Desse modo, nasceu sua primeira ação de responsabilidade social: o Programa Criança Feliz.

O programa em questão existiu por dois anos (2002/03) e acabou sendo interrompido em 2004 após ser percebida a necessidade de se construir uma iniciativa mais organizada e institucionalizada e que tivesse a capacidade de fazer todos os empreendimentos do grupo trabalharem a partir de princípios comuns, com foco no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O Criança Feliz era considerado excessivamente descentralizado, o que dificultava uma ação institucional mais coesa.

Apesar de considerar o Criança Feliz um produto da intuição e da força de vontade da empresa com o qual todos haviam aprendido muito e despertado a consciência acerca do papel da empresa no campo social, seus dirigentes não estavam completamente satisfeitos com o seu formato, na medida em que percebiam que o programa se encontrava desprovido de qualquer mecanismo que garantisse não apenas a credibilidade da instituição apoiada como também o bom uso dos recursos a ele destinados. Além disso, o fato de não ter sido superado o caráter exclusivamente filantrópico do programa também não agradava a direção da Atlantica.

Dessa forma, a preocupação voltava-se para o desenvolvimento de uma política interna que atingisse todas as atividades da AHI e, ao mesmo tempo, pudesse promover estratégias que combinassem assistência social com a criação de ambientes favoráveis à promoção da autonomia econômica dos beneficiados. Com isso, a busca de parceiros com larga atuação no setor de direitos da infância e que pudessem contribuir na criação de uma estratégia corporativa de responsabilidade social passou a ser central. Assim a Childhood Brasil² foi contatada e desenvolveu um importante papel na construção, estruturação e direcionamento das ações de responsabilidade social empresarial da AHI.

A parceria com a Childhood Brasil

A aproximação da AHI com a Childhood foi construída quase que por acaso. Em 2004, quando se deslocou para os Estados Unidos com o objetivo de participar de uma reunião com o grupo hoteleiro norte-americano Carlson Companies, com quem a Atlantica mantém uma parceria estratégica na medida em que administra no Brasil os hotéis com a bandeira Radisson de propriedade da Carlson, o presidente da AHI, Paul Sistare, tomou conhecimento da existência de uma parceria entre o grupo hoteleiro norte-americano e a Childhood que se voltava para a proteção de crianças e adolescentes em situação de vul-

² Fundada em 1999, com sede em São Paulo, a Childhood Brasil, antes denominada Instituto WCF-Brasil, atua no combate à violência sexual. A Childhood Brasil é o braço brasileiro do World Childhood Foundation, criado pela rainha Sílvia da Suécia, com atuação na Suécia, Alemanha e Estados Unidos.

nerabilidade social, com ênfase no setor de turismo, envolvendo diversas atividades.

Como a AHI estava se propondo a repensar o programa Criança Feliz, e buscava um modelo mais adequado para a estruturação de suas ações de responsabilidade social, ao retornar ao Brasil Paul Sistare fez contato com o escritório da Childhood em São Paulo com o intuito de estabelecer uma parceria que pudesse envolver todas as atividades do grupo hoteleiro que preside em prol de iniciativas de proteção a crianças e adolescentes.

Para a consolidação da aliança, o primeiro passo dado foi a criação de um grupo de trabalho (GT) formado por representantes da AHI e da Childhood para construir conjuntamente o que a Atlantica passou a denominar parceria corporativa para a promoção do turismo sustentável e proteção a crianças e adolescentes. O GT trabalhou inicialmente as diferenças conceituais entre filantropia e responsabilidade social. Na sequência, estabeleceu o planejamento que se baseou em ações pautadas diretamente para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no setor de turismo, o que possibilitou à AHI a construção de uma visão empresarial mais estruturada sobre responsabilidade social. O novo foco superava uma visão meramente assistencialista e deveria mobilizar o conjunto de atores envolvidos diretamente com as ações do grupo hoteleiro: investidores, funcionários, fornecedores e clientes.

O planejamento efetuado pelo GT partiu de três diferentes estratégias que formaram o conjunto das ações da AHI: a implementação de um código de conduta corporativo; a publicação das ações para mobilizar os mais diversos segmentos sociais por meio da utilização de diferentes meios de informação; e a arrecadação de recursos que teriam como destino o apoio a projetos sociais com foco em geração de renda e que já estavam sendo apoiados, de alguma maneira, pela Childhood.

Após a construção conjunta das ações de responsabilidade social, o GT traçou como objetivo alcançar os seguintes resultados. Para a AHI, fortalecer sua imagem de empresa socialmente responsável frente aos seus investidores e clientes e otimizar a utilização de recursos com essa finalidade; para a Childhood, difundir ainda mais a consciência social sobre a mobilização em torno do combate à exploração sexual infantil no turismo, além de captar mais recursos para projetos com essa finalidade; e para os beneficiários se esperava

contribuir com o desenvolvimento de novas políticas públicas em torno dessa temática. (Save the Children/ECPAT, 2007).

Discutir o desenvolvimento dessas estratégias de ação com ênfase nos seus alcances e impacto é o que será feito na próxima seção.

As ações da AHI

A materialização dessas ações deu-se inicialmente pela elaboração de um Código de Conduta Corporativo que orientasse todas as atividades da AHI em torno das ações ao qual ela estava se propondo. Para tanto, foi contatada a ONG Resposta,³ que já detinha experiência com a elaboração de código de conduta no setor de turismo por sua atuação na cidade de Natal (RN) em torno da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O Código de Conduta da AHI (citado a seguir e que servirá de base para a análise das atividades desenvolvidas pela Atlântica),⁴ foi produto de uma construção coletiva da qual participaram representantes da direção da Atlântica e membros de sua rede de hotéis que atuam localmente na recepção aos turistas, representantes da Childhood, assim como técnicos vinculados com a ONG Resposta.⁵

A Atlantica Hotels International institui este Código de Conduta como referencial para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual, nos seguintes termos:

1. Proteger crianças e adolescentes da exploração sexual em todos os serviços e ações empreendidas pela Atlantica Hotels International e seus colaboradores.
2. Implementar e disseminar para acionistas, investidores, clientes, colaboradores, e fornecedores, bem como para a comunidade local, a política corporativa.

³ Informações sobre o trabalho desenvolvido por essa ONG podem ser encontradas em <www.resposta.org.br>.

⁴ Disponível em: <www.atlanticahotels.com.br>.

⁵ Os códigos de conduta são instrumentos estimulados pelo Unicef, ECPAT (rede internacional de organizações pela eliminação do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes para fins sexuais) e Organização Mundial do Turismo (OMT), como estratégias que orientam positivamente o combate à exploração sexual infantil no setor turístico.

3. Inserir cláusulas específicas sobre o compromisso público da AHI de não tolerar a exploração sexual de crianças e adolescentes nos empreendimentos da empresa, nos contratos com operadoras nacionais/internacionais, agências de viagens e turismo.
4. Estabelecer cláusulas na Convenção Condominial e no regimento interno dos empreendimentos administrados pela AHI sobre o compromisso público da empresa com a proteção das crianças e adolescentes.
5. Promover treinamentos permanentes para todos os colaboradores e terceirizados sobre turismo sustentável e proteção de crianças e adolescentes.
6. Introduzir uma cláusula específica nos contratos celebrados com os fornecedores a fim de declarar o compromisso mútuo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.
7. Utilizar oportunidades de comunicação institucional interna e externa para disseminar o compromisso da AHI com a proteção de crianças e adolescentes.
8. Publicar anualmente as medidas adotadas para cumprir com os pontos estabelecidos no Código de Conduta.

Implementado no segundo semestre de 2005, o Código de Conduta passou a balizar todas as ações da AHI e uniformizou as estratégias de responsabilidade social por toda a sua rede hoteleira. Conforme se verifica, seu conteúdo representa uma série de procedimentos a serem respeitados e cuja finalidade é a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual. Para tanto, orienta acerca da atuação de servidores da AHI, investidores, fornecedores e clientes.

A mobilização dos funcionários da Atlantica

O sucesso das ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual por meio das atividades desenvolvidas pela AHI depende fundamentalmente do engajamento de seus funcionários. Para tanto, e com o apoio técnico da Childhood, a Atlantica adotou um programa de treinamento como requisito obrigatório para todos os seus servidores, inclusive os terceirizados, tanto no momento que ingressam na empresa, como também para permanência nela. Todos, mesmo os já treinados, devem passar por um pro-

cesso de reciclagem obrigatório em programas que são desenvolvidos a cada trimestre em toda a rede hoteleira. Os treinamentos ocorrem tanto de forma presencial quanto por intermédio de videoconferências.

Com base num documento público disponibilizado aos funcionários cujo título é “Capacitação de colaboradores AHI para adoção de práticas de turismo sustentável e infância”, o processo de treinamento enfatiza a questão da responsabilidade social conceituando-a como “uma das maneiras de exercitar a ética nas relações com clientes, colaboradores, fornecedores, investidores, meio ambiente e comunidade”.

A partir disso a AHI define bem o seu foco de atuação chamando a atenção de todos os seus colaboradores sobre a parceria com a Childhood em torno de ações contra a exploração sexual infantil, assim como sobre as instituições envolvidas com a causa e os objetivos a serem alcançados, dando muita ênfase ao vínculo direto entre turismo sustentável e infância saudável. A sensibilização dos funcionários, quanto aos riscos representados pela exploração sexual de crianças e adolescentes para a sobrevivência da empresa, pode ser verificada no material do treinamento de maneira bastante destacada:

A exploração sexual de crianças e adolescentes, um dos efeitos colaterais do turismo, coloca em risco a SUSTENTABILIDADE (sobrevivência) do empreendimento, compromete a infância, o destino turístico e a EMPREGABILIDADE.

Com isso, a AHI busca demonstrar que sua ação não se trata apenas de uma simples adesão a uma causa (o que por si já seria um gesto nobre), mas também representa uma forma de garantir a sustentabilidade de seu negócio na medida em que a existência de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes no interior de seus empreendimentos pode acarretar a cassação do alvará de funcionamento da empresa, já que se configura como um crime onde tanto a AHI quanto os seus próprios funcionários estão passíveis de processo criminal e condenação judicial por facilitar tal prática.

Também são feitos destaques sobre outros efeitos econômicos que a tolerância com práticas de exploração sexual infantil pode acarretar: afugenta o chamado hóspede desejado (aquele que traz a sua família) e provoca danos negativos à imagem do hotel e possivelmente à imagem da rede como um todo, gerando perdas econômicas que podem inviabilizar o negócio como ati-

vidade econômica, o que pode significar desemprego generalizado com sérios danos também para aqueles que sobrevivem indiretamente da existência do empreendimento (motoristas de táxi, restaurantes etc.).

A elaboração do material de treinamento bem como a sua realização foram precedidas da visita do chamado “hóspede oculto” a diferentes hotéis vinculados à AHI, com o intuito de diagnosticar os pontos que deveriam ser trabalhados com maior ênfase durante a realização das diversas etapas de treinamento. O hóspede oculto é mantido no anonimato quanto aos seus objetivos, ficou hospedado nas dependências dos hotéis com o objetivo exclusivo de verificar a rotina de cada um deles.

No sentido de orientar as atividades cotidianas de seus funcionários para que eles pudessem saber como lidar diante de situações que se configurassem como formas de exploração sexual de crianças e adolescentes na sua rede de hotéis, a AHI produziu um manual de procedimentos, que contou com apoio técnico da ONG Resposta e da Childhood, dividido em duas partes: conceito e prática. Na parte conceitual são apresentados os significados de turismo sustentável; negócio sustentável; responsabilidade social empresarial; ética; desenvolvimento sustentável; infância; adolescência; hospitalidade; prostituição *versus* exploração sexual; e as causas da exploração sexual. A ênfase em tais conhecimentos visa fortalecer a argumentação diante de possíveis situações de risco em que o diálogo pode ser uma importante estratégia de convencimento, além de firmar nos treinandos a convicção sobre valores éticos e morais que fortalecem a ação em torno dessa causa.

Na parte denominada prática, os destaques são para os procedimentos para a promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e adolescentes, onde constam as condutas a serem adotadas para cada um dos setores dos hotéis quando identificadas possíveis situações de risco. Os setores enfatizados são aqueles que lidam diretamente com o público como: gerência-geral; hospedagem; governança; vendas/comercial; segurança; alimentos e bebidas.

Com o treinamento dos funcionários (cerca de 2.800 já passaram por esse processo desde 2005), a AHI busca contemplar os itens 3, 4 e 5 de seu Código de Conduta. Vale destacar que o código deve ficar exposto em local visível para todos os hóspedes e em todas as unidades hoteleiras administradas pela Atlantica, conforme também prevê o item 4 do Código de Conduta.

Segundo relatos de funcionários da AHI, até o presente momento não se verificou nenhuma situação em que fosse necessária a ação com base no Código de Conduta para impedir situações de exploração sexual. Porém, eles afirmam que estão devidamente orientados para interpelar quaisquer hóspedes que se apresentem acompanhados de crianças ou adolescentes sem que seja comprovado o parentesco direto por meio de documentação legal, impedindo-os imediatamente de se hospedar em qualquer um dos estabelecimentos hoteleiros administrados pela AHI.

Comprometendo os fornecedores da Atlantica com a causa

Um passo importante nos trabalhos desenvolvidos pela AHI foi dado no sentido de comprometer os seus fornecedores com a causa do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, a Atlantica passou a exigir dessas empresas a assinatura na qualidade de “aderente” de um termo em que elas se comprometem internamente a não desenvolver em seus estabelecimentos iniciativas contrárias a essa expectativa. Um dos pontos importantes, entre tantos outros constantes do termo (anexo 1), está na sua parte inicial, quando se destaca que a empresa:

Assume através deste compromisso a responsabilidade de observar e cumprir com todas e quaisquer ações desenvolvidas pela **AHI** e suas Filiais, em parceria com a Childhood – **BRASIL**, e assim se compromete a empenhar todos os seus esforços para adequar-se à política desenvolvida pela **AHI** e suas Filiais, e contribuir para que não sejam empregados em seu estabelecimento políticas contrárias àquelas implantadas e almejadas pela **AHI** e suas Filiais em parceria com a Childhood – **BRASIL**.

Até 2007, cerca de 60 empresas⁶ já haviam subscrito o Termo de Adesão. A concordância com seus princípios não tem apenas valor simbólico,

⁶ Entre as empresas que subscreveram o Termo de Adesão destacam-se: AGK Corretora de Câmbio S.A., Kalida Comércio de Prod. Higiênicos Ltda., Gráfica e Editora Dedone Ltda., Brave Comunicação Marketing Design Ltda.; PMWeb Comunicação Ltda., Netvertising Consultoria de Marketing, Comunicação e Internet SC Ltda., Nexial Marketing Group Ltda., Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing Ltda., Grupo Trade de Comunicação Ltda.

mas significa assumir algumas práticas para além do ambiente interno como a utilização de material institucional interno e externo divulgando o compromisso que assumiu com relação à proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual.

A proprietária de uma gráfica que já subscreveu o termo relata que em todos os eventos externos que a sua empresa participa, como feiras e eventos, procura levar a mensagem da Atlantica por meio da distribuição de cartões e boletins em prol da causa. Destaca, ainda, que a simples adesão ao termo modificou a sua postura dentro da empresa e que ela sempre procura conversar com seus funcionários sobre a questão e instruí-los a disseminar campanhas de conscientização. Com isso, a gráfica está diretamente cumprindo o compromisso em que o aderente “Constantemente informará a todos os seus empregados, prepos- tos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores sobre a necessidade de proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual”.

O ganho social da obrigatoriedade do compromisso exigido pela Atlantica na relação com seus fornecedores pode ser atestado nas palavras da proprietária da gráfica quando afirma que “antes do termo eu não tinha desenvolvido qualquer tipo de preocupação ou iniciativa frente a questões dessa natureza. Depois dele, passei a prestar atenção em notícias que cercam esse debate e a discutir com diversas pessoas sobre o problema”. A utilização do termo como estratégia de fortalecimento das ações de responsabilidade social da AHI está em consonância com o que se prevê no item 6 do Código de Conduta.

A arrecadação de fundos

São várias as estratégias de arrecadação de fundos desenvolvidas pela AHI desde 2005 e elas visam ajudar projetos desenvolvidos pelas instituições sociais que são apoiadas pela Childhood, como é o caso da Associação Lua Nova,⁷ entidade social com foco no atendimento a jovens mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade social no município de Araçoiaba da Serra, próximo a Barueri, local em que está instalada a sede do grupo Atlantica.

⁷ Mais informações sobre a entidade em <www.luanova.org.br>.

A aproximação com a Associação Lua Nova ocorreu por intermédio da Childhood Brasil, dentro da estratégia de apoiar uma instituição já reconhecida publicamente pelas ações que desenvolve. No caso, a Atlantica optou por apoiar o Projeto Criando Arte, uma iniciativa de geração de renda onde as jovens assistidas produzem bonecas, brindes, acessórios e produtos pedagógicos dentro da Associação Lua Nova. As jovens mães também são responsáveis pela existência de uma linha de desenvolvimento de novos produtos, voltados para a confecção de brindes comemorativos para empresas que associam sua imagem com o apoio a uma determinada ação social.

A primeira ação da AHI junto ao Projeto Criando Arte se deu por intermédio de uma parceria firmada com o cartão Visa. Nela, o cliente que optar por pagar suas despesas acima de R\$ 250 nos hotéis da Atlantica, com o cartão, ganha uma miniboneca promocional da Visa que foi produzida nas oficinas do Criando Arte junto à Associação Lua Nova. A ação rendeu cerca R\$ 54 mil para o Criando Arte nos dois anos de existência (2006/07). A Atlantica compra e paga antecipadamente todas as minibonecas independentemente da quantidade absorvida pela campanha que vem sendo desenvolvida em parceria com o cartão Visa. O cliente que dela participa recebe o brinde no momento exato em que efetua o pagamento de suas despesas nos moldes previstos pela campanha.

Segundo uma das coordenadoras do Criando Arte, a aproximação com a AHI foi articulada pela Childhood e sua importância está em fortalecer a luta em torno da causa contra a exploração sexual e propiciar mais visibilidade para os trabalhos das jovens mães, além de o material produzido por elas ser revertido em ganhos financeiros para as mesmas. Conclui, afirmando, que por algumas vezes as mães estiveram nas dependências da Atlantica desenvolvendo oficinas de fabricação de bonecos de pano em eventos e que por vezes recebem visita de membros da AHI que se dirigem ao Criando Arte para acompanhar as suas atividades e doar cestas básicas para as jovens mães, além de materiais que podem ser de utilidade para os trabalhos da associação.

Em recente reunião com a Childhood, a direção da AHI optou por ampliar sua ação a partir da experiência desenvolvida com a Associação Lua Nova. Os hotéis do grupo em Porto Alegre e Natal já identificaram, por meio da Childhood, instituições locais a serem apoiadas. Existe um planejamento

de médio e longo prazos no sentido de que todos os hotéis administrados pela AHI venham a fazer o mesmo com instituições de seu entorno.

Existem outras formas de captação de recursos desenvolvidas em diversas atividades da AHI. Uma delas é bastante criativa e ocorre durante as convenções anuais da Atlantica que reúne seus gestores, bem como agências e operadoras de turismo. Nelas, ocorrem os chamados leilões silenciosos onde, entre tantas outras coisas como o oferecimento de hospedagem na rede hoteleira da AHI e pacotes turísticos, produtos inusitados como um jantar com o presidente da empresa ou um almoço com determinada personalidade do meio artístico são oferecidos aos participantes e estes apresentam os seus lances. Todo o dinheiro arrecadado é inteiramente revertido para o apoio a ações desenvolvidas por instituições apoiadas pela Childhood. Nessas convenções a Atlantica procura estimular fornecedores e colaboradores a aderirem à cultura de doação destinando não apenas produtos ou recursos diretos, como também horas de trabalho para serem leiloadas, sendo que a própria AHI se encarrega de também doar o mesmo valor arrecadado no leilão, dobrando assim o valor total de arrecadação. Nos leilões silenciosos ocorridos em 2006/07 foram arrecadados cerca de R\$ 100 mil.

As ações de captação de recursos são complementadas por outras três estratégias pontuais. Na primeira os hóspedes são estimulados por meio de campanha interna com cartazes e pôsteres espalhados pelas unidades hoteleiras a doar R\$ 1 cujo valor é acrescentado na sua conta. Nesse caso, a Atlantica também aporta o mesmo valor doado pelos hóspedes dobrando assim o total arrecadado.

As outras duas formas de captação são: a disponibilização de um cofre na recepção dos hotéis onde os hóspedes espontaneamente podem fazer suas doações; e a reversão de um percentual obtido com o consumo de produtos de minibar para o apoio à causa. Nesse caso, é estabelecida uma parceria com os fornecedores e o percentual a ser revertido como arrecadação varia por produto. Eventualmente, são realizadas vendas de produtos nas dependências dos hotéis em circunstâncias específicas. Em todos esses casos, os fundos arrecadados são destinados para o apoio a projetos da Childhood.

Essas ações estão diretamente vinculadas ao que se prevê no item 2 do Código de Conduta na medida em que elas envolvem o conjunto de atores que estão diretamente ligados às atividades econômicas da AHI.

Publicação e disseminação das ações

Buscando cumprir o que se prevê o item 7 do Código de Conduta, de que a Atlantica deve “utilizar oportunidades de comunicação institucional interna e externa para disseminar o compromisso da AHI com a proteção de crianças e adolescentes”, e no item 8 do mesmo documento onde se afirma que é necessário “publicar anualmente as medidas adotadas para cumprir com os pontos estabelecidos no Código de Conduta”, a Atlantica tem feito uso de vários recursos de comunicação.

Um dos recursos mais utilizados é a página na web <www.atlanticahotels.com.br>. Na seção de responsabilidade social, destaca-se imediatamente o “Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes” firmado publicamente pela Atlantica por meio de um pequeno parágrafo que apresenta genericamente a sua política corporativa de responsabilidade social, onde no final da página consta o selo alusivo à parceria entre a AHI e a Childhood.

Nessa mesma página existem hiperlinks que detalham a parceria com a Childhood e apresentam um balanço de todas as atividades desenvolvidas pela parceria, detalhando inclusive quanto foi arrecadado financeiramente em algumas atividades. O Código de Conduta pode ser acessado para consulta pública e serve como instrumento para reforçar o compromisso público da Atlantica com a causa.

A comunicação externa também é feita com o uso de cartões-postais e cartões de Natal fazendo alusão à causa do combate à exploração sexual. Os cartões são disponibilizados aos hóspedes e servem como forma de captação de recursos. Também são elaborados boletins informativos que geralmente disseminam a campanha em grandes eventos como o Fórum Mundial de Turismo ocorrido em Porto Alegre no ano de 2006 e o Fórum de Organizações Hoteleiras (FOB).

As estratégias de comunicação interna podem ser largamente percebidas por quem frequenta um dos hotéis da AHI. Boletins dirigidos aos funcionários e investidores são produzidos regularmente. O Código de Conduta fica exposto em locais visíveis. Os elevadores possuem espaços exclusivos para a divulgação de notícias e campanhas de captação de recursos como o caso da parceria com o Visa, ou mesmo sobre a venda de produtos cuja renda será revertida em benefício de projetos como o da Lua Nova ou então de atividades apoiadas pela Childhood.

Durante eventos para agentes e operadores parceiros da Atlantica, são exibidas sessões de cinema para a apresentação do vídeo institucional *Atlantica Movie Day*, onde se faz a divulgação dos trabalhos em torno do compromisso contra a exploração sexual no turismo, enfatizando o papel da parceria com a Childhood. Segundo informações da AHI, no ano de 2006 mais de mil pessoas assistiram ao filme. Houve, inclusive, uma sessão dirigida exclusivamente para crianças.⁸

Considerações finais

Como se pôde verificar ao longo do caso relatado, é possível articular um bom posicionamento da empresa no mercado em que atua com ações bem estruturadas de responsabilidade social. Isso ocorreu justamente no momento em que AHI percebeu o papel que ela podia cumprir para tornar a atividade turística uma forma de promover a dignidade social, apoiando o combate a um problema em que alguns acabam buscando se beneficiar da sua existência.

O caso Atlantica nos leva a refletir sobre uma questão fundamental nas ações de responsabilidade social: o fazer não visando apenas ganhos de imagem, mas objetivando promover uma mudança substantiva mesmo que isso custe investimentos significativos da própria empresa. Fica evidente que a AHI incorporou a causa ao negócio, o que fortalece de maneira significativa o compromisso público da empresa. Essa opção criou um ciclo virtuoso onde todos ganham.

Isso fica evidenciado desde a existência do Programa Criança Feliz. Nessa iniciativa, que pelos depoimentos parece não ser muito valorizada pela empresa, já estava bem delineada a tentativa de se buscar um espaço de atuação social onde a criança deveria ser o foco principal da ação. Se a ação não prosperou da maneira como se esperava, serviu para sensibilizar ainda mais os dirigentes do grupo no sentido de buscar um caminho mais adequado e que fosse transformado na sua política corporativa de responsabilidade social.

O encontro com parceiros como a Childhood e a ONG Resposta acabou consolidando o planejamento de ações baseadas, inicialmente, em um Código

8 Disponível em: <www.idis.org.br/biblioteca/casos/atlantica-hotels-international-e-o-wcf-brasil>. Acesso em: 17 dez. 2007.

de Conduta que acaba por se transformar nas diretrizes básicas de todas as ações sociais.

Desse modo, as iniciativas desenvolvidas pela AHI acabaram extrapolando positivamente as fronteiras da própria empresa ao se transformar numa verdadeira mobilização de funcionários, fornecedores, investidores, parceiros e clientes em prol da justa causa do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades de turismo.

Portanto, não só pelo alcance das ações que desenvolve, mas também pelo leque de parceiros que mobiliza e pelo efeito de demonstração que traz consigo, o caso da Atlantica representa uma experiência inovadora e bem-sucedida com foco na dignidade de crianças e adolescentes em situação de risco social. Ela pode servir como fonte de inspiração tanto para gestores privados quanto para gestores públicos, no sentido que eles possam construir novas experiências para o enfrentamento de problemas semelhantes e tão graves no momento atual brasileiro. Porém, para que novas iniciativas logrem sucesso, é preciso ter o que parece sobrar aos envolvidos com a experiência da AHI: boa vontade e perseverança para tocar os trabalhos.

Referências bibliográficas

AHI. *Capacitação de colaboradores AHI para adoção de práticas de turismo sustentável e infância*. Documento cedido pelo setor de recursos humanos da AHI.

_____. *Manual de procedimentos*. Documento com orientação sobre o procedimento dos funcionários diante de situação que configure exploração sexual de crianças e adolescentes cedido pelo setor de recursos humanos da AHI.

CHEFFINS, D. Entrevista. Departamento de Recursos Humanos AHI. 3 dez. 2007.

DEDONE, S. Entrevista. Gráfica Dedone, 17 dez. 2007.

DRUMOND, A. M. Entrevista. Childhood Brasil, 12 dez. 2007.

IDIS (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL). *Estudo de caso: Atlantica Hotels International e WCF Brasil*. Disponível em: <www.idis.org.br/biblioteca/casos/atlantica-hotels-international-e-o-wcf-brasil>. Acesso em: 17 dez. 2007.

SALLES, A. Entrevista. Departamento de Marketing AHI, 3 dez. 2007.

SAVE THE CHILDREN/ECPAT. Caso 1. La experiencia de Atlantica Hotels International. In: *Buenas prácticas empresariales. Casos exitosos para la prevención de explotación sexual de niñas, niños y adolescentes en América Latina*. Lima, 2007.

SILVA, C. R. da. Entrevista. Associação Água Viva, 18 dez. 2007.

VALLE, H. do. Entrevista. Diretoria AHI, 3 dez. 2007.

Anexo

Termo de adesão

A parte abaixo, a saber:

Razão social:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

CNPJ/MF:

neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente “**ADERENTE**”;

CONSIDERANDO que a **ADERENTE** é grande e importante fornecedora de produtos e/ou serviços à **Atlantica Hotels International (Brasil) Ltda.**, empresa com sede na Alameda Rio Negro, 585, 13º andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.223.966/0001-13, doravante denominada simplesmente **AHI**, e suas respectivas Filiais;

CONSIDERANDO que a **AHI** e suas respectivas Filiais visam ser reconhecidas como líderes em franquia e administração hoteleira, alcançando os melhores retornos para seus clientes, investidores, funcionários e acionistas, e assim se comprometem a atingir seus objetivos insistindo na preservação dos mais altos valores de ética, integridade e honestidade profissional; e ainda,

CONSIDERANDO que a **AHI**, buscando atingir seus objetivos, firmou parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**, associação civil sem fins lucrativos que objetiva romper o ciclo de violência herdado por milhões de crianças

e adolescentes brasileiros, promovendo e defendendo os direitos das crianças e adolescentes e apoiando programas que visem preservar a integridade física, psicológica e moral daqueles, focando a questão da violência e exploração sexual; e, de igual forma, aderiram suas respectivas Filiais ao compromisso assumido pela **AHI** face ao **INSTITUTO WCF-BRASIL**;

Assume através deste compromisso a responsabilidade de observar e cumprir com todas e quaisquer ações desenvolvidas pela **AHI** e suas Filiais, em parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**, e assim se compromete a empenhar todos os seus esforços para adequar-se à política desenvolvida pela **AHI** e suas Filiais, e contribuir para que não sejam empregados em seu estabelecimento políticas contrárias àquelas implantadas e almejadas pela **AHI** e suas Filiais em parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**.

Desta forma, declara desde já o **ADERENTE** que:

- a) Não emprega crianças e adolescentes na execução de seu objeto social, ou quaisquer outros serviços e ações desenvolvidas paralelamente pelo **ADERENTE** e seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores, exceto aqueles que devidamente contratados como menores aprendizes, assim como definidos pela legislação trabalhista hoje em vigor, e protegerá por todos os meios que puder crianças e adolescentes da exploração sexual;
- b) Implementará e disseminará para seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados, demais colaboradores, investidores, clientes e fornecedores, bem como para a comunidade local, a política corporativa da **AHI** e de suas Filiais, e o compromisso que ora assume;
- c) Dará conhecimento a todos aqueles que puder sobre o compromisso público da **AHI** e de suas Filiais, e de seu próprio que ora assume, de não tolerar a exploração sexual de crianças e adolescentes em seus estabelecimentos, e caso assim seja possível, fará o presente compromisso constar em todos os contratos e compromissos que assumir perante terceiros;
- d) Constantemente informará a todos os seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores sobre a necessidade de proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual;
- e) Fará saber, em todas e quaisquer oportunidades de comunicação institucional interna e externa que puder, que aderiu ao presente compromisso

com a **AHI** e suas Filiais sobre a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual; e

Assim, por estar justo e comprometido, assina o **ADERENTE** o presente documento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo descritas, a tudo presentes.

(Cidade), ____ de ____ de 2006

ADERENTE: _____

De acordo **AHI:** _____

Testemunhas:

1.

2.

Nome

Nome

RG

RG

Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites, restrições e possibilidades de ação do Cedeca-BA



José Antônio Gomes de Pinho

Aniele Marquez

Ivã Coelho

Mônica Santana

Este capítulo apresenta as diversas faces da exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador, tendo como eixo fundamental de pesquisa o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca-BA), uma organização não-governamental que atua em diversas frentes no combate à violência contra crianças e adolescentes, seja em casos relacionados aos crimes de homicídio, abuso ou exploração sexual.

Assim como as demais instituições que têm como foco o combate à violência infanto-juvenil — sejam originárias do Estado, da sociedade ou da iniciativa privada, o Cedeca-BA possui como base de orientação fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, suas parcerias e apoios internacionais fazem do Cedeca-BA uma importante referência nas questões relacionadas aos dilemas e desafios para o desenvolvimento dos direitos humanos, no que tange à população infanto-juvenil.

A articulação do Cedeca-BA com a sociedade, o poder público e as empresas privadas revela-se um grande fator de contribuição para o fortalecimento da rede de proteção e combate à violência contra crianças e adolescentes na Bahia, e com reflexos que indiscutivelmente abrangem o território nacional.

Pela percepção dessa articulação e do trabalho em rede é que se pretende aqui apresentar também, embora de forma sintética, idéias de al-

guns pesquisadores e educadores sociais que, pelo intercâmbio de informações, debates e atuação participante, contribuem paralelamente ou em parceria para o combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador.

A pesquisa tem caráter exploratório e natureza qualitativa, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e de entrevistas com a utilização de questionários semi-estruturados. Além disso, foram feitas coletas de dados secundários e um trabalho de observação não-participante, para melhor compreensão do universo explorado.

Inicialmente, são abordados os aspectos relacionados à caracterização da área de estudo, a cidade de Salvador-BA, sendo apresentados dados sociais, turísticos e específicos sobre turismo sexual nessa cidade, o que já indica que a ação do Cedeca-BA se faz em cima de um determinado contexto com um processo histórico específico, condicionado pelos elementos constitutivos desse processo histórico.

Em seguida, faz-se uma caracterização do objeto de estudo, o Cedeca-BA, sendo revelados seus projetos, posicionamentos e linhas de atuação no enfrentamento da violência sexual.

Posteriormente, a trajetória do Cedeca-BA é delineada, concomitantemente com um aporte teórico que aproxima a democracia, os direitos e a questão do turismo sexual, ou seja, entendemos que a questão do turismo sexual tem que ser colocada no invólucro da construção dos direitos, da cidadania, da democracia enfim.

De forma objetiva, discutimos o papel das ONGs no contexto contemporâneo da reforma do Estado de forma teórica, para que, no percurso, possamos abordar a trajetória do Cedeca-BA como ONG, com suas limitações, possibilidades e contradições no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por fim, concluímos o estudo apresentando uma análise dos dados obtidos procurando uma convergência entre o empírico e teórico de modo a lançar alguma luz na construção de conhecimento para o combate ao fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador.

Caracterização da área de estudo (Salvador) e do objeto de estudo Cedeca

Caracterização da área de estudo (Salvador)

Salvador é uma cidade dissimulada. Jamais é o que se apresenta ao olhar em toda sua plenitude... é preciso que todos os sentidos estejam atentos, aguçados e que, além deles, a imaginação permita brincar em seus jogos de luz e sombra.

(Gey Espinheira)

Inicialmente sustentada pelo comércio e a indústria, a cidade teve, nas últimas décadas, no turismo o complemento para a elevação do seu PIB, com a diminuição das altas taxas de desemprego e conseqüente melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, de maneira geral. Mas essa não foi a solução, o desemprego continua elevado em todo o estado, o que contribui para aviltantes índices de pobreza favorecendo um mercado de atividades informais e o aumento na participação de atividades ilegais como o turismo sexual, que envolve crianças e adolescentes numa rede de exploração cada vez mais articulada e infiltrada em diversos segmentos sociais. Problemas urbanos como falta de transporte e saúde públicos, moradia, saneamento, educação e violência, contribuem para a degradação acelerada do nível de vida de sua população mais vulnerável e desprovida dos benefícios de uma sociedade perigosamente desigual.

A situação do Nordeste e de Salvador, no que tange à exclusão social, pode ser apreendida a partir de dados de Pochman e Amorim (2003), construídos com base em três aspectos: padrão de vida digna — que inclui os índices de pobreza, desigualdade e emprego formal; conhecimento — que se refere aos índices de alfabetização e escolaridade; risco juvenil — que se desdobra na quantidade de jovens presentes na população e número de homicídios por 100 mil habitantes. Ressalta-se que os indicadores citados se detalham para a composição do índice, todavia, não há pretensão de explorar esse tópico neste capítulo, apenas destacar alguns elementos.

Dados específicos sobre Salvador revelam uma realidade congruente com a verificação comentada a seguir. Em uma análise onde 0 (zero) representa a pior situação social e 1 (um) a melhor possível, dentro dos níveis avaliados, Salvador se expõe por meio dos números da tabela 1.

Tabela 1
Salvador (BA)
Posição no *ranking*, a partir da melhor
situação social: 226º

Índice	Valor
Pobreza	0,599
Emprego formal	0,285
Desigualdade	0,247
Escolaridade	0,759
Alfabetização	0,893
Juventude	0,718
Violência	0,972
Exclusão social	0,597

Como pode ser examinado, apesar de Salvador ser uma localidade de grande porte, capital estadual e com vigoroso índice de pobreza, o índice de violência se encontra em um “grau aceitável”, em princípio, na medida em que o dado constatado aproxima-se de 1 (um). Mas para que se possa ter uma real noção da realidade social do município, faz-se essencial uma pesquisa qualitativa que desvende as particularidades que movem o dado quantitativo, no intuito de elucidá-lo.

Citando dados que contextualizam a região Nordeste, e conseqüentemente Salvador: no que atribui significado ao indicador que mede a participação de cidadãos com até 19 anos na população total, “percebe-se, que por um lado, 7% das cidades brasileiras apresentam elevada participação de jovens, sendo que todas elas estão situadas nas regiões Norte e Nordeste” (Pochman e Amorim, 2003:23) do Brasil. “Ainda que de forma indireta, isso aponta para uma das características da exclusão social nessas regiões, presente em famílias numerosas, compostas por muitas crianças e jovens e que apresentam menor expectativa de vida” (Pochman e Amorim, 2003). Com média próxima de 0,8 para esse quesito, Salvador exhibe a sua realidade, que concorda com a citação dos autores.

Em relação ao indicador que afere a violência, observa-se que 13,9% das cidades brasileiras exibem um considerável número de homicídios por 100 mil habitantes, mas o que é singular é o fato de que, ao contrário do espera-

do, “a localização delas não coincide propriamente com a das cidades onde a exclusão se faz com mais clareza” (Pochman e Amorim, 2003:24). É possível que a violência possua uma lógica territorial distinta para cada região. Pode-se inferir a possibilidade de que o controle e registros legais da violência seguem padrões diferenciados de eficácia, por exemplo.

O índice de emprego formal — em 0,285 — e o índice de desigualdade — em 0,247 — portanto, bem mais próximos de zero do que de um, integram o tema “padrão de vida digno”, e revelam quais são, entre as aqui tratadas, as pendências sociais mais graves de Salvador.

No que se refere ao índice de exclusão social propriamente dito, “nada menos que 41,6% das cidades do Brasil apresentam os piores resultados neste indicador, quase todas elas situadas nas regiões Norte e Nordeste” (Pochman e Amorim, 2003:25). Esses dados reforçam a constatação de que há poucos pontos territoriais não tão marcados pela exclusão social, desvendada pela pobreza e pela fome, “que atingem famílias extensas, jovens, uma população pouco instruída e sem experiência assalariada formal” (Pochman e Amorim, 2003).

A média alcançada pela capital baiana no índice de exclusão social (0,597) faz de Salvador um lugar onde há muito ainda que ser feito para mediar a exclusão social.

A atividade turística em Salvador-BA

A entrada do Brasil na rota do turismo mundial abriu as portas do país para que pessoas de diversas partes do mundo pudessem conhecer suas belezas naturais, a biodiversidade, a pluralidade e riqueza culturais etc., elevando as possibilidades de crescimento, desenvolvendo áreas antes relegadas às ruínas e diversificando os tipos de serviços oferecidos. As probabilidades de ganhos, as expectativas de crescimento apontavam para a euforia com a qual o tema era tratado, uma tendência a apenas levar em consideração fatores a princípio favoráveis/benéficos para qualquer país colocado à beira de uma expansão interessante para a entrada de dividendos, para o alavancar econômico e o desenvolvimento como país reconhecido internacionalmente.

Em virtude de seu patrimônio histórico-cultural, Salvador colocou-se na rota turística como uma das cidades mais procuradas como destino para fé-

rias ou passeios, seja pela elevada quantidade de belezas naturais/paradisiacas, seja pelas cores de uma cultura notoriamente diversificada. Segundo dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), de um total de 5.018.991 turistas que entraram no país em 2006, a Bahia foi responsável por 178.862 turistas desse montante, ficando atrás de estados como São Paulo, com 2.290.764, Rio de Janeiro, com 794.219, Rio Grande do Sul, com 619.595 e Paraná, com 535.531, o que a coloca como a quinta maior porta de entrada de turistas estrangeiros no Brasil.

Vários investimentos em uma estrutura diversificada procuraram capacitar a cidade como uma das melhores colocadas no gosto de turistas vindos de toda parte do mundo, influenciando direta e indiretamente a vida do povo por conta de mudanças diversas no dia-a-dia de toda cidade colocada como rota de passagem de pessoas com interesses múltiplos e de culturas diferentes. Ainda segundo dados da Embratur, os turistas que mais utilizam Salvador como “porta de entrada” para o Brasil vêm da Europa,¹ representando, em 2006, 157.400 de todos os turistas que preferiram a Bahia como pouso inicial de suas viagens.

Os impactos não poderiam deixar de ser notados por todos. A euforia primeva foi destacar o que de bom a transformação da Bahia, e de sua capital como prioridade, num pólo turístico, deveria resultar. Geração de empregos, crescimento da rede de hotéis, bares, restaurantes, aperfeiçoamento dos serviços, destaque para a cultura, patrimônio histórico, artístico e cultural, toda uma série de benefícios, impactos positivos, foi elencada e esperada com muito interesse por todos os envolvidos de alguma forma nessa onda de mudanças que a implantação do turismo como modo de sustentação iria ocasionar. Só que qualquer mudança, como bem sabido, traz consigo impactos positivos, geralmente os mais visíveis e desejados, e impactos negativos, por vezes escamoteados quando interesses de ordem econômica sobrepõem-se a outros menos queridos por grupos especulativos de toda sorte.

Em relação às motivações para visitar a capital baiana, dados do site da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa), coletados pela então Secretaria de

¹ Entre os turistas estrangeiros que mais visitam o Brasil (argentinos, americanos, portugueses, uruguaios, alemães, italianos, franceses, paraguaios, espanhóis, chilenos, respectivamente), são os italianos, portugueses e espanhóis os que têm na Bahia um de seus destinos brasileiros prediletos. Mas é importante lembrar que apenas 14% do total de turistas são internacionais, e a maioria, turistas oriundos de outros estados brasileiros. Dados da Embratur.

Cultura e Turismo da Bahia em 2004, revelam os perfis dos turistas nacional e estrangeiro que visitam a cidade.

Perfis dos turistas nacional e estrangeiro que visitam Salvador

Dados do turista estrangeiro	Dados do turista brasileiro
76% vêm a Salvador a lazer	35,2% vêm a Salvador a negócios
11,9% vêm para visitar parentes e amigos	30,7% vêm a Salvador a lazer
49,7% vêm pela influência de amigos	59,1% já conheciam a cidade
59,6% se hospedam em hotéis	29,9% vêm pela influência de amigos
Permanecem em média nove dias na cidade	46,5% se hospedam na casa de amigos e familiares
Gastam em média US\$ 45,5/ <i>per capita</i> por dia	32,2% se hospedam em hotéis
64,6% têm nível superior	Permanecem em média oito dias na cidade
	Gastam em média US\$ 26/ <i>per capita</i> por dia
	42,6% têm nível superior

No entanto, nessa pesquisa não foram identificados dados que expõem aspectos referentes ao turismo sexual em Salvador. Além disso, há diversas variáveis envolvidas ao tema que dificultam a classificação dos turistas do sexo, aspectos aqui não explorados, inclusive a falta de dados, pois as pesquisas convencionais do setor só mostram os aspectos positivos do turismo.

O turismo sexual em Salvador

Muito do tráfego intenso de turistas nacionais e estrangeiros não vem à cidade em busca de sua bela natureza, mas sim à procura de um mercado abastecido para o turismo de sexo com meninas e meninos, presas extremamente fáceis nessa modalidade ilícita. Miséria e falta de perspectivas de crescimento pessoal, aliado a uma sociedade onde a regra do consumo define estilos de vida, propiciam a entrada desse contingente no ramo do sexo, problemas sérios que carecem de políticas públicas arrojadas graças ao avançado estado de periculosidade da situação em que hoje se encontra boa parte dessa população. A

dinâmica que hoje se espalha por toda a cidade traz conseqüências tenebrosas no modo de vida cotidiana, o que exclui ainda mais crianças e adolescentes em estado de risco.

O comércio sexual que promove a exploração de crianças e adolescentes, em sua maioria do sexo feminino, redefine o ambiente citadino e informa outros meios de sobrevivência para essa população carente de investimentos governamentais, relegada à lógica doentia do prazer ilegal. Vindas da periferia da cidade e mesmo de outras cidades pelo tráfico de pessoas, essas meninas aglomeram-se em pontos onde o turismo acontece mais intensamente ou em vielas próximas aos pontos mais procurados, umas de forma mais escondida que outras, contando com a conivência de muitos agentes sociais, alguns até que deveriam combater, como é o caso de alguns policiais, cooptados por essa rede em esquemas de corrupção, bem como donos de hotéis e taxistas.

A necessidade de sobrevivência impele muita dessas meninas para as ruas, muitas inclusive sendo estimuladas por suas famílias, desprovidas de qualquer forma de sustentabilidade, como única forma de conseguir alimentos e satisfação de algumas necessidades básicas/fundamentais e também artefatos valorizados pela sociedade do consumo como roupas de marcas famosas e acessórios da moda. Em muitos casos a situação tem início com abusos praticados por parentes ou pessoas próximas das famílias dessas crianças, desses adolescentes, o que contribui para o ingresso deles no submundo da exploração. Uma realidade que fere e compromete a saúde social do estado e, conseqüentemente, do país.

De maneira geral essas pessoas não são consideradas vítimas desse esquema doentio de sexo por dinheiro, mas sim agentes ativos, responsáveis pela situação de penúria e desgraça em que se encontram. Historicamente o cuidado com a infância sempre foi mínimo por parte de toda a sociedade. Um erro fatal que propicia o descaso e agrava a irresponsabilidade com que a sociedade trata essa questão, a prova clara da falência múltipla de um modelo decadente de adequação e inserção sociais.

Mesmo sendo fenômeno mundial, os casos de exploração sexual na infância e juventude encontram abrigo mais eficiente em países como o Brasil e em cidades onde a pobreza e a desigualdade sociocultural são mais incisivas no dia-a-dia de seu povo. Mesmo com casos notificados entre meninas e meninos de classe média, é o público pobre o mais vulnerável nessa questão. Além

da pobreza e da desigualdade criando relações profundamente assimétricas entre o turista sexual e as jovens locais, ainda um outro fator tem que ser considerado fundamental no contexto da cidade de Salvador, a saber, a questão étnica criando uma combinação explosiva.

O fator exotismo é um dos que mais alimentam os anseios do turista que busca satisfação dos seus desejos sexuais. Os tipos étnicos diferentes dos que esses turistas estão acostumados em suas cidades/países são os mais apreciados, os mais procurados. No Nordeste brasileiro, onde a miscigenação é forte, a exploração atinge mais certamente meninas negras, indígenas ou com destacadas características de mistura de “raças”.

Em Salvador, cidade com a maior população negra do país, a principal oferta para o mercado do turismo sexual é de meninas negras, situação agravada por ser uma cidade com elevados índices de desigualdade e esta atingir com mais facilidade pessoas de baixo nível socioeconômico, estrato onde a concentração de negros ultrapassa a de brancos.

Portanto, dois podem ser considerados os principais fatores que contribuem para a exploração sexual de crianças e adolescentes negros no turismo de Salvador: a maioria negra habitante da cidade/estado e o estado de pauperização em que essa população se encontra, estado de vulnerabilidade socioeconômica que dificulta o acesso a meios dignos de sustentabilidade, colocando essas pessoas à mercê da sorte e dos exploradores de todos os tipos.

Baseada em Leal, Koshima lembra oportunamente que “a desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, como também de gênero e raça, sendo marcada também pelo autoritarismo nas relações adulto/criança” evidenciando-se no fato de a “maioria das vítimas da exploração sexual ser de mulheres, negras ou mulatas” (Koshima, 2006:35). Dados do período 1980-2000 levantados pelo Unicef constataram que “enquanto os adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas dos homicídios, as meninas negras e indígenas são as principais vítimas da exploração sexual sendo o dobro das demais” (Koshima, 2006). Essa questão, por sua vez, tem que ser associada à outra que a complementa, a de uma sexualidade mais explícita nos países tropicais e por determinados grupos étnicos. É passada “uma imagem, lá fora, das nossas meninas negras bonitas” (Barros, 2007) e “diversos países conhecem o Brasil apenas pela mulata que está na propaganda (...); acho que é uma questão que é cultural mesmo,

de passar essa imagem da mulher exótica, da erotização da mulher baiana” (Santos, 2007).

Na visão da equipe do Sentinela, essa imagem começou a ser construída pelo “governo, nas décadas de 70 e 80, [quando] fez aquelas propagandas com aquelas mulheres bonitas, jovens, bundas, negras etc. Isso é vendido lá fora e é uma realidade (...) Então, vinha vôo charter, fechado, principalmente para o Nordeste” (Vasconcelos, 2007). Um outro depoimento revela que

Salvador, e o Brasil, durante muito tempo foi sendo preparado para essa demanda turística utilizando a imagem da mulher como atrativo do nosso país, do nosso município, dizendo que a mulher aqui é fácil, isso sendo propagado de forma muito forte dentro e fora do país, porque quando você fala de turismo não fala só dos americanos e europeus, mas também de outros estados e municípios para cá.

(Araújo, 2007)

No contexto específico é oportuno registrar que “Salvador é uma cidade extremamente sexualizada pela sua música, pela sua dança, pelo seu jeito de se vestir, clima (...)” e “se acredita muito que a menina por estar de short, saia, roupa curta ela está se oferecendo” quando “isso deveria ser considerado natural e normal e não como um objeto de sedução para o sexo” (Araújo, 2007). Defendendo o direito da sexualidade da jovem, Araújo identifica que “o problema está na relação de sexualidade que é estabelecida entre essa adolescente com esse sujeito adulto, na ‘objetação’, o comércio de troca que é o que ocorre com a exploração sexual e do abuso” (Araújo, 2007).

Muito se fala sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o principal elenco de leis responsáveis pela proteção de jovens contra toda forma de maus-tratos. Decerto que, desde a promulgação da Constituição Federal na década de 1980 e a posterior vinda do ECA na de 1990, reina no âmbito das leis uma preocupação com um ambiente livre de danos ao desenvolvimento e formação do público que trafega entre a infância e a adolescência. Lançados ao *status* de sujeitos de direitos, crianças e adolescentes passaram a contar legalmente com uma proteção que esbarra ainda hoje numa cultura perigosamente machista e desprezadora de direitos humanos como o é uma parte da sociedade brasileira, sem contar com o descaso de autoridades que não buscam

implementar e efetivar as obrigações do Estado e da sociedade como um todo, elencada em leis e estatutos. Uma democracia pouco democrática, quase nada empenhada em dirimir problemas de ordem fundamental como disponibilizar aos excluídos direitos assegurados desde a Carta Magna do país.

Empenhada em redirecionar a formação social de sujeitos desprovidos da efetivação de direitos básicos, conta desde a década de 1990 o crescimento de uma parte da sociedade civil reunida em organizações não-governamentais (ONGs) com a finalidade de mudar a situação de penúria em que se encontram crianças e adolescentes, país afora.

Então, a sociedade civil organizada, na figura das ONGs que se envolvem na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, realiza estudos direcionados para constatar a realidade social das cidades, sendo por isso, essas instituições, responsáveis por boa parte da movimentação a favor da efetivação de direitos fundamentais. Através de levantamentos que verificaram como está constituída a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o Brasil, a exemplo do realizado pelo Cedeca em diversas capitais do país, hoje é possível ao governo e suas instituições entenderem a situação e promover algumas ações no sentido de diminuir o risco que essa situação traz para todos.

A luta dessas organizações é por uma sociedade consciente de suas obrigações, consciente de uma realidade que a define como justa ou degradada, como evoluída ou perdida em algum lugar entre a barbárie e o desmoronamento de suas instituições ora sagradas.

Em conjunto, sociedade organizada, poderes públicos estabelecidos e organizações internacionais desenvolveram um processo de mobilização importante para o enfrentamento dessa problemática. Como resultado desta articulação, foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, lançado em meados do ano de 2000. Conhecer, diagnosticar e agir são princípios estabelecidos por esse plano que em 2002, juntamente com a Embratur, criou uma campanha nacional contra o turismo sexual e mais especificamente contra a exploração de crianças e adolescentes nessa nefasta realidade.

Em Salvador a maior parte dessa articulação tem participação efetiva e atuante do Cedeca-BA, primeiro no país a se rebelar contra a situação de periculosidade na qual crianças e adolescentes são inseridos, ao arremesso de todas as leis de promoção do bem-estar desses jovens.

Dados cedidos pelo Programa Sentinela na Bahia — que é resultado de uma política pública do governo federal, mas com atuação municipal, onde o público infanto-juvenil vítima de violência sexual recebe atendimento psicossocial — informam a proporção dos atendimentos realizados em diversas situações relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes no primeiro semestre de 2007, incluindo exploração e turismo sexual.

Tabela 2
Atendimentos realizados a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador (1º semestre de 2007)

Modalidade de exploração sexual	Número de crianças e adolescentes atendidos		
	Masculino	Feminino	Total
Tráfico interno, para fins de exploração sexual		13	13
Tráfico internacional, para fins de exploração sexual	1	3	4
Pornografia	1	1	2
Turismo sexual	1	6	7
Prostituição (exploração sexual comercial)	12	22	34
Total			60

Fonte: Programa Sentinela.

É importante observar que o total de crianças e adolescentes do sexo feminino revela-se maior que o número de crianças e adolescentes do sexo masculino, impondo um perfil até mesmo já esperado. Além disso, esses números expõem a situação em que cada indivíduo se encontrava quando foi encaminhado para atendimento pelo Programa Sentinela, o que não significa que a mesma criança ou adolescente não tenha sido vítima de outra modalidade de exploração sexual.

Por meio de entrevistas realizadas com representantes de ONGs, educadores sociais e funcionários do próprio Programa Sentinela, verificou-se, por exemplo, que adolescentes vítimas de tráfico internacional, geralmente tinham participação anterior no turismo sexual, e crianças e adolescentes explorados por meio do turismo de sexo podem também pertencer à rede de exploração sexual comercial que atende ao “mercado local”. O que ocorre é que o turismo

é uma atividade sazonal, e, nessa lógica, o turismo sexual ocorreria da mesma forma, tendo seu ápice nas altas temporadas.

De acordo com Chaves (2007), em uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em que ela atuou como pesquisadora, seriam identificados menores índices de turismo sexual se os dados fossem comparados ao total de exploração sexual comercial infanto-juvenil. “É preciso lembrar que a pesquisa foi realizada em agosto, e as entrevistadas respondiam de acordo com o período provavelmente” (Chaves, 2007). Essa informação pode levar à dedução sobre o crescimento do turismo sexual associado aos períodos de alta da atividade turística em Salvador, aspecto já abordado por outros entrevistados.

A relação entre turismo sexual e tráfico internacional de mulheres para fins sexuais pode ser verificada no relato de uma educadora que trabalhou, entre 1989-94, no Centro de Informação para Mulheres da Ásia, África, América Latina e Europa do Leste, localizado na Suíça, que atende a mulheres em dificuldades desses países que observou que

muitas dessas mulheres chegam por intermédio do turismo sexual (...) o turismo sexual é uma forma de tráfico de mulheres, uma forma de aliciamento para o tráfico (...) a partir da constatação de que cerca de 70% chegavam por intermédio do turismo sexual ou tinham sido levadas por um noivo ou namorado, ou por um empresário.

(Leite, 2007)

País terceiro-mundista, ou, mais recentemente nomeado em desenvolvimento, o Brasil está entre os primeiros colocados na lista dos países onde a desigualdade econômica é mais visível e determinadora dos caminhos que a sociedade tende a trilhar. Se por um lado a entrada do país em um dos destinos mais procurados por turistas de todo o mundo trouxe possibilidades fartas de melhorias gerais para sua população, por outro, por conta da subjugação econômico e de fatores culturais arraigados, a diferença socioeconômica e a avidez do mercado capitalista, perfilado por uma banalização do sexo, ressaltou um lado sombrio de uma realidade tão áspera, qual seja, a exploração de crianças e adolescentes no mercado do sexo para atender ao turismo sexual e ao tráfico de seres humanos.

As cidades do Nordeste, notórias por seu calor e natureza esplêndida, bem como pela vulnerabilidade de uma população exposta a altíssimos índices de pobreza, passaram a ser ponto de parada fundamental para a exploração sexual no turismo. Salvador, farta em história e natureza, hoje sofre as consequências desse turismo que menos conserva que destrói. Salvador integra hoje uma das rotas do turismo sexual no Brasil.

Essa rota pode ser apontada de acordo com a dinâmica de cada bairro da cidade. Sobre isso Waldemar Oliveira, coordenador do Cedeca-BA, afirma que “quem anda e circula pela cidade como: Barra, Pituba, Pelourinho, Itapuan, Aeroclube e em alguns bairros periféricos ainda assiste a algumas crianças serem exploradas, por exemplo os postos de combustíveis da saída da nossa cidade também...” (Oliveira, 2007)

Rota da exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador

Os bairros citados a seguir são mencionados por especialistas no assunto como localidades onde ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes; é relevante para o tema observar que alguns deles são classificados como turísticos (figura 1).

- ⊗ Subúrbio Ferroviário (Periperi, Paripe).
- ⊗ Calçada.
- ⊗ Comércio/Elevador Lacerda.
- ⊗ Praça da Sé/Pelourinho/Baixa Sapateiros/Carlos Gomes/Rua D'Ajuda.
- ⊗ Porto da Barra e Farol da Barra.
- ⊗ Orla toda, Pituba e Pituacu.
- ⊗ Itapuã (Sereia, Cira, Lagoa).

Dos bairros citados, as áreas que estão entre as mais visitadas por turistas são: Comércio e Elevador Lacerda, Praça da Sé, Porto da Barra e Farol da Barra, Itapuã.

Atuação na Bahia e no Brasil

Devido ao seu árduo trabalho o Cedeca-BA é reconhecido tanto na Bahia quanto no Brasil e atualmente é representante brasileiro do ECPAT, principal organização internacional pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes. É membro da Organização Mundial contra a Tortura e compõe a coordenação colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Comitê Estadual.

Além das representações citadas, o Cedeca é responsável pela coordenação das ações de assessoria técnica do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair) e supervisiona desde 2001 o Programa Sentinela na Bahia, junto com o governo do estado.

A mídia também reconhece o trabalho desenvolvido pelo Cedeca, tanto assim que já ganhou prêmios, como:

- © 1996 — **Prêmio Nacional de Direitos Humanos**;
- © 1998 — **Prêmio Criança e Paz — Betinho**;
- © 2000 — **Top de Marketing** — na categoria projeto social, pela publicação *Violência sexual: a infância interrompida*.

Linhas de atuação

O Cedeca no seu trabalho adota as linhas de atuação a seguir.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

Geralmente as pessoas vitimizadas pela violência sentem-se desprovidas de proteção da lei, por isso o Cedeca dispõe de um setor jurídico gratuito que acompanha os casos desde o inquérito policial até o julgamento, quando os advogados da instituição atuam como assistentes de acusação. Esse trabalho é acompanhado de um tratamento psicossocial, que promove a assistência necessária para a recuperação psicológica das crianças e dos adolescentes.

ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

É de fundamental importância o tratamento, orientação e apoio psicológico às vítimas e seus familiares. O Cedeca criou o setor psicossocial em 1998, que oferece aos seus usuários serviços de psicoterapia individual, musicoterapia, grupos de apoio, além de equitação, ginecologia, pediatria e odontologia, através de convênios com profissionais liberais e clínicas de Salvador.

FORMAÇÃO E PESQUISA

A linha de ação de formação e pesquisa é introduzida no Cedeca/BA com o objetivo primeiro de socializar a metodologia institucional de proteção especial e integral a crianças e adolescentes. Com isso, busca disseminar os conhecimentos produzidos na instituição a partir de sua prática cotidiana, além de fundamentar o trabalho por meio de pesquisas sobre a temática da infância e adolescência em situação de risco no Brasil.

Para atingir esse objetivo, o Cedeca realiza cursos de formação para profissionais de ciências humanas e áreas afins que atuam direta ou indiretamente com crianças e adolescentes em situação de risco e violência, pela produção de seminários, conferências, workshops e participação em espaços de discussão e elaboração de políticas públicas.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A mobilização da opinião pública deve ser encarada como uma política de atendimento, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 88, inciso VI, a partir da qual é possível reunir diversos segmentos sociais em uma grande rede pelos direitos infanto-juvenis. Acreditando nessa idéia, o Cedeca-BA vem fazendo um grande esforço de construção de uma rede onde todos os atores possam estar envolvidos, mobilizados e dar sua contribuição ao enfrentamento do problema.

Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Lançada em 1995 pelo Cedeca-BA, a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes incentiva a denúncia e a busca de soluções conjuntas para o drama vivido por muitas meninas e meninos. Pioneira no país, a campanha é intensificada durante o período de Carnaval, quando cerca de 2 milhões de pessoas circulam pelas ruas de Salvador.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

“Esquecer é permitir. Lembrar é combater.” Este é o slogan do 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil. A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil. Instituído em 2000, o dia faz alusão a um crime, ocorrido no Espírito Santo, há 27 anos, em que Araceli Cabrera Sanches, então com oito anos, foi violentada e assassinada. A campanha do dia 18 de maio, produzida pelo Cedeca-BA, foi adotada pelo governo federal.

Projetos do Cedeca-BA

PROJETO FAROL

Esse projeto, apoiado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, realiza a prevenção primária da violência sexual contra crianças e adolescentes em escolas da rede municipal e estadual da Bahia. Para isso, são oferecidos instrumentos teóricos e práticos aos professores sobre o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes e encaminhamento adequado aos órgãos competentes (delegacias, Programa Sentinela, Cedeca-BA, conselhos tutelares), através das escolas e pais, dos casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes.

São desenvolvidas atividades para alunos da 5ª à 8ª séries em sala de aula pelos professores capacitados e os monitores do Cedeca-BA. Debates e palestras esclarecem os pais e a comunidade da escola sobre temas transversais (sexualidade, drogas, cidadania etc.), com a intenção de sensibilizá-los a denunciar casos de violência infanto-juvenil.

PELO DIREITO DE CRESCER LIVRE DA VIOLÊNCIA E DA MORTE

Esse projeto, apoiado pela organização não-governamental suíça Terre des Hommes, fortalece e consolida o núcleo jurídico do Cedeca-BA, para garantir a proteção sociojurídica às crianças e aos adolescentes vítimas dos crimes contra a vida, de abuso e exploração sexual. A instituição atua por meio de medidas administrativas e judiciais de responsabilização dos agentes (violadores, abusadores e exploradores), desde a denúncia até o julgamento das ações nas delegacias e varas criminais especializadas da infância e juventude e no tribunal do júri. São beneficiados pelo projeto, com palestras nas escolas de Salvador, 4 mil adolescentes de 10 escolas de rede pública de ensino, além de 40 oficiais da Polícia Militar, que atendem em média a 300 crianças e adolescentes por mês.

JOVENS REALIZADORES: COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O projeto forma jovens empreendedores, capazes de atuar nas diferentes dimensões da vida (pessoal, social e profissional), intervindo como agentes multiplicadores de uma cultura da não-violência, especialmente no que diz respeito à violência sexual contra a população infanto-juvenil. Para isso, são oferecidas condições para que os participantes conheçam e aprendam o processo de comunicação, desenvolvendo habilidades de leitura, produção e difusão de produtos comunicacionais (oficina de imagem e comunicação impressa) na prevenção e enfrentamento da violência sexual.

Ele atinge 40 jovens entre 15 e 21 anos que estão freqüentando a escola pública e residem ou freqüentam o Centro Histórico, estando vulneráveis à

exploração sexual comum nessa região. São trabalhados conceitos relativos às relações humanas, projeto de vida, sexualidade, DST/HIV/Aids, violência, cidadania, auto-aceitação, conflitos familiares, protagonismo juvenil e o uso de drogas, entre outros.

FORTALECENDO O PROTAGONISMO JUVENIL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com a intenção de fortalecer as ações de protagonismo juvenil na cidade de Salvador, pelo apoio ao Grupo Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual (Gievs), foi criado o projeto Fortalecendo o Protagonismo Juvenil no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que vem contribuir para a elaboração, implementação e avaliação das ações realizadas pela e para a juventude em prol do fortalecimento do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual da Bahia.

Durante oito meses, os jovens de oito instituições que compõem o grupo, entre elas o Cedeca-BA, realizaram atividades diversas, entre elas, reuniões, oficinas de capacitação, visitas às instituições parceiras que trabalham com o atendimento às crianças e aos adolescentes e um seminário, que se configurou como um instrumento de preparação onde foram extraídas as diretrizes para a construção do plano de ação de 2005.

Também fazem parte do Gievs o Centro de Referência Integral de Adolescentes (Cria), o Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup), a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec), o Pernambués Articulando Resistência (PAR), a Atac BR, a Cipó Comunicação Interativa e o Quilombo Calabares.

ENFRENTANDO A IMPUNIDADE

O projeto tem como objetivo o fortalecimento da tecnologia social de defesa e atendimento às crianças e adolescentes vitimizados pela violência, homicídios e crimes sexuais, operacionalizada pelo Cedeca-BA, possibilitando a sua incorporação nas políticas públicas locais. A instituição espera mobilizar a

sociedade baiana em relação ao grande número de crimes de homicídio contra crianças e adolescentes na região metropolitana, trazendo o assunto para a pauta das discussões das políticas públicas na área da infância.

Pelo exposto, pode-se observar que o Cedeca-BA tem uma ação não apenas intensiva e proativa como bastante diversificada, abrindo várias frentes de atuação, o que já indica, preliminarmente, que o enfrentamento da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes demanda um leque de intervenções bastante plural e diversificado, e, veremos também, ainda assim insuficiente dada a complexidade, magnitude da questão e tudo que ela encerra.

Democracia, direitos e a questão do turismo sexual: trajetória do Cedeca-BA

Esta seção constrói um referencial teórico para o entendimento da questão em tela. Assim iremos recorrer a autores que têm se dedicado ao tema, tanto direta quanto indiretamente. Por ser a questão muito complexa, como já afirmado, não há um referencial teórico direto e justo para o entendimento da questão, tendo-se que recorrer a macroteorias, ou seja, teorias mais estruturais de compreensão da realidade.

Um debate central que se ajusta adequadamente à nossa época se refere à controvérsia entre progresso científico e progresso moral. Assim, “enquanto parece indubitável que o progresso técnico e científico é efetivo (...) bem mais difícil — se não mesmo arriscado — é enfrentar o problema da efetividade do progresso moral” (Bobbio, 1992:53). Essa dificuldade se encontra em duas causas: o conceito de moral em si “é problemático” e faltam indicadores para medir um progresso moral (Bobbio, 1992). Nessa discussão, torna-se oportuno lembrar que “a história humana é ambígua para quem se põe o problema de atribuir-lhe um ‘sentido’. Nela, o bem e o mal se misturam, se contrapõem, se confundem”, mas parece possível afirmar com convicção que “a parte obscura da história do homem (e, com maior razão, da natureza) é bem mais ampla do que a parte clara” (Bobbio, 1992:54). Ainda que essa afirmação exale um grande pessimismo, “há zonas de luz que até o mais convicto dos pessimistas não pode ignorar: a abolição da escravidão, a supressão em muitos países dos suplicios que outrora acompanhavam a pena de morte e da própria pena de

morte” (Bobbio, 1992). Além destes, situam-se também movimentos ecológicos e pacifistas e empenho de governos pela “afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem” (Bobbio, 1992:55).

Nessa linha, tem que se admitir que “a doutrina dos direitos do homem já evoluiu muito, ainda que entre contradições, refutações, limitações” (Bobbio, 1992:62). Tem que se levar em consideração, também, que ainda que “a meta final de uma sociedade de livres e iguais, (...) precisamente por ser utópica, não tenha sido alcançada, foram percorridas várias etapas, das quais não se poderá facilmente voltar atrás” (Bobbio, 1992).

Nessa trajetória que sai de uma idéia abstrata para aspectos singulares e concretos, ocorre cada vez mais uma especificação referente ao gênero, às fases da vida e a estados excepcionais. Quanto ao primeiro, foram sendo reconhecidas gradativamente as diferenças entre homem e mulher. Com relação às fases da vida, “foram-se progressivamente diferenciando os direitos da infância e da velhice, por um lado, e os do homem adulto, por outro” (Bobbio, 1992). Quanto aos estados excepcionais, ocorre o reconhecimento aos direitos especiais aos doentes, incluindo os mentais, aos deficientes etc. (Bobbio, 1992). No que interessa a esta pesquisa, vale observar a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 (Bobbio, 1992). Toda essa evolução, no entanto, tem que ser trazida do “plano ideal” para o “plano real” e, assim, “uma coisa é falar dos direitos do homem”, enquanto “outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (Bobbio, 1992:63). Outros argumentos podem ser adicionados no sentido de tornar tudo mais difícil: “à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil” (Bobbio, 1992) exemplificando com o caso dos direitos sociais “mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade” (Bobbio, 1992), podendo-se identificar, assim, um contraste entre “a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações” (Bobbio, 1992). Em toda essa discussão, deve-se ter presente “a distinção entre teoria e prática”, pois estas “percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais” (Bobbio, 1992:67), constatando-se uma distância grande entre o que se fala e o que se efetivamente tem em termos de direitos.

Focando na multiplicação dos direitos, podem ser reconhecidos três modos: aumento da “quantidade de bens considerados merecedores de tutela”; extensão da “titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem”; não existe mais um “homem em abstrato”, mas tem sua especificidade

como “criança, velho, doente etc.” (Bobbio, 1992:68). Quanto a este último que nos interessa mais diretamente neste estudo, passa-se a considerar que “[a] mulher é diferente do homem; a criança do adulto; o adulto, do velho” (Bobbio, 1992:69).

Na sua linha de questionamento, o autor pontua que

[a]s cartas de direito, enquanto permanecerem no âmbito do sistema internacional do qual promanam, são mais do que cartas de direitos no sentido próprio da palavra: são expressões de boas intenções, ou, quando muito, diretivas gerais de ação orientadas para um futuro indeterminado e incerto, sem nenhuma garantia de realização além da boa vontade dos Estados, e sem outra base de sustentação além da pressão da opinião pública internacional ou de agências não-estatais, como a Amnesty Internacional.

(Bobbio, 1992:78)

Assim, é preferível chamar de “exigências” em vez de direitos quando se estiver referindo a “direitos não constitucionalizados, ou seja, a meras aspirações, ainda que justificadas com argumentos plausíveis, no sentido de direitos (positivos) futuros” (Bobbio, 1992:79). Assim, a palavra “direitos” seria atribuída apenas “às exigências ou pretensões efetivamente protegidas” (Bobbio, 1992). Esse debate ganha assim a seguinte conclusão:

Uma coisa é um direito; outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembleia de especialistas, em objeto de discussão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção.

(Bobbio, 1992:83)

Ainda que Bobbio faça essa discussão de forma tão substanciada, o debate envereda fundamentalmente pela discussão de direitos sociais mostrando a dificuldade em assegurar a sua universalização constatando-se a distância entre o que é desejo, intenção e o que é efetivamente realizado, conquistado, indicando que essa distância também ocorre quando se trata de uma temática

sensível e mesmo em contextos do mundo desenvolvido, mostrando as dificuldades de enfrentamento de questões ligadas a direitos substantivos. Dois pontos merecem a atenção a partir do formulado. Chama a atenção a ausência da cobertura de temas ligados à violação de direitos fundamentais da vida, como é o caso de pedofilia, violência sexual etc. Por outro lado, não se pode dizer que essa temática seja única e exclusivamente de países de Terceiro Mundo ou de emergentes, mas encontra-se também em países do chamado Primeiro Mundo, o que causa maior estranheza essa ausência. Além disso, a esse respeito vale a pena pontuar que mais recentemente, mas muito recentemente (últimos anos do século passado), é que surgiu a discussão e elaboração dos chamados direitos sexuais, mostrando que a sociedade tem evoluído no sentido de passar a considerar esse tipo de direitos.

Os chamados direitos sexuais nada mais são do que um dos ramos do que está plantado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, fazendo parte do desdobramento dos direitos humanos. Dentro do rol das necessidades humanas básicas, além de moradia, educação, vestuário, estão as de caráter sexual. Então o direito ao desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor faz parte das subjetividades do ser humano, que o direito intenta assegurar, proteger. O amplo desenvolvimento da sexualidade é fundamental para o bem-estar interpessoal, individual e social, por isso a sociedade, como um todo, não poderia se abster da responsabilidade de propiciar um crescimento sadio a todos os seus representantes. Como em tudo que diz respeito à humanidade há a existência de conflitos diversos, a atuação do direito, também na área da sexualidade, faz-se mais que necessária.

Para a devida promoção de uma sociedade sexualmente saudável, onde todos os seres humanos tenham assegurada sua liberdade para expressar suas necessidades sexuais, os direitos sexuais devem ser reconhecidos, respeitados, defendidos e promovidos. Como direitos sexuais temos o direito à liberdade sexual, excluindo coerções, explorações e abusos; o direito à autonomia sexual, integridade sexual e a segurança do corpo sexual, onde se assegura a autonomia nas decisões pessoais que envolvam sexo; o direito à privacidade sexual, que preserva o direito de cada um à intimidade sem invasão dos direitos dos outros; o direito à liberdade sexual, para conferir liberdade contra todas as formas de discriminação; o direito ao prazer sexual, incluindo aqui o auto-erotismo; o direito à expressão sexual; o direito à livre associação sexual, preser-

vando a associação sexual responsável; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; o direito à informação baseada no conhecimento científico; o direito à educação sexual compreensiva; e o direito à saúde sexual. Trata-se de um amplo espectro de normas elaboradas para os direitos humanos que agora recaem sobre a esfera da intimidade sexual, o que engloba ainda a questão da orientação sexual e identidade de gênero.

A trajetória dos direitos no Brasil em uma perspectiva histórica

Até agora a questão em tela foi tratada mais de um ponto de vista genérico, ou mais especificamente de um ponto de vista de países mais desenvolvidos. Vamos, agora, trazer essa discussão mais geral para o caso brasileiro destacando, em um primeiro momento, primordialmente os elementos históricos. Antes disso, é oportuno lembrar que a idéia de cidadania normalmente comporta direitos civis, políticos e sociais. Seria um “cidadão pleno” aquele portador desses três direitos, enquanto os que não se beneficiam de nenhum deles seriam um “não-cidadão” (Carvalho, 2005:9). Os direitos civis são os que nos interessam mais aqui neste espaço, pois incluem a “garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ater respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular” (Carvalho, 2005). Chama a atenção, novamente, como no caso de Bobbio, que essa longa lista não inclua os direitos relativos a não sofrer exploração ou abuso sexual. Essa ausência acaba causando a impressão de que esses problemas não existem e/ou seriam tão secundários ou residuais, afetando talvez um número pequeno de pessoas, que perto de causas maiores nem merecem ser mencionados. Poderíamos entender ou especular que o que se aproxima mais da temática aqui tratada seja o da inviolabilidade do lar pensando em termos da inviolabilidade do corpo.

Os direitos civis são garantidos através de “uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos” (Carvalho, 2005). T. A. Marshall que desenvolveu essas dimensões de direitos compondo a cidadania também observou que no caso clássico da Inglaterra ocorreu um desenvolvimento com “muita lentidão” (Carvalho, 2005:10), assim como percebeu uma seqüência de insta-

lação de direitos conformando a seguinte ordem: civis, políticos e sociais, os últimos já no século XX. Fica claro que “a própria idéia de direitos e, portanto, da cidadania, é um fenômeno histórico” (Carvalho, 2005:11), mas que nesse processo podem ocorrer também “desvios e retrocessos, não previstos por Marshall” (Carvalho, 2005). O Brasil é um caso, onde “não se aplica o modelo inglês” (Carvalho, 2005).

Feitas essas qualificações, vale a pena, ainda que de maneira panorâmica, identificar no processo histórico brasileiro a trajetória de implantação de direitos para possibilitar um entendimento mais sólido de nosso tema de pesquisa. Levantaremos apenas alguns processos decisivos para alimentar de conhecimento o tema em análise. Assim, o tipo de colonização adotado no Brasil por Portugal era “comercial e masculino” (Carvalho, 2005:20) não tendo Portugal uma população suficiente para ocupar o país de dimensões continentais. “Miscigenar era uma necessidade individual e política” (Carvalho, 2005), ocorrendo com as mulheres indígenas por aceitação destas ou por estupro. “No caso das escravas africanas, o estupro era a regra” (Carvalho, 2005:21). Vale colocar a questão de até que ponto essa posição não está introjetada nas mentes dominantes, passada de geração em geração, se não como estupro, mas como abuso ou possibilidade de usufruto dada toda a assimetria social, existente ainda na atualidade, base estrutural da escravidão. A idéia de cidadania excluía os escravos que “não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida (...)” (Carvalho, 2005), excluía também a população legalmente livre, pois lhe “faltavam todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação” (Carvalho, 2005).

Não recuando muito no tempo, um primeiro momento decisivo encontra-se na abolição da escravidão que “incorporou os ex-escravos aos direitos civis”, mas de modo “mais formal do que real” (Carvalho, 2005:17). Na chamada República Velha os avanços não foram alentadores e, assim, “até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado” (Carvalho, 2005:83). A participação política ficava restrita a “pequenos grupos” enquanto a “grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo” (Carvalho, 2005), não havendo lugar para o povo na configuração política. Mesmo sendo 1930 “um divisor de águas na história do país” e construindo-se o primeiro

experimento de democracia que duraria até 1964, nesse período os direitos civis “progrediram lentamente” (Carvalho, 2005:88). Estiveram presentes nas três constituições desse período, mas, na vida real, sua garantia continuava “precária para a grande maioria dos cidadãos” (Carvalho, 2005). Uma expressão disso encontra-se no sistema judiciário, ao qual o acesso da população “progrediu pouco” (Carvalho, 2005:88). Mesmo que o movimento de 1930 tenha levado o “debate” político a “uma parcela da população” (Carvalho, 2005:96), o Estado Novo que se implanta em 1937 ocorre em um contexto de “falta de oposição”, o que parecia surpreendente, pois “a mobilização política vinha crescendo” (Carvalho, 2005:106). Isso leva a uma pergunta inevitável: “Como explicar a passividade geral?” (Carvalho, 2005). Não cabe, aqui, des-trinchar as razões desse posicionamento, mas, sim, registrar sua existência e persistência, um traço estrutural de nossa formação.

Um paradoxo da nossa formação histórica pode ser identificado plenamente nesse período. Assim, se os direitos políticos experimentaram um “sério recuo” no período getulista de 1930-45, esse também foi “o grande momento da legislação social” (Carvalho, 2005:110). O paradoxo se explica pela priorização dos direitos sociais frente aos políticos. Porém, essa legislação foi aportada “em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis” (Carvalho, 2005), comprometendo, assim, o “desenvolvimento de uma cidadania ativa” (Carvalho, 2005). A instalação dos direitos sociais se deu no contexto do populismo e, se por um lado, era um “avanço na cidadania” pois “trazia as massas para a política”, por outro, “colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes” devido aos benefícios introduzidos representarem “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2005:126). Desse processo resultava uma cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (Carvalho, 2005). Essa situação não se altera substancialmente, apesar de alguns avanços inegáveis, no período democrático de 1946-64, o que pode ser atestado pelo fato de que quando ocorre a intervenção militar de 1964, o “movimento popular era um castelo de cartas” (Carvalho, 2005:144). De forma bastante sumarizada, a não-consolidação da democracia em 1964 pode ser encontrada na “falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda como de direita” (Carvalho, 2005:150) impelindo ambas à atividade golpista afrontando as instituições democráticas. Do ponto de vista da direita, esta não conseguia

“assimilar a entrada do povo na política”, sendo este enxergado como “pura massa de manobra de políticos corruptos e demagogos e de comunistas liberticidas” (Carvalho, 2005:151). Do ponto de vista da esquerda, esta “desprezava a democracia liberal, vista como instrumento da dominação burguesa” (Carvalho, 2005). Aparentemente essas colocações fogem ao escopo do objeto aqui tratado, mas, na verdade, mostram uma questão de fundo, qual seja, da dificuldade das elites, quer da direita quer da esquerda, de visualizar o povo de uma maneira democrática onde os direitos civis e políticos devam ser assegurados de maneira cada vez mais ampla. Essa condição parece se perpetuar até o presente, daí a importância de sua consideração.

O regime militar de 1964-85 instala a supressão dos direitos políticos e civis ao mesmo tempo em que moderniza e expande os direitos sociais, mas agora sob o controle das burocracias do Estado. Os direitos civis foram “os que mais sofreram durante os governos militares” (Carvalho, 2005:193). De meados dos anos 1970 em diante, no entanto, assiste-se a uma combinação de abertura do regime com uma mobilização da sociedade civil. Com a abertura, os direitos civis “foram restituídos, mas continuaram beneficiando apenas parcela reduzida da população, os mais ricos e mais educados. A maioria continuou fora do alcance da proteção das leis e dos tribunais” (Carvalho, 2005:194). A retomada democrática não levou à resolução dos problemas econômicos “mais sérios” assim como à dos sociais, havendo “agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual” (Carvalho, 2005:199).

Esta exposição, ainda que muito breve, permitiu recolher traços históricos da trajetória brasileira que estariam, ainda, muitos deles, a alimentar os processos mais contemporâneos. Assim, na seção seguinte vamos focar exatamente nos processos da construção da democracia, da cidadania, mais especificamente dos direitos no Brasil, principalmente no período de que se inicia com a redemocratização, 1985, até o momento presente, no sentido de nos aproximarmos do objeto de análise desta pesquisa.

Direitos no Brasil contemporâneo: uma aproximação ao tema da exploração sexual de crianças e adolescentes

O'Donnell (1993) faz uma discussão da crise ocorrida no começo dos anos 1990 na América Latina, mais especificamente no Brasil, Argentina e Peru,

no quadro de saída de regimes autoritários e de abraçamento de uma ideologia neoliberal, contexto no qual a reforma do Estado, mais especificamente a redução do tamanho do Estado, ocupava lugar central na pauta de debate. Era identificada uma “profunda crise” dos estados desses países, que tinha não só uma dimensão econômica expressa pelo esgotamento de um padrão de acumulação centrado no Estado, mas também apresentando segundo três dimensões: crise da burocracia “capaz de cumprir suas obrigações com eficiência razoável; da efetividade da lei” bem como da orientação das decisões do Estado segundo concepções de bem público (O'Donnell, 1993:127). A discussão à época e o receituário que a acompanhava prescreviam a redução do aparelho do Estado, ao que O'Donnell (1993:128) contra-argumentava que essa redução não só comprometia o sucesso de políticas econômicas, mas também estava destruindo “o Estado-enquanto-lei e a legitimação ideológica do Estado”. Vale lembrar que as relações sociais e a obediência à autoridade política se lastreiam, entre outras causas, na legitimidade e/ou na efetividade da lei. “Essa efetividade se baseia na expectativa amplamente sustentada, nascida de evidências exemplares, de que essa lei será, se necessário, aplicada por uma autoridade central dotada dos poderes competentes” (O'Donnell, 1993:126). O Estado normalmente é visto como “um Estado-para-a-nação” reivindicando a função de “criador da ordem”, mas em todas as sociedades “essa ordem é desigualitária, mesmo quando a partir do topo do Estado se afirma que ela é igual para todos, *como* membros da nação” (O'Donnell, 1993:127). Ainda que isso ocorra, “a igualdade garantida a todos os membros da nação em termos de cidadania é crucial para o exercício dos direitos políticos decorrentes do funcionamento da democracia...” (O'Donnell, 1993:127).

As teorias convencionais do Estado partem de uma suposição de que existe “um alto grau de homogeneidade no escopo, seja territorial seja funcional, do Estado e da ordem social que ele sustenta” (O'Donnell, 1993:128), não questionando se essa ordem se aplica igualmente em todo o território do Estado e pela estratificação social existente, provocando a seguinte indagação: o que ocorre “quando a efetividade da lei se estende muito irregularmente (quando não desaparece totalmente) sobre o território e as relações funcionais (inclusive as relações de classe, étnicas e de gênero) que ele supostamente regula?” (O'Donnell, 1993:129). Isso leva à necessidade de discutir que tipo de Estado (e sociedade) emerge nessas condições. “Nessas situações, Estados

inefetivos coexistem com esferas de poder autônomas, também baseadas territorialmente e se tornam ostensivamente incapazes de promulgar regulações efetivas da vida social em seus territórios e seus sistemas de estratificação” (O'Donnell, 1993:128). Nesses países, “a efetividade de uma ordem nacional corporificada na lei e na autoridade do Estado desaparece tão logo deixamos os centros urbanos nacionais”, ponderando ainda que “mesmo nestes é visível a evaporação funcional e territorial da dimensão pública do Estado”. Essa reflexão pode ser facilmente aplicada à questão do turismo sexual pensando em termos de alguns *resorts* e empreendimentos turísticos distantes dos centros urbanos (como seria o caso, por exemplo, da Costa do Sauípe ou Morro de São Paulo). Pode ser aplicada também à questão da violência ou prostituição de jovens nas estradas perpetrada por caminhoneiros, entre outros. Mas, como o próprio autor afirma, isso não é exclusividade dos lugares distantes dos centros urbanos nacionais e pode ser visto pelo “crescimento do crime” além das “intervenções ilegais da polícia em bairros pobres”, ou seja, não precisa haver distanciamento dos centros urbanos nacionais, e também da “negação de direitos a mulheres e a várias minorias, a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas” (O'Donnell, 1993:129), e, conseqüentemente, disponíveis para exploração sexual. É oportuno observar que nesses 14 anos dessa reflexão de O'Donnell a situação social se deteriorou tanto que a *periferia* cada vez se aproxima mais do *centro* e, assim, fenômenos que eram típicos da periferia acabam penetrando nos centros e se tornando mais visíveis, como o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mais especificamente, O'Donnell localiza em partes do Nordeste e toda a Amazônia no Brasil áreas onde ocorre a “evaporação da dimensão pública do Estado” e onde “alguns direitos e garantias de legalidade democrática não têm nenhuma efetividade” (O'Donnell, 1993:130). Nessas áreas se constituem sistemas de poder privatizado ainda que muitos dos atores principais ocupem cargos no aparelho do Estado, apresentando um nível muito baixo ou nulo das dimensões funcional e territorial do Estado. Nessas áreas os partidos políticos, ainda que parte dos partidos nacionais, constituem “máquinas personalistas avidamente dependentes das prebendas que podem extrair das agências estatais nacionais e locais” baseando sua atuação também no nepotismo e no clientelismo (O'Donnell, 1993:130). O interesse dos legisladores nessas áreas normalmente é “muito limitado: sustentar o sistema de dominação privatiza-

do que os elegeu e canalizar para esse sistema tantos recursos estatais quanto possível” (O'Donnell, 1993:131). O sucesso de suas ações se consubstancia na “troca de ‘favores’ com o Executivo e diversas burocracias estatais” e no “controle das agências estatais que fornecem esses recursos” (O'Donnell, 1993:131). Em síntese, nos países com extensas áreas nas condições descritas, “as democracias se baseiam em um Estado esquizofrênico: ele mistura de modo complexo, funcional e territorialmente, importantes características democráticas e autoritárias” (O'Donnell, 1993:133), ou seja, “a dimensão autoritária se mescla, de modo complexo e poderoso, com a democracia” (O'Donnell, 1993:133). Essas áreas apresentam uma “cidadania de ‘baixa intensidade’ onde, na verdade, os direitos políticos são respeitados, “[m]as os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais, ou obter dos órgãos do estado serviços aos quais têm direito, ou estar a salvo da violência policial — e mais um extenso etc.” (O'Donnell, 1993:134). Certamente nesse “extenso etc.” podemos incluir a violência contra crianças e adolescentes na área do turismo sexual revelando “a inefetividade do Estado-enquanto-lei” (O'Donnell, 1993:134).

Nas situações descritas estaríamos frente a um tipo de democracia onde alguns requisitos desta são atendidos enquanto outros estão completamente deficitários, o que motiva a caracterização de determinados países, entre eles o Brasil e a maioria das nações da América Latina, como democracias delegativas. Esses países que não exibem uma democracia representativa típica, se encaixam em um outro tipo, a democracia delegativa, que comporta as seguintes características principais: o presidente que ganha a eleição “é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente” passando a encarnar o interesse nacional (O'Donnell, 1991:30). Além disso, o seu programa de governo “não precisa guardar nenhuma semelhança” com o que prometeu na campanha (O'Donnell, 1991). Assim sendo, ele se coloca como acima de todos os “partidos políticos e dos interesses organizados” (O'Donnell, 1991:30). Nesse desenho, instituições, como o Congresso e o Judiciário, são vistas como “incômodos” e a prestação de contas a essas instituições e outras aparece como um “impedimento desnecessário à plena autoridade que o presidente recebeu a delegação de exercer” (O'Donnell, 1991:31). Após a eleição, “espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz” (O'Donnell, 1991:31). Uma outra

característica reside na forma de resolução dos problemas: “O presidente e sua equipe pessoal são o alfa e o ômega da política” (O'Donnell, 1991:31), onde alguns problemas só podem ser resolvidos por meio de “critérios altamente técnicos” (O'Donnell, 1991:31), o que incorre na “alta probabilidade de erros grosseiros, de implementação incerta” (O'Donnell, 1991:33). Além dessas, a democracia delegativa também encerra a característica da não “obrigatoriedade de prestar contas (*accountability*) horizontalmente” (O'Donnell, 1991:33). As democracias delegativas não resultam apenas da retomada ao caminho democrático após os regimes autoritários, mas expressam “fatores históricos de longo prazo” (O'Donnell, 1991:25). A democracia delegativa, por definição, encerra grandes poderes na figura presidencial ratificando “tradições de alta personalização e concentração de poder no Executivo” (O'Donnell, 1991:38). Pode-se extrair, dessas ponderações, a confirmação da trajetória política brasileira da existência de uma sociedade civil fraca, desarticulada, passiva, “delegante”, que delega para os governantes a responsabilidade pela busca, praticamente não atendida, dos problemas nacionais. Essas sociedades ainda esperam tudo ou quase tudo do Estado e este, por sua vez, dadas as características da sociedade civil, se perpetua praticamente livre, desimpedido para sua ação.

Na questão dos direitos na América Latina, a situação dos “direitos básicos dos fracos e dos pobres” tem sido classificada como “sombria” (O'Donnell, 1998:38). Contrariando a expansão clássica dos direitos ocorrida na Europa, nos países latino-americanos, ainda que tenha acontecido a retomada dos direitos políticos em anos recentes, “a extensão de direitos civis a todos os adultos é muito incompleta” (O'Donnell, 1998:43). Nesses países, em geral, marcados por alto grau de desigualdade, grande pobreza, apresentando apenas “rudimentos de um Estado de bem-estar”, a questão dos direitos apresenta “deficiências” (O'Donnell, 1998:44). Entre elas, podem ser destacadas, “a aplicação discricionária, e amiúde excessivamente severa, da lei aos fracos” que tem, como contrapartida, o fato de que “os privilegiados, seja diretamente, seja por meio de ligações pessoais apropriadas, se isentam de cumprir a lei” (O'Donnell, 1998). Verifica-se uma “longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos (...)” (O'Donnell, 1998) identificando-se uma “escandalosa impunidade criminal” por parte desses privilegiados (O'Donnell, 1998:45). Uma outra “deficiência” também se localiza na relação dos pobres e socialmente fracos com as burocracias para

obtenção de trabalho, para obtenção de aposentadoria, ou “quando têm de ir a um hospital ou delegacia de polícia” (O'Donnell, 1998). Nessas situações, observa-se não apenas “a imensa dificuldade que eles enfrentam para obter, se tanto, o que nominalmente é seu direito: é também o modo indiferente, quando não desdenhoso, como eles são tratados (...)” (O'Donnell, 1998). O indivíduo se coloca frente às burocracias não como “portador de um direito”, mas como “suplicante de um favor” (O'Donnell, 1998). Uma outra expressão dessa realidade encontra-se no Judiciário visto como “distante, embaraçoso, caro e lento demais para que os desprivilegiados tentem até mesmo ter acesso a ele” (O'Donnell, 1998), tendo que sofrer “várias discriminações” (O'Donnell, 1998). Pelas características apresentadas, absolutamente convergentes com a realidade, a descrição como “sombria” se adapta plenamente, verificando-se um amplo quadro de exclusões das camadas mais desfavorecidas da população brasileira com travamentos estruturais de acesso aos seus direitos, ainda que instituídos na lei.

O sistema legal, entre outras exigências, deve fazer com que o arbítrio dos órgãos de prevenção ao crime não deturpe a lei, “especialmente em relação à impunidade da polícia e de outros órgãos (assim chamados) de segurança” (O'Donnell, 1998:49). É de se esperar que “todo o aparelho do Estado e seus agentes se submetam ao princípio da lei”, mas, conforme apontado acima, ocorrem “flagrantes transgressões (...) [no] contato desses agentes com os pobres e os fracos” (O'Donnell, 1998:50). Em sociedades “profundamente desiguais” como a América Latina, verifica-se “a exclusão de muitos do princípio da lei, ao mesmo tempo que exageram as vantagens de que os privilegiados desfrutam, por meio de leis e tribunais aprimorados no interesse direto deles” (O'Donnell, 1998:51). Ocorrem nesses países “inúmeras violações da lei no nível social”, correspondendo, assim, a uma “cidadania truncada ou de baixa intensidade” onde “muitos indivíduos são cidadãos no que diz respeito a seus direitos políticos, mas não em termos de seus direitos civis” (O'Donnell, 1998:52). Nesses países, “as imensas distâncias sociais impostas pela profunda desigualdade alimentam múltiplos padrões de relações autoritárias em todos os tipos de contato entre os privilegiados e os outros” (O'Donnell, 1998:53). Em suma, lembrando que “os direitos civis são basicamente as liberdades e garantias liberais clássicas”, nos casos latino-americanos assiste-se a uma “situação aparentemente paradoxal”: têm-se os direitos políticos assegurados, mas

raramente apresentam o componente liberal encontrado nas democracias do mundo desenvolvido (O'Donnell, 1998:54). Assumindo uma postura prescritiva, pode-se, assim, pensar na necessidade de “levar a cabo lutas liberais pela efetividade de direitos civis formais e universalistas para todos” (O'Donnell, 1998:55). E mais, ainda que os direitos formais possam ser criticados, “quando conquistados e exercidos, eles fornecem uma base valiosa para lutar por outros direitos, mais específicos e substantivos” (O'Donnell, 1998:54). Em outras palavras, mesmo que as disposições legais e leis não sejam levadas a efeito, a sua existência já representa um caminho percorrido para que haja mobilização da sociedade e do Estado para que esses direitos sejam cumpridos. Nessa perspectiva, a não-existência desses direitos configuraria um quadro ainda mais dramático.

Toda essa problemática ainda pode ser olhada de um outro ângulo, qual seja, a crise de governabilidade existente na situação brasileira explicada a partir da existência de um “híbrido institucional que associa uma morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória, a um hobbesianismo social pré-participatório e estatofóbico” (Santos, 1994:79). A poliarquia, que corresponde ao “conceito moderno de democracia” (Santos, 1994:78), define-se de maneira sucinta “por elevado grau de institucionalização da competição pelo poder (existência de regras claras, públicas e obedecidas) associada à extensa participação política” (Santos, 1994:80). A poliarquia está presente na realidade brasileira, mas “assenta-se sobre uma sociedade que, plural embora quanto à multiplicidade dos grupos de interesse, é essencialmente hobbesiana” (Santos, 1994:80). As características poliárquicas “correspondem a pouco mais do que minúscula mancha na turbulenta superfície do país” (Santos, 1994), convergindo essa análise com aquela desenvolvida por O'Donnell. Em outras palavras, as instituições poliárquicas funcionam apenas em áreas reduzidas do espaço nacional. Na perspectiva desenvolvida por Santos, ainda que os grupos de interesse se multipliquem, “não mobilizam senão ínfima parcela dos ‘interessados’” expressando a condição de apatia e desresponsabilização da sociedade brasileira. Outra característica desta encontra-se no seu caráter pacífico, o que é atribuído à existência de um “indivíduo isolado, não-poliárquico, pobre em laços de congraçamento social” que faz com que prefira “negar o conflito a admitir que seja vítima deste” (Santos, 1994). Assim, a “poliarquia brasileira restringe-se a pequena mancha institucional circunscrita por gigan-

tesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (Santos, 1994). Esse híbrido, então, “faz com que o governo governe muito, mas no vazio — um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico” (Santos, 1994).

Tomando-se alguns componentes da poliarquia, veremos que eles estão presentes na realidade brasileira, quais sejam, criação de associações civis, com predominância de associações comunitárias nas décadas de 1970 e 1980, o aumento do eleitorado (Santos, 1994) com a aceleração a partir de 1988 com o voto do analfabeto, assim como se implanta um sistema partidário competitivo. Assim, “por todas as evidências, os requisitos de um sistema poliárquico foram atendidos apropriadamente pela sociedade brasileira” (Santos, 1994:89), no que se refere aos direitos políticos. Ainda que, aparentemente, os requisitos poliárquicos sejam cumpridos, encontra-se “um outro país, embutido” nesse país poliárquico levando as pessoas a viverem “fraturadas entre dois sistemas”, sem terem muita consciência disso (Santos, 1994:93). As evidências dessa situação encontram-se na “alienação eleitoral” nas eleições para a Câmara, computados abstenção, votos nulos e brancos, no “reduzidíssimo contato entre os eleitores e os políticos em geral” levando a um quadro onde “o conjunto total das pessoas interagindo não corresponde senão a minúscula fração das interações possíveis” (Santos, 1994:95). O quadro fica mais sombrio quando se verifica que a motivação dos contatos, em inquérito nacional do IBGE de 1988, se dá da seguinte forma: “61% para fazer pedidos, 15% para reivindicação, 13% para reclamação e, em último, 11% para fazer sugestões” (Santos, 1994:95), afastando-se completamente da estrutura poliárquica clássica. Mas o quadro ainda se agrava mais quando se percebe que “os sem renda ou com renda mínima não têm qualquer contato com políticos ou governantes, os que têm alguma renda reiteram a relação clientelista-paternalista, e os que possuem renda mais elevada preocupam-se com o interesse geral” (Santos, 1994:95). Chama ainda mais a atenção o fato de no Nordeste, para grupos de renda até um salário mínimo, esses contatos são os menores do país (Santos, 1994:95). Os dados expostos mostram uma deformação séria da política, da forma de fazer política, expressando um forte alheamento da política por parte dos grupos de baixa renda, fato agravado na região Nordeste. Esse processo tem imensas repercussões na ausência de lutas mais orgânicas por direitos por parte desses grupos, inábeis na percepção do seu poder legítimo, o que já, em si, impede a luta e o respeito às disposições legais e leis.

Carvalho (2005) também aporta evidências convergentes com as supracitadas ao afirmar que o Brasil construiu alguns grandes movimentos políticos nos anos mais recentes: o movimento das Diretas Já, a Constituição de 1988 e o *impeachment* de Collor. Com a rejeição do primeiro, a população “humilhada e ofendida” voltou às ruas para lutar pelo *impeachment*, o que deu aos cidadãos “a sensação inédita de que podiam exercer algum controle sobre os governantes” (Carvalho, 2005:205). A nova Constituição apresentou alguns avanços apreciáveis, tais como, o direito de *habeas data*, a definição do racismo como “inafiançável e não-anistiável” (Carvalho, 2005:209) tendo sido criado também o Programa Nacional dos Direitos Humanos em 1996. Em que pesem esses avanços “dos direitos que compõem a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias” (Carvalho, 2005:210) encontrando-se um atestado disso em uma pesquisa realizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1997, onde “57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil” (Carvalho, 2005). Percebe-se, assim, a enorme distância entre o que estabelece a lei e o que sente a população, assim como também a distância enorme entre a lei e sua efetividade, como veremos a seguir. A pesquisa mostra também como a educação é um fator-chave e decisivo, pois esse desconhecimento caía de 64% dos pesquisados que tinham apenas até a 4ª série para 30% dos que tinham o 3º grau, mesmo que incompleto (Carvalho, 2005). Em um país onde ainda grassa o analfabetismo, em sua forma pura ou funcional, pode-se perceber o tamanho da tragédia. O quadro se completa e agrava quando se introduz a questão da polícia e do Judiciário. No primeiro caso, a população em geral “ou teme o policial, ou não lhe tem confiança” (Carvalho, 2005:214). Quanto ao segundo, este “não cumpre seu papel”, sendo o acesso à justiça “limitado à pequena parcela da população” (Carvalho, 2005). Como já dito, a maioria desconhece seus direitos ou, então, “não tem condições de os fazer valer” (Carvalho, 2005). Entre os grandes entraves estão “os custos e a demora do processo judicial” (Carvalho, 2005) e a incapacidade da maioria de arcar com a contratação de um advogado. Uma possível solução, os defensores públicos, “são em número insuficiente para atender à demanda” (Carvalho, 2005:215). Tudo isso acaba gerando “a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para

os ricos, ou antes, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos” (Carvalho, 2005).

A conformação do lado não-poliárquico na construção de Santos (1994) também se expressa no indicador de que 83% dos adultos “não são filiados nem a partido político, nem a associação comunitária, sendo a rejeição crescente conforme a renda e conforme a escolaridade” (Santos, 1994:96), assim como 82% das pessoas ocupadas “não eram filiadas a sindicato ou a qualquer associação profissional de empregados” (Santos, 1994:98). Todas essas evidências levam a postular “a existência de uma cidadania não-poliárquica — alienada eleitoralmente e refratária a políticos e à participação partidária —, convivendo em interações de mercado e de todo tipo com a parcela poliárquica da cidadania” (Santos, 1994:97). As duas realidades coexistem encontrando o comportamento poliárquico, “mas imerso em enorme bolha de alienação e indiferença” (Santos, 1994:98). Um outro aspecto do lado não-poliárquico encontra-se na negação do conflito na sociedade. Novamente utilizando dados de 1988 de amplitude nacional, verifica-se que apenas 10,5% do total de adultos reconheciam ter se envolvido em algum tipo de conflito (questão trabalhista, problema criminal, separação conjugal, conflito de vizinhança, entre outros) e isso para um período de cinco anos (1983-88). Identifica-se, assim, uma “enorme massa urbanizada, envolvida pela dinâmica da acumulação econômica, sujeita a carências de todo tipo, atomizada, (...) e vítima de múltiplos exemplos de violência pública e privada, que justamente *nega* a existência de elevada taxa de conflito, ou que nele esteja envolvida” (Santos, 1994:98). Em outras palavras, faz-se de conta que os problemas não existem, buscando-se sua resolução fora dos cânones institucionais, já que as instituições não merecem crédito por parte da população.

O círculo se fecha quando se verifica, por um lado, uma “óbvia e escandalosa ausência de capacidade participativa (motivação)” com a reduzida apresentação de demandas, e por outro lado, um “absoluto descrédito na eficácia do Estado” (Santos, 1994:98), com uma expectativa da “eficácia elementar” do Estado “próxima de zero”, o que leva à busca “por sua conta e por seus próprios meios, de um mínimo de dignidade pessoal” (Santos, 1994:98). É assim que apenas 33% dos que admitiram ter se envolvido em conflito nesse período 1983-88 confiaram a solução à Justiça (Santos, 1994:100), um indicador exemplar de uma situação do Estado de natureza hobbesiano. Outra

expressão do “descaso pelas instituições poliárquicas” se encontra no número de vítimas de roubo e furto e de agressões físicas, onde apenas 32% de pessoas na primeira situação, entre 1987/88, “recorreram à polícia e registraram queixa” enquanto 61% das pessoas envolvidas na última situação não recorreram à polícia (Santos, 1994:100). As causas do não-acionamento das instituições poliárquicas compõem um diversificado leque: “resolveram o problema por conta própria; não quiseram envolver a justiça (polícia); (...) acharam que a justiça (polícia) não iria resolver; (...) não sabiam que podiam utilizar a justiça (polícia)”, ou ainda, “o incidente não era importante”, levando Santos a comentar, certamente com espanto e indignação, que “roubo, furto, agressão física, conflito criminal ou de terra podem, no Brasil, ser considerados assuntos de menor importância” (Santos, 1994:100). Todas essas respostas indicam, com clareza, um quase absoluto descrédito nas instituições poliárquicas e a deliberação de “resolver por si mesmo (a própria definição do Estado de natureza hobbesiano)” (Santos, 1994:100) os conflitos existentes. Por tudo apresentado, verifica-se um descrédito associado ao Estado por parte da população que sente a ausência de direitos e a ineficácia do Estado. Ainda que esses dados se refiram a um passado um pouco distante, o que aconteceu da década de 1980 até o momento presente só tem feito agravar a situação, onde tem aumentado o descrédito com o Estado, ou seja, tem diminuído a confiança da população em relação a este. Em grande parte, se isso se deve a aspectos históricos constitutivos do Estado no Brasil, principalmente em relação às massas, todo esse quadro se agravou no contexto do neoliberalismo onde o Estado se retirou ainda mais da questão social direcionando suas ações mais para os componentes macroeconômicos e financeiros de sua atuação, reforçando muito mais esse sentimento de abandono das massas e da necessidade de resolver por conta própria suas necessidades e diferenças dentro da sociedade civil. O referencial provido por Santos se afirma vigoroso e atual quando os elementos apontados e desenvolvidos por ele só se reforçaram na realidade brasileira nas últimas décadas.

Outro aspecto dessa trajetória é o trânsito freqüente que se estabelece entre instituições poliárquicas e não-poliárquicas, o que se expressa, por exemplo, quando “votamos conforme as regras da cidadania poliárquica, mas não damos queixa à polícia de que nosso filho teve seu tênis roubado”, o que representa uma mudança de sistema institucional. Aqui se encontra uma ex-

pressão bem clara do agravamento da situação social no Brasil nessas últimas décadas, ou seja, o roubo do tênis de filhos da classe média que começava a aparecer na década de 1980 seria uma época *romântica* da questão social no país. “Na verdade, toda a população brasileira transita permanentemente de um a outro conjunto de instituições, com repercussões maléficas sobre a cultura cívica do país, em primeiro lugar, e sobre a probabilidade de sucesso das políticas governamentais” (Santos, 1994:104). As sociedades em transição social acelerada, como o caso brasileiro, têm um estado de natureza caracterizado pela “inexistência de um código de conduta universalmente aceito” levando “a prevalecer os códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior” (Santos, 1994:109). “A ineficiência crescente de comportamentos segundo normas provoca a deterioração da credibilidade das próprias normas” criando uma expectativa de que “os demais não obedecerão às normas consagradas”, instaurando uma “dinâmica de uma descrença e desconfiança generalizadas, abarcando, inclusive, pessoas e instituições cuja destinação é a preservação das normas (Justiça, Judiciário)” (Santos, 1994:108). Esse quadro descrito e elaborado no começo dos anos 1990 agravou-se tremendamente nos últimos anos, e continua se agravando, ainda mais quando se considera, recorrendo à “sabedoria popular: o exemplo *também* vem de cima” (Santos, 1994:119), o que faz com que os exemplos vindos das elites e do Estado no Brasil só têm se deteriorado aceleradamente nos últimos anos. Um último aspecto nessa construção destaca “a espantosa convivência entre a liberdade e a frequência de denúncias e sua quase absoluta ineficácia” (Santos, 1994:111), uma vez que “as denúncias, no Brasil, tendem a cair no vazio, assim como os crimes no esquecimento” e uma “crescente leveza da pena, com o correr do tempo” (Santos, 1994:111). “No Brasil, a punição é aleatória e nem sempre, ou melhor, quase nunca, se dá pelos meios institucionalmente apropriados, nem corresponde proporcionalmente à violação cometida” sendo que o “que vige é a impunidade, função crescente do tempo” (Santos, 1994).

Carvalho faz um interessante esforço de classificar os cidadãos brasileiros em classes quanto aos direitos civis. Uma primeira classe seria composta pelos “privilegiados, os ‘doutores’, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social” (Carvalho, 2005) sendo estes “invariavelmente brancos, ricos, bem-vestidos, com

formação universitária” (Carvalho, 2005). Estão ligados às seguintes atividades: “empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais e urbanos, políticos, profissionais liberais, altos funcionários” (Carvalho, 2005). Por essas condições, digamos estruturais, “mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário” (Carvalho, 2005) fazendo com que “a lei funcione em seu benefício” ou mesmo que “as leis ou não existem ou podem ser dobradas” (Carvalho, 2005:216). Evidentemente, toda classificação é uma aproximação da realidade, passível de erros e simplificações, conformando a possibilidade de exceções. Adotando um critério de renda, Carvalho inclui nessa primeira classe apenas 8% da população brasileira. Uma segunda classe, formada por “cidadãos simples”, está sujeita “aos rigores e benefícios da lei”, e é formada pela “classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais” (Carvalho, 2005). Estão nessa classe “brancos, pardos ou negros” com educação fundamental completa e segundo grau em alguns casos. “Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos” e carecem dos meios de acesso a eles. “Frequentemente, ficam à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem na prática que direitos serão ou não respeitados” (Carvalho, 2005). Nessa classe, estariam 63% da população do país. Na terceira classe estão o que no jargão policial se chama de “elementos”, formada por “trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos” (Carvalho, 2005), sendo “invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta”. Além de ignorarem seus direitos, “os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia” (Carvalho, 2005). Estão nessa classe, 23% da população e para eles “vale apenas o Código Penal” (Carvalho, 2005:217). Vendo esse segmento de menores abandonados de uma forma mais ampla aí podem se encaixar as vítimas de exploração sexual, pois abandonados são pelo país, pela família e pela sociedade.

A exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo

Até agora se abordou mais a questão teórica dos direitos, fundamentalmente focando nos grupos mais vulneráveis da sociedade no Brasil. É necessário

trazer essa discussão para a esfera do turismo. Para que se compreenda a analogia existente entre a violência e o turismo, faz-se mister estabelecer alguns conceitos que relacionam os dois universos estudados. Essa interposição lança diversas indagações, como: qual a relação entre o crescimento da atividade turística em Salvador e a inclusão da localidade na rota de exploração sexual de crianças e adolescentes? Como a história e a realidade socioeconômica e cultural da cidade influenciam para a existência do fenômeno? Por que essa questão não se configura como uma prioridade do poder público e das empresas de turismo, já que afeta invariavelmente diversas camadas do tecido social?

Desde já, se esclarece que não será possível responder a essas indagações neste capítulo, assim como outras questões igualmente inquietantes que, com certeza, neste momento, permeiam o pensamento de quem o lê. São questões complexas e que, certamente, possuem diversas variáveis envolvidas para a composição de uma resposta que possa ser considerada ao menos próxima de um fragmento da realidade, já que esta, de acordo com o pensamento de Weber, não pode, em hipótese alguma, ser apreendida em sua totalidade, e a ciência busca, apenas, compreender fragmentos de um universo muito mais abrangente do que é possível observar.

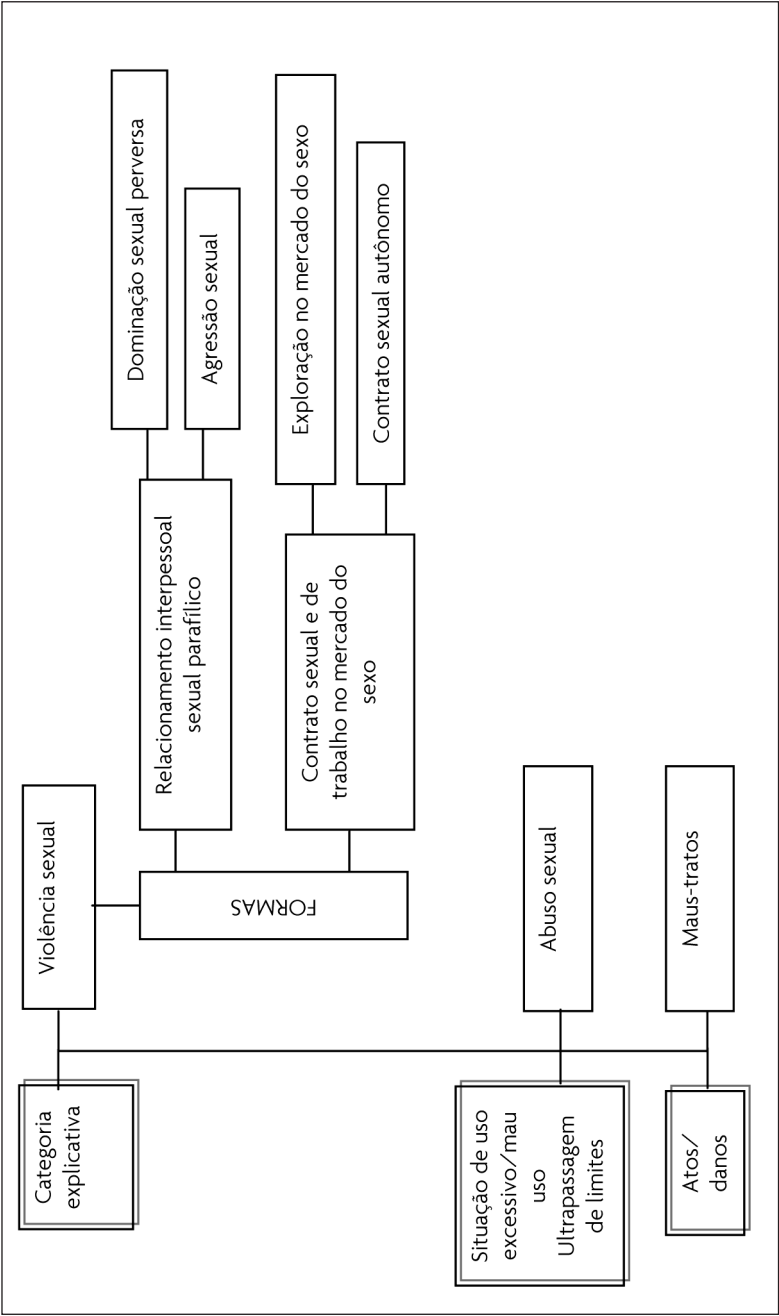
Entende-se que a exploração insere-se num contexto maior, o da violência. E por isso, utiliza-se o conceito do Cecria, onde a violência é considerada a categoria explicativa da vitimização sexual; “refere-se ao processo, ou seja, à natureza de relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual” (Cecria, 2002).

Segundo Faleiros (1998:8), a compreensão da violência envolve sua contextualização no âmbito da cultura, do imaginário, das normas, do processo civilizatório de um povo. Assim, não é válida suficientemente a análise da violência sexual interpretada de maneira isolada, pois não se faz representativa, argumentativa da realidade, dificultando até mesmo o processo de compreensão e a tentativa de traçar soluções para a questão.

O conceito de exploração sexual comercial insere-se no contexto do mercado do sexo, como pode ser verificado na figura 2.

De acordo com Leal e Leal (2004:11), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é definida como “uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, organizados em redes de comercialização local e global, ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos”.

Figura 2
Gráfico da violência sexual contra crianças e adolescentes



Nessa definição, abordam-se claramente alguns aspectos que valem ser ressaltados: no âmbito da modalidade de violência tratada, a relação que se estabelece é baseada em trocas, ainda que, em muitos casos, possam ser identificadas trocas não-monetárias, mas por objetos, comida, proteção, entre outros elementos. Enfim, há sempre uma relação baseada em permutas que se configuram a partir de necessidades e desejos constatados por ambas as partes. Um dos aspectos que fazem esse “contrato” injusto é a assimetria de poder ali representada, onde inclusive uma das partes (a criança ou adolescente) não possui escolha nem possibilidade de recusa, como pode ser verificado a partir do discurso do educador social, que já realizou diversos trabalhos junto ao Cedeca-BA: “O tempo todo, ao estarem à margem, elas [as meninas prostituídas] foram criadas para não terem outras possibilidades. E aí, o corpo é só um detalhe [para elas], deitar com um ou deitar com outro passa a ser o detalhe” (Lira, 2007).

Além disso, a definição já comentada tem como figura representada a família — “pais ou responsáveis” — como indivíduos promotores da exploração, o que revela graves questões de natureza estrutural que envolvem o meio substancial de onde crianças e adolescentes são oriundos. São diversas as razões que movem determinada família a aceitar ou até mesmo impelir a entrada de seus membros nas redes de exploração sexual, e essa participação tem significado de obstáculo no trabalho de atendimento psicossocial às vítimas desse tipo de violência sexual, como foi observado pela psicóloga do Cedeca-BA, em sua fala sobre os trabalhos realizados em relação ao público infanto-juvenil e aos pais:

No caso de atendimento à exploração, a gente só não tem um grupo de pais, a adesão é bem mínima se comparada aos casos de abuso, até porque a gente verifica que muitas vezes os próprios pais são coniventes ou estão na rede de exploração. E é essa dificuldade que a gente tem de tratar a questão da exploração. O atendimento apenas à vítima por si só, ele não dá um resultado positivo se a família não estiver envolvida nesse processo.

(Santos, 2007)

Outra definição utilizada para este estudo é a do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria):

A exploração sexual comercial se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado... É uma relação de poder e sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

(Leal e Leal, 2003)

Essa definição expõe de forma transparente a violação dos direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, e nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado no Brasil em 1990, regulamentou o art. 227² da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece os Direitos da Criança no Brasil. O referido artigo teve grande inspiração nos “Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos da ONU, e em especial, na Declaração dos Direitos da Criança” (ECA), seguindo, enfim, uma tendência internacional de valorização das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e que necessitam de proteção para seu desenvolvimento integral. Embora haja diversos artigos do ECA que tratam direta ou indiretamente dos direitos aqui relevantes, o art. 5º é o mais explícito em relação à questão da exploração, e confirma sua ilegalidade:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

² Art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Em relação à exploração sexual de crianças, o art. 227, §4º da nova Constituição afirma que “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Vale citar um trecho sobre a história da infância no Brasil:

A história social da infância no Brasil revela que desde o tempo da colônia as crianças não são consideradas sujeitos de direitos. Situação que vem se reproduzindo por séculos, seja por uma compreensão autoritária do pátrio poder, por concepções socializadoras e educativas baseadas em castigos físicos, seja pelo descaso e tolerância da sociedade com a extrema miséria e com as mais diversas formas de violência a que são submetidos milhões de crianças, pela impunidade dos vitimizadores de crianças, por cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais. Essas concepções e atitudes, vigentes até hoje, explicam a resistência da sociedade ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Cecria, 2002:8)

O comum desacato ao ECA tem como um de seus indícios mais possantes a própria impunidade dos que transgridem a lei, transformando-se em um ciclo vicioso, onde a Justiça não cumpre seu papel fundamental de garantia dos direitos individuais e alguns agentes da lei tornam-se também propulsores da exploração sexual infanto-juvenil e, além disso, muitas vezes compõem a rede de exploração sexual, como é destacado pela coordenadora do Setor Psicossocial do Cedeca-BA:

É uma rede muito bem organizada. Me espanta quem ainda pensa que essa rede é desorganizada, claro que existem “autônomos”... que vão para a pista, mas de uma forma geral você tem alguém numa rede, a polícia está muito envolvida nessa rede, e ela dá apoio aos hotéis, que dá cobertura aos aliciadores, ela que permite que as adolescentes estejam na rua. Outro dia teve um caso gravíssimo que saiu na televisão de um turista estrangeiro que tinha sido pego com ela [uma adolescente]. Essa menina veio parar aqui no Cedeca, e eu que fiz o acolhimento dela, que me disse que tinha sido estuprada diversas vezes pelos policiais do Pelourinho. Assim, eu vejo a realidade nua e crua, e acredito que se a gente não acabar com a corrupção policial, implantar sérias políticas públicas, todo esse nosso discurso vai por água abaixo.

(Koshima, 2007)

Quando se trata especificamente da atividade turística, Scarpati (2004), considera que o desenvolvimento turístico constitui uma dinâmica que ocorre em torno de elementos como a demanda turística, o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, as organizações público-privadas e a sociedade estariam diante do desafio de realizar um esforço contínuo de cooperação, inovação e planejamento, necessários para melhorar a qualidade do destino turístico, de forma a alcançar uma situação competitiva e sustentável.

Em suma, a decisão sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido e como essa atividade estará inserida na dinâmica local torna-se, de certa forma, responsabilidade e escolha dos agentes que compõem o turismo nos seus mais diversos aspectos. Um local onde o turismo sexual se faz presente com intensidade, como em muitas cidades do Nordeste brasileiro, incluindo Salvador, necessita redirecionar suas escolhas em relação aos investimentos, projetos e ações de desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico.

Embora não faça parte deste estudo um resgate histórico sobre a emergência e as causas da promoção do turismo sexual no Brasil, é importante citar sobre o papel da Embratur, principalmente na década de 1970, na promoção do Brasil como destino turístico, em campanhas publicitárias que ressaltavam nada timidamente a nudez e a diversidade étnica da mulher brasileira, fato que evidencia ainda mais a importância de que cada localidade hoje se responsabilize pela não-perpetuação de uma imagem de destino turístico associado ao mercado do sexo.

Quanto ao conceito de turismo sexual, Roseno (2006:299) aponta que a Organização Mundial de Turismo o define como a “realização de viagens organizadas dentro do setor do turismo ou fora deste, porém com o uso de suas estruturas e redes, com o propósito primeiro de permitir relações sexuais comerciais do turista com os/as residentes do local de destino”. Essa definição propõe a reflexão sobre o papel do turismo em uma localidade, assim como a deformação social embutida em seu desenvolvimento, como exposto por Scarpati (2004:6):

Parece que atualmente, diante do crescimento global do fenômeno do turismo sexual, não é possível negar que esta atividade gera renda, trabalho e lucros dentro do sistema turístico onde se desenvolve, uma vez que seu crescimento assim o demonstra (Oppermann, 1998; OMT 2002).

Diante da provocação reflexiva acima, cabe indagar sobre o tipo de turismo que se pretende desenvolver, e a que custo vale a pena não buscar a sustentabilidade para a chamada “indústria limpa”. Lucros advindos da exploração de indivíduos imaturos e em plena fase de desenvolvimento, que formarão parte da população adulta do Brasil, e que, desde já, são condenados a não terem chances de uma cidadania plena, como pode ser observado quando o educador social (Lira, 2007) aponta que muito se fala de resgate, de reinserção social, mas como se pode reinserir? “Quando eles [crianças e adolescentes] estiveram inseridos?” Como resgatar algo a que eles nunca tiveram direito de fato?

Soares do Bem (2005:19) destaca que, mesmo que o turismo sexual seja uma prática manifestada cada vez em maiores proporções em diversas regiões do mundo contemporâneo, “não pode ser considerado simplesmente um segmento a mais na atividade turística (por pressupor um mercado configurado), mas uma de suas perniciosas deformações”.

A tipologia de turismo tem como um dos critérios de classificação as motivações de viagem dos turistas. No caso do turismo sexual, ainda que exista como “segmento”, na medida em que obedece ao critério “motivação para a viagem”, é um fenômeno mais complexo que a própria composição da atividade turística, sendo leviano analisá-lo apenas com base nessa classificação. Mas reforça-se que é também necessária a aceitação da existência do mesmo, uma vez que causa inúmeros prejuízos de diversas ordens em muitas comunidades, e, além disso, favorece um dos problemas mais delicados com que as sociedades lidam atualmente, que é o tráfico de seres humanos para fins sexuais, como será verificado a seguir.

Internacionalmente considera-se que existem quatro (ou cinco) dimensões da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes: prostituição, pornografia, **turismo sexual**, tráfico e pedofilia (sobre a qual existem divergências se deve ser considerada atividade do mercado do sexo).

(Cecria, 2002:64)

Além disso, Scarpati (2004:4) alerta que, em 2002, a OMT apresentou um estudo intitulado “La incidencia de la explotación sexual de los niños en el turismo”. Nesse estudo, foram apresentados os resultados de investigações

realizadas na Tailândia, Camboja e Indonésia e informações referentes ao desenvolvimento do turismo sexual nesses locais, constando suas repercussões sociais nesses destinos turísticos. A pesquisa citada evidencia que o turismo sexual é parte de uma atividade econômica lucrativa, cada vez mais articulada em nível global, e revela também algumas relações existentes entre o turismo sexual e outras atividades ilícitas, que ocorrem concomitantemente nos destinos analisados, a saber:

- ⊗ tráfico de drogas, armas e roubos;
- ⊗ produção e distribuição de pornografia;
- ⊗ exploração sexual infantil;
- ⊗ tráfico de mulheres;
- ⊗ propagação de DST/Aids;
- ⊗ crime organizado;
- ⊗ corrupção de autoridades.

De acordo com a análise realizada, parece que o comércio sexual, e o turismo sexual em particular, estariam inseridos em um contexto mais amplo e complexo que a mera relação carnal entre quem procura este serviço e quem oferece. O negócio do turismo sexual em seus destinos mais desenvolvidos neste âmbito, conta com a participação direta e indireta de taxistas, funcionários de hotéis, bares e restaurantes, empresários locais e inclui organizações do crime organizado vinculadas a atividades de tráfico de mulheres e crianças.

(Scarpatti, 2004:5)

Para a ocorrência do turismo sexual, incidem apoios diretos ou indiretos de diversas redes, podendo-se citar a própria rede de funcionamento do sistema turístico (cabendo destacar que não são todas as organizações do sistema turístico que se inserem nesse contexto), formada por hotéis, restaurantes, bares, taxistas, agências de viagem etc., que permitem ou até mesmo incentivam o turismo sexual, onde os agentes envolvidos estabelecem relações de troca e obtêm benefícios por meio do turismo sexual. Essa informação é salientada por Lira (2007), que lembra que “a rede que faz parte do turismo [da atividade como um todo], [muitas vezes] é a mesma que compõe a rede de exploração” sexual no turismo.

Vale a pena citar Faleiros e Campos (2002), onde é abordado que “As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território, para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada”.

Nesse sentido, é identificada pelos funcionários do Cedeca-BA uma grande necessidade de que se estabeleçam diversas frentes, formadas por movimentos da sociedade civil, ações governamentais severas e apoio internacional para atuação também nos países de origem, de onde vêm os turistas sexuais, para o enfrentamento de redes tão complexas e difusas, para o extermínio ou minimização do problema da exploração sexual infanto-juvenil no turismo. A esse respeito Araújo (2007), da equipe do Cedeca, faz a seguinte menção sobre as redes: “Para enfrentar a rede de exploração sexual, somente uma rede de combate bem fortalecida. No momento, atuamos mais na prevenção e em ações paliativas, nas discussões... mas o que precisamos mesmo é combater de verdade”. Para que se combata a exploração aqui tratada, é essencial que ela seja percebida como algo que deve ser coibido pelos diversos atores participantes do chamado tecido social; que seja tida como de responsabilidade de todos, já que envolve tamanha complexidade e diversas implicações.

Em relação às instituições públicas e empresas privadas que atuam fundamentalmente na área de turismo, salienta-se que há necessidade de priorização de ações e discussões acerca das consequências da exploração sexual. Krippendorf (2001:172) alerta que nenhum dos profissionais de turismo, independentemente da posição ocupada no setor, “tem o direito de se refugiar atrás do comprador [o turista], recusando-se a assumir as responsabilidades”. E completa:

É perigoso, de fato, para a imagem desse ramo de atividade que os representantes das grandes organizações, que participam de seminários críticos sobre o turismo no Terceiro Mundo e defendem posições progressistas, proponham ao mesmo tempo, mais ou menos abertamente em seus catálogos, visitas às zonas de prostituição, em Bangkok ou outras cidades, ou organizem viagens, sob pedido, com esse objetivo.

Fanon, segundo Soares do Bem (2005:20), apontava, desde a década de 1950, o perigo dos países de “terceiro mundo” se transformarem em bordéis dos países industrializados. Nesse contexto, cada vez mais elementos apontam

para o fato de que as questões relacionadas à exploração e ao turismo sexual fazem-se urgentes de serem tratadas, não só pela periculosidade e condições desumanas a que crianças e adolescentes são expostos, mas também para que o turismo possa ser uma atividade benéfica em termos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável para comunidades e regiões.

O papel das ONGs no contexto contemporâneo da reforma do Estado

Nesta última seção da construção teórica será abordada a questão das ONGs, no sentido de entender como aparece esse ator social no contexto atual, já que o Cedeca-BA, objeto de estudo desta pesquisa, é uma ONG. Procura-se aqui recolher alguns elementos teóricos fundamentais para situar esse novo ator social.

O aparecimento das ONGs (organizações não-governamentais) na agenda política brasileira ocorre a partir dos anos 1990 na esteira do exaurir do Estado autoritário (1964-85), do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988. A esses elementos também podem ser agregados o esgotamento dos movimentos sociais urbanos da década de 1970 que definham a partir do final dos anos 1980 exatamente com a extinção do arranjo autoritário dos militares. O Estado que, nesse período, “era visto como uma instância quase inacessível, começa a reconhecer a sociedade civil organizada como um ator político relevante” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Na última década do século XX e nesses primeiros anos da década atual, “uma das formas mais expressivas de organização da sociedade civil se configura nas organizações não-governamentais (ONGs)” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Não se objetiva aqui fazer, como já apontado, uma longa fundamentação teórica a respeito das ONGs, mas apenas recolher elementos que possam auxiliar no sentido de identificar os papéis e limites das ONGs em suas atividades.

As chamadas organizações não-governamentais estão incluídas no “terceiro setor”, e de acordo com Montaña (2003:205), no Brasil, existiriam em 2003 cerca de 400 mil ONGs, estando a maior parte delas registradas na Associação Brasileira de ONGs (Abong), e sendo fundadas a partir de 1985. Em

relação ao conceito, Tenório (2002:11) afirma que as ONGs “caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas ao atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”. Além disso, em geral, suas ações e projetos são financiados por agências de cooperação internacional e contam com a colaboração de voluntários para que possam desenvolver suas atividades.

Para a compreensão da inserção das ONGs no cenário político temos que considerar vários fenômenos que caracterizam a sociedade contemporânea, e a especificidade da situação do Brasil. Em primeiro lugar, vale registrar a incapacidade da democracia representativa de cobrir todos os aspectos e interesses de uma sociedade plural. No caso brasileiro, em específico, isso se agrava quando se consideram a fragilidade e vícios históricos dos partidos políticos que atentam contra o instrumento da representatividade. Com a redemocratização, nas condições específicas do processo histórico brasileiro, a participação foi acionada como um poderoso argumento para o aperfeiçoamento democrático. As promessas acabaram sendo maiores do que as realizações, mas de qualquer forma houve um avanço no sentido da institucionalização de determinados instrumentos tais como conselhos, orçamento participativo etc. Esse novo caminho construído, no entanto, ocorre exatamente em um período de crise do Estado, que resultava de uma crise mais geral do próprio regime de acumulação, e que mostrava o esgotamento de sua capacidade de investimento (o chamado Estado desenvolvimentista) com o comprometimento de sua capacidade operacional. A reestruturação ou redesenho do Estado resulta no chamado Estado neoliberal que implica um Estado mínimo, transferindo para o mercado, e mesmo para a sociedade, um conjunto de atividades que antes lhe diziam respeito e que, bem ou mal, assumia. Nessa redefinição pode-se assistir ao paradoxo de ter, por um lado, uma sociedade civil mais ativa, participativa, cobradora de um Estado e, este, por sua vez, cada vez menos ativo e com menos capacidade de resposta às imensas carências acumuladas até porque o Estado mínimo se expressa também pela redução da ação do Estado nas questões sociais.

Nesse contexto é que se inserem as ONGs como uma alternativa a toda essa crise sistêmica. As primeiras ONGs “nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais com ênfase nos trabalhos de edu-

cação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas ainda em anos de regime militar” (Sucupira, Chaves, Monteiro, 2007). Se expandem, contudo, nos anos 1980 em grande parte impulsionadas pelo retorno ao país de exilados que acumularam experiência internacional em instituições similares no exterior (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Nos anos 1990 “as relações entre ONGs e Estado se complexificaram” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Ao lado de “reivindicação e conflito” coexistiam “diálogo e colaboração” com o Estado. Surgem as ONGs, não para substituir o Estado, “mas como uma instância que pode contribuir, apresentar propostas e influenciar positivamente as políticas governamentais (...)” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Todos os processos mencionados acabam por contribuir para uma explosão ou proliferação das ONGs no Brasil que foram “ganhando legitimidade acompanhadas pela ampliação de espaços na mídia e no debate político” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). A afirmação de Rosa et al. (apud Sucupira, Chaves, Monteiro, 2007) explica muito bem para o que vêm as ONGs:

se antes o público (Estado) cuidava das coisas “públicas/sociais” e o privado somente dos seus interesses privados, deixando ao cargo do Estado cuidar das coisas coletivas, agora o privado ante a inércia do Estado, assume o papel histórico deste, oferecendo participação na erradicação dos problemas sociais.

Dessa afirmação extrai-se também a nova forma de atuação das ONGs que se consolidou sobremaneira nos últimos anos, a parceria com o Estado.

Um dirigente de ONG aponta de maneira bem oportuna a pluralidade de ONGs que foram criadas podendo-se identificar “ONG movimento, ONG tema, ONG como ator, ONG consultor, ONG não sei o que” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007) e ainda ONG como “causa” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Nesse contexto, já apontado, de inércia do Estado que também poderia ser chamado de desresponsabilização do Estado, cabe o depoimento de um outro dirigente de ONG que nenhuma delas “quer substituir o Estado (...)”. O que acontece é que o Estado não dá conta em muitas coisas” e as ONGs acabam “realizando um pouco de ações que seriam do Estado, de responsabilidade do Estado” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Mais especificamente e convergindo com nosso objeto de pesquisa, um outro dirigente afirma que o objetivo de uma ONG não é fazer “atendimento, quem tem que fazer atendi-

mento é o Estado”, não as ONGs. Nesse sentido, identifica que função maior das ONGs “é cobrar, é investigar, é mudar comportamento, é ir para a mídia” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Parece haver um consenso que o papel fundamental das ONGs é “influenciar as políticas públicas” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007).

Uma questão sensível em toda essa construção histórica refere-se ao financiamento dessas organizações, pois, embora algumas ONGs tradicionais tenham mantido sua autonomia, “ao dependerem quase que exclusivamente de financiamento do Estado, perdem sua postura crítica” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007), perdem a capacidade de crítica. Nessa situação, a relação entre ONGs e Estado se complexifica quando, por exemplo, na observação de um dirigente de uma ONG, existem “alguns casos que você critica determinadas políticas, participa do controle delas e ao mesmo tempo tem interlocução” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Essa questão se encaixa exatamente no cotejo entre “participação e autonomia, o conflito reside em definir até que ponto é possível participar das ações do Estado sem perder a autonomia” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007).

Apesar das críticas de transferência e compartilhamento de papéis e funções entre o Estado e as ONGs, no âmbito da participação política e da cidadania, as organizações não-governamentais revelam outras formas de aproximação da sociedade civil com as diversas realidades sociais, que são observadas e recriadas todos os dias. Além disso, esses grupos organizados possuem formas mais incisivas de cobrança de ações efetivas por parte do Estado, uma vez que eles partem da iniciativa, do exemplo, da demonstração clara de quais são e como ocorrem as questões sociais. Nesse sentido, ainda que a sua emergência seja historicamente considerada recente, pensar na composição do tecido social sem a existência dessas organizações hoje, é quase a “materialização” do caos em proporções alarmantes, tamanha a importância das ONGs para apontamento do que realmente importa na constituição de uma sociedade contemporânea.

Melo (2002) aponta algumas causas sobre a recente valorização das organizações da sociedade civil, que facilitam a compreensão e resumem os argumentos já expostos. Transformações ocorridas no Estado brasileiro: mudanças na gestão de políticas públicas após os anos 1980 e a reforma do aparelho do Estado nos anos 1990; valorização do desenvolvimento local; aprofundamen-

to das desigualdades sociais e resgate da gestão social. A emergência e consolidação das ONGs como agentes de atuação social decorrem de um processo onde o Estado perde em parte seu raio de atuação e, ainda que possam estar envolvidas em contradições e, muitas vezes, em uma divisão de trabalho não muito explícita, as ONGs têm se configurado como parte do novo desenho da atividade pública no Brasil.

O enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: a trajetória do Cedeca/BA

Nesta seção apresenta-se a trajetória de trabalho e luta do Cedeca-BA no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na voz de seu dirigente e membros procurando conectar esses elementos com o referencial teórico anteriormente construído. Em outras palavras, procura-se mostrar como o corpo teórico se explicita no empírico.

Cabe começar pontuando como a entidade vê as causas do problema até porque essas determinam o raio de ação e de possibilidade de enfrentamento da questão. Na percepção de seu coordenador, Waldemar Oliveira, ainda que exista uma parcela de adolescentes de classe média envolvida, “a maioria das meninas exploradas são pobres de bairros periféricos, algumas de família de miseráveis, afro-descendentes etc., esse é o perfil das meninas” (Oliveira, 2007). Em sua percepção, “ela não ficaria ociosa à noite para transar com um cara que ela nem conhece se tivesse escola, comida, alimentação, recursos” (Oliveira, 2007). Vimos anteriormente que um primeiro momento decisivo na construção da cidadania encontra-se na abolição da escravidão que “incorporou os ex-escravos aos direitos civis”, mas de modo “mais formal do que real” (Carvalho, 2005:17). Quando se constata, pelos dados existentes bem como pelos depoimentos colhidos, que, em grande parte, uma boa parcela das vítimas desse processo todo são meninas e adolescentes negras, pode-se perceber como se mantém essa realidade histórica. Verifica-se, desse modo, a inefetividade da lei tanto em termos territoriais quanto funcionais quando se consideram “as relações de classe, étnicas e de gênero” (O'Donnell, 1993:129).

Por outro lado, admite Oliveira que, houve uma redução da exploração praticada por turistas, lembrando que, quando se fala de turistas, as pessoas só

pensam em turistas internacionais, “mas, não é assim, paulistas, cariocas também exploram, até mesmo o próprio soteropolitano” (Oliveira, 2007). Hoje, “já não se exploram mais crianças de uma forma tão aberta como há 10 anos”, contrapondo que “antes não se tinha uma atitude que coibisse, a rede era escancarada, era o cara que ia para o aeroporto, via e pegava [o turista], o taxista que ajudava, a recepcionista do hotel, já era tudo articulado, então havia essa rede que funcionava perfeitamente”. Essa rede ainda não foi “desarticulada”, atuando, agora, de “uma forma mais subterrânea”, como pode se encontrar nos bairros da “Barra, Pituba, Pelourinho, Itapuã, Aeroclube e em alguns bairros periféricos, por exemplo, nos postos de combustíveis da saída da nossa cidade” (Oliveira, 2007). Apesar disso, entende que houve “uma redução” da exploração (Oliveira, 2007).

Quanto ao papel do Cedeca-BA, seu coordenador diz que, “modéstia à parte”, o considera “relevante”, tendo começado o enfrentamento da exploração sexual, do turismo sexual há mais de 10 anos, em 1994. Lembra Oliveira que a instituição trabalhava basicamente com homicídios e em 1994 “começamos a enfrentar essa violência que se abatia contra as crianças e adolescentes ao concluir uma pesquisa onde constatamos que essa violência era a violência sexual”. Assim, o Cedeca teve “esse mérito de ter iniciado a discussão para todo o país, porque em 1994 se falava, mas não se movia uma palha para enfrentar”. História que isso levou à realização de duas reuniões em Salvador e outras em Natal que geraram o Plano Nacional contra a Exploração Sexual. A partir daí o Cedeca tem participado de encontros internacionais e representa o ECPAT³ há sete anos aqui no Brasil, uma instituição da Tailândia contra a exploração sexual, além de participar dos projetos nacionais, como por exemplo, o Sentinela. Atualmente, o Cedeca colabora com o projeto contra o tráfico de pessoas e especialmente mulheres (Oliveira, 2007). Essa experiência o leva a postular que “estamos cada vez mais convencidos que atuar preventivamente é o caminho” sendo que “a retomada da vida normal [após a exploração] é muito mais difícil do que a prevenção”.

Ainda descrevendo a trajetória do Cedeca, no início de suas atividades, “houve uma reação por parte do *trade* turístico (rede hoteleira e as empresas

³ ECPAT — End Child Prostitution in Asian Tourism, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes.

Bahiatursa e Emtursa) com o discurso que nós íamos afugentar o turismo e nós reagimos dizendo que não, que nós queríamos qualificar o turismo” (Oliveira, 2007). Passados dois ou três anos, “felizmente, eles perceberam que não afugentava o turismo e entraram na luta conosco e hoje compõem conosco o Comitê Estadual de Enfrentamento”. Em relação aos governos, a sensibilização em relação à questão ocorre, mas “não com a intensidade que gostaríamos” (Oliveira, 2007). Oliveira ressalta que os governos “têm se sensibilizado com a questão, nos ajudado no que podem, assim como outras organizações, mas gostaríamos de enfatizar que não na intensidade [necessária]” (Oliveira, 2007). O que se nota nesta afirmação é praticamente uma inversão de valores, uma questão que seria típica de Estado parece que recai nos ombros da sociedade ou de uma, ou algumas, ONGs, como o próprio Cedeca. Oliveira se queixa da falta de verbas para atuação “principalmente na periferia e na região metropolitana”, observando que somente Camaçari [município da Região Metropolitana de Salvador] firmou um acordo conosco, os outros admitem que existe [o problema], mas...” (Oliveira, 2007). Simões Filho é um exemplo, onde meninas ficam à beira da estrada no Centro Industrial de Aratu (CIA). Houve uma aproximação do Cedeca com a prefeitura desse município, uma vez demonstrado o “interesse de firmar um convênio”, sendo formulada uma proposta de diagnóstico da situação, com seminários, depois a realização de um guia voltado para a questão etc. O dirigente informa ainda que foi feita uma redução apreciável no custo do trabalho para sua viabilização. Mesmo assim não foi aprovado, o que levou o Cedeca a perceber “o quanto vai de diferença entre o discurso e a prática” (Oliveira, 2007). E o problema persiste no município “porque se negaram a fazer o convênio” (Oliveira, 2007). O mesmo acontece com a prefeitura de Salvador, onde foi apresentado um projeto em meados de 2005. Posteriormente no final de janeiro de 2006 o projeto foi reapresentado e “aprovado com louvor” e “resumindo, estamos no 2º semestre de 2007 e até agora nada [aconteceu]” (Oliveira, 2007). Novamente, o que se vê é que “no discurso é dada uma prioridade e na prática esta não existe” (Oliveira, 2007), convergindo com a reflexão empreendida por Bobbio, anteriormente apresentada. Também, quanto ao atual governo do estado tem-se a mesma situação, havendo uma promessa de “pagamento dos técnicos” (psicólogos, advogados da equipe). Ainda que haja uma compreensão devido à mudança de governo, a proposta enviada em janeiro de 2007 só tinha uma

resposta prevista para agosto último (2007) (Oliveira, 2007). Em relação à sociedade, esta “ainda é insensível com a questão da exploração sexual, se sensibiliza muito com a questão do abuso, [as pessoas] ligam, reclamam, ficam revoltados, mas quando uma menina de 14 anos é explorada, acham, consideram que são umas *putinhas*, *vagabudinhas*” (Oliveira, 2007). Essa é “a visão predominante, o que explica porque nós não recebemos quase que nenhuma denúncia envolvendo a questão da exploração sexual” (Oliveira, 2007), o que confirma a exposição anterior de uma passividade da sociedade civil frente aos problemas e também a negação do mesmo e do conflito. Assim, temos um “quadro de pouquíssimas denúncias, pouquíssimos exploradores e também a incompetência da polícia” (Oliveira, 2007). Exemplifica Oliveira, com um caso onde são feitas denúncias sobre um determinado hotel que recebe meninas menores sendo, então, enviado um policial da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Criança e o Adolescente (Dercca) para fiscalizar e se manter no local das 7 até as 13 horas, reporta que “não viu nada e diz que era mentira e se reintegra a sua equipe de trabalho” (Oliveira, 2007). O que o dirigente enfatiza é a dificuldade de constatar os delitos nessa área quando não existe um posicionamento claro e aberto de enfrentamento do problema.

O Cedeca já se posicionou com o antigo governador, Paulo Souto, e com o atual, Jaques Wagner, para “criar uma equipe, um grupo, uma força-tarefa, juntamente com o Ministério Público, somente para fiscalizar a exploração sexual formada por policiais civis, policiais militares” (Oliveira, 2007). No entendimento do coordenador do Cedeca, “enquanto não se constituir essa força-tarefa nós vamos ter dados [levantados] pífios de 2003 na Dercca de exploração sexual. Isso é uma prova de que a impunidade aqui é quase total! Se eu não me engano tivemos um caso aqui em Salvador de um explorador preso” (Oliveira, 2007). Em sua percepção, falta “vontade política, dizer ‘eu vou fazer’ e alocar recursos; isso não se tem, prioridade é quando o governador ou o prefeito alocam recursos” (Oliveira, 2007). Lembra o coordenador que o ex-governador Paulo Souto injetou no Fundo Estadual da Criança e do Adolescente a soma de R\$ 120 mil, uma “coisa vergonhosa, esse valor não dá para uma cidade como Xique-Xique fazer alguma coisa” (Oliveira, 2007). Quanto ao novo governo estadual, mostra estarem “esperançosos porque o governo tem uma marca pelo social, então, se espera que tenha uma postura diferente” (Oliveira, 2007). Essa percepção vinda de um dirigente de uma ONG que

enfrenta diretamente a dura realidade converge com a reflexão anteriormente colocada do efetivo enfrentamento do problema. Assim, se no plano mais internacional ou universal ocorreu a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 (Bobbio, 1992), no Brasil tivemos a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente certamente colocada em um “plano ideal”. Quando trazido para o “plano real” deve-se levar em conta que “uma coisa é falar dos direitos do homem”, enquanto “outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (Bobbio, 1992:63) podendo-se detectar um contraste entre “a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações” (Bobbio, 1992). No caso brasileiro fica patente uma clara “distinção entre teoria e prática”, onde estas “percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais” (Bobbio, 1992:67), constatando-se uma distância grande entre o discurso e a prática, conforme pontuaram os depoimentos mostrando que o problema em tela não pode ser entendido como uma prioridade dos governos dada a absoluta falta de efetividade das políticas e dos recursos a ele destinados. O híbrido institucional apontado por Santos se confirma quando se verifica a baixa resposta governamental, ou mesmo ausência desta, indicando uma situação que “faz com que o governo governe muito, mas no vazio — um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico” (Santos, 1994) levando a um “absoluto descrédito na eficácia do Estado” (Santos, 1994:98), com uma expectativa da “eficácia elementar” do Estado “próxima de zero”, o que pode ser percebido pelas declarações dos educadores envolvidos no trabalho de enfrentamento dessa violência.

Consciente das limitações, o Cedeca-BA relata que a entidade tem apresentado documentos e projetos e “deixado bem claro que não vamos acabar com o problema, nós queremos é reduzir” (Oliveira, 2007). Quanto à impunidade, quanto à certeza de que explorar criança não dá em nada, quando “a partir do momento que tem 10 exploradores que foram presos, mídia televisão noticiando etc., eles tomariam precauções ou sairiam de cena” (Oliveira, 2007). Waldemar Oliveira ilustra essa situação com o caso de um americano que foi preso abusando de duas meninas, que ele próprio acompanhou, oferecendo apoio do Cedeca à família. Sucedeu que a menina e a família não compareceram ao Cedeca, pois “o advogado do americano corrompeu a menina”. A situação é mais ampla e grave ainda quando se observa que “no interior, as meninas também são exploradas por políticos, fazendeiros e grandes comer-

ciantes da cidade que se valem da sua autoridade” (Oliveira, 2007). Em Salvador, “menos mal que tem o Cedeca e outras instituições, mas, e no interior, que não tem uma entidade de defesa das crianças, só tem o conselho tutelar que não funciona e que mesmo assim é ligado à prefeitura?” (Oliveira, 2007). A impunidade grassa “enquanto não tiver uma intenção política de apurar”. Nas cidades pequenas do interior, “tudo é questão de poder, um rapaz filho do prefeito vai ser preso? [A polícia] faz vista grossa” (Oliveira, 2007). Essa realidade que pode também ser encontrada não só em cidades do interior, mas nos grandes centros, converge com a reflexão da constatação de uma “aplicação discricionária, e amiúde excessivamente severa, da lei aos fracos” que tem, como contrapartida, o fato de que “os privilegiados, seja diretamente, seja por meio de ligações pessoais apropriadas, se isentam de cumprir a lei” (O’Donnell, 1998)

No que se refere à rede hoteleira, o Cedeca-BA tem construído uma aproximação com esta, mas “a rede também nos procura”, como no caso da rede Accor há dois anos e atualmente rede de hotéis Sol Meliá, que buscou apoio para capacitar 800 funcionários tendo sido apresentada uma proposta, com expectativa de capacitar os funcionários em Brasília e em São Paulo. “Queremos fazer disso uma divulgação para outras redes” (Oliveira, 2007). É “importante a capacitação dos funcionários porque muitas vezes os diretores e gestores da rede hoteleira têm uma predisposição em não deixar a exploração sexual, mas um recepcionista não tem esse compromisso” (Oliveira, 2007). Uma idéia da dificuldade de enfrentar o problema pode ser detectada no fato de que “deu o maior trabalho” colocar na porta dos hotéis as placas de que é proibida a entrada de crianças e adolescentes. Os hotéis só começaram a colocar as placas quando o Ministério Público intercedeu e, agora, felizmente, os hotéis já possuem essa placa, mas os motéis ainda não (Oliveira, 2007).

Na opinião de Karin Koshima, educadora há anos do Cedeca, o problema da exploração sexual com crianças e adolescentes ligada ao turismo é “multideterminado” associado ao risco de vulnerabilidade das crianças e adolescentes sendo que o que produz essa vulnerabilidade são: “fatores econômicos” que se tornam um “terreno fértil” para entrada na exploração sexual; “questões familiares”, ou seja, “uma articulação familiar violenta que também empurra, fragiliza, ou mesmo vulnerabiliza” as crianças e adolescentes para uma situação de exploração sexual; “um país completamente corrupto,

onde a polícia está envolvida nessa rede de exploração, uma política corrupta e conivente com isso” levando a um “fator de impunidade”, gerando “uma certeza de que a todas as pessoas envolvidas nada irá acontecer”; “uma cultura do turismo” que durante muitos anos “vendeu o turismo do país com apelo sexual, com esse lado da sensualidade e que traz uma demanda”. Nesse contexto, cabe lembrar que “a oferta aparece a partir de uma demanda”, “uma demanda enviesada” que aparece em um país pobre onde o dinheiro tem “um peso”; ausência de “políticas macrosociais” (crianças fora da escola, ausência de políticas públicas. Em suma, “uma panela fértil” demais para a exploração sexual (Koshima, 2006).

Quanto à possibilidade de existência de dois circuitos de exploração, um formado por jovens pobres e outro por garotos de classe média, o sentimento é que “esses dois circuitos existem”, mas não podemos colocá-los “na mesma medida”. Esse segundo grupo, chamado de garotos de programa, que está “em crescimento”, é formado por meninos e meninas — “tem até uma nomenclatura diferente” —, que são “frutos da sociedade do consumo”. As garotas de programa, meninas da classe média, utilizam o turismo sexual até como “um bico”, em geral no verão — o turismo também tem uma “questão da sazonalidade”, que é “um fator importantíssimo”, pois o verão coincide com as férias escolares, festas, “a efervescência da cidade” e os turistas chegando. A diferenciação dos dois circuitos também se dá pelo nível de informação, de acesso à informação, onde se constata uma “desigualdade imensa”. A menina de classe média tem “um nível de consciência maior do que está acontecendo”. No entanto, pondera Koshima,

essa consciência por si só não é capaz de frear porque o apelo da sociedade de consumo é muito maior, uma sociedade regida pela rapidez das coisas, por sexualidade banalizada, pelo dinheiro como necessidade de afirmação — tudo que se faz tem o dinheiro como mola mestra, o objetivo é o dinheiro.

Tem-se, assim, uma “lógica deturpada e adoecida dentro de uma sociedade adoecida que faz essa relação de sexo como oportunidade de dinheiro, sexo sem qualidade e se coloque como mercadoria dentro dessa sociedade”. Em conversas com algumas meninas de classe média, a educadora notou nelas “um distanciamento, uma frieza, uma praticidade daquela situação, uma

lógica que elas constroem de como utilizar esse meio de vida como algo momentâneo” pensando que podem sair dele quando quiserem, cursando uma faculdade, ou seja, elas teriam uma “alternativa”. Na percepção de Koshima (2007), elas pensam: “eu sou jovem e gostosa, não tem nenhum problema já que eu dou de graça para tanta gente”. Quanto às meninas pobres, elas “não enxergam o outro lado, não têm alternativa”.

Analisando a questão do ponto de vista da existência de redes, Koshima entende que “existe uma rede muito bem organizada e estruturada de exploração sexual e existem *n* formas de aliciamento, desde uma colega que está naquela mesma situação, que ganha R\$ 100 em um dia e isso é um fascínio para uma menina dessas”. Um outro traço dessas redes é a existência de “pessoas infiltradas nas comunidades”, meninas “muito bem arrumadas (com roupas de marca), bonitas e jogadas na comunidade”. Como “tudo que é novo chama atenção e gera curiosidade, essa menina vai circulando dentro da comunidade para divulgar e aguçar a curiosidade das outras meninas”. Frente a essa “rede muito bem organizada” surpreende que tenham “pessoas que ainda pensam que essa rede é desorganizada”. É possível considerar a existência de, “vamos chamar assim, *autônomos*, que vão para a pista, mas, de uma forma geral, tem alguém numa rede”. Nesse contexto, “a polícia está muito envolvida nessa rede, dá apoio aos hotéis, cobertura aos aliciadores, permite que as adolescentes estejam na rua”. Nesse sentido, relata “um caso gravíssimo”, divulgado na televisão, de um turista estrangeiro que tinha sido pego com uma menina e ela veio parar no Cedeca-BA sendo feito “o acolhimento” dessa menina que, por sua vez, informou que “tinha sido estuprada diversas vezes pelos policiais do Pelourinho”. Em seu entender, “se não se acaba com a corrupção policial, se não implantar sérias políticas públicas, todo esse nosso discurso vai por água abaixo”, indicando que o problema é sistêmico, necessitando, assim, um tratamento igualmente sistêmico.

Esse depoimento, bem como a realidade conhecida confirmam que a situação brasileira combina “características democráticas e autoritárias” (O'Donnell, 1993:133), ou seja, “a dimensão autoritária se mescla, de modo complexo e poderoso, com a democracia” (O'Donnell, 1993:133) emergindo nessas áreas uma cidadania de “baixa intensidade” onde, ainda que os direitos políticos sejam respeitados, “os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais,

ou obter dos órgãos do Estado serviços aos quais têm direito, ou estar a salvo da violência policial — e mais um extenso etc.” (O'Donnell, 1993). O quadro teórico anteriormente construído também localizou problemas sérios na relação dos pobres e socialmente fracos com as burocracias para obtenção de trabalho, para obtenção de aposentadoria, ou “quando têm de ir a um hospital ou delegacia de polícia” (O'Donnell, 1993) observando-se não apenas “a imensa dificuldade que eles enfrentam para obter, se tanto, o que nominalmente é seu direito: é também o modo indiferente, quando não desdenhoso, como eles são tratados (...)” (O'Donnell, 1993). O que o relato dos entrevistados mostra, não é apenas a existência de preconceitos em relação a meninas e adolescentes, mas também o uso de força e violência contra elas, vitimizandolas em alguns casos, indo além do tratamento desdenhoso. Nessas situações, confirma-se que o indivíduo se coloca frente às burocracias não como “portador de um direito”, mas como “suplicante de um favor” (O'Donnell, 1993). Certamente também pode ser visto como uma causa da não-recorrência ao Judiciário o fato de este ser visto como “distante, embaraçoso, caro e lento demais para que os desprivilegiados tentem até mesmo ter acesso a ele” (O'Donnell, 1993), sofrendo estes “várias discriminações” (O'Donnell, 1993), criando-se “a descrença da população na Justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para os ricos, ou antes, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos” (Carvalho, 2005). Além dessas evidências certamente consensuais, parece que a questão é ainda mais funda, ou seja, a esses desprivilegiados não passaria pela cabeça a recorrência ao Judiciário, conforme subsidiado pela pesquisa anteriormente apontada da não-existência da consciência de direitos para a maior parte da população.

Colocados esses elementos, é pertinente observar o papel desempenhado pelo Cedeca e como são vistas as possibilidades de enfrentamento do problema em tela. Para tanto, recorre-se ao depoimento de Koshima, para quem “o trabalho de uma ONG deve ser entendido como um laboratório de experiências”. Uma ONG, como o Cedeca, que já tem 16 anos, atuou nesse sentido bem como “supriu” políticas públicas, o que pode ser entendido como um substituto do Estado. Ao iniciar seu trabalho em 1994 ao lançar a pesquisa juntamente com a campanha sobre o tema, “quebrou-se um tabu, falar disso era um aberração”, pois para a área de turismo, principalmente, “éramos vistos como pessoas que queriam acabar com o turismo da cidade, nós éramos

apedrejados, foi muito difícil”. Em sua visão, “o Cedeca foi extremamente importante em pautar esse tema no Brasil”, não só em termos do estado da Bahia, porque “foi aqui a primeira campanha que virou nacional, abraçada por FHC”. O Cedeca “pautou nacionalmente esse percurso porque a primeira campanha tem o carimbo do Cedeca Bahia e, isso ninguém tira”.

A partir dessa realização, “diversas campanhas estaduais foram criadas e isso começa a circular”. Ela entende como “válido o trabalho” do Cedeca pensando em “mobilização como circulação de informação e como uma possibilidade de tomada de consciência da situação”. O Cedeca tinha consciência de que era preciso enfrentar a situação existente e foi adotada “uma campanha agressiva dizendo que existe, isso é crime e dá cadeia, para mostrar à população que isso não é normal”. Prossegue Koshima historiando que, em seguida, foi feita uma pausa, “uma reflexão”, entendendo que “hoje não há quem não saiba que é um crime” a exploração sexual de crianças e adolescentes e isso é “uma grande vitória”. Um outro momento foi a campanha dos versinhos, tentando deixar claro que “a exploração sexual e o abuso sexual deixam marcas no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes além de ser um crime”. A campanha visava dar às pessoas “consciência de que é uma marca negativa nesse desenvolvimento”. Em 2001, o Cedeca começa a trabalhar em uma “vertente dos direitos sexuais de desenvolvimento sexual saudável”: uma criança e adolescente tem o direito de ter seus direitos sexuais desenvolvidos e saudáveis, “batemos muito nessa tecla durante dois anos”. Na atualidade o Cedeca adota “o discurso do Ministério do Turismo, a idéia do turismo sustentável”. Além disso, há uma “maior abertura com o *trade* turístico” tentando alertar os operadores que estão “matando a sua galinha dos ovos de ouro”, que “é preciso pensar o turismo de forma sustentável e no longo prazo com o desenvolvimento do turismo sexual não vai ter o turismo familiar, que é a grande injeção de dinheiro nessa área”. O Cedeca avalia que “o discurso tem sido pautado nessa linha e temos tido efeitos maravilhosos”.

Em termos de referenciais teóricos, o Cedeca recorre a uma “temática recente da teoria dos direitos sexuais”, que pressupõe a idéia de que “a sexualidade é um direito que precisa ser assegurado à criança e ao adolescente”. Havia, anteriormente, “um discurso muito assexuado desse fenômeno”, passando a se colocar o questionamento de “onde entra o exercício da sexualidade saudável?”. Percebia-se “um moralismo muito grande na boca dos técnicos, dos

profissionais que não consideravam essa dimensão, uma dimensão humana verdadeira, gritante principalmente nessas meninas que estão na exploração sexual”. Então, de 2000 em diante, percebeu-se que era “importante considerar essa questão”, qual seja, que cada um tem “o direito de transar”, de ter sua “sexualidade preservada desde que tenha todos os cuidados”. Havia assim com as pessoas envolvidas com a questão “um moralismo, uma ingenuidade e temos que considerar que eles são seres sexuais sim!”.

Abordando a questão de uma sexualidade precoce fortemente divulgada e fomentada pela televisão, esta tem “o poder do bem e do mal gigantesco em relação à sexualidade” produzindo uma geração de pessoas com “uma sexualidade muito mais precoce do que a nossa e muito mais do que as pessoas mais velhas”. Koshima vê um efeito ainda maior na internet. “No dia que a internet também for massificada como a televisão, o poder vai ser muito maior.” Considerando o poder de comunicação maior e coletivo desses veículos, o exemplo da novela das oito, a estória da Bebel “mostra essa vida como linda e maravilhosa” e “está falando com milhões de crianças”. Destacando não ser contra que se “coloque a realidade”, observa que “o problema é com a velocidade que a televisão precisa ter porque o que gira é o dinheiro”, não havendo “tempo de parar e fazer a reflexão, essa é a grande crítica à televisão”. Pontua ainda a educadora que “o conteúdo responde a uma demanda, ou seja, o conteúdo é adoecido como nossa sociedade” detectando “um grande perigo” quando se pega “um flash só de uma determinada cena descontextualizada, numa população sem senso crítico nenhum”. Ainda observa que apenas uma camada de “1% da população é que consegue ver criticamente” o que é exposto, e, assim se “constrói um cenário hipnótico e alienante que é a televisão”.

Ainda no que se refere ao papel do Cedeca, além de ter sido a primeira instituição de atendimento aqui na Bahia e uma das primeiras no Brasil (tinha umas quatro ou cinco quando o Cedeca começou), pode-se observar “um dedo forte” do Cedeca em uma política pública federal que é o Sentinela desde seu “desenho”. Do mesmo modo, o próprio Viver é “fruto também de um trabalho nosso” — a metodologia do Viver é uma cópia do Cedeca —, sendo que o Cedeca atendeu por um tempo as crianças do Viver (Koshima, 2007). “Hoje, a nossa instituição é vista no cenário nacional como repassador de metodologias e é assim como eu enxergo o futuro” (Koshima, 2007). Na descrição da trajetória, o Cedeca já foi um grande centro de atendimento, chegando

a ter oito psicólogos em atendimento interrupto, envolvidos na busca ativa. A esse respeito, vale a pena nos deter um pouco mais nessa experiência, o que ainda requer um pouco de reflexão que levou a esse caminho. Nesse sentido, ao examinar a responsabilidade do poder público diante do problema e o que pode fazer para combater o mesmo, Luis Araújo da equipe do Cedeca expressa sua pouca confiança na alternativa de bolsa para tirar crianças e adolescentes da rua perguntando que tipo de bolsa seria necessária para tirá-las da rua se “tem meninas que ganham desde uma lata de quitute até meninas que ganham R\$ 300 a R\$ 400 em uma noite”. Do mesmo modo, frente a essas condições também duvida da oferta de emprego, ficando “muito difícil concorrer com esse círculo vicioso” (Araújo, 2007). Existe uma “ilusão que elas têm de conseguir as coisas muito fácil, por que é um dinheiro fácil para aquisição de bens materiais, uma roupa de marca” pontua Santos também da equipe do Cedeca, ficando “difícil quebrar” esse círculo vicioso. Na mesma linha, também se posiciona Barros da mesma equipe. “É muito difícil concorrer com alguém que dá tudo que naquele momento para o adolescente é essencial, que é roupa de marca, celular, óculos e tal, ou seja, que faz com que ele se sinta inserido em um meio social”. Nesse contexto é que emergiu a metodologia da busca ativa, uma ação de instituições que buscavam “resgatar essas crianças e adolescentes” e sentiam que nesse quadro “complicado” tinham que “oferecer” algo, e que fosse “muito mais atrativo” do que elas têm. A “busca ativa” passou a ser vista como “um sistema legal. Nos municípios que temos visitado e que têm a ‘busca ativa’, têm surtido um resultado positivo” (Santos, 2007). Na mesma linha se posiciona Araújo vendo a metodologia da (busca ativa) como “a única (...) realmente viável” (Araújo, 2007) sendo que “nesse ambiente você tem que perceber o querer da menina, não o querer institucional”. Descrevendo problemas na execução da metodologia, o educador se aproxima da menina “com uma afobação muito grande de que vai tirá-la dali, de que vai salvar a vida dela”, que é “o superhomem ou a mulher maravilha”. Nada disso pode dar certo se a adolescente abordada se negar a ouvi-lo ou colaborar. Podem ser identificados os seguintes problemas no processo da busca ativa: aproximação do local, na aproximação da adolescente há um “risco de vida, é lógico”; vínculo com a menina/adolescente: tarefa nada “fácil”, pois se o educador for “homem e você se aproximar dela, ela vai te ver como cliente e ser for educadora mulher é uma concorrente dela ou amiga” (Araújo, 2007). Adicionalmente, a

menina “não vai deixar de atender ao cliente pra te atender ou ficar com conversinha educativa; isso não vai acontecer, é muito difícil (...) conseguir quebrar um vínculo desse porte e estabelecer um outro vínculo, tem que ter um poder de intervenção, uma capacidade de intervir no momento certo, na hora certa” (Araújo, 2007). Na situação em que a menina recuse o contato, o educador tem que fazer intervenções para que “no mínimo, mexa com o psicológico dela e ela veja em você a possibilidade de mudança” (Araújo, 2007). Isso tudo, o sucesso dessa ação fica condicionado à posição da abordada, pois “o querer tem que vir dela, a intervenção tem que servir pra fazer com que ela queira, não é você chegar e dizer que a sua instituição está aqui etc. Desse jeito, ela vai mandar você à merda e aí, tchau, o trabalho está todo acabado” (Araújo, 2007). Por outro lado, “o trabalho fica muito mais fácil quando ela percebe que pode sair daquela situação” (Araújo, 2007). Ainda que não exista pesquisa sobre a percepção de direitos por parte desses grupos vitimizados, parece claro pelas suas resistências e pelos baixos índices de sucesso na abordagem feita por educadores que deve ser bem baixa, talvez até ausente, a percepção de direitos por parte destes, o que converge com resultados encontrados na pesquisa mencionada sobre o Rio de Janeiro.

Por conta de todas essas dificuldades, em termos quantitativos, os resultados são muito limitados, é “um trabalho de formiguinha, um trabalho bem minucioso”. O processo de busca ativa do Cedeca que teve a duração de um ano “teve contato com 15 a 20 meninas e, se cinco delas conseguimos trazer para a instituição foi muito, e dessas cinco apenas de duas temos notícias de que não estão mais no mundo da exploração sexual”, o que dá uma noção do “quanto é difícil esse trabalho” (Araújo, 2007). Araújo ainda argumenta que o Cedeca não conseguiu aplicar essa metodologia de uma forma seqüenciada por conta de falta de recursos, precisando remunerar as pessoas, e “esse tipo de serviço é feito à noite e tem risco, tendo que pagar pelo risco de vida. Para contratar técnicos, tem que ter dinheiro e o Cedeca é uma ONG, e assim é a função do poder público assumir essa responsabilidade”. Assim, o Cedeca abandonou essa metodologia sendo que outros programas como o Viver, o Sentinela fazem esse atendimento. “Nós abrimos o caminho, mostramos a necessidade e os governantes responderam, criaram um serviço” (Koshima, 2007).

O futuro do Cedeca é visto como tendo um centro de formação e capacitação como uma “mola mestra”, sem abrir mão do atendimento porque este

“alimenta toda nossa percepção da realidade e a produção teórica” (Koshima, 2007). O Cedeca tem se concentrado em “capacitar equipes do país inteiro de forma difusa” e atuando de forma concreta, na atualidade, no Pair, um dos dois maiores programas nacionais dessa temática, sendo a assessoria técnica coordenada por Karin Koshima, visto como “um privilégio” para o Cedeca, por essa educadora.

Na visão de uma instituição que lida com o problema de forma direta, para um enfrentamento mais efetivo da situação dramática existente, teriam que acontecer mudanças profundas nas políticas públicas começando pela necessidade de funcionamento do grupo interministerial formado desde 2004 de modo a pautar “transversalmente” a questão com todos os ministérios, pois o que se vê é “a Secretaria de Direitos Humanos trabalhando sozinha, tentando articular todo um problema que não é um problema só dos direitos humanos e sim da saúde, da educação, do esporte, da segurança” (Koshima, 2007). Existe um grupo formado, “mas que efetivamente não funciona, já começa errado lá de cima”. Para ilustrar, Koshima menciona que, em reunião recente em Brasília, não tinha uma pessoa do Ministério do Desenvolvimento Social, apenas chegando uma representante no último dia, mas sem conhecimento do que estava acontecendo. “Como é que com um problema tão sério como esse se tem esse nível de descompromisso?”, pergunta. Do ponto de vista da política, se esse grupo funcionasse e o ministério pensasse em ações mais articuladas e planejadas, poderíamos reverter esse quadro de risco da infância e adolescência no país, ainda que não no curto prazo (Koshima, 2007).

Outra necessidade de mudança repousa na polícia. Falando dos pedófilos, que são 1% (99% são homens normais), eles estão na “total certeza de que nada vai acontecer”. Então, “se esse homem tivesse medo do que poderia acontecer ele jamais faria”. Em sua visão predomina um ser “machista, onde o adolescente é semivalorizado”, e o pedófilo de meia-idade, vai se “sentir gostoso por pegar uma menina de 12 anos”. Ele não titubeia e “essa demanda é produzida pela certeza da impunidade” (Koshima, 2007). Quanto ao papel da polícia, pergunta: “como ela vai trabalhar com isso sem sensibilização?” (Koshima, 2007). As dificuldades para a reversão desse quadro residem no fato de que “grande parte está envolvida com essa rede, e mesmo quem não está envolvido com essa rede entende que são “meninas fogosas”. No curso oferecido para os policiais militares, o

Cedeca tenta “desconstruir esta imagem, mostrar a importância da defesa das crianças e adolescentes” (Koshima, 2007). Por fim, Koshima vê a necessidade de “um somatório de ações”, entendendo que “o Ministério do Turismo está em um bom caminho”.

Mais para a área da Justiça do que da polícia, é imprescindível trazer a questão da impunidade. Na visão de Luis Araújo do Cedeca “quem está cometendo um crime precisa pagar por esse crime”. Existe, no entanto, “um clima de muita impunidade circulando. Vamos supor de que 10 milhões de denúncias em relação à exploração sexual, 100.000 foram encaminhadas e 20 instaurados inquéritos, poucos encaminhados e nenhum finalizado. É o caso do estado da Bahia” (Araújo, 2007). Daí, poder-se-ia, então, concluir que “não temos exploradores sexuais? Porque é isso que os números passam. Então essas pessoas estão soltas, pagaram fiança e pronto, então se cria um clima de impunidade”. Com isso, prossegue, as pessoas se perguntam: “por que eu vou denunciar se não acontece nada? O país está assim, e falam que o problema está lá, longe de mim” (Araújo, 2007). A situação exposta coaduna-se com a reflexão da existência de uma “longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos (...)” identificando-se uma “escandalosa impunidade criminal” por parte desses privilegiados (O'Donnell, 1998:45). Converte também com a constatação da “espantosa convivência entre a liberdade e a frequência de denúncias e sua quase absoluta ineficácia” (Santos, 1994:111) onde “as denúncias, no Brasil, tendem a cair no vazio, assim como os crimes no esquecimento” e uma “crescente leveza da pena, com o correr do tempo” (Santos, 1994:111).

Importa também identificar como a sociedade se comporta e se manifesta a respeito dessa questão. “A sociedade ainda está começando a perceber que o fenômeno existe (...) a questão da violência sexual ainda é cercada de tabus” (Santos, 2007). Na mesma linha, existe a percepção de que a sociedade ainda não se encontra conscientizada do problema, pois “ainda tem o pensamento muito machista, preconceituoso, individualista”, não havendo preocupação quando o problema é com outros (Araújo, 2007). Nessa situação, o trabalho do Cedeca é mais para “prevenção e sensibilização”, de “fazer com que as pessoas entendam o fenômeno da violência sexual” (Araújo, 2007), pois “está faltando a reflexão de alguns setores da sociedade, instituições”. Nos relatos recolhidos pode-se observar a existência, senão exatamente de

uma “passividade geral” (Carvalho, 2005), mas de uma boa dose de apatia e, ainda mais, quando se observa a existência de políticas meramente paliativas, consolida-se a situação de “cidadãos em posição de dependência perante os líderes” devido aos benefícios introduzidos representarem “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2005:126) conformando uma cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (Carvalho, 2005). Essa situação tem componentes históricos estruturais e estaria, mais recentemente, inserida no contexto da democracia delegativa onde uma vez encerradas as eleições “espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz” (O'Donnell, 1991:31). As evidências capturadas nas manifestações dos depoimentos nos leva a inferir a existência de uma “enorme bolha de alienação e indiferença” (Santos, 1994:98). Na situação em observação também se percebe plenamente a negação do conflito, em uma nova versão daquela desenvolvida por Santos, ao fazer, a sociedade, de conta que o problema não existe. Confirma-se, assim, a característica da poliarquia brasileira de estar restrita a “pequena mancha institucional circunscrita por gigantesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (Santos, 1994). Se, conforme já apontado, apenas um terço dos que se envolveram em conflitos como roubos, furtos e agressões levaram essas questões à Justiça, a situação se agrava mais ainda em situações onde a assimetria entre as partes ainda é mais pronunciada como nas questões que envolvem a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O papel da mídia também é observado, pois esta, “de vez em quando, pega muito pesado, precisa se alertar um pouquinho com relação a isso, principalmente em relação a nomenclatura e semântica, ou como tratar o caso na televisão, como discutir, como propor opiniões tão generalistas” (Santos, 2007). Em sua opinião, falta “reflexão, discussão, trazer várias opiniões para o povo pensar e não trazer uma coisa fechada e acabada”. Em suma, em sua opinião, “o poder público precisa se responsabilizar mais e nós, sociedade civil, precisamos, arregaçar as mangas, parar de falar de bolsa, estágio, tem que se perguntar o que mesmo que pode [ser feito]? Sair do mundo do que pode para o real” (Santos, 2007).

Considerações finais

Dificuldades de levantamento de dados; posicionamento dos atores; situação observada; abrigo para vítimas de tráfico, recomendações

O estudo aqui apresentado mostra a confirmação de uma verdadeira tragédia brasileira ao se constatar a existência de um problema que dificilmente pode ser medido em números precisos dado o caráter subterrâneo do fenômeno sob análise. Pode-se perceber a existência de uma cidadania truncada, de segunda classe, quer como se chame estará a expressar uma cidadania incompleta, frágil. Aqui, percebe-se como o país evoluiu para uma democracia no sentido dos direitos políticos, mas mostra uma face completamente incompleta no que se refere aos direitos civis e aos direitos sexuais. Ainda que a democracia deva ser vista como um valor universal, pode-se verificar que a existência da democracia no sentido político não garante por si só, pelo menos nos países periféricos, o enfrentamento de problemas básicos da sociedade. Os depoimentos baseados na experiência de envolvimento e acompanhamento de vítimas da exploração levam à confirmação de que o problema não está ainda, efetivamente, na agenda dos governantes e nem da sociedade. Esta assume um comportamento que tem duas faces. Por um lado, promove a negação do conflito, uma negação do problema, ainda que possam ser reconhecidos alguns avanços, até significativos, dada a dimensão do problema. Por outro, espera, como em tantas outras questões, que as respostas, as ações venham do Estado.

Verifica-se também como a dimensão do Estado se evapora com facilidade quando se trata de áreas periféricas, mas também não sendo mais necessário sair dos grandes centros urbanos nacionais para isso acontecer. Acontece neles tão logo se entra em uma “periferia”, onde o problema aparece mais. Na verdade, ele não aparece nem no centro desses centros, ou seja, nas áreas mais visíveis dessas cidades. Mesmo que alguns avanços tenham sido alcançados o problema sob análise insere-se em uma rede muito poderosa de interesses de diversos matizes: econômicos, financeiros, morais, envolvendo pessoas e instituições poderosas, quer no âmbito do Estado como da sociedade civil, no plano nacional e internacional. Apesar da abertura de algumas fissuras nessa rede esta ainda resiste e encontra outras formas de expressão e mobilização,

como, por exemplo, a pornografia na internet. Em síntese, percebe-se que o problema tem raízes históricas robustecidas pelo instrumento da escravidão que se impregnou de forma dura na realidade brasileira e tem sido agravado, nas últimas décadas, pela retirada ou desresponsabilização do Estado de algumas políticas públicas como a questão das crianças e adolescentes. Nesse contexto também chama a atenção o fato de a impunidade como um traço definidor de nossa formação política por conta de uma sociedade muito baseada em relações onde as instituições, ainda que existentes, mostram uma fragilidade congênita. Assim, tudo se acomoda em favor das classes e segmentos dirigentes e os contraventores, nessa e em outras questões, não são devidamente condenados.

Quanto ao objeto empírico de estudo, o Cedeca-BA, nota-se, como qualquer outra ONG voltada para o enfrentamento dessa questão, a existência de limites bem como de contradições em relação ao Estado. Pode-se perceber como a entidade se coloca com frequência exigindo maior posicionamento do Estado no tocante à questão bem como exhibe uma ambigüidade frente a este, pois em parte depende dele, das suas verbas. Percebe-se que uma luta incessante se refere à busca de pautar o tema na mídia, mostrando a importância desta na sociedade contemporânea. Os resultados alcançados acabam sendo reconhecidamente pífios, o que revela que a questão não entrou ainda efetivamente na agenda da sociedade e do Estado, convergindo com a reflexão teórica que indica uma negação do conflito bem como um estranhamento em relação às demandas das classes inferiorizadas. Deve-se ser assentado que, pensando friamente, os dados e as informações obtidas não devem causar espécie dado que a situação da saúde, da educação, da segurança em geral é similar à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. A persistir os parâmetros atuais da política no Brasil, sem que ocorra uma mudança apreciável de rumo no tocante ao crescimento econômico bem como à distribuição e renda e implantação de efetivas mudanças na área de educação, parece que não resta outra alternativa a não ser “enxugar gelo”. O exército dos excluídos aumenta em uma velocidade muito maior do que a das poucas políticas de inclusão. O trabalho do Cedeca-BA, que deve convergir com o de outras instituições do terceiro setor atuando nessa área, tem se mantido dado o engajamento e compromisso de profissionais abnegados — trabalho de “formiguinha” —, como também se verifica nas outras áreas citadas, mostrando a

elevada assimetria que existe neste país entre uns poucos que possuem muito e muitos que possuem pouco.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, L. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA, 2007.

BARROS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA, 2007.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CECRIA (CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. Relatório Final. Brasil, 2002.

CEDECA-BA (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN). *Histórico e projetos*. Disponível em: <www.cedeca.org.br> Acesso em: 20 abr. 2007.

CHAVES, G. Entrevista. Peti. 2007.

EMBRATUR (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO). *Dados sobre turismo no Brasil*. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. São Paulo, USP.

FALEIROS, E.; CAMPOS, J. O. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria, 2002.

FALEIROS, Vicente. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Brasília: Cecria, 1998.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Pesquisa de orçamentos familiares*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002_2003perfil/default.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2007.

KOSHIMA, K. S. L. *Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do Pommar/Usaid na agenda política brasileira de enfrentamento à violência sexual de crian-*

ças e adolescentes. 2006. Dissertação (Mestrado) — NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Entrevista. Salvador, 2007.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, M. L.; LEAL, M. de F. P. (Orgs.). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial — Pestraf*: Relatório nacional — Brasil. Brasília: Cecria, 2003.

_____; _____. *Relatório final*: estudo analítico do enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil — Escca. Brasília, 2004.

LEITE, J. Entrevista. Salvador: Chame, 2007.

LIRA, A. Entrevista. 2007.

MELO, V. P. *Terceiro setor e interorganizações*: uma análise crítica a partir da realidade baiana. 2002. Dissertação (Mestrado) — Escola de Administração, NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MONTAÑA, C. *Terceiro setor e a questão social*: crítica do padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, out. 1991.

_____. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, jul. 1993.

_____. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, n. 51, jul. 1998.

OLIVEIRA, W. Entrevista. Cedeca-BA. 2007.

PEDREIRA, L. Entrevista. Peti. Salvador, 2007.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PROGRAMA SENTINELA. Disponível em: <www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/noticias/2002/programa_sentinela.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

ROSENO, R. Breves reflexões sobre as relações entre turismo, infância e juventude no Brasil. In: *Turismo social*. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

SANTOS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA 2007.

SANTOS, W. G. Fronteiras do Estado mínimo. In: _____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCARPATI, F. V. *El turismo sexual y sus influencias en el desarrollo turístico sostenible*. Málaga: Facultad de Ciencias Econômicas/UMA, 2004.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Pesquisa: perfil do turista*, Salvador, 2004. Disponível em: <www.bahia.com.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

SOARES DO BEM, A. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papirus, 2006.

SUCUPIRA, L.; CHAVES, A.; MONTEIRO, M. G. ONGs e Estado: entre a retórica e a prática. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. *Anais eletrônicos*.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VASCONCELOS, D. Entrevista. Salvador: Sentinela, 2007.

Estudo de caso da Freeway Brasil



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Ilza Valéria Jorge

Júlia Brandão

Marina Farkas Bitelman

O estudo de caso deste capítulo aprofunda o conhecimento sobre práticas de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo. Pretende-se, com isso, produzir conhecimentos relevantes ao tema e que os resultados dos estudos possam contribuir no processo com o desenvolvimento do Programa Turismo Sustentável & Infância.¹

Este capítulo traz os resultados preliminares do estudo de caso sobre a empresa Freeway Brasil, uma operadora especializada em ecoturismo² sediada na cidade de São Paulo que desenvolve campanhas contra a exploração sexual infantil e diversos outros projetos voltados à sustentabilidade com impactos na capital paulista e em destinos turísticos espalhados pelo território nacional.

A escolha da Freeway decorreu não apenas do fato de ela estar situada em São Paulo, mas sobretudo em razão do conjunto de atividades que a empresa desenvolve. Poderíamos ter escolhido o caminho de analisar uma experiência específica de um hotel ou de agência de viagem cujos alcances se restringiriam à capital paulista, mas os casos identificados permitiram pouco espaço para compreender a complexidade dos problemas que se relacionam com a explo-

¹ Para mais informações sobre o programa do Ministério do Turismo acesse o link: <institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/arquivos_gabinete/turismo_sustentavel_infancia.html>.

² Ela foi uma das pioneiras no uso do conceito de ecoturismo no Brasil.

ração sexual de crianças e adolescentes. Por essa razão, optamos por uma operadora de turismo que traz ações e discussões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento local como forma de respeitar os valores da comunidade e impedir que a vida de crianças seja ceifada pela exploração sexual.

Conforme poderá ser visto, o trabalho da Freeway tem impacto na formação de uma cultura positiva contra a exploração sexual infantil nos seus clientes que, apesar de viajarem para fora de São Paulo, são moradores da cidade. Dessa forma, a contribuição dos mesmos para a superação desse problema na capital paulista está no fato de eles se tornarem sensibilizados e potenciais sensibilizadores para essa causa.

A realização deste capítulo seguiu as seguintes etapas. Inicialmente, fez-se um mapeamento para identificar as experiências que abordavam a questão da exploração sexual no turismo em São Paulo. Após a escolha da Freeway foram feitos contatos com a operadora, levantamento de dados, entrevistas com seus dirigentes e funcionários, assim como com clientes, representantes de pousadas, hotéis e agências receptivas locais que lidam diretamente com a Freeway.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, será feita uma apresentação da Freeway descrevendo como a empresa foi se desenvolvendo ao longo dos seus 24 anos de existência. Na sequência, um breve esclarecimento do que é o turismo sustentável para a perspectiva das ações da Freeway. Em seguida, trata-se mais especificamente da campanha da operadora contra a exploração sexual de jovens e crianças no turismo. Na sequência, serão apresentadas outras ações da empresa, também ligadas à sustentabilidade no turismo.

A Freeway Brasil

Criada em 1983 pelo engenheiro civil Edgar Werblowsky, a Freeway Brasil, no seu início, era uma empresa que oferecia diversos cursos, entre eles um que se desenvolvia durante uma caminhada pela serra do Mar. Ao perceber que havia um grande interesse das pessoas por essa atividade, Edgar resolveu investir na organização de trilhas, dando início aos trabalhos da Freeway como operadora de turismo, da maneira como se constitui atualmente.

As trilhas oferecidas pela empresa pretendiam integrar o homem e a natureza. No início, eram formadas por grupos numerosos, de pessoas dos mais variados estilos, de faixas etárias diferentes e de origens sociais distintas. A diversidade era considerada mais um elemento da viagem, o que permitia a troca de experiências entre os membros do grupo e também do grupo com as pessoas que residiam nos destinos.

Os clientes se concentravam na Grande São Paulo e os destinos ficavam próximos. Eram trilhas de um dia na região da serra do Mar — localizada entre a capital e a Baixada Santista. As trilhas ocorriam uma vez por semana e os turistas ficavam entusiasmados com o contato direto com a Mata Atlântica. O grupo saía da Estação da Luz, em São Paulo, e partia de trem até os altos de Paranapiacaba, onde os guias eram apresentados e os participantes devidamente identificados. O passo seguinte era a caminhada e o conseqüente contato com a natureza local.

Assim, a Freeway começou com viagens simples, de um dia, com trilhas no estado de São Paulo, sem muita infra-estrutura para oferecer aos seus clientes. No entanto, com o passar do tempo, os destinos foram se diversificando e a empresa passou a oferecer produtos que possibilitassem maior conforto aos viajantes.

Hoje a Freeway Brasil opera mais de 60 roteiros de ecoturismo³ no Brasil e no exterior. Sua preocupação não se restringe ao cliente, mas inclui também o destino. Promove o turismo baseado no princípio da sustentabilidade ambiental, social e econômica. O diretor Edgar Werblowsky acredita que a interação dos turistas com as particularidades da comunidade do destino é o maior atrativo do turismo em nosso país. Nos roteiros da Freeway, além do contato com as belezas naturais, os clientes são estimulados a conhecer as pessoas, a culinária, a cultura e os hábitos.

A maior parte dos clientes, cerca de 70%, são mulheres entre 28 e 48 anos. Quase todos os clientes possuem nível de escolaridade superior. De um modo geral, eles procuram a Freeway em busca de um tratamento diferenciado, com individualidade. Segundo Edgar, “eles querem o melhor, com autenticidade e conforto”.

³ O conceito de ecoturismo varia de acordo com o autor. Na maior parte das definições ele se aproxima bastante do conceito de turismo sustentável que se propõe a contribuir para o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental.

A Freeway entrou no mercado internacional há oito anos e atualmente cerca de 20% de seus clientes são estrangeiros. A comercialização de pacotes é feita por parceiros e operadoras de outros países ou pelo site institucional da empresa.⁴ Nesse segmento, a maior procura é por destinos sul-americanos, principalmente brasileiros.

A empresa conta atualmente com uma equipe formada por aproximadamente 35 funcionários na sede em São Paulo, além de uma pessoa trabalhando nos Lençóis Maranhenses. A operadora envolve ainda aproximadamente 160 fornecedores do Brasil e do exterior, sendo 40 agências receptivas locais e 120 hotéis e pousadas.

É a única operadora brasileira a participar da Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI). Essa iniciativa surgiu da união de forças de operadoras de várias partes do mundo preocupadas com o desenvolvimento do turismo sustentável e conta com o apoio da United Nations Environment Programme (Unep), da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) e da United Nations World Tourism Organization (UNWTO), todas integrantes do sistema das Nações Unidas (ONU).

É importante destacar que o diretor da Freeway Brasil, Edgar Werblowsky, é também diretor da TOI. Ele foi eleito há três anos e compõe a diretoria juntamente com um diretor da Finlândia, dois da Alemanha e um da Suíça. Seu engajamento e interesse sobre os temas tratados foram importantes para sua eleição.

O envolvimento e preocupação da empresa com ações sustentáveis fazem com que ela se destaque no meio turístico nacional e internacional. A Freeway aparece constantemente na mídia em razão de estimular a atividade turística com consciência social e ambiental.

Os trabalhos da operadora foram destacados em 2004 durante o Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em Salvador, Bahia. A rede ECPAT International,⁵ formada por organizações dedicadas à eliminação da exploração sexual infantil citou a Freeway como um exemplo de organização engajada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo brasileiro.

⁴ <www.freeway.tur.br>.

⁵ A sigla ECPAT significa End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes.

Edgar Werblowsky escreve artigos para diversos sites e revistas do setor, tratando de questões sociais e da interface delas com o turismo. Recentemente foi publicado o artigo “Podemos prevenir uma nova onda de prostituição no Nordeste”, na revista *Host*⁶ na sessão Observatório. No site do Instituto Ethos,⁷ a quem a Freeway é filiada, está disponível outro artigo: “A insustentabilidade dos prêmios sustentáveis”.

A empresa ganhou o prêmio ECO 2006 da Câmara Americana de Comércio (Amcham) pela campanha contra a exploração sexual infantil no turismo. Além disso, divulga suas atividades na revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, por meio de um encarte-propaganda que circula em papel reciclado.

O turismo sustentável

Dentro do conceito de turismo sustentável utilizado pela Freeway, estão destacadas as sustentabilidades social, ambiental e econômica, formando um tripé de aspectos inter-relacionados. A empresa acredita que o conceito de ecoturismo não considera somente o aspecto ambiental já que outros elementos também são importantes, como a população e as culturas locais.

Com o desenvolvimento do ecoturismo em uma região, deve-se prestar atenção ao aspecto cultural, para que ele não seja sufocado ou desarticulado por grandes empreendimentos, já que, se isso acontece, o destino perde um de seus atrativos. A degradação ambiental também pode causar prejuízos ao desenvolvimento turístico de um lugar. Os viajantes interessados no contato direto com a natureza deixam de visitá-lo caso ela não seja preservada.

A questão social tem uma importância que geralmente não é percebida num primeiro momento. A falta de planejamento pode propiciar o surgimento de problemas sociais, como a pobreza e a violência, o que afeta diretamente o turismo.

Na maioria dos exemplos de desenvolvimento econômico, resultante das atividades turísticas, os lucros ficam concentrados nas mãos de grandes investidores. Na construção de pousadas e hotéis quando não se contrata mão-de-

⁶ Revista *Host: Hospitalidade e Turismo Sustentável*, v. 4, n. 19, abr./maio 2007.

⁷ <www.ethos.org.br>.

obra residente na localidade, privilegiando a contratação de pessoal de fora, o dinheiro não fica no local, além de não gerar emprego na região, o que pouco altera a sua realidade.

É importante que exista uma preocupação dos investidores em envolver a comunidade nesse processo de desenvolvimento, possibilitando um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas. Dessa forma é possível evitar o surgimento de problemas sociais decorrentes da pobreza, quando se considera a realidade local em qualquer empreendimento que tradicionalmente é constituído de maneira exógena.

A Freeway desenvolve uma série de atividades na perspectiva do turismo sustentável desde sua fundação. Na sequência, apresentaremos as ações mais importantes que estão sendo desenvolvidas, chamadas pela empresa de ações cidadãs. Daremos especial destaque para a campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo, por ser essa ação a motivadora do estudo de caso.

Campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo

O tema exploração sexual infantil surgiu na Freeway Brasil quando seu diretor, Edgar Werblowsky, participava de um encontro da Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI). Os encontros da TOI têm o objetivo de traçar estratégias sobre como tornar a operação do turismo mais sustentável, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

No encontro de 2003 em Paris, a apresentação da ECPAT teve como tema central o turismo sexual. No mesmo momento, Edgar constatou a importância do tema para a realidade da infância e adolescência vivida no Brasil e voltou influenciado pelo conjunto das discussões.

A idéia de criar uma campanha contra a exploração sexual de crianças e jovens no turismo nasceu em Paris, quando a TOI e a ECPAT assinaram um termo de compromisso pelo qual a TOI se comprometia a envolver as operadoras no combate à exploração infantil. O termo de compromisso pode ser visto no site The Code,⁸ que se refere ao código de conduta esperado dos parceiros que assinam o termo.

⁸ <www.thecode.org/>.

Edgar, como um dos diretores da TOI, se sensibilizou com o tema. As condições para ele iniciar uma campanha no Brasil sobre a questão eram ideais. Ele já tinha uma referência, o The Code, e contava com um parceiro de peso: a ECPAT. A importância dessas entidades ajudaria a dar credibilidade às ações da Freeway sobre a exploração sexual infanto-juvenil. Assim, ele, representando a Freeway Brasil, assinou um termo de compromisso junto à ECPAT. Dessa forma, o vínculo foi reforçado e a empresa começou a dar os primeiros passos em direção à sua campanha no Brasil contra a exploração sexual no turismo.

Segundo ele, no Brasil pouco se falava de exploração sexual no turismo, apesar de ser um problema freqüente. O tema só entrou pra valer nas agendas da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Ministério do Turismo em 2005, um ano depois da Freeway começar sua campanha. De acordo com o depoimento de Edgar é possível que a iniciativa da Freeway tenha influenciado os organismos governamentais.

Os objetivos e estratégias norteadores da campanha, destacados a seguir, buscaram envolver fornecedores,⁹ clientes, o segmento turístico como um todo e a sociedade. Como se pode notar, o tema procurou ser tratado de forma ampla, indo além dos *stakeholders* da Freeway.

Objetivos

- ☉ *Fornecedores*: envolvê-los fazendo-os aderir à campanha por meio da assinatura de um termo de compromisso.¹⁰
- ☉ *Clientes*: envolvê-los e conscientizá-los sobre a questão, outorgando-lhes o papel de fiscal da campanha.
- ☉ *Segmento do turismo*: sensibilizar todo o segmento para a sua co-responsabilidade, buscando a adesão de outras empresas à campanha.
- ☉ *Sociedade*: sensibilizar a sociedade e lançar luz sobre o tema.

⁹ Os fornecedores de uma operadora são os hotéis, pousadas e agências que atuam nos destinos em que ela opera.

¹⁰ Ver anexo 1.

Estratégias

- ⊗ *Fornecedores*: adaptar o termo de compromisso da ECPAT assinado pela Freeway para os fornecedores formalizarem o seu comprometimento junto à Freeway Brasil.
- ⊗ *Clientes*: conscientizá-los e orientá-los, por meio de conversas e de material institucional, para que eles fiscalizassem casos de exploração sexual nos destinos turísticos visitados.
- ⊗ *Segmento do turismo*: despertar o segmento para o tema e motivar ações sobre a questão por meio de campanhas e matérias na imprensa.
- ⊗ *Sociedade*: estimular o debate, fomentar mudanças de comportamento, induzir ações governamentais e envolver as comunidades, fazendo campanhas em feiras e divulgando matérias na imprensa.

A campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo foi lançada em março de 2004 e teve uma forte repercussão no cenário turístico. Foi assim que se iniciaram ações visando mudar a imagem do Brasil como destino de turismo sexual, por meio de experiências de intervenção na realidade.

A primeira ação da Freeway foi apresentar a campanha na Adventure Sports Fair, uma das maiores feiras de esportes e turismo do mundo, considerada a maior feira de aventura da América Latina. Em parceria com a TOI, a Freeway montou um estande com o objetivo de recolher assinaturas para um abaixo-assinado contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo e se aproveitou do espaço para divulgar a sua campanha.

O segundo passo foi adaptar o termo de compromisso, assinado com a ECPAT, para seus fornecedores. Esse termo é de conteúdo simples e procura sensibilizar, conscientizar e fornecer suporte institucional para que os parceiros possam adotar no seu cotidiano profissional as práticas propostas. Nele o fornecedor se compromete a:

- ⊗ incorporar a campanha dentro de sua empresa;
- ⊗ treinar seus guias, funcionários e parceiros sobre esta campanha;
- ⊗ informar seus clientes que a empresa não aceita e nem é conivente com a exploração sexual de crianças e jovens;

- © denunciar à Freeway os eventuais casos de exploração sexual infanto-juvenil em sua região para que ela leve o caso adiante e tome as devidas providências para coibir essas práticas na região.

Atualmente, 10% dos fornecedores são parceiros da Freeway na campanha, ou seja, assinaram o termo de compromisso. Depois do termo assinado, eles recebem um Certificado contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo¹¹ para colocarem em seus *lobbys* e recepções.

Entre os fornecedores compromissados com a campanha entrevistamos representantes de duas pousadas.¹² Em ambos os casos, por meio dos depoimentos, ficou claro que foi devido à atuação da Freeway que essas empresas se envolveram com o tema e passaram a ter uma atuação prática no combate ao turismo sexual infanto-juvenil.

Seus gestores acreditam que o tema é muito importante para o empreendimento se desenvolver de forma mais sustentável. Além disso, esse tipo de campanha ajuda a fidelizar o hóspede que é consciente socialmente, especialmente quando a pousada tem outras ações em prol do turismo sustentável. Inclusive, chamaram a atenção para a demanda de alguns clientes por esse tipo de comprometimento.

Quando perguntado sobre sua atuação prática no combate ao turismo sexual infantil, uma das pousadas entrevistadas afirmou fazer a divulgação dos seus compromissos contra esse tipo de atividade, alertar a comunidade para estar ciente do problema, e treinar seus funcionários para saber lidar com essa situação.

Algumas vezes as ações ultrapassam a atuação estritamente profissional, como é o caso de uma pousada em Itacaré, cuja proprietária afirmou: “Procuro participar de pequenas ações desenvolvidas dentro do município e atualmente faço parte do Conselho Comunitário das Crianças e dos Adolescentes”. Segundo ela, o Ministério Público local tem desenvolvido ações no sentido de exigir da prefeitura o cumprimento dos deveres do município com relação aos menores.

¹¹ Ver anexo 2.

¹² Ver o roteiro de perguntas no anexo 3.

Sobre os limites da atuação no local, alguns gerentes disseram o seguinte:

Infelizmente o poder público é omissa com relação a esse assunto e ainda convivemos com a indiferença de uma boa parte da população, que na maioria das vezes considera normal esse tipo de prática (exploração sexual infanto-juvenil).

Itacaré está carente de material para divulgação melhor da campanha, carente de recursos para dar melhores opções de trabalho e estudos, como cursos profissionalizantes para menores, carente de uma melhor atuação da polícia, enfim a campanha contra a exploração sexual infantil no turismo do município está muito aquém da necessidade e urgência que requer o assunto.

Sobre o que precisaria avançar, eles completaram:

Creio que os passageiros que estão na viagem às vezes deixam até passar (um caso que deveria ser denunciado), por isso falo que precisamos fixar mais ainda esta idéia na mente das pessoas.

Edgar acredita que se houvesse um outro tipo de abordagem — já que os contatos são feitos somente por e-mail —, o número de fornecedores parceiros subiria para 25% no curto prazo e para 40% no médio prazo. Para ele, a maneira mais eficaz de aumentar a porcentagem, para até 50%, seria uma ação nos destinos. Essa ação consistiria na capacitação e treinamento e não se restringiria aos fornecedores da Freeway, mas a todo segmento turístico do local para que a disseminação da idéia e dos princípios que a orientam fossem ainda maior.

Essa idéia de conscientização nos destinos requer recursos que a empresa não detém. Para sua realização é preciso elaborar um projeto junto a outros parceiros para conseguir financiamento. Sua execução poderia ser feita por meio de cursos nos destinos, campanhas com palestras, distribuição de informativos, entre outras atividades.

Além de serem poucos os fornecedores envolvidos na campanha, somente 10%, ainda existem os que mesmo se comprometendo, ao assinar o termo de compromisso, não cumprem com o combinado. Alguns assinam o termo somente por questões mercadológicas, sem estar realmente conscientes da importância do problema de exploração sexual no turismo brasileiro.

Ainda hoje, são poucos os empreendimentos turísticos que pensam em longo prazo. Segundo Edgar, alguns fornecedores não assinaram o termo para evitar a perda imediata dos clientes que vêm ao país para fazer turismo sexual, sem ao menos se questionar a respeito dos impactos éticos e do que essas práticas podem representar para o futuro de seus estabelecimentos.

A ação da Freeway em São Paulo

No turismo da capital paulista se destaca o segmento de negócios e eventos, tendo menos importância o turismo de lazer, em que potencialmente existem mais casos de exploração sexual infanto-juvenil quando olhamos para realidades onde o fluxo turístico tem essa motivação.

Ainda assim, a discussão sobre essa questão não deve ser ignorada. Uma deficiência clara da campanha da operadora é a sua tímida atuação no estado de São Paulo, mais especificamente na capital, onde se localiza. Edgar afirmou que ainda não divulgou o termo de compromisso de maneira ampla para seus fornecedores na capital, mas acha que esse passo deve ser dado, apesar de o problema da exploração sexual infantil na capital paulista não aparecer com tanto destaque como em outras capitais brasileiras, sobretudo aquelas que possuem um forte fluxo de turismo de lazer. Em São Paulo, a ênfase dada pela Freeway foi na divulgação da campanha durante a realização de feiras e eventos, além de buscar repercuti-la junto à mídia e aos clientes que, apesar de morarem na cidade, podem se apropriar das informações adquiridas em suas viagens externas para contribuir com a melhoria da situação da infância na capital paulista..

Com o intuito de mensurar o impacto da campanha desenvolvida pela Freeway num dos segmentos turísticos presentes na cidade de São Paulo, entrevistamos duas agências de viagem que se relacionam com ela e foram objeto de sensibilização no sentido de que a preocupação com a questão da exploração sexual no turismo¹³ esteja presente nas suas atividades comerciais. Em resposta às nossas indagações, a gerente de uma das agências foi afirmativa no sentido de que:

¹³ Ver o roteiro de perguntas no anexo 6.

Acreditamos que apenas VENDER pacotes não é o que nos faz sentir realizados, mas sim auxiliar nas campanhas para melhorar cada vez mais nosso país e assim aumentar as VENDAS.

Também entramos em contato com duas redes de hotéis com atividades em São Paulo, para saber se promovem algum tipo de ação com o objetivo de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas os seus dirigentes não foram receptivos, dificultando o agendamento de entrevistas e até mesmo o acesso a dados sobre essa questão.

Para realizar essa campanha e dar continuidade a ela, a Freeway não precisou disponibilizar de muitos recursos financeiros. O maior investimento foi o tempo dedicado pelo principal executivo da empresa que disponibiliza 30% de seu tempo de trabalho na Freeway para as questões voltadas à sustentabilidade, entre elas a campanha contra exploração sexual no turismo.

As estratégias de fiscalização da campanha

Para fiscalizar a prática dos hotéis e pousadas envolvidos com a campanha, a empresa mobilizou os seus clientes para que estejam atentos durante suas viagens. Junto ao *voucher* e à documentação da viagem é entregue um folheto¹⁴ explicando a campanha, o papel dos clientes e orientando-os sobre como proceder em caso de constatação de exploração sexual de crianças. Dessa maneira, foi possível fiscalizar de forma viável por não aumentar os custos da campanha.

Os clientes que detectarem casos de exploração devem se reportar à Freeway, que tomará as devidas providências em relação ao caso. A empresa age da seguinte forma: conversa com o fornecedor em questão, mostrando que a prática infringe o termo de compromisso assinado; em caso de reincidência, o contrato é rompido unilateralmente e a empresa deixa de ser fornecedora da Freeway.

Até hoje, somente um contrato foi quebrado entre os fornecedores participantes da campanha. Um hotel da Amazônia foi alertado quando clientes perceberam uma situação de exploração sexual infantil, mas não mudou sua

¹⁴ Ver anexo 4.

conduta. Uma segunda denúncia fez a Freeway anular unilateralmente o contrato, deixando de se relacionar com o antigo fornecedor.

Essa denúncia não teve um desdobramento policial ou judicial, pois a Freeway considera que esse não é o papel dela. Ela procura agir somente com o poder que tem sobre seus fornecedores.

Com esse número, apenas uma denúncia, e diante do desdobramento, somente a quebra do contrato com a operadora, é natural questionar-se a respeito da eficácia da campanha. Apesar dela impactar os diferentes destinos pelo Brasil, os resultados são tímidos. O papel da Freeway diante do tema está mais voltado para a disseminação do que para a redução dos números dos casos de exploração sexual infanto-juvenil.

Para o diretor da Freeway, esse baixo número de denúncias tem uma explicação. Os casos de exploração sexual são mais comuns em grandes hotéis que permitem o anonimato. Os fornecedores da operadora geralmente são pousadas e pequenos hotéis. Nesses pequenos estabelecimentos fica fácil para os donos e gerentes fiscalizarem as ações dos clientes, já que a relação é mais próxima. Isso acaba inibindo práticas de exploração sexual de crianças e jovens.

A percepção dos clientes sobre a campanha da Freeway

Os clientes da Freeway, além de serem os fiscais na campanha de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo, estão sendo sensibilizados pela operadora em relação a essa questão. Para saber qual é o impacto percebido por eles, desenvolvemos um roteiro de perguntas.¹⁵ A Freeway disponibilizou o contato de 17 clientes, e todos receberam o questionário. No entanto, somente quatro nos responderam a tempo.

Entre as respostas que obtivemos, uma das pessoas não conhecia a campanha da Freeway. Isso mostra que a campanha da Freeway, da forma como está sendo feita, pode não chegar a atingir os objetivos por ela propostos.

As outras pessoas que responderam se mostraram bastante sensibilizadas pelo tema, tendo uma delas afirmado, inclusive: “Me orgulho de saber que a agência que tão bem me atende, não visa somente ao benefício comercial,

¹⁵ Ver roteiro de perguntas no anexo 5.

como também trabalha em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros”. Uma cliente afirmou que a campanha da Freeway também a fez pensar mais sobre o assunto, mobilizando-a no seu cotidiano depois da viagem. Outro cliente chamou a atenção para a gravidade do assunto, especialmente no Nordeste brasileiro.

Algumas falas interessantes retiradas dessas entrevistas são apresentadas a seguir:

A exploração sexual infantil é um assunto que já desperta minha atenção nos lugares para onde vou, mas a campanha (da Freeway) me fez prestar mais atenção ainda e me sentir confortável que existem outras pessoas que se preocupam com esse assunto no Brasil.

Esse tipo de preocupação da agência (Freeway) me motiva a continuar utilizando seus serviços porque me mostra o caráter social do trabalho que a mesma pode prestar juntamente com os moradores locais aonde obtém os seus lucros.

Eu me incomodo muito de encontrar casos nos lugares que visito. E gostaria que todos se incomodassem e exigissem mais atitudes das autoridades para conter essa atrocidade.

Creio que cada um de nós tem um importante papel social e as empresas que se preocupam com as questões sociais e ambientais atraem as pessoas que entendem seu papel social no mundo. Quando viajamos vemos outras realidades que não as nossas e além de ser um momento de relaxar, é um momento de reflexão de mundo, então não traz nenhum incômodo.

Com relação à exploração sexual nos destinos em que visita, uma cliente afirmou que “é constrangedor chegar a qualquer lugar e ver que a infância é explorada sexualmente ou de qualquer outra forma”.

Sobre a falta de atuação do governo, um cliente reforçou que “é lastimável que esse assunto apareça periodicamente na mídia sem que uma ação mais efetiva do governo — nos três níveis, federal, estadual e municipal — seja tomada para erradicá-lo”.

Uma cliente disse: “fico feliz quando percebo que a mentalidade das pessoas e empresas tem se alterado ao longo dos anos”.

Além de envolver seus clientes e fornecedores no combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo, a Freeway, para dar continuidade à campa-

nha e expandir o seu alcance, estabeleceu um forte canal de comunicação com a mídia. Ela procura ainda estar em contato com o governo, disponibilizando sua metodologia e colaboração em painéis, eventos e mesas de discussão.

Especificamente em relação à Campanha Nacional de Combate ao Turismo Sexual que começou em 2005, por iniciativa do Ministério do Turismo, a Freeway teve um papel bastante importante. Ela estava constantemente em contato com o governo em função de sua experiência sobre o tema. Em novembro de 2004 chegou a participar da apresentação brasileira sobre a questão na World Travel Market (WTM) realizada em Londres.

Ainda pensando na disseminação e fortalecimento das ações, a Freeway Brasil envia *releases* contendo o andamento da sua campanha para entidades internacionais ligadas à questão da exploração sexual infantil. Dessa forma, procura mostrar a sua atuação junto ao segmento turístico no Brasil.

Para o diretor da Freeway, a maneira mais barata de evitar a exploração sexual infantil em um país como o nosso, que tem o turismo em expansão, é a prevenção. Ele aposta na inserção do tema no dia-a-dia das pessoas. Por isso, se preocupa em disseminar a questão não só entre seus *stakeholders*, mas também nos demais setores da sociedade, inclusive o setor governamental.

Em 2006 ele deu palestras aos alunos de graduação em turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde se preocupou em mostrar o papel dos estudantes na formação do turismo brasileiro. Além disso, firmou um termo de compromisso (que surgiu dos moldes do termo que firma com seus parceiros), em que os alunos se comprometeram a praticar ações de acordo com os princípios do turismo sustentável. Tal ação é importante na medida em que tais alunos deverão ser profissionais do setor turístico num curto espaço de tempo.

Outras ações cidadãs da Freeway

Projeto Griô

É um projeto da ONG Griô e Grãos de Luz, da cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina, em parceria com o Hotel Canto das Águas, que conta com o apoio da Freeway para atender diretamente 50 crianças e adolescentes de

baixa renda e indiretamente cerca de mil alunos, por meio do treinamento de professores.

O projeto tem uma sede própria no centro de Lençóis, onde existem três salas de oficinas, um escritório, uma lojinha, um depósito e um espaço para exposição, eventos e brincadeiras. O objetivo é complementar a educação escolar das crianças a partir de práticas como artesanato, reciclagem de papel e produção de panos de retalhos; além de trabalhar outros valores sociais e profissionais.

Desde 2002, a Freeway apóia esse projeto social, buscando melhorar a condição de vida dos habitantes dos seus destinos turísticos e colaborar com a preservação dos valores culturais locais.

Viagem da Vida

Este é o Programa Freeway de Voluntariado com as Comunidades em Áreas Ecoturísticas.

Na compra do pacote Itacaré, ou Itacaré com Taboquinhas, ou ainda Itacaré com Maraú, o cliente da operadora pode estender a viagem por mais uma semana, sem custo adicional, e participar do Programa de Voluntariado em Taboquinhas. O objetivo dessa vivência é proporcionar a troca de experiências entre o participante e a comunidade receptora, no intuito de repartir os saberes de todos os envolvidos.

Durante a permanência, o viajante dorme na casa de moradores locais, recebe abrigo e alimentação da família que o hospeda. Em troca, ajuda a comunidade com seus conhecimentos pessoais e profissionais. Há uma lista das profissões mais desejadas pela comunidade de Taboquinhas.

Taboquinhas é um distrito da cidade litorânea de Itacaré-BA com aproximadamente 6 mil habitantes e distante 30 km em direção ao interior, às margens do rio de Contas. Rica e movimentada na época do cacau, entrou em decadência após o aparecimento da praga agrícola vassoura-de-bruxa. Toda a economia era baseada no cacau e com o declínio dessa cultura o distrito perdeu sua única fonte de renda. Até os dias de hoje o município não conseguiu criar novos empregos, nem achou alternativas que façam retomar o desenvolvimento econômico.

A maioria dos moradores das margens do rio de Contas e da parte alta da cidade ainda não tem instalações sanitárias. Muitas casas não têm banheiro, chuveiro e água encanada, o que faz surgir inúmeras doenças, principalmente entre as crianças.

No primeiro semestre de 2005 — em razão da falta de energia elétrica ou da dificuldade de acesso à escola em tempos de chuva — houve aula regular por somente dois meses.

As artesãs de Marcelino — uma experiência de turismo sustentável

O projeto nasce da busca, pela Freeway, de um contato mutuamente enriquecedor e respeitoso entre o ecoturista e as comunidades das regiões visitadas, como parte integrante de sua proposta de um turismo sustentável.

Marcelino é uma comunidade no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com 40 casas e 300 moradores, situada a 40 minutos de lancha “voadeira” da cidade de Barreirinhas, rio Preguiças acima.

A parceria com a Freeway é baseada na criação de um canal direto com os visitantes, gerando mais lucro do que a antiga prática de vender os produtos para atravessadores. Anteriormente, o artesanato na localidade era produzido apenas para consumo interno. Foi quando chegou o Sebrae oferecendo cursos para melhoria do *design* e das técnicas de fabricação dos produtos, com a utilização de corantes da natureza (açafraão, urucum, casca de caju, gonalave, casca de pequia, salsa-da-praia) no lugar dos corantes anilinas antes utilizados.

Atualmente, as artesãs fazem uma apresentação do trabalho para os visitantes: exibem o olho do buriti, de onde retiram o linho; mostram, na panela do fogão de barro, o tingimento da fibra; depois ensinam como se trança essa fibra para fazer a bolsa. Ao final, vendem seus produtos.

Para despertar a consciência dos moradores locais sobre a sua própria riqueza e sobre a necessidade da conservação da natureza, a Freeway passou a plantar mudas de buriti no povoado. Cada cliente da operadora que visita o local planta a sua, que depois é cuidada pela comunidade. Assim, são reforçados os laços entre visitante e visitado e o turista vai compartilhando o exercício da responsabilidade ambiental com os moradores locais. As mudas são

encomendadas de um viveiro especialmente criado para isso na comunidade próxima do Tapuio, gerando dupla sensibilização.

Projeto Flâmula

A Freeway e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) firmaram uma parceria em 2006 para levar profissionais de várias áreas para atuar como voluntários em comunidades do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O programa é uma síntese de dois projetos: o Viagem da Vida, da própria Freeway, e o Bandeira Científica, da FMUSP. Iniciado nos anos 1950, o Bandeira tem levado anualmente entre 100 e 150 professores e estudantes de medicina a atuar por 10 dias, como força-tarefa, em municípios de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) do país.

Diferentemente do programa Bandeira, que atua com uma grande equipe e por tempo limitado, o Flâmula pretende mobilizar, continuamente, pequenas equipes em esquema de revezamento, por um período de três anos. Ao final desse período, espera-se capacitar as equipes locais e garantir a sustentabilidade do projeto na região, que abarca os municípios maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Santo Amaro e Tutóia.

Em uma viagem de reconhecimento, as comunidades beneficiadas foram visitadas e foi feita uma avaliação preliminar das necessidades básicas na área da saúde, da infra-estrutura e da educação. Além disso, foram verificadas as oportunidades de geração de riqueza por meio de alternativas ainda não exploradas.

O projeto, que será financiado por patrocínios de empresas privadas, está atualmente em fase de captação de apoios institucionais e de estabelecimento de parceria com outras entidades. No segundo semestre de 2007 pretendem captar recursos e o início efetivo das primeiras turmas estava previsto para o começo de 2008.

A iniciativa já possui o reconhecimento tácito do projeto Save, da George Washington University, e da Unep, o Programa de Meio Ambiente da ONU. Além disso, estão estabelecendo parcerias com a Divisão da Criança do Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Maranhão.

Com esse projeto, a FMUSP oferece aos estudantes de medicina a oportunidade da prática supervisionada numa região de baixo IDH. Propicia a eles a experiência única de vivência pré-profissional junto a comunidades carentes do Norte e do Nordeste brasileiros, além de assistir de forma sustentável essa população, buscando o resgate da auto-estima e a melhoria de suas condições gerais de vida.

Projeto Ecossível

Esse programa visa capacitar os destinos ecoturísticos para receber as pessoas portadoras de deficiências físicas. Atenta ao tema da inclusão e enxergando as deficiências como detalhes a serem tratados com naturalidade, a empresa tinha por objetivo desenvolver no Brasil o nicho das viagens voltadas para pessoas portadoras de deficiência, proporcionando atendimento especializado, técnico e humanizado.

Em 2004, Sonia Werblowsky, uma das fundadoras da Freeway, resolveu enfrentar o desafio de integrar oficialmente os deficientes físicos nos programas da empresa. Contratou uma esportista paraplégica para assumir o então criado Departamento Acessível. A meta era capacitar os destinos de ecoturismo brasileiros a receber de forma inclusiva os portadores de deficiência física. Dessa forma, essas pessoas poderiam fazer viagens no país, ajudando a quebrar barreiras e preconceitos que inibem sua participação na sociedade brasileira.

Nas primeiras capacitações foram realizadas reuniões com “pousadeiros” e guias para orientá-los a respeito dos cuidados que se deve tomar ao receber as pessoas com deficiência física e dos preconceitos a serem combatidos. Também foram abordadas questões como o transporte, o auxílio em banhos no mar e no rio, o uso de banheiro e a locomoção em trilhas (desenvolveu-se uma cadeirinha especialmente para esse uso), além dos passeios de *rafting* e de canoa.

Como estratégia de conquistar a confiança dos portadores de deficiência, que não costumavam viajar sozinhos, a ilha Anchieta foi o primeiro destino escolhido, por ser próxima de São Paulo e pelo fato de a viagem completa poder ser feita em um dia. A atividade possibilitou muita integra-

ção, já que 28 pessoas sem deficiência ajudaram a transportar os cadeirantes durante todo o passeio.

Com o sucesso, foram surgindo outros roteiros, com destinos e durações variáveis. Aos poucos, foi-se percebendo uma crescente aceitação das pessoas portadoras de deficiência por viagens mais longas e para lugares cada vez mais distantes.

A Freeway tornou-se um centro de referência para o segmento turístico na questão das viagens com acessibilidade. Pousadas, hotéis e agências a procuram para ter informações sobre esse assunto. Deram palestras em universidades. A equipe interna foi capacitada a receber com qualidade a pessoa portadora de deficiência. As instalações físicas da sede da operadora foram adaptadas, para receber os cadeirantes, por meio da construção de rampas e de um banheiro especial. O projeto contou com recursos financeiros e humanos da própria Freeway.

Neutralize sua Viagem

A partir da constatação de que cada viagem aérea produz uma quantidade considerável de gases geradores do efeito estufa, a Freeway fez uma parceria com o Florestas do Futuro,¹⁶ da Fundação SOS Mata Atlântica, para a neutralização desses gases. A ação consiste no plantio de árvores correspondente à quantidade de CO₂ emitida.

Desde o início de 2007, cada viajante Freeway é convidado a participar da campanha, o que pode ser feito com a contribuição no valor de R\$ 30 para custear a plantação de três árvores em um dos cinco locais propostos pela SOS Mata Atlântica. Essa quantidade é suficiente para compensar uma viagem até a Ásia. Para participar da campanha, o cliente acessa o site do programa Florestas do Futuro, imprime o boleto bancário e efetua o pagamento a favor da SOS Mata Atlântica.

¹⁶ Programa participativo de reflorestamento que reúne a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo. Mais informações no site <www.florestasdofuturo.org.br>.

Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto

Para Edgar Werblowsky, uma das obrigações do ecoturismo responsável é contribuir com a preservação da natureza e da biodiversidade, combatendo todo tipo de destruição. O objetivo dessa campanha é despertar o consumidor do Sudeste do país — numa primeira etapa — para a possibilidade de substituição da compra de móveis de mogno e de outras madeiras da Amazônia por móveis de eucalipto, já fabricados com qualidade no estado de Santa Catarina. A campanha vem sendo realizada desde 2005 por meio da distribuição de material gráfico para todos os viajantes da Freeway. A importância dessa ação é destacada pelo dirigente da operadora de turismo da seguinte maneira:

Se os consumidores do Sul e Sudeste do país deixarem de comprar apenas 20% das madeiras tropicais, trocando por eucalipto, estarão poupando da destruição cerca de 175 mil árvores da Amazônia por ano! É uma monstruosidade. Se conseguirmos varrer o mogno da lista de compras, só no Sul e Sudeste, estaremos deixando em pé 875 mil árvores ao ano. Pensar que preservação de floresta é coisa somente para governos, políticas públicas, ONGs, é um ledor engano. A força do consumidor é, por incrível que possa parecer, extremamente poderosa. Muito mais silenciosa, sorrateira, mas de efeitos mais duráveis.

Case TOI: fazendo de Itacaré um destino de turismo sustentável

A TOI vem desenvolvendo *cases* para divulgar o conceito de turismo sustentável. O objetivo é envolver a comunidade local para que sejam adotadas práticas na direção do turismo sustentável.

Em 2004, a diretoria da TOI escolheu Itacaré, na Bahia, para realizar o primeiro *case* brasileiro. Em 2005 foi realizado o primeiro evento em Itacaré, que reuniu 62 pessoas — entre representantes de entidades comunitárias, de ONGs, da hotelaria regional, do Sebrae e do poder público, além de fornecedores ligados ao turismo. Foram formados grupos de trabalho e deliberadas ações a serem praticadas até o próximo encontro, marcado para o segundo semestre de 2007. Segundo Edgar Werblowsky:

Está crescendo muito o número de resorts no Brasil. Muitos deles buscam se instalar em comunidades desconhecidas turisticamente. Normalmente, os trabalhadores vêm de fora para construir e se o resort não tem um projeto prévio do impacto social que vai causar, é ruim.

Por isso, ele defende a criação de um instrumento de estudo do impacto social, a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental que se desdobra em um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-Rima). Seria um Estudo de Impacto Social — Relatório de Impacto Social (EIS- RIS), à semelhança do Estudo de Impacto Ambiental — Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-Rima).

Edgar acredita que é menos custoso prevenir. Para isso, seria importante a existência de uma lei exigindo um estudo de impacto social, da mesma forma que hoje se exige o estudo de impacto ambiental para construir um grande empreendimento como um *resort*. Justifica sua idéia com a seguinte argumentação:

Os resorts estão crescendo em todo o Brasil e, para manter o destino sadio, é preciso um turismo sustentável, que trabalha a prevenção, antes da construção dos resorts, antes de termos resultados ruins e irreversíveis ou difíceis de reverter. (...) O lucro de longo prazo pode diminuir com o tempo, pois os destinos deixam de ser atraentes por conta da violência. É necessário falar de lucro, pois senão os grandes investidores não escutam!

Algumas ações podem diminuir o impacto social negativo, como aumentar o investimento em educação e envolver a comunidade local no processo de desenvolvimento, qualificando pessoas da cidade para trabalhar no hotel e no turismo. O envolvimento da comunidade traz outros benefícios, segundo Edgar, pois, quando uma pessoa busca um lugar especial do Brasil para viajar, ela espera ser atendida “com regionalidade, com culturalidade, externalizando a cultura, a brasilidade ao extremo”. Ou seja, tanto para o paulista quanto para o estrangeiro que vai à Bahia, melhor do que encontrar um paulista eficiente é “encontrar o baiano servindo com competência”.

Ao longo de seus primeiros anos a Freeway organizou algumas saídas de grupos, reunindo seus clientes, para plantio de árvores da Mata Atlântica.

Promoveu ainda algumas atividades de limpeza de praias e montanhas. Mais recentemente, em 2005, um grupo de voluntários se dirigia à serra do Mar nos fins de semana para atividades de conservação da trilha de Paranapiacaba.

No mesmo ano, a operadora se envolveu no movimento Pró-Juréia, o que resultou na criação da Associação em Defesa da Juréia e, em 2006, no decreto, por parte do governo do estado, da região como uma unidade permanente de preservação.

A Freeway, em seus cursos básicos de montanhismo entre 1984/85, promovia no final de curso uma atividade de formatura, em que se estimulavam as ações cidadãs em prol da natureza. Uma delas, conduzida e operada pelo grupo que se autodenominou Macieiras, decidiu reformar o Abrigo Macieiras, na trilha Parte Alta — Parte Baixa do Parque Nacional de Itatiaia. Em alguns fins de semana os participantes limpavam, lavaram, consertaram e reformaram o Abrigo Macieiras, tornando-o novamente utilizável pelos excursionistas do parque.

Considerações sobre as ações cidadãs

As ações cidadãs desenvolvidas pela Freeway podem ser divididas em duas categorias: as ações diretas da empresa — como a utilização de papel reciclado, o apoio ao Projeto Griô e a intervenção da equipe junto às artesãs de Marcelino — e as ações de incentivo ao engajamento dos viajantes-clientes — onde cabe também o artesãs de Marcelino, além do Projeto Flâmula, da campanha contra a exploração sexual infantil no turismo, da Viagem da Vida, do Neutralize Sua Viagem e a Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto.

Entre as ações ambientais da Freeway encontram-se propostas como a de plantar árvores para compensar a emissão de gases nocivos emitidos no meio ambiente durante os vãos — Neutralize Sua Viagem — e a de substituir o desmatamento do mogno, pela utilização do eucalipto — Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto. Além disso, em seu dia-a-dia, a operadora faz a separação do lixo e 80% de seu material de comunicação são de papel reciclado. No site institucional da Freeway existem informações sobre os impactos da reciclagem e de como fazer a separação do lixo a ser descartado.

A Viagem da Vida, por exemplo, é complementar à questão do combate ao turismo sexual infantil, na medida em que busca dar conta do outro lado: se você combate o turismo sexual infantil, é necessário dar alternativas econômicas e sociais para a jovem poder de fato deixar de se prostituir, para ela ter mais alternativas além de vender seu corpo. Essa é a visão integrada de sustentabilidade defendida por Edgar Werblowsky: “melhora as condições das comunidades, melhora a auto-estima e previne a exploração sexual infantil”. Segundo ele é importante atuar preventivamente. “Valoriza e respeita seres humanos e inibe algumas coisas como a violência, a degradação ambiental etc.”

A pobreza não é necessariamente causada pelo turismo, mas a Freeway encontrou formas de juntar viagens de lazer e aventura com uma atuação voluntária do cliente, durante sua viagem, promovendo o desenvolvimento local, como no programa Viagem da Vida e no Projeto Flâmula — uma parceria com a Faculdade de Medicina da USP.

Outro aspecto interessante é a valorização da cultura local em alguns projetos. A interação, promovida pela Freeway, entre as artesãs de Marcelino e os turistas é um bom exemplo. O mesmo acontece na Viagem da Vida, quando o viajante passa uma semana vivenciando os costumes de Taboquinhas.

Considerações finais

A escolha da Freeway como objeto de estudo acaba demonstrando que uma operadora de turismo pode fazer muito mais pela questão social do que se convencionava. Quando contatamos a empresa o nosso objetivo era compreender as ações por ela desenvolvidas no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Porém, o leque de atividades que estavam sendo desenvolvidas acabou demonstrando que enfrentar essa questão requer muito mais do que ações pontuais. Desse modo, buscamos compreender o conjunto das ações sociais desenvolvidas pela operadora.

Poderia nos ser indagada a seguinte questão: qual o impacto dessas atividades para a cidade de São Paulo visto que ela ocorre majoritariamente fora da capital paulistana. Uma questão importante nos ajuda a responder a essa indagação: o cliente da Freeway, na sua maioria, mora em São Paulo e quando sensibilizado pela operadora para a questão da exploração sexual infantil

tende a se engajar positivamente na causa não apenas para onde viaja, mas também onde está domiciliado.

Poderíamos ter escolhido uma das redes de hotéis que desenvolvem campanhas contra exploração sexual infantil entre os seus hóspedes e criam códigos de ética para orientar a atuação de seus funcionários na questão específica do estudo de caso. Talvez um estudo dessa natureza nos proporcionasse um retrato mais específico de como anda essa questão em São Paulo. Porém, perderíamos a oportunidade de compreender melhor uma experiência que tem como base a cidade de São Paulo e que possui impactos externos e internos ao seu território.

Como se pode notar, para além da campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo, a Freeway desenvolve uma série de outras ações na busca por um turismo sustentável e responsável. O objetivo é diminuir os impactos do turismo em algumas regiões e envolver as comunidades locais em todo o processo, preservando assim a qualidade dos destinos e minimizando o impacto social negativo que a atividade turística possa porventura proporcionar.

Algo que nos chamou a atenção foi a abrangência da atuação da empresa, que, de certa forma, busca melhorar a situação nos destinos turísticos por meio de diversas ações, no que poderíamos denominar uma abordagem integrada. Ou seja, em vez de compreender que o problema do ecoturismo é a preservação do meio ambiente, a Freeway percebeu que os habitantes no território também precisam de atenção, pois são, inclusive, parte dos atrativos do local. Do contrário, se eles forem excluídos do processo de desenvolvimento, podem acabar tão empobrecidos em vários aspectos — econômicos, sociais, culturais, por exemplo — que passam a configurar um “problema” para o território e conseqüentemente para o desenvolvimento da atividade turística.

As ações cidadãs desenvolvidas pela Freeway ocorrem em diferentes áreas, o que demonstra as habilidades de seu corpo diretivo em criar soluções inovadoras para os problemas que se apresentam. Isso faz a operadora ganhar legitimidade tanto com os seus clientes quanto com a comunidade em que se situa o destino turístico.

Porém, algumas limitações são percebidas pela própria empresa. O Projeto Ecológico desenvolve-se a passos mais lentos do que o imaginado pela Freeway e a campanha de combate ao turismo sexual infantil precisaria de mais

recursos para dar o salto seguinte necessário, que é financiar o treinamento e a capacitação das pessoas que trabalham nos destinos turísticos.

Os resultados das ações cidadãs ainda não têm as proporções desejadas. Muitas das ações estão em fase de sensibilização ou de execução de projetos pilotos. O impacto de sua ação acontece ainda em poucos locais, estando concentrados na Bahia e nos Lençóis Maranhenses.

Apesar da atuação ser limitada a poucos destinos, não chegando a transformar a realidade do turismo brasileiro, ela ajudou a colocar os diversos temas que a preocupam nas agendas do governo e da sociedade civil organizada, dentro do contexto do turismo sustentável. Este é um dos grandes méritos da Freeway.

Referências bibliográficas

ADEODATO, S. O turismo que dá certo. *Host: Hospitalidade e Turismo Sustentável*, n. 1. São Paulo, ago./set. 2004.

BENI, M. Como certificar o turismo sustentável? *Revista Turismo em Análise*, v. 14, São Paulo, nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Relatório executivo do Plano Aquarela*: marketing turístico internacional. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2008.

Sites consultados

<www.sustainabletravelinternational.org/>. Acesso em: jul. 2007.

<www.Freeway.tur.br>. Acesso em: jul. 2007.

<www.world-tourism.org/tour/>. Acesso em jul. 2007.

<www.world-tourism.org>. Acesso em jul. 2007.

<www.turismo.gov.br>. Acesso em jul. 2007.

Anexo 1



WTO, ECPAT International, TOI, IH&RA, Interpol, TAT, EMBRATUR, African Equations, DRV, FIYTO, Japan Committee for UNICEF

e

TERMO DE COMPROMISSO

Contra a exploração sexual infantil no turismo

Como uma empresa que deseja a prática de turismo socialmente responsável, a (o) _____, representada pelo seu diretor _____, está através desta firmando o compromisso com a campanha Contra a Exploração Sexual Infantil no Turismo.

Conseqüentemente, a empresa irá adotar as necessárias ações (abaixo) visando acabar com a exploração sexual infantil no turismo.

Ações:

1. Incorporar a campanha dentro de sua empresa.
2. Treinar seus guias, funcionários e parceiros sobre esta campanha.
3. Informar seus clientes que sua empresa não aceita e nem é conivente com a exploração sexual de crianças.
4. Denunciar à FreeWay os eventuais casos de exploração sexual de crianças em sua região (A FreeWay se incumbirá de levar o caso adiante, e tomará as devidas providências para coibir estas práticas em sua região).

Ao assinar este termo a empresa está se comprometendo a realizar as ações acima.

Anexo 2



Certificado Contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo	Certificate Against Sexual Exploitation of Children in Tourism	
A FreeWay Brasil tem o prazer de certificar que o estabelecimento	<i>Freeway Brasil</i> <i>is proud to certify that</i>	
Global Tours Viagens e Turismo		
Aderiu à Campanha Contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo comprometendo-se a coibir esta prática em suas instalações.	<i>joined the campaign against sexual exploitation of children in tourism, compromising itself to ban any related practice from its premises.</i>	
Edgar Werblowsky Diretor FreeWay		
 TOUR OPERATORS INITIATIVE FOR SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT www.toinitiative.org	 FREEWAY BRASIL A 1ª em Ecoturismo www.freeway.tur.br	 ecpat www.thecode.org

Anexo 3

Perguntas feitas aos representantes dos fornecedores parceiros da campanha.

Prezado(a)s,

Fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, Eaespp-FGV/SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos entrando em contato para saber:

1. Vocês têm alguma campanha ou algum tipo de ação de combate à exploração sexual infantil no turismo?
2. Se sim: como o tema chegou até vocês? Através de quem ou de qual rede?
3. Por que decidiram implementar essas ações?
4. Quais são as ações que vocês desenvolvem?
5. Vocês tiveram algum contato com a campanha da Freeway? Se sim, ela inspirou as ações de vocês? E motivou os compromissos de vocês?
6. Você acha que esse assunto contribui para a fidelização dos seus clientes? E para a conscientização destes?

Se você quiser dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade e pedimos que nos responda até 5ª feira pela manhã.


Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Anexo 4



CAMPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS NO TURISMO

A Freeway faz parte da campanha contra a exploração sexual infantil no turismo e envolve todos os seus parceiros neste compromisso. Hotéis flagrados permitindo essa prática em suas instalações são descredenciados como fornecedores e parceiros Freeway.

Você, cliente, é nosso fiscal. Se em algum lugar da sua viagem, você detectar que está ocorrendo a exploração sexual de crianças, denuncie imediatamente à Freeway.

Ligue (11) 5088.0999 ou mande um e-mail para freeway@freeway.tur.br

Anexo 5

Perguntas feitas aos clientes da Freeway.

Prezado cliente,

Fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, de SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos fazendo um estudo de caso da Freeway e pedimos a eles para nos indicar alguns clientes para que pudéssemos conversar.

Assim, estamos entrando em contato com você.

Gostaríamos de saber:

1. O que você achou da campanha da Freeway de combate à exploração sexual infantil?
2. Esse tipo de campanha o motiva a viajar mais vezes com a Freeway ou lhe traz uma questão incômoda no momento de relaxar?
3. Você foi tocado por esse assunto? Se sim, como?
4. Você se incomoda de encontrar no destino turístico escolhido casos de exploração sexual infantil?

5. Voltando da viagem, algo mudou em sua vida por ter entrado em contato com esse tema?

Se você quiser dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade, e pedimos que nos responda o mais rapidamente possível.

Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Anexo 6

Perguntas feitas por e-mail aos representantes de agências de turismo e hotéis de São Paulo que tiveram contato com a campanha da Freeway

Prezado(a) representante de agência de turismo ou hotel,

Conforme conversamos por telefone esta semana, fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, Eaesp-FGV/SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos entrando em contato com hotéis, e gostaríamos de vocês o seguinte:

1. O seu hotel tem alguma campanha ou algum tipo de ação de combate à exploração sexual infantil no turismo?
2. Se sim: como o tema chegou até vocês? Através de quem ou de qual rede?
3. Por que decidiram implementar essas ações?
4. Quais são as ações que vocês desenvolvem?
5. Vocês tiveram algum contato com a campanha da Freeway? Se sim, ela inspirou as ações de vocês?
6. Você acha que esse assunto contribui para a fidelização dos seus clientes? E para a conscientização destes?

Se quiserem dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade, e aguardamos o retorno o mais rapidamente possível.

Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Conclusão



Fernando Guilherme Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Como advertimos na introdução da segunda parte do livro, não é a sua pretensão divulgar os casos relatados como sendo referências exemplares de práticas relacionadas ao combate da exploração sexual na infância e adolescência no Brasil. Dado o “estado-da-arte” institucional no contexto brasileiro ainda ser recente, em que pese ao histórico do problema a ser enfrentado, o estudo careceria de maior abrangência territorial além daquela cingida às cidades escolhidas: Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Na realidade, o quadro institucional apresentado apenas é uma amostra daquilo que vem acontecendo como proposta de solução ao problema analisado.

As ações desenvolvidas na cidade de Manaus por meio das ONGs *Agência Uga-Uga de Comunicação* e *Casa Mamãe Margarida* apontam na direção de ações preventivas de caráter educativo e conscientizador na comunidade manauara, caso Uga-Uga e, de outro, proteção às vítimas de violência e exploração, caso Mamãe Margarida. Atividades complementares em função de que uma promove a discussão do problema e a outra protege os vitimados pela exploração sexual.

A particularidade da Atlantica Hotels International (AHI) analisada a partir da sua sede na cidade de São Paulo, descreve uma dimensão semelhante à descrita desde a Freeway Brasil, o lucro é uma necessidade procurada no mercado, não é apenas o seu objetivo final, outras variáveis são focadas como

são aquelas que envolvem o nosso objeto de estudo. Assim, as iniciativas desenvolvidas pela AHI transcendem, positivamente, aos objetivos de retorno do investimento da própria empresa ao promover a mobilização de investidores, funcionários, fornecedores, parceiros e clientes em prol do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades de turismo.

A experiência de Salvador (BA) ilustrada pelas ações do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves Rosseau, parece expressar as situações de conflito institucional em que vivem no país aquelas organizações originadas na sociedade civil e/ou de movimentos sociais. Se, de um lado, a partir dos anos 1990, a essas organizações foi atribuído um importante papel no combate às carências sociais do país; de outro, essas mesmas organizações se sentem carentes de recursos e às vezes até de legitimidade, para atuar nas soluções dos problemas por elas assumidos. Como foi bem explicado no estudo do caso, suas ações dependem mais do compromisso na promoção da cidadania do que dos apoios a elas devidos.

Já o caso da Freeway Brasil é demonstrativo de como uma organização voltada à comercialização de produtos turísticos, pode ter suas ações concertadas em prol de problemas sociais e não apenas do mercado em questão. Apesar de sediada em São Paulo capital, essa operadora de turismo produz um efeito sistêmico na medida em que promove suas ações sociais, e na particularidade do combate à exploração sexual na infância e adolescência, de tal sorte que os seus clientes passam a ser objeto de suas campanhas. O intento é que esses clientes não só tenham consciência individual do problema, mas que também o divulguem junto aos seus destinos de lazer.

Portanto, não obstante os poucos casos estudados e não significando a realidade e a totalidade de práticas já institucionalizadas no país de combate à exploração sexual na infância e adolescência junto ao setor turístico, eles são ilustrativos das possibilidades àqueles que ainda não possuem referência de como proceder nesse exercício de cidadania. Como já observamos na parte 1, o problema que enfrentamos é combater a vitimização de pessoas ainda sem procedimentos de defesa, como são as crianças e adolescentes. Vitimização originada em problemas estruturais crônicos da sociedade brasileira, como por exemplo a fome, a falta de escolarização, desemprego, desagregação familiar etc., exige que todos os atores da sociedade, o Estado, o mercado e a sociedade civil, se articulem na solução das carências latentes e manifestas na

sociedade brasileira. Atuação isolada dos atores apenas focaliza o problema, não o soluciona.

Os exemplos descritos permitem visualizar possibilidades de mudanças, mas permitem também formar uma imagem daquilo que dificulta a implementação dessas mudanças. A partir dos casos considerados, não podemos perder de vista que as boas ações desenvolvidas pelo mundo empresarial podem ser desarticuladas na medida em que suas receitas não mais tenham capacidade de manutenção daquilo para que foram criadas: o lucro. Por sua vez, o mundo das organizações do terceiro setor sobrevive muitas vezes mais pela sua capacidade de compromisso ético do que pela sua capacidade instalada, quer em recursos, quer em tecnologias. O menor embate poderá desmobilizar o sentimento ético de suas ações. Já o Estado, por ser governando pelos políticos de turno e por ainda não possuírem uma cultura republicana — uma preocupação com o bem comum —, por parte de seus funcionários, poderá dificultar a percepção do problema ou torná-lo apenas conjuntural. Assim, é a sociedade que tem que mover-se e não os atores isoladamente.

Sobre os autores



Analía Soria Batista

Doutora em sociologia pela Facultad Latinoamericana (Flacso) e Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Sociologia da UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis), do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), do Nepem/Ceam/UnB, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

Aniele Marquez

Bacharel em turismo e especialista em gestão de negócios e empreendimentos. Mestranda em administração pelo Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA).

Bernardo Vaz

Graduando em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getulio Vargas (Ebape/FGV).

Cristina Marins

Pós-graduanda em sociologia política e cultura pela PUC-Rio. Aluna do Cours de Civilisation Française da Sorbonne. Graduada em administração de empresas com ênfase em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Técnica em turismo pelo North Devon College — Inglaterra.

Eliane Maria Reis Neves

Graduada em serviço social pela UnB. Habilitada em língua espanhola pelo Centro Interdisciplinar de Línguas do DF. Participa do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial, de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes).

Flavio Lenz

Graduado em comunicação social pela Hélio Alonso. Secretário-executivo adjunto da ONG Davida — Prostituição, Direitos Cíveis e Saúde. Editor do jornal *Beijo da Rua*. Assessor de comunicação da grife Daspu. Consultor da Rede Brasileira de Prostitutas.

Glauco da Costa Knopp

Mestre em administração pública pela Ebape/FGV. Bacharel em administração de empresas com ênfase em marketing pela ESPM. Membro do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional e do Observatório de Inovação do Turismo. Professor universitário.

Ilza Valéria Moreira Jorge

Graduada em serviço social pela PUC-SP. Assistente técnica — Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), do município de São Paulo.

Ivã Sousa Coelho

Bacharel em direito pela Universidade Católica de Salvador. Técnico e analista de conteúdo da ONG Safernet Brasil.

José Antônio Gomes de Pinho

Doutor pela London School of Economics. Mestre em planejamento urbano e regional pela Coppe/UFRJ. Engenheiro pela Unesp. Professor adjunto da Escola de Administração (EA/UFBA). Coordenador do NPGA. Vice-coordenador do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags/EA/UFBA).

José Luís Abreu Dutra

Cientista social, mestre em administração pública pela Ebape/FGV. Foi pesquisador do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs/Ebape/FGV); atualmente é pesquisador e consultor *ad hoc* e professor da Escola de Administração do Centro Universitário da Cidade.

Júlia Barbosa Brandão

Graduanda em administração pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp/FGV). Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG/FGV).

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Cientista social, doutor em ciência política pela PUC-São Paulo. Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV) e pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG/FGV) nas áreas de políticas públicas e controle social.

Marina Farkas Bitelman

Mestre em administração pública e governo pela Eaesp/FGV. Bacharel em ciências sociais pela FFLCH-USP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Admi-

nistração Pública e Governo (CEAPG/FGV). Cooperada da Verso Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Consultoria.

Michelle de Oliveira Mafra Souza

Mestranda em desenvolvimento regional pela Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora de fomento turístico na Fundação Municipal de Turismo (Manaustur).

Mônica Santana Santos

Bacharel em turismo pela Factur. Graduanda do curso de secretariado executivo da UFBA. Professora de turismo em cursos profissionalizantes e no Projeto de Educação de Jovens e Adultos.

Romilda Araújo Cumarú

Especialista em psicologia escolar pela PUC-Campinas (1998). Atua na área de educação, com ênfase em pedagogia, nos seguintes temas: violência sexual, reserva extrativista, comunidades, característica, investigação da ética, consequências, intervenções, protagonismo, diálogo, parcerias, integração e sistema integrado de gestão de projetos.

Thais Alves Moreira

Graduada em serviço social pela UnB. Pesquisadora do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria). Ponto focal do Distrito Federal no Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Membro da coordenação colegiada do fórum de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Thaísa Restani Veras

Mestre em administração pública e graduada em administração pela Ebape/FGV. Trainee da Rio de Janeiro Refrescos (Sistema Coca-Cola).

Valdenei de Melo Parente

MSc em desenvolvimento, agricultura e sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora assistente da Universidade Federal do Amazonas.

Valéria Martins da Silva Pinho

Graduanda do curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Amazonas.